

Contrato de Consultoria
PROJETO UNESCO 914 BRZ 4021

Projeto de Cooperação Técnica Internacional
Instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do
Centro Antigo de Salvador

JUREMA MACHADO
PRODUTO 04
AGOSTO 2020

I - APRESENTAÇÃO

Conforme previsão contratual, o Produto 4 deve conter Documento técnico contendo a) Análise comparativa entre diretrizes do ETELF e diretrizes preliminares de preservação por setor b) Detalhamento das diretrizes por setor c) Proposta de texto normativo.

II –CONTEUDO DESTE RELATÓRIO

O conteúdo concentra-se na **proposta normativa**, uma vez que os itens a e b foram objeto de apresentações e análises em etapas anteriores e que o texto normativo consolida todo o conhecimento produzido, assim como as discussões e análises até então.

III. SOBRE A OPÇÃO PELO FORMATO LEGAL APRESENTADO

Diz o PDDU sobre as APCPs

Art. 269. Sem prejuízo do enquadramento e delimitação de outras áreas por lei específica, são enquadradas como APCP aquelas delimitadas no Mapa 07 do Anexo 03, integrante desta Lei:

- I- APCP compreendendo o Centro Antigo de Salvador e outras áreas indicadas, instituída pela Lei nº 3.289, 21 de setembro de 1983;

(seguem-se mais 39 APCPs)

§1º Ficam recepcionadas as APCP criadas anteriormente a esta Lei, bem como suas normas regulamentadoras, requerendo-se para sua alteração autorização legislativa.

§2º Fica o Executivo Municipal obrigado a elaborar estudos técnicos específicos para o enquadramento e delimitação das APCP no território municipal, em escalas adequadas, no horizonte de curto prazo previsto no art. 8º desta Lei, prioritariamente, nas localidades previstas neste artigo.

Art. 270. São diretrizes gerais para as APCP:

(...)

- III- atualização, ampliação e/ou complementação da legislação municipal vigente, em parceria com órgãos públicos de outros níveis de governo com competência correlata na proteção do patrimônio cultural, abrangendo as áreas de interesse cultural e paisagístico no Município;

(...)

Com base em discussões com a FMLF, em especial com o arquiteto Fernando Teixeira, optou-se pelo formato apresentado a seguir, em que **um DECRETO Municipal remete aos ESTUDOS indicados, pela Lei 3289/1983 como necessários para aplicação dos critérios gerais previstos.**

Essa opção baseia-se nas seguintes premissas:

- a. À luz do PDDU/2016 e da LOUOS/2016, não caberia regulamentação da APCP CAS, uma vez que se entende a Lei 3289/1983 como sendo a efetiva regulamentação da APCP CAS;
- b. A Lei 3289/1983, por sua vez, não aponta a necessidade de decreto regulamentador e vem sendo aplicada há 37 anos sem que tal instrumento exista. No entanto aponta, reiteradamente, a necessidade de estudos elaborados pelas três instâncias que aprimorem a aplicação de critérios de intervenção.
- c. A fase em que as discussões se encontram não permite avançar em direção a um documento ÚNICO para a toda a APCP CAS. Ou seja, essa decisão pode vir a ser alterada adiante a proveita-se o texto e sua estrutura para um documento jurídico no formato tradicional

O formato adotado

Considerando a opção de aprovação de um ESTUDO, e não de um Decreto que incorpore ao documento legal todo o seu conteúdo, sugere-se a adoção de um formato utilizado pela UNESCO para implementação da Convenção do Patrimônio Mundial.

Trata-se do documento denominado *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, que, de forma análoga, baseia-se em norma internacional vigente – a Convenção do Patrimônio Mundial – e apresenta, de forma permanentemente atualizada, critérios, orientações e disposições operativas para sua aplicação, não ultrapassando o texto legal em nenhum aspecto, mas sempre aprimorando sua aplicação. As *Operational Guidelines*, por sua vez, não são produto de decisões técnicas e administrativas internas à Organização, mas resultam de pactos entre países signatários da Convenção representados no Comitê do Patrimônio Mundial. (Ver documento em anexo)

Nesse formato, o texto pode incorporar mais facilmente algo muito desejável para o caso de uma norma incidente sobre o extenso e diverso conjunto urbano em foco: trata-se da apresentação de princípios e critérios que, nem sempre se traduzem em comandos de aplicação imediata, mas orientam, desafiam e estimulam a reflexão dos autores das proposições, especialmente urbanistas, arquitetos, restauradores e gestores públicos.

A estrutura do *Operational Guidelines* segue a de um documento técnico tradicional, mas assemelha-se, pela sequência lógica, ao formato tradicional utilizado na legislação urbanística.

Evitou-se, em todo o texto, comandos dirigidos ao IPAC e ao IPHAN, por não serem pertinentes a um Decreto municipal, mencionando-se esses entes sempre com o foco em cooperação e compartilhamento da gestão.

Evitou-se também menções a procedimentos no corpo de cada tópico, uma vez que esses dependerão de decisões quanto à gestão que só poderão ser tomadas posteriormente, de forma compartilhada.

PRINCIPAIS PENDENCIAS DA PROPOSTA APRESENTADA

1. Complementação da análise do **bairro Macaúbas**, onde não foi e não será feita pesquisa imóvel por imóvel
2. **Trechos da Cidade Baixa**, entre o Moinho da Bahia e São Joaquim (feira/Colégio dos Órfãos) não foram abordados na pesquisa nem na proposta.
3. **Acerto de áreas de sombreamento** - há áreas estudadas coincidentes com a UFBA; parte delas foram excluídas desta proposta. Há áreas desenvolvidas pela UBA que extrapolam o CHS; há pequenas lacunas a solucionar.
4. **Interlocução com demais áreas da PMS** sobre possíveis incentivos e sobre procedimentos de gestão – os tópicos não foram desenvolvidos, apenas tiveram seu escopo esboçado. Desenvolve-los sem interlocução interna pode ser inócuo e implicar em retrabalho.

PREVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE EQUIPES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA

Embora os aspectos de Gestão não tenham sido discutidos, pode-se antever que, mantida a configuração atual das equipes, não há capacidade na PMS para implementação da norma nas áreas que, potencialmente, a instituição teria autonomia para analisar e aprovar projetos.

A situação dos órgãos de preservação também preocupa. Sua atuação sobre a área tem se concentrado nos entornos de bens tombados e a ACPR tem sido objeto, como regra geral, apenas de remissão aos parâmetros da LOUOS. Vale dizer que a adoção de critérios diferenciados para vários trechos da ACPR exigirá mais da PMS e dos órgãos de preservação.

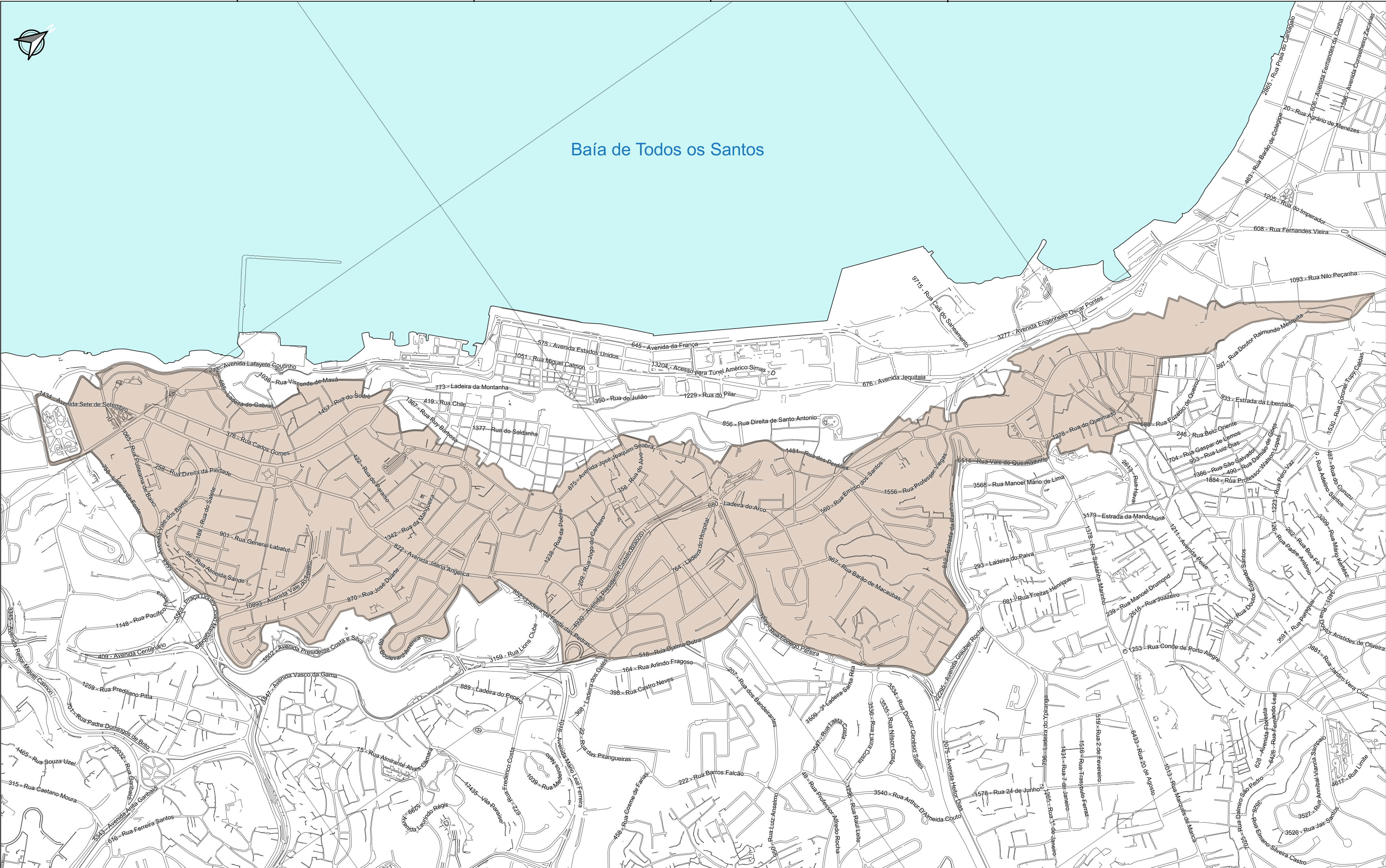
A fiscalização em geral; a extensão da área de aplicação da norma de engenhos publicitários; a qualificação das autorizações de instalação de atividades são exemplos de execução mais simples, mas mais volumosos e demandantes de ambas as equipes.

OBSERVAÇÕES

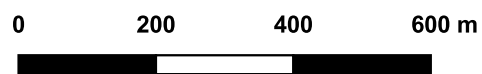
Os textos grafados em VERMELHO são pendências referentes à área objeto da proposta normativa ou dependem de decisões administrativas da PMS/FMLF

ANEXOS A ESTE DOCUMENTO

- Texto do Decreto e das Diretrizes Operacionais, com respectivos Mapas e Quadros anexos
- Mapas da fase de Diagnostico, que deverão estar disponíveis na FMLF de forma permanente
- *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, para conhecimento.



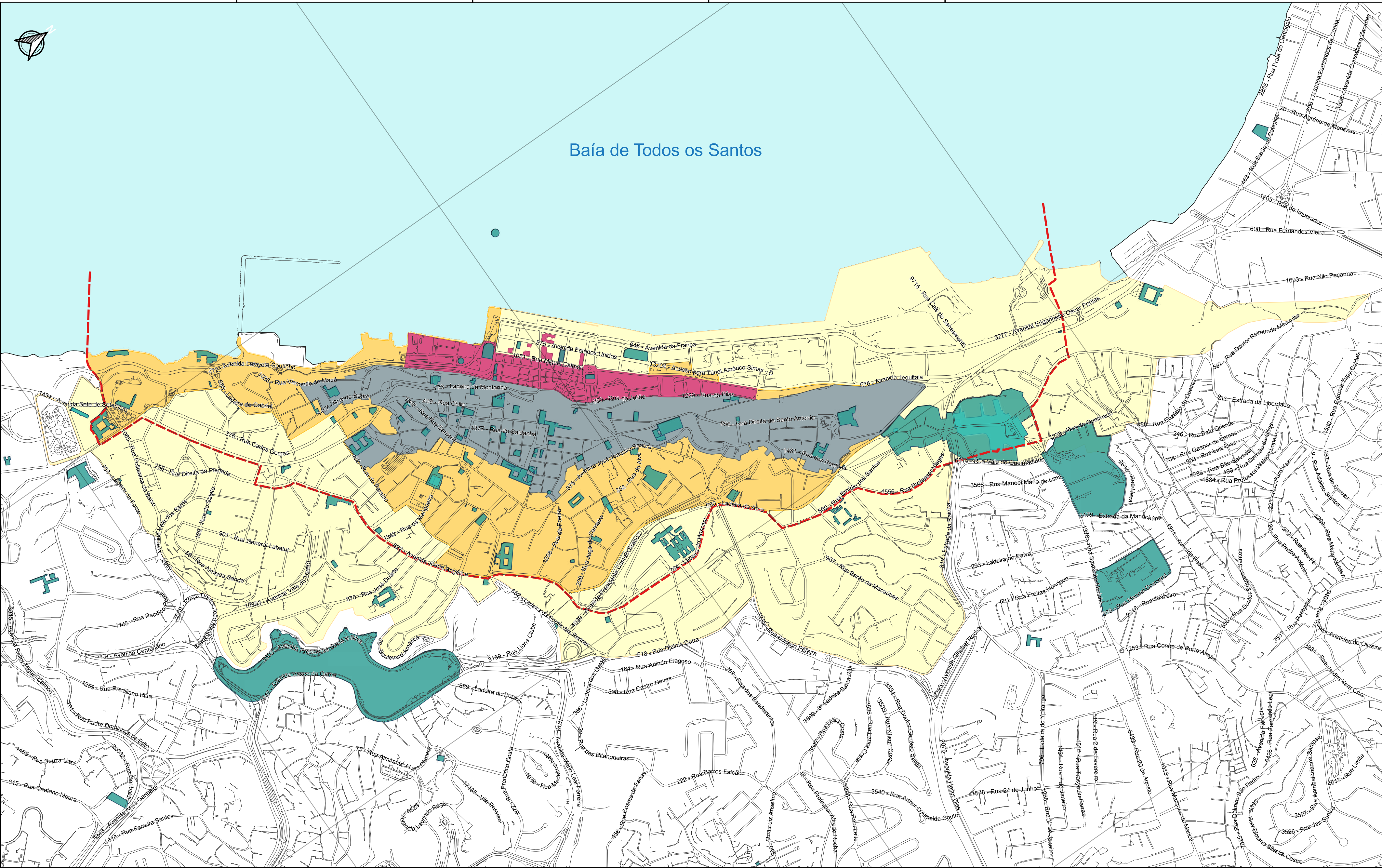
Perímetro trabalhado nesse estudo



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 zona 24 S

Fonte: Sistema Cartográfico e Cadastral do
Município de Salvador - SICAD 2006

PROJETO 914BRZ021 Projeto de Cooperação Técnica Internacional			
Instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador			
NORMATIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO DE ÁREAS INTEGRANTES DA APCP DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR			
FASE II - PROPOSIÇÕES			
ÁREA REGULAMENTADA			
Coordenação do Projeto			Número
Beatriz Lima - Arquiteta			1 A
Coordenação Técnica			Escala
Jurema Machado - Arquiteta			1:11000
Responsável Técnico - Mapeamento			Data
Tais de Sousa Pereira - Urbanista Caio Costa Couto - Urbanista			Agosto/2020



Perímetro da Área de Proteção Cultural e Paisagística - Centro Antigo de Salvador

Bens Tombados

Perímetro de Tombamento do Comércio

Perímetro de Tombamento do Centro Histórico

Perímetro de Proteção do Entorno do Centro Histórico - IPHAN

Limite da APR - Área de Proteção Rigorosa cf Lei 3.289/1983

0200400600

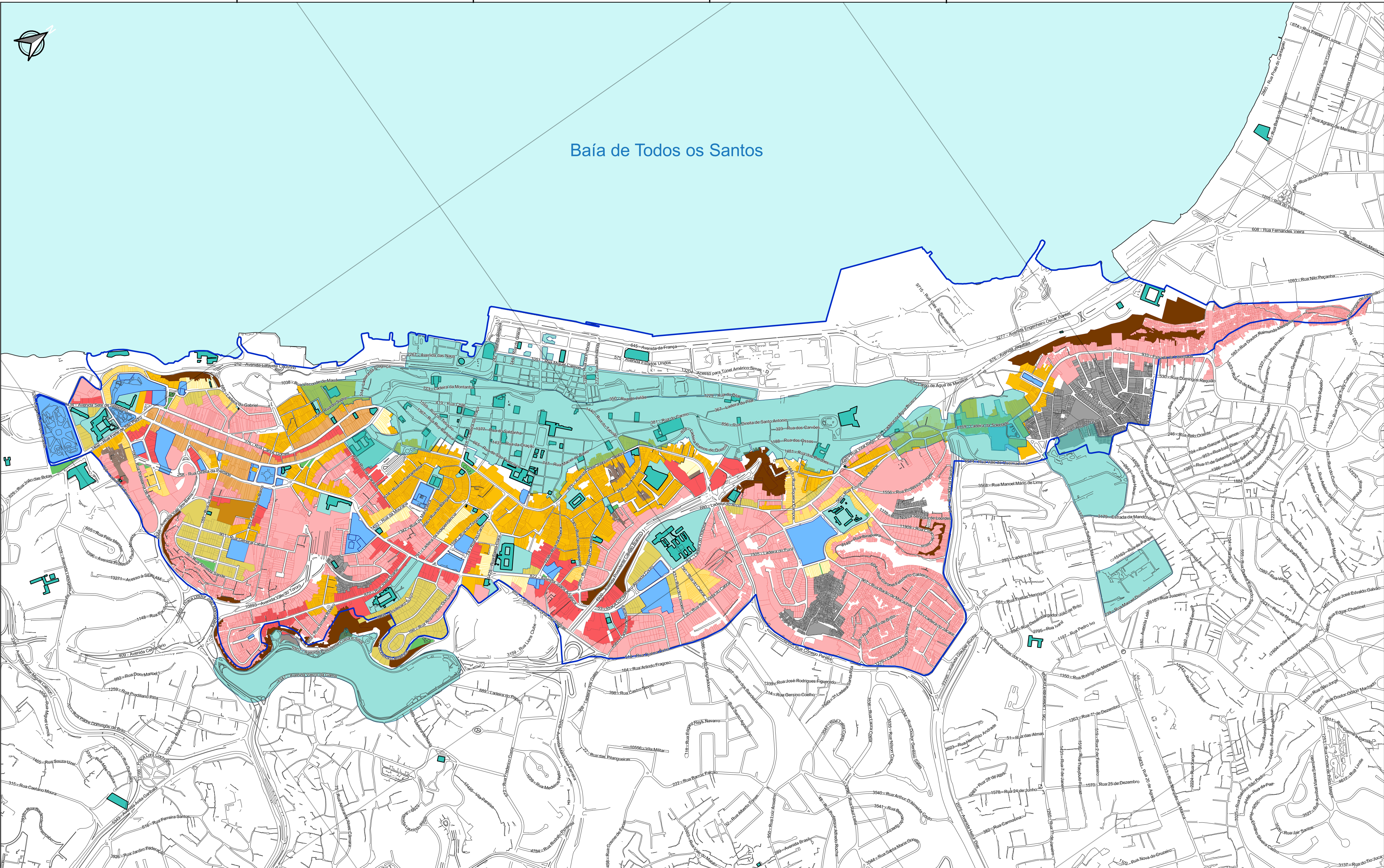
m

Projeção Universal Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 zona 24 S

Fonte: Sistema Cartográfico e Cadastral do Município de Salvador - SICAD 2006

PROJETO 914BRZ021 Projeto de Cooperação Técnica Internacional			
Instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador			
NORMATIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO DE ÁREAS INTEGRANTES DA ACP DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR			
FASE II - PROPOSIÇÕES			
CONDICIONANTES LEGAIS			Número
			1 B
			Escala
			1:11000
Coordenação do Projeto	Coordenação Técnica	Responsável Técnico - Mapeamento	
Beatriz Lima - Arquiteta	Jurema Machado - Arquiteta	Tais de Sousa Pereira - Urbanista Caio Costa Couto - Urbanista	
			Data
			Agosto/2020



- | | | | |
|---------------------|----------|----------------------------------|------------------|
| Imóveis especiais I | Setor 1D | Setor 2B | Bens Tombados |
| Setor 1A | Setor 1E | Vilas | Espaços Públicos |
| Setor 1B | Setor 1F | ZEIS | ACP |
| Setor 1C | Setor 2A | Encosta de Proteção Paisagística | |

0 200 400 600 m

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 zona 24 S

Fonte: Sistema Cartográfico e Cadastral do
Município de Salvador - SICAD 2006

PROJETO 914BRZ4021 Projeto de Cooperação Técnica Internacional			
Instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador			
NORMATIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO DE ÁREAS INTEGRANTES DA ACP DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR			
FASE II - PROPOSIÇÕES			
UNIDADES NORMATIVAS			
Coordenação do Projeto			Número
Beatriz Lima - Arquiteta			1 D
Coordenação Técnica			Escala
Jurema Machado - Arquiteta			1:11000
Responsável Técnico - Mapeamento			Data
Tais de Sousa Pereira - Urbanista Caio Costa Couto - Urbanista			Agosto/2020

NOME	TOMBAMENTO	ÓRGÃO	ARQUITETUR	LOGRADOURO	PROPRIETAR	Número
ANTIGA CASA DE ORAÇÃO DOS JESUITAS - À RUA CARLOS GOMES N 57	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua Carlos Gomes		18
ÁREA DE PROTEÇÃO CONTÍGUA SOLEDADE		IPAC		Largo da Soledade		178
ASILO DOS EXPOSTOS (PUPILEIRA)	2002	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA / ASSISTENCIAL	Avenida Joana Angélica		104
CAPELA D'AJUDA	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua da Ajuda		25
CAPELA DO CORPO SANTO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua do Corpo Santo		34
CAPELA NOSSA SENHORA DA PIEDADE E RECOLHIMENTO DO BOM JESUS DOS PERDÕES	1943	IPHAN	RELIGIOSA, ASSISTENCIAL OU FUNERÁRIA	Rua dos Perdões		52
CASA À RUA 28 DE SETEMBRO N 8	1962	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua da Oração		26
CASA A AVENIDA 7 DE SETEMBRO N 59	1940	IPHAN		Rua Carlos Gomes		166
CASA À AVENIDA JOANA ANGÉLICA Nº 1102, ANTIGO 149	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Avenida Joana Angélica		55
CASA À RUA FELIPE CAMARÃO N 34	1980	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua Jogo do Carneiro		181
CASA À RUA INÁCIO ACIOLY Nº 4	1941	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua da Ordem Terceira		145
CASA DA PROVIDÊNCIA, CAPELA E PAVILHÃO (IGREJA DE SANTA CATARINA DE SIENA)	2002	IPAC	RELIGIOSA	Rua Góes Calmon		136
CASA DAS SETE MORTES	1943	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Passo		44
CASA DE OITÃO NA LADEIRA DOS AFLITOS	2002	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Ladeira dos Afritos		83
CASA DO AZULEJO Nº 27 - ANTIGO Nº 65	2002	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua da Jaqueira		92
CASA DO CONDE DA PALMA - PRÉDIO À RUA MILITÃO LISBOA N 80	1943	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua São José de Baixo		57
CASA DOS SETE CANDEEIROS	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua de São Francisco		24
CASA GUILHERME MARBACK	2002	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Salete		82
CASA NA LADEIRA DO ARCO - Nº 33	1980	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Ladeira do Arco		157
CASA NATAL DE GREGÓRIO DE MATTOS, PRAÇA ANCHIETA Nº 8	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Largo do Cruzeiro de São Francisco		141
CASA NOBRE DE JEQUITAIA	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Avenida Jequitaia		59
CASA PIA E COLÉGIO DOS ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM		IPHAN	ASSISTENCIAL	Praça São Joaquim		58
CATEDRAL BASÍLICA DE SALVADOR	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Largo do Terreiro de Jesus		38
CINE - TEATRO JANDAIA	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Avenida José Joaquim Seabra		114
CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA SOLEDADE		IPAC		Largo da Soledade		177
CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA PRAÇA ANA NERI - LARGO DA PALMA	1959	IPHAN	OUTROS			133
CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA PRAÇA SEVERINO VIEIRA - LARGO DA SAÚDE	1959	IPHAN	OUTROS	Largo da Saúde		132
CONJUNTO ARQUITETÔNICO, PAISAGÍSTICO E URBANÍSTICO DO BAIRRO DO COMÉRCIO	2009	IPHAN	OUTROS			138
CONJUNTO ARQUITETÔNICO, PAISAGÍSTICO E URBANÍSTICO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR	1984	IPHAN	OUTROS			129
EDIFÍCIO CARAMURU	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Avenida Estados Unidos		137
EDIFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Tira Chapéu		151
EDIFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Tira Chapéu		165
EDIFÍCIO DOS ARQUITETOS		IPAC		Ladeira da Praça		164
EDIFÍCIO JORNAL A TARDE	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Praça Castro Alves		88
EDIFÍCIO SEDE DO INSTITUTO DO CACAU DA BAHIA	2002	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Avenida Estados Unidos		95
EDIFÍCIO SULACAP	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Avenida Sete de Setembro		87
ELEVADOR LACERDA	2011	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA	Praça Thomé de Souza		116
FONTE BANHEIRO DOS JESUÍTAS						
FONTE DA ÁGUA BRUSCA OU BALUARTE	1984	IPAC	OUTROS	Ladeira da Água Brusca		99
FONTE DA MUNGANGA	1981	IPAC	OUTROS	Avenida Jequitaia		100
FONTE DA RAMPA DO MERCADO	1995	IPAC	OUTROS	Avenida Lafayette Coutinho		163
FONTE DAS PEDRAS	1984	IPAC	OUTROS	Ladeira da Fonte das Pedras		93
FONTE DAS PEDREIRAS	1984	IPAC	OUTROS	Avenida Lafayette Coutinho		152
FONTE DE SANTA LUZIA						
FONTE DE SÃO PEDRO	1984	IPAC	OUTROS	Travessa da Fonte		81
FONTE DO COQUEIRO OU VILA VELHA						
FONTE DO GABRIEL	1984	IPAC	OUTROS	Ladeira do Gabriel		84
FONTE DO GRAVATÁ	1984	IPAC	OUTROS	Ladeira da Independência		103
FONTE DO PEREIRA						
FONTE DO QUEIMADO	1997	IPAC	OUTROS	Largo do Queimado		96
FONTE DO SANTO ANTÔNIO	1984	IPAC	OUTROS	Rua dos Perdões		125
FONTE DO UNHÃO						
FONTE DO VALE DO TORORÓ	1984	IPAC	OUTROS	Rua Monsenhor Rubens Mesquita		85
FONTE DOS PADRES, NA RUA DO JULIÃO	1984	IPAC	OUTROS	Rua Conselheiro Lafayette		124
FORTALEZA DO BARBALHO	1957	IPHAN	MILITAR	Rua Marechal Gabriel Botafogo		56
FORTE DE SÃO PEDRO	1957	IPHAN	MILITAR	Rua Forte de São Pedro		14
FORTE SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO	1980			Largo de Santo Antônio Além do Carmo		180
FORTE SÃO PAULO DA GAMBOA	1938	IPHAN	MILITAR	Rua Hamilton Sapucaia		15
HOSPITAL SANTA ISABEL	1979	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA	Praça Conselheiro Almeida Couto		94
IGREJA DA ORDEM 3º DE SÃO FRANCISCO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua da Ordem Terceira		148
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BARROQUINHA	1941	IPHAN	RELIGIOSA	Ladeira da Barroquinha		20
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE E GLÓRIA	1941	IPHAN	RELIGIOSA	Largo da Saúde		112
IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Largo do Pelourinho		43
IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DA MOURARIA	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Avenida Joana Angélica		22
IGREJA DE SÃO MIGUEL	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Ladeira de São Miguel		149
IGREJA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO - DA RUA DO PASSO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua do Passo		45
IGREJA E CASA DA ORDEM 3º DE SÃO DOMINGOS	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Largo do Terreiro de Jesus		142
IGREJA E CASA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Largo do Carmo		46
IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA PALMA	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Largo da Palma		31
IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua do Carmo		47
IGREJA E CONVENTO DE SANTA TEREZA	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua do Sodré		19
IGREJA E CONVENTO DE SÃO FRANCISCO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua de São Francisco		147
IGREJA E CONVENTO NOSSA SENHORA DA LAPA	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Avenida Joana Angélica		21
IGREJA E CONVENTO NOSSA SENHORA DO DESTERRO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Largo do Desterro		54
IGREJA E MOSTEIRO SÃO BENTO	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Avenida Sete de Setembro		29
IGREJA E SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua da Misericórdia		28
IGREJA MATRIZ DA SANTANA	1941	IPHAN	RELIGIOSA	Praça de Santana		53
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua da Conceição da Praia		30
IGREJA NOSSA SENHORA DO BOQUEIRÃO	1980	IPHAN	RELIGIOSA	Rua Direita do Santo Antônio		48
IGREJA NOSSA SENHORA DO PILAR	1938	IPHAN	RELIGIOSA	Rua do Pilar		51
IGREJA SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS	1941	IPHAN	RELIGIOSA	Largo do Terreiro de Jesus		41
INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA	Avenida Sete de Setembro		119
LAR FRANCISCANO E CAPELA SANTA ISABEL	1979	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA / ASSISTENCIAL	Avenida José Joaquim Seabra		91
MERCADO MODELO - PRAÇA VISCONDE DE CAIRÚ	1966	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Praça Visconde de Cayru		36
MURAL DO ARTISTA CARLOS BASTOS - ED. ARGENTINA - COMÉRCIO	2002	IPAC	OUTROS	Rua da Argentina		153
ORATÓRIO PÚBLICO DA CRUZ DE PASCOAL	1938	IPHAN	OUTROS	Largo da Cruz do Pascoal		50
PAÇO MUNICIPAL DE SALVADOR	1984	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA	Rua Chile		89
PALÁCIO ARQUIEPISCOPAL	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Praça da Sé		37
PALÁCIO DA ACLAMAÇÃO	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA	Praça da Aclamação		120
PALÁCIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Praça Riachuelo		49
PARQUE E FONTE DO QUEIMADO	1997	IPHAN	OUTROS	Largo do Queimado		97
PINTURA MURAL DO ARTISTA GENARO DE CARVALHO NO HOTEL DA BAHIA	1981	IPAC	OUTROS	Avenida Sete de Setembro		80
PRÉDIO À RUA J. CASTRO REBELO N 5 - ANTIGA ESCOLA ESTADUAL MESTRE PASTINHA	1941	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Ladeira de São Miguel		139
PRÉDIO DA ANTIGA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA - CASA DA PRAÇA TERREIRO DE JESUS	2016	IPHAN				
SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PÚBLICA	Avenida José Joaquim Seabra		121
SEMINÁRIO DE SÃO DAMÁSIO	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Bispo		40
SHERATON DA BAHIA HOTEL	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Avenida Sete de Setembro		154
SOBRADO À PRAÇA 15 DE NOVEMBRO N 17	1943	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Largo do Terreiro de Jesus		140
SOBRADO À RUA CONSELHEIRO JUNQUEIRA N 55	1941	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua da Fonte do Gravatá		33
SOBRADO À RUA DO SALDANHA DA GAMA N 25 - CASA RÉGIA	1941	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Saldanha		27
SOBRADO À RUA INÁCIO ACIOLY, Nº 6	1943	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Ordem Terceira		146
SOBRADO AZULEJADO À PRAÇA CAIRU - N 19	1969	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Praça Visconde de Cayru		35
SOBRADO DA PRAÇA ANCHIETA Nº18	1943	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Largo do Cruzeiro de São Francisco		143
SOBRADO DA PRAÇA ANCHIETA Nº20	1943	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Largo do Cruzeiro de São Francisco		144
SOBRADO NA RUA SILVA JARDIM N 56	1980	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Tabuão		123
SOLAR BANDEIRA	NI	IPAC	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Ladeira da Soledade		126
SOLAR DO BARÃO DO RIO REAL	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Praça Almeida Couto		70
SOLAR DO BERQUÓ	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua Visconde de Itaparica		23
SOLAR DO FERRÃO	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua Maciel de Baixo		42
SOLAR DO GRAVATÁ OU SOLAR OLIVEIRA MENDES	1974	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Praça dos Veteranos		32
SOLAR DO SALDANHA - ANTIGO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Saldanha		39
SOLAR DO UNHÃO E CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	1943	IPHAN	INDUSTRIAL OU AGRÍCOLA	Acesso ao Solar do Unhão		16
SOLAR SODRÉ - CASA DE CASTRO ALVES	1938	IPHAN	CIVIL DE FUNÇÃO PRIVADA	Rua do Sodré		150

ANEXO I.F - CONDICIONANTES PARA INSTALAÇÃO DE USOS DO SOLO NA APCP CAS (exceto CH e Comércio)					
	ATIVIDADE	PERMITIDO PELA LOUOS/2016			CONDICIONANTE APCP CAS
		ZPR3	ZCMeCA	ZCLMu	
	COMÉRCIO DE ABASTECIMENTO				
01	Comércio de carnes, aves e peixes para preparo de alimentos	S	S	S	A
02	Comércio de alimentos prontos, inclusive congelados	S	S	S	A
03	Comércio de alimentos em sistema "drive thru" ou "delivery"	S	S	S	A
04	Comércio de bebidas	S	S	S	A
05	Comércio gêneros alimentícios: mercearia, mercado, padaria, panificadora, quitanda, frutaria	S	S	S	A
06	Supermercado, hipermercado	S	S	S	B
07	Outros comércios de abastecimento não especificados	S	S	S	B
	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	S		S	
01	Serviços de alimentação em geral: lanchonete, sorveteria, café, doceria, casa de chá	S	S	S	A
02	Serviços de alimentação e bebidas alcoólicas: bar, botequim, restaurante, choperia, pizzaria	S	S	S	A
03	Outros serviços de alimentação não classificados	S	S	S	B
	COMÉRCIO DIVERSIFICADO				
01	Comércio de variedades, presentes, "souvenirs": bazar, loja de artesanato, armarinho, floricultura	S	S	S	A
02	Comércio de art papelaria, escritório e informática, materiais de desenho e impressos em geral)	S	S	S	A
03	Comércio de art. vestuário, calçados, bolsas, cama, mesa, banho, utilid dom., tecidos e fios têxteis	S	S	S	A
04	Comércio de artigos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	S	S	S	A
05	Comércio de móveis, decoração, alumínio, cristais, espelhos, louças e pratarias,	S	S	S	A
06	Comércio de pedras preciosas, metais preciosos e folheados, bijuterias, obj arte e antiguidades	S	S	S	A
07	Comércio de art ótica, tabacaria, religiosos, CDs e DVDs, brinquedos, mat fotog. cinematográficos	S	S	S	A
08	Comércio de eletrodomésticos	S	S	S	A
09	Comércio de medicamentos e de higiene pessoal	S	S	S	A
10	Loja, magazine, loja de departamentos, grupo de lojas, "shopping center"	S	S	S	B
11	Outros comércios diversificados não classificados	S	S	S	B
	COMÉRCIO ESPECIALIZADO				
01	Comércio de armas e munições	S	S	S	D
02	Comércio de aparelhos e equipamentos médicos e odontológicos	S	S	S	A
03	Show Room	S	S	S	A
04	Comércio de piscinas e saunas, suas peças e acessórios	S	S	S	B
05	Comércio de materiais de construção e ferragens, madeira bruta e produtos metalúrgicos	S	S	S	B
06	Comércio de produtos veterinários, rações e sementes	S	S	S	B
07	Comércio de animais de estimação e peixes ornamentais	S	S	S	A
08	Comércio de máq e equipam; p/ uso comercial, industrial e agropecuário, suas peças e acessórios	S	S	S	B
09	Comércio de veículos automotores, peças e acessórios: agência de autom, feira de veículos	S	S	S	B
10	Comércio de motos e bicicletas, suas peças e acessórios	S	S	S	B
11	Comércio de pneus, câmaras e baterias	S	S	S	B
12	Comércio de combustíveis e lubrificantes, posto de abastecimento de veículos	S	S	S	D
13	Comércio de veículos automotores , com exec. serviços: concessionária de automóveis	S	S	S	B
14	Comércio de prod agropecuarios ou minerais, prod origem animal, adubos, fertilizantes, resinas	S	S	S	B
15	Comércio de artigos de segunda mão: ferro velho, sucata, materiais recicláveis e de demolição	S	S	S	D
16	Comércio de GLP (b)	S	S	S	D
17	Outros comércios especializados não classificados	S	S	S	B
	SERVIÇOS DE SAÚDE			S	
01	Posto de saúde, banco de sangue, posto de coleta de material, vacinação e puericultura	S	S	S	A
02	Consultório, ambulatório	S	S	S	A
03	Clínica médica, odontológica, veterinária, centro de diagnósticos, lab. análises clínicas (a)	S	S	S	A
04	Assist à saúde com emissão de radiação (raios X, radioterapia), assist à saúde c/ eletroterapia (a)	S	S	S	A
05	Empresa de assistência domiciliar ou "home care", serviços de ambulância, serviços de UTI móvel	S	S	S	A

ANEXO I.F - CONDICIONANTES PARA INSTALAÇÃO DE USOS DO SOLO NA APCP CAS (exceto CH e Comércio)					
	ATIVIDADE	PERMITIDO PELA LOUOS/2016			CONDICIONANTE APCP CAS
		ZPR3	ZCMeCA	ZCLMu	
06	Centro Médico e/ou Odontológico (a)	S	S	S	A
07	"Day Hospital" (a)	S	S	S	A
08	Hospital, maternidade (a)	S	S	S	B
09	Outros serviços de assistência à saúde não classificados	S	S	S	B
SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
01	Biblioteca, arquivo	S	S	S	A
02	Creche, berçário, brinquedoteca	S	S	S	A
03	Cursos de artes e ofícios, de instrumentos musicais, de língua estrangeira, de esporte e dança	S	S	S	A
04	Telecentro de assistência, "Call center" assistencial	S	S	S	A
05	Educação pré-escolar, educação fundamental	S	S	S	B
06	Ensino em autoescolas e cursos de pilotagem	S	S	S	A
07	Educação média de formação geral, técnica e profissional	S	S	S	B
08	Educação superior	S	S	S	B
09	Cursos de pós-graduação, atividades de pesquisa e desenvolvimento da ciência	S	S	S	B
10	Cursos preparatórios para exames, ensino supletivo e especial	S	S	S	B
11	Orfanato, albergue noturno, abrigo de medidas protetivas para crianças e adolescentes	S	S	S	A
12	Outros serviços educacionais, de habilitação e de assistência social não classificados	S	S	S	A
SERVIÇOS DE DIVERSÃO, CULTURA, REUNIÃO E AFLUÊNCIA DE PÚBLICO					
01	Museu, pinacoteca, galeria	S	S	S	A
02	Templo (igrejas, terreiros e demais locais de culto)	S	S	S	B
03	Teatro, cinema, auditório, centro para convenções, anfiteatro, arena	S	S	S	B
04	Bilhar, boliche	S	S	S	B
05	Boate, discoteca, casa de eventos, casa noturna	S	S	S	B
06	Clube recreativo, associativo e/ou desportivo, escola de samba, quadra ou salão p/ locação	S	S	S	B
07	Circo, parque de diversões	S	S	S	B
08	Outras atividades de afluência de público não classificadas	S	S	S	B
SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E LOCAÇÃO					
01	Estacionamento, Edifício garagem, locação de veículos	S	S	S	B
02	Central de armazenamento e distribuição de mercadoria e cargas em geral	S	S	S	C
03	Depósito de material em geral, de cargas e encomendas, de madeira, guarda volumes	S	S	S	C
04	Dep inflamáveis, combust. álcool, insetic, lubrif., tintas e vernizes, outros prod quím. perigosos	S	S	S	C
05	Estacion garagens veic.pesados, máquinas, ônibus, veic socorro, de reboque, ambulância, táxis	S	S	S	C
06	Locação em geral (vestimentas, filmes, utensílios domésticos, instrumentos musicais, etc.)	S	S	S	A
07	Locação de máq e ap. uso agrícola, industrial, comercial e médico-hospitalar	S	S	S	B
08	Outros serviços de armazenamento e locação não classificados, exclusive inflamáveis	S	S	S	B
SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO					
01	Confecção de artef. bambu, vime, junco e palha, cortiça, papelão, cartolina e cartão	S	N	S	B
02	Confecção artesanal de bebidas e comidas	S	N	S	B
03	Lavanderia, tinturaria, toalhaeria e similares (exceto industrial)	S	N	S	A
04	Manut.predial: eletricista, encanador, pedreiro, pintor, vidraceiro, jardineiro, raspagem e revest.	S	N	S	A
05	Serv. confecção reparação art. vestuário: costureiro, alfaiate, bordadeiro, camiseiro, sapateiro etc.	S	N	S	A
06	Serviços de conserv, manut, reparação máq e eletrodomésticos, obj pessoais e domésticos	S	N	S	A
07	Serv. rep obras e obj arte, chaveiro e carimbos, entalhador, maquetes e molduras, encadern livros	S	N	S	A
08	Cantaria, marmoraria, carpintaria, marcenaria, vidraçaria e serraria	S	N	S	B
09	Confecção e pintura de faixas, placas e cartazes, confecção de artefatos de couro e pele	S	N	S	C
10	Borracharia, oficina manut, pintura de veic automotores e motos, posto de lavagem de veículos	S	N	S	B
11	Laboratório de controle tecnológico e análise química	S	N	S	B

ANEXO I.F - CONDICIONANTES PARA INSTALAÇÃO DE USOS DO SOLO NA APCP CAS (exceto CH e Comércio)					
	ATIVIDADE	PERMITIDO PELA LOUOS/2016			CONDICIONANTE APCP CAS
		ZPR3	ZCMeCA	ZCLMu	
12	Serviços manut reparação art esportivos e recreat. máq, e equip em geral, inclusive elevadores.	S	N	S	C
13	Serviços de carga de extintores	S	N	S	C
14	Serviços soldagem, serralheria, funilaria e tornearia, artef metal, serv. trat termoquímico	S	N	S	C
15	Lavanderia, tinturaria, toalha (industrial)	S	N	S	C
16	Serviços de desmanche	S	N	S	C
17	Outros serviços técnicos de confecção, manutenção e reparação não classificados	S	N	S	C
ASSOCIAÇÕES, FUNDAÇÕES E ORGANIZAÇÕES					
01	Associações beneficentes, comunitárias e de bairro	S	S	S	A
02	Associações científicas, culturais, profissionais, esportivas e políticas	S	S	S	A
03	Cooperativas, federações, sindicatos de empregados e empregadores	S	S	S	A
04	Institutos, fundações, organizações não-governamentais, conselhos profissionais	S	S	S	A
05	Instituições e organizações culturais, cívicas, políticas ou educacionais	S	S	S	A
06	Serviços de orientação profissional, familiar e social	S	S	S	A
07	Outras associações e organizações não classificadas	S	S	S	A
SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E UTILIDADE PÚBLICA					
01	Gestão e administração de serviços públicos, concessionárias de serviços públicos, cartórios	S	S	S	A
02	Instituições internacionais	S	S	S	A
03	Órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário	S	S	S	A
04	Posto dos Correios	S	S	S	A
05	Posto policial	S	S	S	A
06	Outros serviços de utilidade pública não classificados	S	S	S	A
SERVIÇOS PROFISSIONAIS E PESSOAIS					
01	Academia (ginástica, esporte, dança, natação e similares)	S	S	S	A
02	Adestramento e serviço de hospedagem de animais de estimação	S	S	S	A
03	Administração de imóveis, imobiliária	S	S	S	A
04	Agência represent indústria, com., agric, ag turismo, publicidade, empregos, mensag encomendas	S	S	S	A
05	Agência bancária, capitalização e poupança, cobrança, crédito, financ. investimento, casa lotérica	S	S	S	A
06	Barbearia, salão de beleza, centro de estética e embelezamento	S	S	S	A
07	Escritório assessoria de import e export, ass, fiscal e tributária, consultorias serv técn profissionais	S	S	S	A
08	Estúdio e laboratório fotográfico, gravação de vídeo, de sons e de filmagens	S	S	S	A
09	Copiadora, gráfica, "lan house"	S	S	S	A
10	Serviço de telemarketing	S	S	S	A
11	Serviços ligados à tecnologia de informação (TI), web design	S	S	S	A
12	Centro de inspeção de veículos	S	S	S	D
13	Escritório (inclusive virtual), sede de empresa, grupo de salas, centro empresarial	S	S	S	A
14	Outros serviços profissionais não classificados	S	S	S	B
SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM					
01	Hotel, pousada, albergue, "hostel", pensionato, motel, "flat", apart hotel e não classificados	S	S	S	A
02	Casa de geriatria, asilo, casa de repouso, convento, mosteiro, seminário, casa de retiro	S	S	S	A
USOS ESPECIAIS					
01	Autódromo, Kartódromo ou similar, Pista de Motocross, Velódromo, Aeródromo	Análise Particularizada pela CNLU - Comissão			C
02	Campus Universitário				C
03	Campo de Golfe, Camping, Colônia de Férias				C
04	Central de Abastecimento				C
05	Centro Administrativo				C
06	Centro Gastronômico				C
07	Complexo Social Desportivo, Centro Social Urbano				C

ANEXO I.F - CONDICIONANTES PARA INSTALAÇÃO DE USOS DO SOLO NA APCP CAS (exceto CH e Comércio)					
	ATIVIDADE	PERMITIDO PELA LOUOS/2016			CONDICIONANTE APCP CAS
		ZPR3	ZCMeCA	ZCLMu	
08	Cemitério e Crematório				C
09	Complexo Cultural diversificado				C
10	Complexo Educacional				C
11	Complexo Empresarial				C
12	Complexo Hoteleiro e/ou Turístico				C
13	Complexo Logístico				C
14	Complexo Industrial				C
15	Estádio, Ginásio de Esportes, Vila Olímpica, Piscina Pública				C
16	Hípica e Hipódromo				C
17	Instit. vinc às polícias, sist. penit e defesa: Quartel, Penitenciária, Delegacia, Casa Det, Bombeiros				C
18	Feira permanente				C
19	Parque de exposições				C
20	Parque Metropolitano e Distrital, Jardim Botânico e Jardim Zoológico, Aquário e Planetário				C

LEGENDA

S – Uso permitido pela LOUOS/2016 para a Zona

N – Uso não permitido pela LOUOS/2016 para a Zona

A - Uso sem restrições de localização sob a ótica do patrimônio cultural

B - Uso sujeito à análise do impacto sobre o patrimônio cultural para atividades com área superior a 1000m²

C - Uso condicionado à análise do impacto sobre o patrimônio cultural independentemente da área

ANEXO I.G – Imóveis Especiais (Versão 2019)

LEGENDA	ENDEREÇO	COORDENADAS	CLASSIFICAÇÃO	IMAGEM
1	Rua Gamboa de Cima Nº26	X=551.876,846 Y=8.564.307,906	Especial 2	
2	Rua Gamboa de Cima S/N	X=551.867,304 Y=8.564.306,265	Especial 2	
3	Rua Gamboa de Cima Nº 22	X=551.857,339 Y=8.564.308,081	Especial 2	

4	Largo do Campo Grande, Nº 8 / 584	X=552.009,537 Y=8.564.104,634	Especial 2	
5	Largo do Campo Grande, Nº 7	X=551.986,633 Y=8.564.115,271	Especial 2	
6	Largo do Campo Grande, Nº6	X=-551.972,370 Y=8.564.114,415	Especial 2	
7	Largo do Campo Grande, S/N	X=552.031,658 Y=8.564.084,967	Especial 2	

8	Avenida Sete de Setembro Nº1427	X=551.918,954 Y=8.564.202,752	Especial 2	
9	Avenida Sete de Setembro S/ N	X=551.917,610 Y=8.564.226,252	Especial 2	
10	Rua Forte de São Pedro, S/N	X=552.028,946 Y=8.564.115,357	Especial 2	
11	Avenida Sete de Setembro, S/ N(CASA D'ITALIA)	X=552.000,934 Y=8.564.404,768	Especial 2	
12	Avenida Sete de Setembro Nº 2 (Teatro Vila Velha)	X=551.868,954 Y=8.564.415,089	Especial 1	

13	Avenida Sete de Setembro Nº1370 (Bar Quintal)	X=551.913,500 Y=8.564.290,605	Especial 2	
14	Rua Politeama de Baixo Nº 69	X=552.251,087 Y=8.564.177,700	Especial 2	
15	Rua Forte de São Pedro, S/ N	X=552.067,134 Y=8.564.148,713	Especial 2	
16	Rua Forte de São Pedro Nº29	X=552.079,079 Y=8.564.345,918	Especial 2	

17	Rua Forte de São Pedro S/N	X=552.076,177 Y=8.564.355,280	Especial 2	
18	Avenida Sete Setembro N°2	X=552.072,952 Y=8.564.364,408	Especial 2	
19	Avenida Sete Setembro, S/ N	X=552.098,094 Y=8.564.377,789	Especial 2	
20	Avenida Sete Setembro, N°2	X=552.119,156 Y=8.564.385,431	Especial 2	

21	Rua Politeama S/ N (Instituto Feminino)	X=552.165,056 Y=8.564.279,028	Especial 1	
22	Rua Politeama de Cima N°34	X=552.238,359 Y=8.564.309,566	Especial 2	
23	Avenida Sete de Setembro N°281	X=552.106,594 Y=8.564.429,316	Especial 2	
24	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.133,596 Y=8.564.455,028	Especial 2	

25	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.139,475 Y=8.564.454,430	Especial 2	
26	Avenida Sete de Setembro N°1105	X=552.228,683 Y=8.564.369,373	Especial 1	
27	Avenida Sete de Setembro N°1052	X=552.172,311 Y=8.564.470,780	Especial 2 (Ruína)	
28	Avenida Sete de Setembro N°239	X=552.176,443 Y=8.564.475,112	Especial 2 (Ruína)	

29	Avenida Sete de Setembro N° 1019	X=552.231,540 Y=8.564.433,840	Especial 2	
30	Avenida Sete de Setembro N°176	X=552.236,953 Y=8.564.435,877	Especial 2	
31	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.225,876 Y=8.564.492,240	Especial 2	
32	Avenida Sete de Setembro N°227	X=552.230,494 Y=8.564.497,399	Especial 2	

33	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.246,935 Y=8.564.515,006	Especial 2	
34	Avenida Sete de Setembro N° 955	X=552.280,850 Y=8.564.485,502	Especial 2	
35	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.285,120 Y=8.564.539,011	Especial 2	
36	Avenida Sete de Setembro N°31	X=552.317,316 Y=8.564.498,141	Especial 2	

37	Avenida Sete de Setembro N°907	X=552.321,623 Y=8.564.499,562	Especial 2	
38	Rua São Raimundo N°27	X=552.331,327 Y=8.564.493,920	Especial 2 (Ruína)	
39	Rua São Raimundo N°25	X=552.336,860 Y=8.564.494,765	Especial 2	
40	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.358,239 Y=8.564.524,394	Especial 2	

41	Rua do Rosário Nº5	X=552.381,791 Y=8.564.528,070	Especial 2	
42	Rua do Rosário S/N	X=552.386,802 Y=8.564.527,244	Especial 2	
43	Rua do Rosário S/N	X=552.398,543 Y=8.564.524,800	Especial 2	
44	Rua do Rosário S/N	X=552.409,033 Y=8.564.520,111	Especial 2	

45	Rua do Rosário N°15	X=552.419,253 Y=8.564.517,382	Especial 2	
46	Avenida Sete de Setembro N°S/N	X=552.402,727 Y=8.564.554,581	Especial 1	
47	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.375,957 Y=8.564.594,105	Especial 2	
48	Rua Pedro Autran N°10/51	X=552.352,618 Y=8.564.610,669	Especial 2	

49	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.454,140 Y=8.564.590,991	Especial 2	
50	Avenida Sete de Setembro N°737	X=552.463,226 Y=8.564.596,364	Especial 2	
51	Avenida Sete de Setembro, S/ N	X=552.432,420 Y=8.564.641,577	Especial 2	
52	Avenida Sete de Setembro N°149	X=552.435,360 Y=8.564.644,498	Especial 2	

53	Avenida Sete de Setembro Nº724	X=552.442,989 Y=8.564.649,866	Especial 2	
54	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.453,048 Y=8.564.651,652	Especial 2	
55	Avenida Sete de Setembro Nº710	X=552.460,032 Y=8.564.656,756	Especial 2	
56	Avenida Sete de Setembro Nº715	X=552.483,215 Y=8.564.610,843	Especial 2	

57	Avenida Sete de Setembro N°707	X=552.489,658 Y=8.564.615,641	Especial 2	
58	Avenida Sete de Setembro N°69	X=552.495,014 Y=8.564.619,068	Especial 2	
59	Avenida Sete de Setembro S/N	X=552.498,729 Y=8.564.623,011	Especial 2	
60	Avenida Sete de Setembro N°689	X=552.503,548 Y=8.564.625,471	Especial 2	

61	Avenida Sete de Setembro N°102	X=552.509,166 Y=8.564.630,714	Especial 2	
62	Avenida Sete de Setembro N°100	X=552.514,416 Y=8.564.639,702	Especial 2	
63	Rua Direita da Piedade N°17	X=552.518,195 Y=8.564.585,895	Especial 2	
64	Rua Direita da Piedade N°10	X=552.507,968 Y=8.564.578,931	Especial 2	

65	Rua Direita da Piedade Nº14	X=552.560,138 Y=8.564.549,762	Especial 2	
66	Rua Direita da Piedade Nº16	X=552.555,049 Y=8.564.547,339	Especial 2	
67	Rua Direita da Piedade Nº18	X=552.553,907 Y=8.564.538,641	Especial 2	
68	Rua Direita da Piedade Nº75	X=552.547,923 Y=8.564.532,757	Especial 2	

69	Rua Direita da Piedade Nº 87 / 24	X=552.536,179 Y=8.564.536,052	Especial 2	
70	Rua Direita da Piedade Nº 48 / 48A	X=552.476,462 Y=8.564.503,600	Especial 2	
71	Rua Direita da Piedade Nº 169	X=552.448,652 Y=8.564.529,609	Especial 2	
72	Rua Direita da Piedade S/N	X=552.459,746 Y=8.564.482,687	Especial 2	

73	Rua Direita da Piedade S/N	X=552.456,313 Y=8.564.479,584	Especial 2	
74	Rua Direita da Piedade S/N	X=552.451,188 Y=8.564.470,583	Especial 2	
75	Rua São Raimundo S/N	X=552.405,427 Y=8.564.492,294	Especial 2	
76	Rua São Raimundo S/N	X=552.386,092 Y=8.564.465,136	Especial 1	

77	Rua do Salete Nº 56	X=552.470,260 Y=8.564.455,679	Especial 2	
78	Rua do Salete S/N	X=552.504,218 Y=8.564.411,446	Especial 2	
79	Rua do Salete Nº 120	X=552.507,447 Y=8.564.407,658	Especial 2	
80	Rua do Salete Nº 28	X=552.527,967 Y=8.564.438,696	Especial 2	

81	Rua Carlos Gomes S/N	X=552.375,055 Y=8.564.679,035	Especial 2	
82	Rua Carlos Gomes S/N	X=552.458,627 Y=8.564.734,013	Especial 2	
83	Avenida Sete de Setembro N° 1133	X=552.128,219 Y=8.564.384,995	Especial 2	
84	Largo dos Aflitos S/N (Quartel)	X=552.031,293 Y=8.564.482,589	Especial 1	

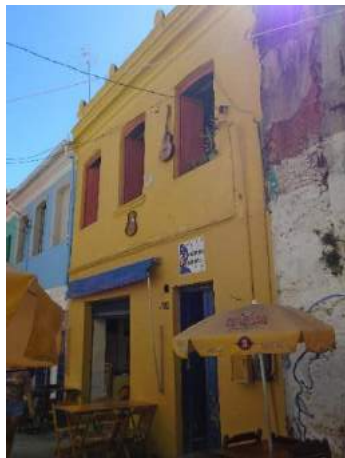
85	Largo dos Aflitos S/N	X=552.028,288 Y=8.564.579,475	Especial 2	
86	Largo dos Aflitos S/N (Igreja dos Aflitos)	X= 552.069,141 Y=8.564.582,863	Especial 1	
87	Ladeira dos Aflitos N° 13	X=552.113,123 Y=8.564.571,434	Especial 2	
88	Ladeira dos Aflitos N° 14	X=552.114,364 Y=8.564.581,728	Especial 2	

89	Ladeira dos Aflitos N° 5	X=552.113,511 Y=8.564.591,339	Especial 2	
90	Ladeira dos Aflitos N° 68	X=552.112,734 Y=8.564.598,458	Especial 2	
91	Ladeira dos Aflitos N° 53	X=552.063,326 Y=8.564.638,769	Especial 2	
92	Ladeira dos Aflitos N° 51	X=552.065,581 Y=8.564.643,481	Especial 2	

93	Ladeira dos Aflitos S/N	X=552.069,338 Y=8.564.646,800	Especial 2	
94	Ladeira dos Aflitos N° 49	X=552.076,374 Y=8.564.648,360	Especial 2	
95	Ladeira dos Aflitos N° 47	X=552.077,210 Y=8.564.653,926	Especial 2	
96	Ladeira dos Aflitos S/N	X=552.081,610 Y=8.564.657,993	Especial 2	

97	Ladeira dos Aflitos S/N	X= 552.090,237 Y= 8.564.666,783	Especial 2 (Ruína)	
98	Ladeira dos Aflitos N° 39	X= 552.088,967 Y=8.564.674,652	Especial 2	
99	Ladeira dos Aflitos N° 37	X=552.093,515 Y=8.564.680,731	Especial 2	
100	Ladeira dos Aflitos N° 35	X= 552.095,953 Y=8.564.686,207	Especial 2	

101	Ladeira dos Aflitos N° 33	X=552.099,684 Y=8.564.690,599	Especial 2	
102	Ladeira dos Aflitos N° 29	X=552.105,780 Y=8.564.700,957	Especial 2	
103	Ladeira do Gabriel N° 28 / 28A	X= 552.227,815 Y=8.564.728,559	Especial 2	
104	Largo Dois de Julho N° 42 (CEAO)	X= 552.439,093 Y=8.564.751,218	Especial 2	

105	Rua da Forca N° 20 / 93	X=552.486,232 Y=8.564.770,073	Especial 2	
106	Rua da Forca N° 22 / 99	X=552.484,265 Y=8.564.774,445	Especial 2	
107	Rua da Forca N° 102	X=552.508,826 Y=8.564.793,876	Especial 2	
108	Rua da Forca S/N	X= 552.505,092 Y=8.564.799,249	Especial 2	

109	Rua da Força S/N	X=552.502,940 Y=8.564.804,655	Especial 2	
110	Rua da Força N°19 / 124	X=552.498,089 Y=8.564.810,647	Especial 2	
111	Rua da Força S/N	X=552.484,034 Y=8.564.819,297	Especial 2	
112	Rua do Cabeça N° 48 / 23	X=552.475,867 Y=8.564.843,260	Especial 2	

113	Rua do Cabeça S/N	X= 552.486,401 Y=8.564.869,732	Especial 2	
114	Rua do Cabeça S/N	X= 552.489,622 Y=8.564.868,260	Especial 2	
115	Praça da Piedade S/N (Igreja e Convento da Lapa)	X= 552.669,032 Y=8.564.614,583	Especial 1	
116	Praça da Piedade S/N	X= 552.622,266 Y=8.564.616,436	Especial 2	

117	Praça da Piedade S/N (Polícia Civil da Bahia)	X= 552.618,645 Y=8.564.581,560	Especial 2	
118	Rua Direita da Piedade S/N	X= 552.604,944 Y=8.564.568,767	Especial 2	
119	Praça da Piedade S/N (Faculdade Economia da UFBA)	X= 552.553,461 Y=8.564.625,025	Especial 1	
120	Praça da Piedade S/N	X= 552.541,630 Y=8.564.644,918	Especial 2	

121	Praça da Piedade S/N (Igreja de São Pedro)	X= 552.530,127 Y=8.564.660,392	Especial 1	
122	Praça da Piedade S/N	X= 552.610,165 Y=8.564.734,723	Especial 1	
123	Praça da Piedade S/N (Gabinete Português de Leitura)	X= 552.648,023 Y=8.564.706,236	Especial 1	
124	Rua Portão da Piedade S/N (OAB)	X= 552.718,257 Y=8.564.758,048	Especial 2	

125	Rua Portão da Piedade Nº 50 / 13	X= 552.651,218 Y=8.564.765,501	Especial 2	
126	Avenida Sete de Setembro Nº 57	X= 552.628,242 Y=8.564.803,537	Especial 2	
127	Praça Barão do Rio Branco S/N	X= 552.637,385 Y=8.564.808,266	Especial 2	
128	Praça Barão do Rio Branco S/N	X= 552.642,977 Y=8.564.810,701	Especial 2	

129	Rua Portão da Piedade S/N	X= 552.651,236 Y=8.564.809,258	Especial 2	
130	Praça Barão do Rio Branco S/N	X= 552.666,086 Y=8.564.846,130	Especial 2	
131	Praça Barão do Rio Branco S/N	X= 552.670,674 Y=8.564.835,125	Especial 2	
132	Rua Portão da Piedade S/N	X= 552.678,668 Y=8.564.820,558	Especial 2	

133	Rua Portão da Piedade S/N	X= 552.680,246 Y=8.564.816,731	Especial 2	
134	Rua Portão da Piedade S/N	X= 552.677,728 Y=8.564.810,310	Especial 2	
135	Rua Portão da Piedade S/N	X= 552.682,240 Y=8.564.799,092	Especial 2	
136	Rua Portão da Piedade Nº 33	X= 552.688,404 Y=8.564.794,252	Especial 2	

137	Rua Portão da Piedade Nº 39	X= 552.691,301 Y=8.564.787,922	Especial 2	
138	Rua Portão da Piedade Nº 97	X= 552.686,797 Y=8.564.777,514	Especial 2	
139	Avenida Joana Angélica Nº 185	X= 552.755,147 Y=8.564.830,899	Especial 2	
140	Avenida Joana Angélica S/N	X= 552.771,686 Y=8.564.840,729	Especial 2	
141	Avenida Joana Angélica S/N	X= 552.791,724 Y=8.564.815,065	Especial 2	

142	Rua do Paraíso Nº 57	X= 552.916,455 Y=8.565.040,773	Especial 2	
143	Rua do Paraíso S/N	X= 552.719,306 Y=8.565.029,724	Especial 2	
144	Rua Nova de São Bento Nº 5	X= 552.711,384 Y=8.565.005,035	Especial 2	
145	Rua Nova de São Bento S/N	X= 552.712,140 Y=8.564.999,801	Especial 2	

146	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.681,941 Y=8.565.038,383	Especial 2	
147	Avenida Sete de Setembro N° 277	X= 552.677,184 Y=8.565.011,889	Especial 2	
148	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.676,331 Y=8.564.982,920	Especial 2	
149	Rua 21 de Abril S/N	X= 552.681,200 Y=8.564.896,519	Especial 2	

150	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.605,320 Y=8.564.832,045	Especial 2	
151	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.603,464 Y=8.564.840,729	Especial 2	
152	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.626,709 Y=8.564.948,816	Especial 2	
153	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.628,922 Y=8.564.964,054	Especial 2	

154	Avenida Sete de Setembro Nº 17	X= 552.634,043 Y=8.565.175,921	Especial 2	
155	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.634,281 Y=8.565.208,130	Especial 2	
156	Avenida Carlos Gomes Nº 19	X= 552.576,416 Y=8.565.219,590	Especial 2	
157	Avenida Carlos Gomes S/N	X= 552.602,095 Y=8.565.182,638	Especial 2	

158	Avenida Carlos Gomes S/N	X= 552.600,581 Y=8.565.144,474	Especial 2	
159	Avenida Carlos Gomes Nº 59	X= 552.554,136 Y=8.565.050,956	Especial 2	
160	Avenida Carlos Gomes Nº 95	X= 552.560,092 Y=8.564.936,009	Especial 2	
161	Avenida Carlos Gomes Nº 403	X= 552.555,077 Y=8.564.908,261	Especial 2	

162	Avenida Carlos Gomes Nº 406	X= 552.553,805 Y=8.564.900,386	Especial 2	
163	Avenida Carlos Gomes Nº 98	X= 552.555,385 Y=8.564.894,626	Especial 2	
164	Avenida Carlos Gomes Nº 119	X= 552.561,777 Y=8.564.849,690	Especial 2	
165	Avenida Sete de Setembro Nº 77	X= 552.710,507 Y=8.565.223,087	Especial 2	

166	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.697,414 Y=8.565.242,911	Especial 2	
167	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.686,425 Y=8.565.248,741	Especial 2	
168	Avenida Sete de Setembro Nº 8	X= 552.676,724 Y= 8.565.262,070	Especial 2	
169	Avenida Sete de Setembro S/N	X= 552.667,146 Y=8.565.276,160	Especial 2	

170	Ladeira dos Barris, N° 3	X= 552.637,408 Y=8.564.596,811	Especial 2	
171	Ladeira dos Barris N° 178 / 25	X= 552.710,146 Y= 8.564.491,422	Especial 2	
172	Ladeira dos Barris N° 27	X=552.715,098 Y=8.564.485,372	Especial 2	
173	Ladeira dos Barris N° 205	X=552.747,296 Y=8.564.487,776	Especial 2	

174	Travessa dos Barris Nº 28	X=552.758,263 Y=8.564.511,291	Especial 2	 A photograph of a two-story building with a vibrant green facade and white architectural details, including arched windows and a decorative cornice. A satellite dish is mounted on the roof. A vertical timestamp '21 06 2019' is visible on the left side of the image.
175	Travessa dos Barris Nº 28	X= 552.770,981 Y=8.564.510,400	Especial 2	 A photograph of a three-story building with a pink and white facade. It features multiple windows with white frames and a decorative balcony on the upper floor. A vertical timestamp '21 06 2019' is visible on the left side of the image.
176	Travessa dos Barris Nº 9	X=552.770,684 Y=8.564.479,258	Especial 2	 A photograph of a three-story building with a light blue facade. It has a balcony on the second floor and a 'P' parking sign on the ground floor. A vertical timestamp '19 06 2018' is visible on the left side of the image.
177	Rua General Labatut Nº62	X=552.793,975 Y=8.564.465,670	Especial 2	 A photograph of a three-story building with a green and red facade. It has a balcony on the second floor. A red car is parked in the foreground on the left. A vertical timestamp '19 06 2018' is visible on the left side of the image.

178	Rua General Labatut Nº60	X=552.787,399 Y=8.564.464,494	Especial 2	
179	Rua General Labatut Nº 38/171	X=552.737,242 Y=8.564.413,995	Especial 2	
180	Rua General Labatut Nº 137	X=552.704,179 Y=8.564.401,337	Especial 2	
181	Rua General Labatut Nº 2	X=552.615,247 Y=8.564.322,749	Especial 2	
182	Rua do Salete S/N	X=552.597,422 Y=8.564.381,107	Especial 2	

				
183	Rua do Salete Nº 47	X=552.541,152 Y=8.564.325,781	Especial 2	
184	Rua Theodoro Sampaio/ Rua Almeida Sande/ Rua Dionísio S/N	X=552.581,321 Y=8.564.214,451	Especial 2	
185	Rua General Labatut Nº 17	X=552.699,755 Y=8.564.350,505	Especial 2	
186	Rua Comendador Gomes Costa Nº 44	X=552.718,050 Y=8.564.328,555	Especial 2	

187	Rua Comendador Gomes Costa Nº 55	X=552.750,443 Y=8.564.340,647	Especial 2	
188	Rua Comendador Gomes Costa Nº 78	X=552.738,226 Y=8.564.304,143	Especial 2	
189	Rua Comendador Gomes Costa Nº 79/8	X=552.765,711 Y=8.564.327,159	Especial 2	
190	Rua General Labatut S/N (BIBLIOTECA)	X=552.792,711 Y=8.564.378,737	Especial 2	
191	Rua Conselheiro Espínola Nº 116	X=552.759,628 Y=8.564.277,771	Especial 2	

192	Rua do Salete Nº 10	X=552.691,637 Y=8.564.234,601	Especial 2	
193	Rua Comendador Gomes Costa S/N	X=552.815,778 Y=8.564.267,023	Especial 2	
194	Rua Conselheiro Espínola Nº49	X=552.805,411 Y=8.564.318,746	Especial 2	
195	Rua Conselheiro Espínola Nº 57	X=552.810,582 Y=8.564.322,604	Especial 2	

196	Rua Conselheiro Espínola S/N	X=552.815,512 Y=8.564.326,670	Especial 2	
197	Rua Conselheiro Espínola Nº 68	X=552.839,072 Y=8.564.300,396	Especial 2	
198	Rua Conselheiro Espínola Nº 74	X=552.846,479 Y=8.564.305,805	Especial 2	
199	Rua Conselheiro Espínola Nº 9	X=552.861,862 Y=8.564.306,107	Especial 2	

200	Rua Futuro do Tororó N°20	X=553.152,370 Y=8.564.583,878	Especial 2	
201	Rua Futuro do Tororó N°18	X=553.156,538 Y=8.564.578,666	Especial 2	
202	Rua Futuro do Tororó N°16	X=553.149,381 Y=8.564.561,208	Especial 2	
203	Rua Futuro do Tororó N°6	X=553.180,952 Y=8.564.561,050	Especial 2	

204	Rua Futuro do Tororó S/ N	X=553.191,949 Y=8.564.553,423	Especial 2	 A three-story yellow building with green shutters and arched windows. A silver car is parked in front. A date stamp '27 06 2019' is visible in the top right corner.
205	Rua Amparo do Tororó N°70	X=553.198,425 Y=8.564.549,498	Especial 2	 A two-story red building with white trim around the windows and doors. A dark car is parked in front. A date stamp '27 06 2019' is visible in the bottom right corner.
206	Rua Amparo do Tororó S/ N	X=553.178,290 Y=8.564.509,363	Especial 2	 A two-story light pink building with white trim. A white car is parked in front. A date stamp '27 06 2019' is visible in the top right corner.
207	Rua Amparo do Tororó N°17	X=553.177,234 Y=8.564.504,354	Especial 2	 A two-story pink building with white trim. A white car is parked in front. A date stamp '27 06 2019' is visible in the top right corner.

208	Rua Amparo do Tororó Nº19	X=553.171,155 Y=8.564.499,856	Especial 2	
209	Rua Amparo do Tororó Nº21	X=553.168,077 Y=8.564.494,667	Especial 2	
210	Rua Capelinha do Tororó S/ N	X=553.141,837 Y=8.564.207,246	Especial 1	
211	Rua Ismael Ribeiro S/N	X=553.240,436 Y=8.564.545,643	Especial 2	
212	Rua Arquimedes Gonçalves Nº 142	X= 553.487,921 Y=8.565.014,604	Especial 2	

213	Rua Arquimedes Gonçalves Nº 154	X= 553.489,201 Y=8.564.998,171	Especial 2	
214	Rua Arquimedes Gonçalves Nº19 (Painel de Carybé)	X= 553.494,025 Y=8.564.974,086	Especial 2	
215	Rua Arquimedes Gonçalves Nº 226	X= 553.508,230 Y=8.564.925,895	Especial 2	
216	Rua Arquimedes Gonçalves Nº 240	X= 553.511,401 Y=8.564.913,678	Especial 2	
217	Rua Arquimedes Gonçalves Nº 288	X= 553.519,514 Y=8.564.874,570	Especial 2	
218	Boulevard América Nº 72	X= 553.501,518 Y=8.564.685,147	Especial 2	

219	Boulevard América N° 44	X= 553.497,781 Y=8.564.826,558	Especial 2	
220	Boulevard América N° 36 / 161	X= 553.496,278 Y=8.564.866,759	Especial 2	
221	Boulevard América N° 32 / 145	X= 553.493,789 Y=8.564.883,452	Especial 2	
222	Boulevard América N° 18	X= 553.482,221 Y=8.564.923,485	Especial 2	
223	Boulevard América S/N	X= 553.474,718 Y=8.564.951,614	Especial 2	

224	Boulevard América Nº 15	X= 553.452,149 Y=8.564.906,192	Especial 2	
225	Boulevard América Nº 23	X= 553.462,826 Y=8.564.845,476	Especial 2	
226	Boulevard América Nº 33	X= 553.452,800 Y=8.564.771,179	Especial 2	
227	Boulevard Suíço Nº 8ª / 49	X= 553.395,552 Y=8.564.975,374	Especial 2	

228	Boulevard Suíço Nº 61	X= 553.388,568 Y=8.564.971,662	Especial 2	
229	Boulevard Suíço Nº 16 / 117	X= 553.369,507 Y=8.564.958,360	Especial 2	
230	Boulevard Suíço Nº 129	X= 553.391,877 Y=8.564.948,058	Especial 2	
231	Boulevard Suíço Nº 228	X= 553.398,527 Y=8.564.838,970	Especial 2	

232	Boulevard Suíço Nº 238	X= 553.398,055 Y=8.564.828,522	Especial 2	
233	Boulevard Suíço Nº 282	X= 553.396,321 Y=8.564.790,228	Especial 2	
234	Avenida Joana Angélica S/N (Colégio Central)	X=553.049,748 Y=8.564.821,249	Especial 1	
235	Avenida Joana Angélica S/N (Colégio Central)	X=53.086,139 Y=8.564.846,838	Especial 1	
236	Rua Engenheiro Silva Lima S/N	X=552.962,052 Y=8.564.934,269	Especial 2	

237	Avenida Joana Angélica S/N	X=553.115,239 Y=8.564.957,567	Especial 2	
238	Rua da Mouraria 23	X=553.080,064 Y=8.565.036,848	Especial 2	
239	Rua da Mouraria Nº 51	X=553.087,384 Y=8.565.081,524	Especial 2	
240	Rua da Mouraria Nº 53	X=553.086,954 Y=8.565.087,672	Especial 2	
241	Rua da Mouraria Nº 55	X=553.087,784 Y=8.565.093,522	Especial 2	

242	Rua da Mangueira S/N	X=553.126,697 Y=8.565.066,733	Especial 2	
243	Rua da Mangueira Nº 32	X=553.133,020 Y=8.565.085,734	Especial 2	
244	Rua da Mangueira Nº 38	X=553.130,902 Y=8.565.120,326	Especial 2	
245	Ladeira da Independência Nº 16	X=553.235,401 Y=8.565.113,311	Especial 2	
246	Ladeira da Independência Nº 18	X=553.223,717 Y=8.565.140,778	Especial 2 (Ruína)	

247	Ladeira da Independência Nº 60	X=53.199,433 Y=8.565.260,995	Especial 2	
248	Ladeira da Independência Nº 59	X=553.236,770 Y=8.565.304,684	Especial 2 (Ruína)	
249	Ladeira da Independência Nº 57	X=553.239,029 Y=8.565.297,994	Especial 2	
250	Ladeira da Independência S/N	X=553.239,380 Y=8.565.278,492	Especial 2 (Ruína)	

251	Ladeira da Independência Nº 47	X=553.241,142 Y=8.565.267,184	Especial 2	
252	Ladeira da Independência S/N	X=553.241,223 Y=8.565.260,896	Especial 2 (Ruína)	
253	Ladeira da Independência Nº 43	X=553.242,164 Y=8.565.254,062	Especial 2	
254	Ladeira da Independência S/N	X=553.243,709 Y=8.565.247,539	Especial 2	

255	Ladeira da Independência Nº 39	X=553.244,591 Y=8.565.242,305	Especial 2 (Ruína)	
256	Ladeira da Independência S/N	X=553.245,433 Y=8.565.237,033	Especial 2 (Ruína)	
257	Ladeira da Independência Nº 35	X=553.247,326 Y=8.565.229,583	Especial 2	
258	Ladeira da Independência Nº 31	X=553.250,200 Y=8.565.213,865	Especial 2 (Ruína)	

259	Ladeira da Independência S/N	X=553.252,060 Y=8.565.205,466	Especial 2 (Ruína)	
260	Ladeira da Independência S/N	X=553.256,644 Y=8.565.186,886	Especial 2	
261	Rua do Tingui Nº 26/ 91	X=553.279,971 Y=8.565.250,639	Especial 2	
262	Rua do Tingui Nº 28/ 95	X=553.279,046 Y=8.565.255,395	Especial 2 (Ruína)	

263	Rua do Tingui Nº 97	X=553.277,060 Y=8.565.259,433	Especial 2	
264	Rua do Tingui Nº 101	X=553.276,873 Y=8.565.263,920	Especial 2	
265	Rua do Tingui Nº 145	X=553.276,803 Y=8.565.269,383	Especial 2	
266	Rua do Tingui S/N	X=553.277,010 Y=8.565.305,204	Especial 2	

267	Rua do Tingui Nº 56/155	X=553.275,212 Y=8.565.315,437	Especial 2	
268	Rua do Tingui S/N	X=553.273,594 Y=8.565.319,963	Especial 2	
269	Rua do Tingui Nº 193	X=553.275,631 Y=8.565.350,227	Especial 2	
270	Praça Dom Pedro II / Largo do Campo da Pólvora (Fórum)	X=553.348,099 Y=8.565.224,049	Especial 1	

271	Avenida Joana Angélica N° 808	X=553.331,793 Y=8.565.012,856	Especial 2	
272	Avenida Joana Angélica N° 874	X=553.380,221 Y=8.565.063,460	Especial 2	
273	Avenida Joana Angélica S/N	X=553.438,541 Y=8.565.087,614	Especial 2	
274	Avenida Joana Angélica N° 1246	X=553.628,085 Y=8.565.331,776	Especial 2	
275	Avenida Joana Angélica N° 171	X=553.633,393 Y=8.565.333,377	Especial 2 (Ruína)	

276	Avenida Joana Angélica Nº 1254	X=553.638,492 Y=8.565.336,159	Especial 2	
277	Avenida Joana Angélica S/N	X=553.660,678 Y=8.565.334,662	Especial 2	
278	Avenida Joana Angélica Nº 1312	X=553.664,146 Y=8.565.377,400	Especial 1	
279	Avenida Joana Angélica S/N	X=553.684,411 Y=8.565.391,435	Especial 1	

280	Avenida Joana Angélica Nº 380/ 149	X=553.687,983 Y=8.565.411,444	Especial 1	
281	Avenida Joana Angélica Nº 1311	X= 553.633,062 Y=8.565.421,422	Especial 2	
282	Avenida Joana Angélica Nº198	X=553.657,485 Y=8.565.476,080	Especial 1	
283	Avenida Joana Angélica Nº 1381	X=553.686,132 Y=8.565.481,299	Especial 1	

284	Avenida Joana Angélica Nº 1381	X=553.701,190 Y=8.565.479,018	Especial 2	
285	Avenida Joana Angélica Nº 204	X=553.707,529 Y=8.565.478,746	Especial 2	
286	Avenida Joana Angélica Nº 207/ 1408	X=553.801,693 Y=8.565.439,156	Especial 2	
287	Rua Santa Clara Nº 40/187	X=553.393,682 Y=8.565.354,723	Especial 2	

288	Rua Santa Clara Nº 42	X=553.390,214 Y=8.565.364,615	Especial 2	
289	Ladeira do Desterro Nº 4D	X=553.380,388 Y=8.565.366,966	Especial 2	
290	Ladeira do Desterro Nº 12	X=553.471,592 Y=8.565.419,284	Especial 2	
291	Largo do Campo da Pólvora / Rua da Tingui S/N (Posto de Saúde)	X=553.307,284 Y=8.565.121,897	Especial 2	
292	Rua no Tingui Nº80/ 57 (Lateral da Igreja de Santana)	X=553.271,382 Y=8.565.370,534	Especial 2	

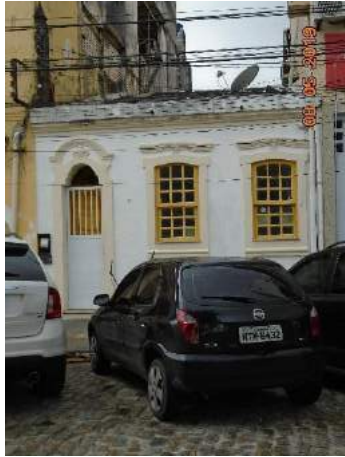
293	Rua no Tingui Nº 141	X=553.278,025 Y=8.565.302,073	Especial 2	
294	Rua no Tingui Nº 52/ 174	X=553.276,675 Y=8.565.308,676	Especial 2	
295	Rua no Tingui Nº 151	X=553.275,600 Y=8.565.311,729	Especial 2	
296	Rua do Castanheda, Nº 73	X= 552.945,774 Y=8.565.079,525	Especial 2	

297	Rua do Castanheda, Nº 71	X=552.946,033 Y=8.565.086,629	Especial 2	
298	Rua do Castanheda, Nº 69	X=552.945,529 Y=8.565.091,545	Especial 2	
299	Rua do Castanheda Nº 67ª/67	X=552.945,744 Y=8.565.097,505	Especial 2	
300	Rua do Castanheda Nº 47	X=552.937,491 Y= 8.565.168,455	Especial 2 (Ruína)	

301	Rua do Castanheda Nº 37	X=552.930,454 Y=8.565.200,716	Especial 2	
302	Rua do Castanheda Nº 31	X=552.937,679 Y=8.565.218,659	Especial 2	
303	Rua do Castanheda S/N	X=552.986,245 Y=8.565.131,284	Especial 2	
304	Rua do Castanheda Nº 53	X=552.987,394 Y=8.565.125,452	Especial 2	

305	Rua da Mouraria Nº 66	X= 553.023,179 Y=8.565.125,452	Especial 2	
306	Rua da Mouraria Nº 68	X=553.023,185 Y=8.565.130,750	Especial 2	
307	Rua da Mouraria Nº 74	X=553.023,688 Y=8.565.142,204	Especial 2	
308	Rua da Mouraria Nº 80	X=553.019,059 Y=8.565.149,592	Especial 2	

309	Rua da Mouraria Nº 82	X=553.016,069 Y=8.565.153,783	Especial 2	
310	Rua da Mouraria Nº 84	X=553.014,400 Y=8.565.158,547	Especial 2	
311	Rua da Mouraria Nº100	X=552.994,216 Y=8.565.191,657	Especial 2	
312	Travessa Engenheiro Allioni Nº 07	X=552.986,183 Y=8.565.241,463	Especial 2	

313	Praça Duque de Caxias (Quartel)	X=553.079,097 Y=8.565.172,468	Especial 1	
314	Rua da Mangueira Nº 65	X=553.132,146 Y=8.565.195,453	Especial 2	
315	Rua da Mangueira Nº 67	X=553.131,359 Y=8.565.202,177	Especial 2	
316	Rua da Mangueira Nº 69	X=553.134,085 Y=8.565.211,096	Especial 2	

317	Ladeira da Palma Nº 16	X=553.026,641 Y=8.565.355,730	Especial 2	
318	Rua da Mangueira Nº 73	X=553.123,568 Y=8.565.216,444	Especial 2	
319	Rua da Mangueira S/N	X=553.120,167 Y=8.565.221,092	Especial 2	
320	Rua da Mangueira Nº 89	X=553.096,940 Y=8.565.255,218	Especial 2	

321	Rua da Mangueira Nº 93	X=553.092,412 Y=8.565.264,647	Especial 2	
322	Rua do Bângala S/N	X=553.168,692 Y=8.565.221,149	Especial 2	
323	Rua do Bângala Nº 76	X=553.167,885 Y=8.565.226,023	Especial 2	
324	Rua do Bângala Nº 160	X=553.160,863 Y=8.565.276,167	Especial 2	

325	Rua do Bângala Nº 39/ 145	X=553.126,759 Y=8.565.254,910	Especial 2	
326	Rua do Bângala Nº 171	X=553.123,726 Y=8.565.279,491	Especial 2	
327	Rua do Bângala Nº 29/ 17	X=553.118,822 Y=8.565.292,104	Especial 2	
328	Rua do Bângala Nº 193	X=553.117,022 Y=8.565.298,582	Especial 2	

329	Rua do Bângala Nº 199	X=553.116,006 Y=8.565.304,479	Especial 2	
330	Rua do Bângala Nº 15/ 217	X=553.110,434 Y=8.565.322,111	Especial 2	
331	Rua do Bângala Nº 13/ 229	X=553.112,597 Y=8.565.328,069	Especial 2	
332	Rua do Bângala S/N	X=553.145,394 Y=8.565.296,596	Especial 2 (Ruína)	

333	Rua do Bângala Nº 184	X=553.151,071 Y=8.565.303,272	Especial 2	
334	Rua do Bângala Nº 190	X=553.153,451 Y=8.565.308,481	Especial 2	
335	Rua do Bângala Nº 196	X=553.151,832 Y=8.565.313,715	Especial 2	
336	Rua do Bângala Nº 202/ 46	X=553.149,709 Y=8.565.319,931	Especial 2	

337	Rua do Bângala Nº 210/ 44	X=553.148,212 Y=8.565.326,223	Especial 2	
338	Rua do Bângala Nº 214	X=553.146,672 Y=8.565.331,442	Especial 2	
339	Rua do Bângala Nº 222	X=553.141,251 Y=8.565.345,196	Especial 2	
340	Rua do Bângala Nº 226	X=553.131,079 Y=8.565.350,400	Especial 2	

341	Rua do Bângala Nº 236	X=553.120,527 Y=8.565.355,947	Especial 2	
342	Rua do Bângala S/N	X=553.114,793 Y=8.565.359,060	Especial 2	
343	Largo da Palma Nº 11	X=553.038,403 Y=8.565.338,257	Especial 2	
344	Largo da Palma Nº 12	X=553.030,381 Y=8.565.338,283	Especial 2	

345	Largo da Palma Nº 13	X=553.029,534 Y=8.565.328,724	Especial 2	
346	Largo da Palma S/N	X=553.022,832 Y=8.565.323,263	Especial 2	
347	Largo da Palma Nº 10	X=553.061,434 Y=8.565.326,800	Especial 2	
348	Largo da Palma Nº 09	X=553.066,127 Y=8.565.323,496	Especial 2	

349	Largo da Palma Nº 46	X=553.069,564 Y=8.565.319,931	Especial 2	
350	Largo da Palma Nº 40	X=553.074,713 Y=8.565.316,132	Especial 2	
351	Largo da Palma Nº 01	X=552.996,277 Y=8.565.268,995	Especial 2	
352	Largo da Palma S/N	X=552.990,142 Y=8.565.275,588	Especial 2	

353	Largo da Palma Nº 06	X=552.976,169 Y=8.565.290,214	Especial 2	
354	Largo da Palma Nº 04/ 05	X=552.972,726 Y=8.565.324,570	Especial 2	
355	Largo da Palma S/N	X=552.985,911 Y=8.565.338,474	Especial 2 (Ruína)	
356	Largo da Palma Nº 02	X=552.994,427 Y=8.565.347,073	Especial 2	

357	Largo da Palma S/N	X=553.001,901 Y=8.565.350,230	Especial 2	
358	Ladeira da Palma Nº 21	X=553.005,341 Y=8.565.356,775	Especial 2 (Ruína)	
359	Ladeira da Palma Nº 19	X=553.007,252 Y=8.565.362,739	Especial 2	
360	Ladeira da Palma Nº17	X=553.011,065 Y=8.565.366,698	Especial 2	

361	Ladeira da Palma Nº 13	X=553.014,313 Y=8.565.377,418	Especial 2	
362	Ladeira da Palma Nº 11	X=553.020,669 Y=8.565.379,892	Especial 2	
363	Ladeira da Palma Nº 09	X=553.023,587 Y=8.565.384,469	Especial 2	
364	Ladeira da Palma S/N	X=553.027,158 Y=8.565.395,358	Especial 2	

365	Ladeira da Palma N° 03	X=553.031,132 Y=8.565.399,553	Especial 2	
366	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=553.603,168 Y=8.566.241,911	Especial 2	
367	Avenida José Joaquim Seabra N°351	X=553.599,307 Y=8.566.239,063	Especial 2	
368	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=553.594,968 Y=8.566.235,499	Especial 2	

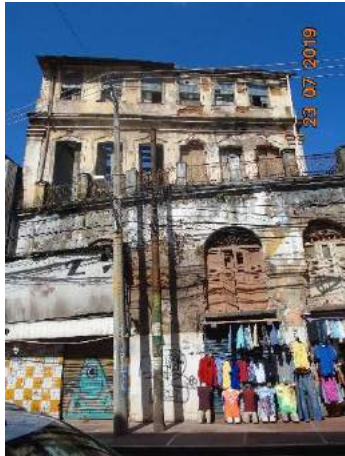
369	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.590,108 Y=8.566.232,100	Especial 2	
370	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.585,662 Y=8.566.229,059	Especial 2	
371	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.581,322 Y=8.566.226,108	Especial 2	
372	Avenida José Joaquim Seabra Nº 341	X=553.579,281 Y=8.566.219,204	Especial 2	

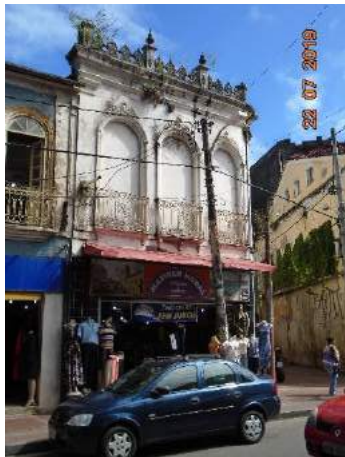
373	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.539,998 Y=8.566.241,390	Especial 2	
374	Avenida José Joaquim Seabra N°329	X=553.546,767 Y=8.566.199,680	Especial 2	
375	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.547,060 Y=8.566.189,635	Especial 2	
376	Avenida José Joaquim Seabra N°323	X=553.533,779 Y=8.566.184,869	Especial 2	

377	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.519,469 Y=8.566.213,886	Especial 2	
378	Avenida José Joaquim Seabra N°319	X=553.526,371 Y=8.566.181,793	Especial 2	
379	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.503,134 Y=8.566.195,832	Especial 2	
380	Avenida José Joaquim Seabra N° 314/316	X=553.497,920 Y=8.566.187,642	Especial 2	

381	Avenida José Joaquim Seabra N°317	X=553.512,112 Y=8.566.166,643	Especial 2	
382	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.507,393 Y=8.566.163,602	Especial 2	
383	Avenida José Joaquim Seabra N°40	X=553.503,463 Y=8.566.161,805	Especial 2	
384	Rua das Flores S/ N	X=553.469,611 Y=8.566.175,863	Especial 2	

385	Rua das Flores S/ N	X=553.457,875 Y=8.566.174,453	Especial 2	
386	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.412,587 Y=8.565.633,859	Especial 2	
387	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.453,332 Y=8.566.149,911	Especial 2	
388	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.444,585 Y=8.566.143,738	Especial 2	

389	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.437,777 Y=8.566.137,953	Especial 2	
390	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.430,580 Y=8.566.130,274	Especial 2 (Ruína)	
391	Avenida José Joaquim Seabra N°285c	X=553.451,269 Y=8.566.117,912	Especial 2 (Ruína)	
392	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.463,233 Y=8.566.125,895	Especial 2	

393	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.421,502 Y=8.566.118,490	Especial 2	
394	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.419,776 Y=8.566.113,111	Especial 2	
395	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.416,856 Y=8.566.109,328	Especial 2	
396	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.440,462 Y=8.566.012,704	Especial 2	

397	Avenida José Joaquim Seabra Nº277	X=553.459,777 Y=8.566.048,157	Especial 2	
398	Ladeira do Carmo S/ N	X=553.367,037 Y=8.566.063,209	Especial 2	
399	Ladeira do Carmo S/ N	X=553.367,008 Y=8.566.071,528	Especial 2	
400	Ladeira do Carmo S/ N	X=553.362,004 Y=8.566.079,462	Especial 2	

401	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.412,721 Y=8.566.040,431	Especial 2	
402	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.407,625 Y=8.566.035,406	Especial 2	
403	Avenida José Joaquim Seabra N°268	X=553.401,987 Y=8.566.010,242	Especial 2	
404	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.400,813 Y=8.566.003,371	Especial 2	

405	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.390,606 Y=8.565.960,146	Especial 2	 A street-level photograph of a two-story building with a red awning over the entrance. A person on a motorcycle is in the foreground, and a silver car is parked to the right. Colorful triangular flags are strung across the street in front of the building.
406	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.385,598 Y=8.565.940,882	Especial 2	 A street-level photograph of a building with a blue awning that has the word 'AVACADO' written on it. A white car is parked in front, and a person is standing near the entrance. Colorful triangular flags are strung across the street.
407	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=553.383,709 Y=8.565.932,688	Especial 2	 A street-level photograph of a building with a red awning that has the word 'Stock' written on it. A silver car is parked in front, and a person is standing near the entrance. Colorful triangular flags are strung across the street.
408	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.377,772 Y=8.565.899,349	Especial 2	 A street-level photograph of a building with a yellow facade and arched windows. A red car is parked in front, and a person is standing near the entrance. Colorful triangular flags are strung across the street.

409	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.403,306 Y=8.565.872,053	Especial 2	
410	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.383,195 Y=8.565.803,159	Especial 2	
411	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.389,986 Y=8.565.794,065	Especial 2	
412	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.375,848 Y=8.565.783,064	Especial 2	
413	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.435,602 Y=8.565.708,992	Especial 2	

414	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.443,938 Y=8.565.693,358	Especial 2	
415	Avenida José Joaquim Seabra N°150	X=553.420,644 Y=8.565.666,212	Especial 2	
416	Avenida José Joaquim Seabra N°51	X=553.409,163 Y=8.565.648,432	Especial 2	
417	Avenida José Joaquim Seabra N°1	X=553.440,084 Y=8.565.645,434	Especial 2	

418	Avenida José Joaquim Seabra N°171	X=553.441,023 Y=8.565.640,357	Especial 2	
419	Avenida José Joaquim Seabra N°169	X=553.441,760 Y=8.565.635,740	Especial 2	
420	Avenida José Joaquim Seabra N°171	X=553.442,522 Y=8.565.631,161	Especial 2	
421	Avenida José Joaquim Seabra N°120	X=553.371,253 Y=8.565.570,166	Especial 2	

422	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.367,741 Y=8.565.563,896	Especial 2	
423	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.325,543 Y=8.565.565,319	Especial 2	
424	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.395,576 Y=8.565.543,032	Especial 2	
425	Avenida José Joaquim Seabra N°45	X=553.390,297 Y=8.565.538,681	Especial 2	

426	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.385,752 Y=8.565.534,913	Especial 2	
427	Avenida José Joaquim Seabra N°2	X=553.383,075 Y=8.565.526,817	Especial 2	
428	Ladeira do Prata S/ N	X=553.415,399 Y=8.565.498,352	Especial 2	
429	Ladeira do Prata N°8	X=553.418,064 Y=8.565.493,043	Especial 2	
430	Ladeira do Prata N°11	X=553.390,029 Y=8.565.469,240	Especial 2	

431	Ladeira do Prata Nº15	X=553.398,805 Y=8.565.460,142	Especial 2	
432	Ladeira do Prata Nº17	X=553.402,302 Y=8.565.455,647	Especial 2	
433	Ladeira do Prata Nº19	X=553.406,244 Y=8.565.450,735	Especial 2	
434	Ladeira do Desterro Nº4	X=553.487,396 Y=8.565.504,212	Especial 2	

435	Ladeira de Sant'Ana S/ N	X=553.265,699 Y=8.565.414,791	Especial 2	
436	Rua da Fonte do Gravatá S/ N	X=553.259,615 Y=8.565.396,305	Especial 2	
437	Rua da Fonte do Gravatá Nº48	X=553.247,637 Y=8.565.381,582	Especial 2	
438	Rua da Fonte do Gravatá Nº46	X=553.246,359 Y=8.565.375,955	Especial 2	

439	Rua da Fonte do Gravatá Nº44	X=553.235,792 Y=8.565.378,335	Especial 2	
440	Rua da Fonte do Gravatá Nº40	X=553.218,731 Y=8.565.370,510	Especial 2 (Ruína)	
441	Ladeira do Bângala S/ N	X=553.175,265 Y=8.565.316,959	Especial 2 (Ruína)	
442	Ladeira do Gravatá S/ N	X=553.178,225 Y=8.565.341,666	Especial 2	
443	Ladeira do Gravatá S/ N	X=553.182,269 Y=8.565.351,224	Especial 2	

444	Ladeira do Gravatá S/ N	X=553.171,080 Y=8.565.350,996	Especial 2	
445	Ladeira do Gravatá Nº39	X=553.169,406 Y=8.565.357,300	Especial 2	
446	Ladeira do Gravatá Nº35	X=553.160,193 Y=8.565.363,158	Especial 2	
447	Ladeira do Gravatá Nº31	X=553.157,473 Y=8.565.368,145	Especial 2	

448	Ladeira do Gravatá Nº31	X=553.152,563 Y=8.565.370,090	Especial 2	
449	Ladeira do Gravatá Nº29	X=553.147,753 Y=8.565.371,909	Especial 2 (Ruína)	
450	Ladeira do Gravatá Nº27	X=553.145,268 Y=8.565.375,223	Especial 2	
451	Ladeira do Gravatá Nº25	X=553.141,639 Y=8.565.377,164	Especial 2	

452	Ladeira do Gravatá Nº21	X=553.134,929 Y=8.565.383,047	Especial 2	
453	Ladeira do Gravatá Nº17	X=553.126,703 Y=8.565.388,867	Especial 2	
454	Ladeira do Gravatá Nº15	X=553.122,151 Y=8.565.390,388	Especial 2	
455	Ladeira do Gravatá Nº13	X=553.117,267 Y=8.565.391,844	Especial 2	

456	Ladeira do Gravata Nº11	X=553.113,566 Y=8.565.394,249	Especial 2	
457	Ladeira do Gravata S/ N	X=553.109,205 Y=8.565.394,633	Especial 2	
458	Ladeira do Gravata S/ N	X=553.105,631 Y=8.565.396,914	Especial 2 (Ruína)	
459	Ladeira do Gravata S/ N	X=553.101,366 Y=8.565.398,160	Especial 2 (Ruína)	

460	Ladeira do Gravata Nº29	X=553.169,676 Y=8.565.398,874	Especial 2 (Ruína)	
461	Ladeira do Gravata Nº16	X=553.159,643 Y=8.565.420,988	Especial 2 (Ruína)	
462	Ladeira do Gravata S/N	X=553.151,543 Y=8.565.424,835	Especial 2	
463	Ladeira do Gravata S/N	X=553.131,108 Y=8.565.425,429	Especial 2	
464	Ladeira do Gravata Nº8	X=553.125,217 Y=8.565.427,657	Especial 2	

465	Ladeira do Gravata S/N	X=553.116,788 Y=8.565.422,734	Especial 2	
466	Praça dos Veteranos S/ N	X=553.118,552 Y=8.565.431,789	Especial 2 (Ruína)	
467	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.121,403 Y=8.565.445,385	Especial 2	
468	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.160,230 Y=8.565.453,284	Especial 2	

469	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=553.173,356 Y=8.565.451,923	Especial 2	
470	Avenida José Joaquim Seabra N°99	X=553.178,170 Y=8.565.454,679	Especial 2	
471	Ladeira da Palma S/N	X=553.056,898 Y=8.565.391,082	Especial 2	
472	Avenida José Joaquim Seabra N°77	X=553.022,641 Y=8.565.408,817	Especial 2	

473	Avenida José Joaquim Seabra N°222	X=553.006,293 Y=8.565.389,662	Especial 2	 A photograph of a storefront on Avenida José Joaquim Seabra N°222. The building is old and weathered, with a sign above the entrance. Several people are standing in front of the store. A date stamp '15-05-2019' is visible in the top right corner.
474	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=552.999,588 Y=8.565.387,996	Especial 2	 A photograph of a storefront on Avenida José Joaquim Seabra S/N. The building is old and weathered, with a sign above the entrance. Several people are standing in front of the store. A date stamp '15-05-2019' is visible in the top right corner.
475	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=552.997,240 Y=8.565.381,956	Especial 2	 A photograph of a storefront on Avenida José Joaquim Seabra S/N. The building is old and weathered, with a sign above the entrance. Several people are standing in front of the store. A date stamp '16-05-2019' is visible in the top right corner.
476	Avenida José Joaquim Seabra N°69	X=552.991,784 Y=8.565.375,546	Especial 2	 A photograph of a storefront on Avenida José Joaquim Seabra N°69. The building is old and weathered, with a sign above the entrance. Several people are standing in front of the store. A date stamp '15-05-2019' is visible in the top right corner.

477	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=552.981,098 Y=8.565.362,221	Especial 2	
478	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=552.974,357 Y=8.565.359,432	Especial 2	
479	Avenida José Joaquim Seabra N°19	X=552.892,267 Y=8.565.283,043	Especial 2	
480	Avenida José Joaquim Seabra/Praça da Barroquinha N°2	X=552.889,680 Y=8.565.271,848	Especial 2	

481	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=552.852,672 Y=8.565.302,783	Especial 2	
482	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=552.846,282 Y=8.565.296,504	Especial 2	
483	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=552.842,293 Y=8.565.288,415	Especial 2	
484	Avenida José Joaquim Seabra S/N	X=552.830,520 Y=8.565.276,249	Especial 2	
485	Avenida José Joaquim Seabra N°26	X=552.826,097 Y=8.565.262,492	Especial 2	

486	Ladeira da Barroquinha S/N	X=552.817,356 Y=8.565.239,328	Especial 2	
487	Largo da Barroquinha /Ladeira das Hortas Nº43	X=552.843,841 Y=8.565.222,080	Especial 2	
488	Avenida José Joaquim Seabra S/ N	X=553.094,103 Y=8.565.461,765	Especial 2	
489	Praça dos Veteranos Nº69	X=553.037,328 Y=8.565.405,631	Especial 2	
490	Ladeira do Desterro S/N	X=553.380,946 Y=8.565.394,231	Especial 2	

491	Avenida José Joaquim Seabra N°7	X=553.442,990 Y=8.565.626,269	Especial 2	 A photograph of a storefront on a street. The entrance is covered by a red awning. Several mannequins dressed in colorful clothing are standing in front of the store. A date stamp '05-08-2019' is visible in the top right corner.
492	Ladeira do Desterro N°19	X=553.456,317 Y=8.565.466,016	Especial 2	 A photograph of a three-story building with a pink facade. It has green shutters on the windows and green doors on the ground floor. A date stamp '05-08-2019' is visible in the top right corner.
493	Ladeira do Desterro N°17	X=553.456,517 Y=8.565.471,650	Especial 2	 A photograph of a two-story building with a yellow facade and white trim around the windows and doors. A date stamp '05-08-2019' is visible in the bottom right corner.
494	Ladeira do Desterro N°15	X=553.455,369 Y=8.565.477,775	Especial 2	 A photograph of a two-story building with a white facade. It has a green door and green shutters on the windows. A date stamp '05-08-2019' is visible in the top right corner. A silver car is parked on the street in front of the building.

495	Ladeira do Desterro Nº13	X=553.455,758 Y=8.565.484,140	Especial 2	
496	Ladeira do Desterro S/N	X=553.455,097 Y=8.565.490,614	Especial 2	
497	Ladeira do Desterro S/N	X=553.502,672 Y=8.565.456,865	Especial 2	
498	Rua da Fonte do Gravata Nº05	X=553.276,379 Y=8.565.396,510	Especial 2	

499	Rua da Fonte do Gravatá Nº56	X=553.270,445 Y=8.565.394,011	Especial 2	
500	Avenida José Joaquim Seabra Nº28	X=552.922,441 Y=8.565.362,588	Especial 2	
501	Rua da Fonte Nova do Desterro S/N	X=553.457,787 Y=8.565.646,141	Especial 2	
502	Rua da Fonte Nova do Desterro S/N	X=553.459,759 Y=8.565.641,349	Especial 2 (Ruína)	

503	Rua da Fonte Nova do Desterro S/N	X=553.461,639 Y=8.565.636,317	Especial 2	
504	Rua da Fonte Nova do Desterro S/N	X=553.466,517 Y=8.565.627,699	Especial 2	
505	Rua da Fonte Nova do Desterro N° 12	X=553.468,203 Y=8.565.622,606	Especial 2	
506	Rua da Fonte Nova do Desterro S/ N	X=553.486,399 Y=8.565.594,653	Especial 2	

507	Rua da Fonte Nova do Desterro N°	X=553.500,627 Y=8.565.571,453	Especial 2	
508	Rua da Fonte Nova do Desterro N°42	X=553.522,069 Y=8.565.543,270	Especial 2 (Ruína)	
509	Rua da Fonte Nova do Desterro N°48	X=553.506,687 Y=8.565.509,465	Especial 2	
510	Avenida José Joaquim Seabra/Praça da Barroquinha S/ N	X=552.901,036 Y=8.565.224,695	Especial 2	

511	Rua da Poeira N°86/88	X=553.639,639 Y=8.565.511,631	Especial 2	
512	Rua da Poeira N°81	X=553.589,767 Y=8.565.497,303	Especial 2	
513	Rua da Poeira N°64	X=553.601,409 Y=8.565.574,672	Especial 2	
514	Rua da Poeira N°37	X=553.533,420 Y=8.565.594,392	Especial 2	

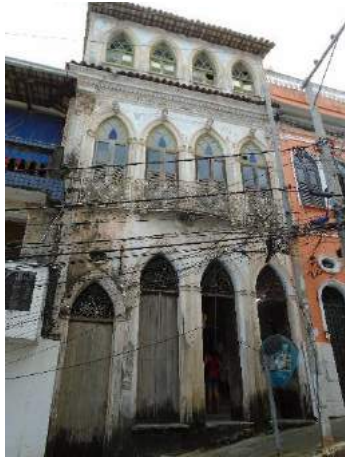
515	Rua da Poeira Nº35	X=553.528,633 Y=8.565.596,515	Especial 2	 A three-story yellow building with arched windows and balconies. The ground floor has a large arched doorway. The building shows signs of age and wear. A date stamp '30 07 2019' is visible in the top right corner.
516	Rua da Poeira N33	X=553.527,620 Y=8.565.600,864	Especial 2	 A two-story white building with arched windows and a metal door. The building has a simple facade with some graffiti on the lower part. A date stamp '30 07 2019' is visible in the top right corner.
517	Rua da Poeira Nº31	X=553.524,512 Y=8.565.603,694	Especial 2 (Ruína)	 A two-story red building in a state of ruin. The facade is heavily damaged, with missing windows and crumbling walls. A black car is parked in front of the building. A date stamp '30 07 2019' is visible in the bottom right corner.
518	Rua Senador Leão Veloso Nº9	X=553.622,452 Y=8.565.936,531	Especial 2	 A two-story blue building with a tiled roof. The building has a simple facade with a few windows. A black car is parked in front of the building. A date stamp '08 08 2019' is visible in the bottom right corner.

519	Rua da Poeira N°8	X=553.478,090 Y=8.565.674,101	Especial 2	
520	Rua da Poeira N°190	X=553.471,936 Y=8.565.677,999	Especial 2	
521	Rua da Poeira N°4	X=553.468,477 Y=8.565.682,627	Especial 2	
522	Rua da Poeira S/N	X=553.463,172 Y=8.565.684,910	Especial 2	

523	Rua do Jenipapeiro N°2	X=553.492,935 Y=8.565.681,981	Especial 2	
524	Largo da Glória S/N	X=553.586,451 Y=8.565.901,905	Especial 2 (Ruína)	
525	Rua Jogo do Carneiro N°421	X=553.591,244 Y=8.565.784,429	Especial 2	
526	Rua do Jenipapeiro S/N	X=553.517,654 Y=8.565.689,071	Especial 2	

527	Rua Jogo do Lourenço S/N	X=553.523,425 Y=8.565.826,347	Especial 2	
528	Rua Jogo do Lourenço N°12/48	X=553.524,102 Y=8.565.840,309	Especial 2	
529	Rua Jogo do Lourenço N°1	X=553.524,558 Y=8.565.847,964	Especial 2	
530	Ladeira da Saúde N°21	X=553.501,549 Y=8.565.836,632	Especial 2	

531	Ladeira da Saúde N°7	X=553.495,630 Y=8.565.836,323	Especial 2	
532	Ladeira da Saúde N°17	X=553.489,749 Y=8.565.831,617	Especial 2	
533	Ladeira da Saúde N°15	X=553.484,088 Y=8.565.819,593	Especial 2	
534	Ladeira da Saúde S/N	X=553.479,077 Y=8.565.843,817	Especial 2	

535	Ladeira da Saúde N°11	X=553.474,580 Y=8.565.817,604	Especial 2	
536	Ladeira da Saúde S/ N	X=553.475,251 Y=8.565.879,058	Especial 2	
537	Ladeira da Saúde N°62	X=553.480,753 Y=8.565.879,586	Especial 2	
538	Ladeira da Saúde N°32	X=553.486,149 Y=8.565.888,061	Especial 2	

539	Ladeira da Saúde N°34	X=553.491,231 Y=8.565.885,746	Especial 2	
540	Ladeira da Saúde N°36	X=553.495,967 Y=8.565.875,339	Especial 2	
541	Ladeira da Saúde N°42	X=553.500,622 Y=8.565.877,313	Especial 2	
542	Ladeira da Saúde N°40	X=553.505,973 Y=8.565.879,053	Especial 2	

543	Ladeira da Saúde N°30	X=553.512,533 Y=8.565.883,103	Especial 2	
544	Rua do Alvo N°9	X=553.527,246 Y=8.565.871,041	Especial 2	
545	Rua do Alvo S/N	X=553.528,121 Y=8.565.875,370	Especial 2	
546	Rua do Alvo S/ N	X=553.530,628 Y=8.565.882,484	Especial 2 (Ruína)	

547	Rua do Alvo S/ N	X=553.525,137 Y=8.565.888,819	Especial 2 (Ruína)	
548	Rua do Alvo N°41/47	X=553.535,923 Y=8.565.908,547	Especial 2	
549	Rua do Alvo N°49	X=553.523,882 Y=8.565.916,827	Especial 2	
550	Rua do Alvo N°73	X=553.524,975 Y=8.565.922,213	Especial 2	

551	Rua do Alvo N°71	X=553.526,585 Y=8.565.927,510	Especial 2	
552	Rua do Alvo N°63	X=553.527,219 Y=8.565.932,715	Especial 2	
553	Rua do Alvo N°69	X=553.531,004 Y=8.565.937,173	Especial 2	
554	Rua do Alvo N°109	X=553.530,979 Y=8.565.969,851	Especial 2	

555	Rua do Alvo N°41	X=553.529,069 Y=8.565.974,524	Especial 2	
556	Rua do Alvo N°121	X=553.525,069 Y=8.565.978,860	Especial 2	
557	Rua do Alvo S/N	X=553.524,079 Y=8.565.983,516	Especial 2	
558	Rua do Alvo N°45	X=553.520,650 Y=8.565.992,132	Especial 2	

559	Rua do Alvo N°163	X=553.508,708 Y=8.566.020,712	Especial 2	
560	Rua do Alvo N°207	X=553.504,739 Y=8.566.056,320	Especial 2	
561	Rua do Alvo N°259	X=553.468,608 Y=8.566.080,841	Especial 2	
562	Rua do Alvo N°132	X=553.581,475 Y=8.566.000,817	Especial 2	

563	Rua do Alvo N°78	X=553.568,069 Y=8.565.933,963	Especial 2	 A photograph of a two-story building with a bright orange facade. The windows are covered with metal grates. A utility pole with wires is visible in the foreground.
564	Rua do Alvo N°56	X=553.564,818 Y=8.565.911,225	Especial 2	 A photograph of a two-story building with a white facade. The windows have green shutters. The building is situated on a street with a cobblestone sidewalk.
565	Rua do Alvo S/N	X=553.563,344 Y=8.565.906,141	Especial 2	 A photograph of a two-story building with a pink facade. The building has arched windows and a white door. A utility pole is visible in the foreground.
566	Rua do Alvo N°88	X=553.565,866 Y=8.565.900,520	Especial 2	 A photograph of a two-story building with a yellow facade. The building has a flat roof and a white door. A white car is parked in the foreground.

567	Rua do Alvo N°94	X=553.558,304 Y=8.565.885,524	Especial 2	
568	Rua do Alvo N°96	X=553.557,972 Y=8.565.879,924	Especial 2	
569	Rua do Alvo S/N	X=553.560,772 Y=8.565.874,297	Especial 2	
570	Rua do Alvo N°15	X=553.553,457 Y=8.565.870,070	Especial 2	

571	Largo da Saúde S/N	X=553.570,450 Y=8.565.868,753	Especial 2	
572	Largo da Saúde N°4	X=553.561,995 Y=8.565.824,021	Especial 2	
573	Largo da Saúde S/N	X=553.569,606 Y=8.565.823,177	Especial 2	
574	Largo da Saúde N°471	X=553.575,697 Y=8.565.822,081	Especial 2	
575	Rua Jogo do Carneiro N°448	X=553.596,769 Y=8.565.836,696	Especial 2	

576	Rua Jogo do Carneiro N°464	X=553.602,989 Y=8.565.831,791	Especial 2	
577	Rua Jogo do Carneiro N°458	X=553.606,135 Y=8.565.826,318	Especial 2	
578	Rua Jogo do Carneiro N°186/2	X=553.617,943 Y=8.565.824,555	Especial 2	
579	Rua Jogo do Carneiro N°188 / 444 / 4	X=553.626,877 Y=8.565.820,480	Especial 2	

580	Rua Jogo do Carneiro N°410	X=553.645,356 Y=8.565.797,967	Especial 2	 A single-story building with a light pink facade. It has three rectangular windows with white frames and a red door. The building is situated on a street with a sidewalk and a curb. A date stamp '08 08 2019' is visible in the bottom right corner.
581	Rua Jogo do Carneiro N°402	X=553.655,267 Y=8.565.788,108	Especial 2	 A multi-story building with a blue facade. It has several windows with white frames and a balcony on the upper floor. The building is situated on a street with a sidewalk and a curb. A date stamp '08 08 2019' is visible in the bottom right corner.
582	Rua Jogo do Carneiro S/N	X=553.659,294 Y=8.565.765,693	Especial 2	 A single-story building with a yellow facade. It has two rectangular windows with white frames and a dark door. The building is situated on a street with a sidewalk and a curb. A date stamp '08 08 2019' is visible in the bottom right corner.
583	Rua Jogo do Carneiro S/N	X=553.658,255 Y=8.565.759,266	Especial 2	 A single-story building with a green facade. It has three rectangular windows with white frames and a dark door. The building is situated on a street with a sidewalk and a curb. A date stamp '08 08 2019' is visible in the bottom right corner.
584	Rua Jogo do Carneiro S/N	X=553.673,986 Y=8.565.722,336	Especial 2	 A multi-story building with a blue facade. It has several windows with white frames and a balcony on the upper floor. The building is situated on a street with a sidewalk and a curb. A date stamp '08 08 2019' is visible in the bottom right corner.

585	Rua Jogo do Carneiro S/N	X=553.680,056 Y=8.565.711,943	Especial 2	
586	Rua Jogo do Carneiro S/N	X=553.724,815 Y=8.565.674,198	Especial 2	
587	Rua Jogo do Carneiro N° 23 / 152A	X=553.813,098 Y=8.565.585,604	Especial 2	
588	Rua Jogo do Carneiro N°157	X= 553.754,915 Y=8.565.571,420	Especial 2	
589	Rua Jogo do Carneiro N°199	X=553.726,779 Y=8.565.607,788	Especial 2	

590	Rua Jogo do Carneiro N°26	X=553.724,062 Y=8.565.615,510	Especial 2	
591	Rua Jogo do Carneiro S/ N	X=553.683,474 Y=8.565.662,822	Especial 2	
592	Rua Jogo do Carneiro N°291	X=553.664,948 Y=8.565.670,617	Especial 2	
593	Rua Jogo do Carneiro N°50/297	X=553.660,680 Y=8.565.676,872	Especial 2	

594	Rua Jogo do Carneiro N°58	X=553.648,463 Y=8.565.692,642	Especial 2	
595	Rua Jogo do Carneiro N°14	X=553.639,769 Y=8.565.697,743	Especial 2	
596	Rua Jogo do Carneiro N°47	X=553.634,326 Y=8.565.701,029	Especial 2	
597	Rua Jogo do Carneiro N°335	X=553.628,500 Y=8.565.704,137	Especial 2	

598	Rua Senador Leão Veloso N°11	X=553.627,595 Y=8.565.932,298	Especial 2	
599	Rua Jogo do Carneiro N°37	X=553.614,281 Y=8.565.724,209	Especial 2	
600	Rua Jogo do Carneiro N°265	X=553.611,366 Y=8.565.736,145	Especial 2	
601	Rua Jogo do Carneiro N°375	X=553.611,263 Y=8.565.748,318	Especial 2 (Ruína)	

602	Rua Jogo do Carneiro S/ N	X=553.608,379 Y=8.565.752,953	Especial 2 (Ruína)	
603	Rua Jogo do Carneiro N°94	X=553.602,101 Y=8.565.766,029	Especial 2	
604	Rua Jogo do Carneiro N°407 / 23	X=553.594,816 Y=8.565.774,179	Especial 2 (Ruína)	
605	Praça Conselheiro Almeida Couto N° 134	X=554.008,219 Y=8.565.621,381	Especial 1	

606	Praça Conselheiro Almeida Couto Nº 374	X=554.043,065 Y=8.565.795,173	Especial 1	
607	Rua do Limoeiro Nº 137	X=554.052,103 Y=8.565.921,237	Especial 2	
608	Praça Conselheiro Almeida Couto S/N	X=553.856,010 Y=8.565.895,359	Especial 2	
609	Praça Conselheiro Almeida Couto Nº 13/ 632	X=553.900,009 Y=8.565.778,586	Especial 2	
610	Praça Conselheiro Almeida Couto Nº 656	X=553.904,317 Y=8.565.763,130	Especial 2	

611	Praça Conselheiro Almeida Couto Nº 4/ 680	X=553.912,518 Y=8.565.740,349	Especial 2	
612	Rua Bela Vista do Cabral Nº 12	X=554.214,759 Y=8.566.054,133	Especial 2	
613	Rua do Cabral S/N	X=554.148,493 Y=8.565.989,989	Especial 2	
614	Rua do Cabral S/N	X=554.104,620 Y=8.565.939,515	Especial 2	

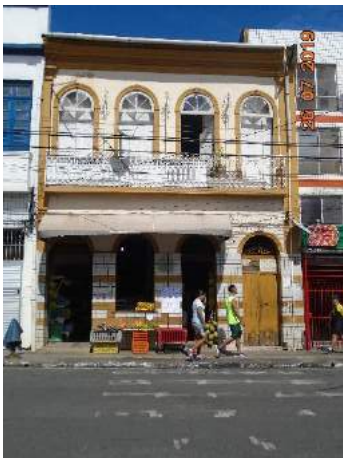
615	Rua do Cabral Nº 59	X=554.038,669 Y=8.565.996,345	Especial 2	
616	Rua do Cabral Nº 53	X=554.032,136 Y=8.565.988,862	Especial 2	
617	Rua do Limoeiro S/N	X=554.021,986 Y=8.565.888,929	Especial 2	
618	Rua do Limoeiro S/N	X=554.055,006 Y=8.565.870,723	Especial 2	
619	Rua do Limoeiro Nº 106	X=554.068,862 Y=8.565.865,108	Especial 2	

620	Rua do Limoeiro Nº 112	X=554.076,425 Y=8.565.861,513	Especial 2	
621	Rua do Limoeiro Nº 11/ 118	X=554.082,385 Y=8.565.859,343	Especial 2	
622	Avenida José Joaquim Seabra S/N (Mercado das Sete Portas)	X=554.267,986 Y=8.566.200,814	Especial 2	
623	Rua Djalma Dutra S/N	X=554.135,954 Y=8.565.488,579	Especial 2	

624	Rua Siqueira Campos Nº 24	X=553.914,260 Y=8.566.639,603	Especial 2	
625	Rua Siqueira Campos Nº 22	X=553.908,181 Y=8.566.635,651	Especial 2 (Ruína)	
626	Rua Siqueira Campos S/N	X=553.902,223 Y=8.566.635,191	Especial 2	
627	Rua Siqueira Campos Nº 10 / 53	X=553.876,550 Y=8.566.620,109	Especial 2	

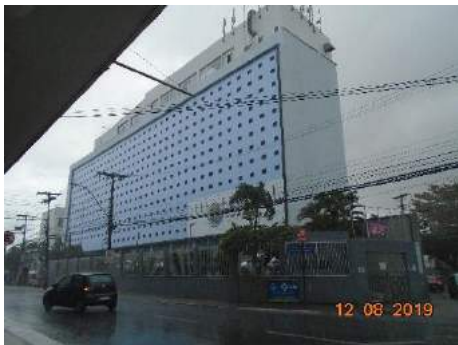
628	Rua Siqueira Campos Nº 51	X=553.873,323 Y=8.566.619,471	Especial 2 (Ruína)	
629	Rua Siqueira Campos S/N	X=553.864,480 Y=8.566.618,477	Especial 2	
630	Rua Siqueira Campos S/N	X=553.865,701 Y=8.566.623,878	Especial 2	
631	Rua Professor Palma Nº 11	X=554.028,378 Y=8.566.652,846	Especial 2	
632	Rua Siqueira Campos S/N	X=553.939,213 Y=8.566.619,947	Especial 2 (Ruína)	

633	Rua Siqueira Campos Nº 11 / 60	X=553.883,667 Y=8.566.594,686	Especial 2	
634	Rua Siqueira Campos Nº 13 / 68	X=553.889,705 Y=8.566.594,545	Especial 2	
635	Rua Siqueira Campos Nº 78 / 15	X=553.898,573 Y=8.566.594,763	Especial 2	
636	Rua Siqueira Campos Nº 166	X=553.972,048 Y=8.566.556,829	Especial 2	

637	Rua Siqueira Campos N° 192	X=553.992,081 Y=8.566.548,906	Especial 2	
638	Rua Siqueira Campos N° 230	X=554.022,667 Y=8.566.525,002	Especial 2	
639	Rua Siqueira Campos N° 49	X=554.024,724 Y=8.566.514,035	Especial 2	
640	Rua Siqueira Campos N° 55 / 252	X=554.040,740 Y=8.566.510,261	Especial 2	

641	Rua Siqueira Campos N° 56 / 187	X=554.014,824 Y=8.566.582,049	Especial 2	
642	Rua Siqueira Campos N° 85 / 193	X= 554.026,102 Y= 8.566.584,787	Especial 2	
643	Ladeira do Arco N° 140	X=553.953,724 Y=8.566.394,124	Especial 2	
644	Ladeira do Arco N° 170 / 17	X=553.952,485 Y=8.566.386,834	Especial 2	
645	Rua Engenheiro João Pimenta Bastos N° 2	X= 554.064,062 Y=8.566.561,322	Especial 2	

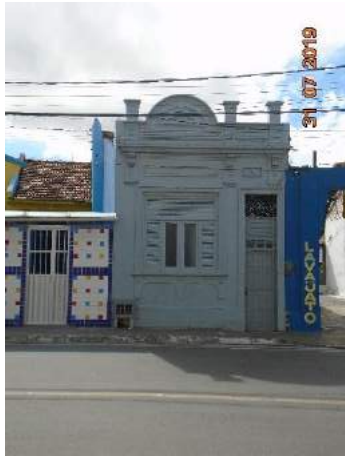
646	Rua Siqueira Campos N° 245	X=554.056,884 Y=8.566.546,465	Especial 2	
647	Rua Siqueira Campos N° 255	X=554.048,342 Y=8.566.550,980	Especial 2	
648	Rua Siqueira Campos N° 161	X=553.997,408 Y=8.566.598,775	Especial 2	
649	Praça do Barbalho S/N (ICEIA)	X=554.222,718 Y=8.566.504,596	Especial 1	
650	Rua dos Perdões S/N	X=554.098,151 Y=8.566.816,270	Especial 2	

651	Rua Emídio dos Santos S/ N	X=554.205,759 Y=8.566.995,608	Especial 2	
652	Rua Emídio dos Santos Nº29	X=554.130,121 Y=8.567.011,697	Especial 2	
653	Rua Emídio dos Santos Nº66	X=554.130,007 Y=8.567.019,923	Especial 2	
654	Rua Emídio dos Santos S/N	X=554.130,249 Y=8.567.027,456	Especial 2	
655	Rua São José de Cima Nº4	X=554.060,435 Y=8.566.878,306	Especial 2	

656	Rua São José de Cima Nº6	X=554.052,595 Y=8.566.891,322	Especial 2	
657	Rua São José de Cima S/N	X=554.055,587 Y=8.566.900,445	Especial 2	
658	Rua São José de Cima Nº10	X=554.056,864 Y=8.566.909,420	Especial 2	
659	Rua São José de Cima Nº89/12	X=554.058,264 Y=8.566.918,875	Especial 2	

660	Rua São José de Cima Nº9	X=554.093,796 Y=8.566.876,407	Especial 2	
661	Rua São José de Cima Nº32	X=554.074,087 Y=8.566.985,295	Especial 2	
662	Largo da Lapinha S/N	X=554.201,432 Y=8.567.788,868	Especial 2	
663	Largo da Lapinha Nº 21	X=554.181,071 Y=8.567.752,962	Especial 2	

664	Largo da Lapinha Nº 25	X=554.147,121 Y=8.567.740,388	Especial 2	
665	Largo da Lapinha S/N	X=554.172,662 Y=8.567.656,361	Especial 2	
666	Largo da Lapinha Nº 29	X=554.188,103 Y=8.567.676,087	Especial 2	
667	Largo da Lapinha S/N	X=554.179,748 Y=8.567.713,052	Especial 1	

668	Largo da Lapinha S/N	X=554.222,312 Y=8.567.692,774	Especial 2	
669	Corredor da Lapinha N° 68	X=554.256,412 Y=8.567.717,721	Especial 2	
670	Corredor da Lapinha N° 07	X=554.265,785 Y=8.567.777,104	Especial 2	
671	Corredor da Lapinha S/N	X=554.297,099 Y=8.567.719,307	Especial 2	
672	Corredor da Lapinha N° 35	X=554.310,277 Y=8.567.707,186	Especial 2	

673	Corredor da Lapinha N° 31	X=554.317,748 Y=8.567.692,665	Especial 2	
674	Corredor da Lapinha S/N	X=554.320,462 Y=8.567.665,680	Especial 2	
675	Corredor da Lapinha S/N	X=554.326,996 Y=8.567.582,453	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
676	Corredor da Lapinha S/N	X=554.313,229 Y=8.567.563,324	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
677	Largo da Soledade S/N	X=554.444,751 Y=8.567.523,142	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

678	Largo da Soledade Nº 07	X=554.396,503 Y=8.567.501,922	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
679	Ladeira da Soledade Nº 33/34	X=554.278,249 Y=8.567.521,230	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
680	Ladeira da Soledade S/N	X=554.244,827 Y=8.567.505,501	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
681	Ladeira da Soledade S/N	X=554.244,245 Y=8.567.498,402	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

682	Ladeira da Soledade N° 170	X=554.239,354 Y=8.567.493,955	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	 A photograph of a two-story building with bright yellow walls and blue decorative trim around the windows and doors. The building is situated on a street with power lines visible above it. A date stamp '31 07 2019' is visible in the top right corner of the image.
683	Ladeira da Soledade N° 168	X=554.244,881 Y=8.567.485,031	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	 A photograph of a two-story building with teal walls and white trim. The building has a white door and windows with metal grilles. A date stamp '31 07 2019' is visible in the top right corner of the image.
684	Ladeira da Soledade N° 166 / 683	X=554.242,365 Y=8.567.477,223	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	 A photograph of a two-story building with teal walls and white trim. The building has a white door and a small awning over the entrance. A date stamp '31 07 2019' is visible in the top right corner of the image.
685	Ladeira da Soledade N° 164 / 679	X=554.244,725 Y=8.567.468,533	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	 A photograph of a two-story building with blue walls and white trim. The building has a white door and windows with multiple panes. A date stamp '31 07 2019' is visible in the top right corner of the image.

686	Ladeira da Soledade N° 673 / 162	X=554.243,938 Y=8.567.463,398	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
687	Ladeira da Soledade N° 160 / 144	X=554.244,243 Y=8.567.457,793	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
688	Ladeira da Soledade N° 158	X=554.245,129 Y=8.567.452,429	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
689	Ladeira da Soledade N° 156	X=554.239,294 Y=8.567.449,283	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

690	Ladeira da Soledade N° 154	X=554.234,206 Y=8.567.444,907	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
691	Ladeira da Soledade N° 152 / 641	X=554.226,710 Y=8.567.442,222	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
692	Ladeira da Soledade N° 150	X=554.225,226 Y=8.567.436,876	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
693	Ladeira da Soledade N° 629	X=554.219,426 Y=8.567.432,187	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

694	Ladeira da Soledade N° 146	X=554.219,369 Y=8.567.422,705	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
695	Ladeira da Soledade N° 140	X=554.206,762 Y=8.567.398,420	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
696	Ladeira da Soledade N° 138	X=554.203,522 Y=8.567.392,577	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
697	Ladeira da Soledade N° 136	X=554.199,840 Y=8.567.387,014	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

698	Ladeira da Soledade N° 133	X=554.261,316 Y=8.567.417,317	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
699	Ladeira da Soledade N° 131	X=554.258,142 Y=8.567.412,631	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
700	Ladeira da Soledade N° 129	X=554.251,305 Y=8.567.409,977	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
701	Ladeira da Soledade N° 127	X=554.249,708 Y=8.567.402,192	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

702	Ladeira da Soledade S/N	X=554.248,232 Y=8.567.391,656	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
703	Ladeira da Soledade S/N	X=554.230,348 Y=8.567.365,168	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
704	Ladeira da Soledade N° 113	X=554.221,967 Y=8.567.350,392	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
705	Ladeira da Soledade S/N	X=554.205,379 Y=8.567.334,379	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

706	Ladeira da Soledade S/N	X=554.168,388 Y=8.567.320,092	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
707	Ladeira da Soledade S/N	X=554.163,669 Y=8.567.310,753	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
708	Ladeira da Soledade S/N	X=554.164,447 Y=8.567.302,667	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
709	Ladeira da Soledade S/N	X=554.157,645 Y=8.567.297,674	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
710	Ladeira da Soledade S/N	X=554.157,534 Y=8.567.287,691	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

711	Rua São José de Cima N° 93	X=554.176,451 Y=8.567.246,099	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
712	Rua São José de Cima S/N	X=554.177,898 Y=8.567.241,587	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
713	Rua São José de Cima N° 428	X=554.180,281 Y=8.567.237,112	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
714	Rua São José de Cima N° 87	X=554.179,947 Y=8.567.232,543	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

715	Rua São José de Cima N° 420	X=554.180,477 Y=8.567.225,840	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
716	Rua São José de Cima N° 83	X=554.175,397 Y=8.567.218,347	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
717	Rua São José de Cima N° 408	X=554.172,817 Y=8.567.211,706	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
718	Rua São José de Cima N° 79 / 402	X=554.170,555 Y=8.567.204,690	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

719	Rua São José de Cima N° 77	X=554.167,495 Y=8.567.198,880	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
720	Rua São José de Cima N° 76	X=554.166,036 Y=8.567.195,138	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
721	Rua São José de Cima S/N	X=554.164,534 Y=8.567.185,647	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
722	Rua São José de Cima N° 362	X=554.153,422 Y=8.567.167,597	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

723	Rua São José de Cima N° 342	X=554.148,852 Y=8.567.145,477	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
724	Rua São José de Cima N° 57	X=554.136,711 Y=8.567.119,269	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
725	Rua São José de Cima N° 51 / 290	X=554.135,435 Y=8.567.105,635	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
726	Rua São José de Cima N° 35 / 260	X=554.128,744 Y=8.567.064,299	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

727	Rua São José de Cima S/N	X=554.088,545 Y=8.567.065,653	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
728	Rua São José de Cima N° 66	X=554.093,448 Y=8.567.105,992	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
729	Rua São José de Cima N° 289	X=554.089,108 Y=8.567.110,097	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
730	Rua São José de Cima S/N	X=554.090,342 Y=8.567.128,100	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

731	Rua São José de Cima N° 82	X=554.111,466 Y=8.567.159,406	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
732	Rua São José de Cima N° 341	X=554.113,425 Y=8.567.164,781	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
733	Rua São José de Cima N° 92 / 371	X=554.127,345 Y=8.567.187,091	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
734	Rua São José de Cima N° 375	X=554.129,179 Y=8.567.192,226	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
735	Rua São José de Cima N° 96 / 381	X=554.130,955 Y=8.567.197,500	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

736	Rua São José de Cima N° 387	X=554.133,173 Y=8.567.202,723	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
737	Rua São José de Cima N° 100	X=554.134,607 Y=8.567.207,960	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
738	Rua São José de Cima N° 104 / 405	X=554.139,155 Y=8.567.218,210	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
739	Rua São José de Cima N° 409	X=554.141,594 Y=8.567.223,432	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

740	Rua São José de Cima S/N	X=554.143,497 Y=8.567.228,651	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
741	Rua São José de Cima N° 110	X=554.149,602 Y=8.567.232,859	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
742	Rua São José de Cima N° 112	X=554.147,444 Y=8.567.240,229	Especial 2 (Ruína) Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
743	Rua São José de Cima S/N	X=554.152,804 Y=8.567.247,018	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

744	Rua São José de Baixo N° 71	X=554.070,832 Y=8.567.103,510	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
745	Rua São José de Baixo N° 69	X=554.068,529 Y=8.567.099,474	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
746	Rua São José de Baixo N° 67	X=554.067,816 Y=8.567.095,001	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
747	Rua São José de Baixo N° 65	X=554.064,870 Y=8.567.090,372	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	

748	Rua São José de Baixo S/N	X=554.063,988 Y=8.567.085,175	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
749	Rua São José de Baixo N° 61	X=554.063,143 Y=8.567.080,269	Especial 2 Conjunto Arquitetônico da Soledade (IPAC)	
750	Corredor da Lapinha N° 02	X=554.276,587 Y=8.567.747,613	Especial 2	
751	Corredor da Lapinha S/N	X=554.282,043 Y=8.567.763,542	Especial 2	
752	Rua Cônego Pereira, S/N	X=554.647,270 Y=8.566.285,599	Especial 2	

753	Praça 2 de Julho (Campo Grande)	X=551.891,383 Y=8.564.027,896	Especial 1	 Fonte: Google Earth
754	Praça da Aclamação	X=552.005,109 Y=8.564.300,076	Especial 1	 Fonte: Google Earth
755	Passeio Público	X=551.923,571 Y=8.564.414,799	Especial 1	 Fonte: Google Earth
756	Praça da Piedade - Centro	X=552.590,573 Y=8.564.677,616	Especial 1	 Fonte: Google Earth
757	Campo da Pólvora - Nazaré	X=553.382,119 Y=8.565.130,555	Especial 1	 Fonte: Google Earth

758	Praça Almeida Couto - Nazaré	X=553.951,613 Y=8.565.806,174	Especial 1	 Fonte: Google Earth
-----	---------------------------------	----------------------------------	------------	--

DECRETO No xxx , de xxx de 2020

O Prefeito de Salvador, no uso de suas atribuições, e considerando:

- a) a necessidade de se conferir maior efetividade, transparência e harmonização aos procedimentos de gestão da Área de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo de Salvador (APCP CAS) a partir de diretrizes e critérios que orientem as propostas e análises das intervenções nos imóveis e no ambiente urbano,
- b) os estudos realizados no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Salvador - PMS, o Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia – IPAC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em atendimento ao previsto, em especial, pelos Artigos 113, 115 e 117 da Lei 3289/1983;
- c) a análise da experiência de três décadas de gestão das intervenções na APCP CAS, consolidada em exaustiva base de dados de pareceres emitidos pelo Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização - ETELF, no período entre 1984 e 2014, e
- d) o amplo levantamento dos níveis atuais de preservação, assim como de todos os demais aspectos concernentes à preservação e qualidade urbana da APCP CAS.

Resolve:

Art.1º. Em atendimento ao previsto pela Lei 3289/1983, em especial nos seus Artigos 113, 115 e 117, passarão a ser adotados pela administração municipal os parâmetros estabelecidos por meio dos estudos produzidos no âmbito do Acordo de Cooperação entre a PMS, o IPAC e o IPHAN no que concerne às atividades de formulação, análise, aprovação e fiscalização de projetos, obras e intervenções na APCP CAS.

Parágrafo único. Os parâmetros estabelecidos são os constantes do Anexo I – Diretrizes Operacionais.

Art. 2º. A PMS colaborará com o IPHAN para que a conclusão dos estudos que resultarão em critérios para intervenções sobre os imóveis, os logradouros e a paisagem urbana inseridos nos conjuntos urbanos xxxx se dê no prazo máximo de xxx dias

INSERIR ALGO SEMELHANTE AQUI CASO SE DEFINA POR DUAS ETAPAS DE PUBLICAÇÃO

ANEXO I

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA GESTÃO DAS INTERVENÇÕES NA *AREA QUE MENCIONA*¹

¹ A área de abrangência da proposta desenvolvida esta descrita no corpo da proposta. Um título mais adequado deve ser decidido ao final do trabalho, a depender do encaminhamento a ser dado pelos participantes do Acordo de Cooperação

SUMÁRIO

I. OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO ACORDO ENTRE PMS, IPAC E IPHAN E A ÁREA OBJETO DE REGULAMENTAÇÃO

II– CONDICIONANTES LEGAIS

II.1. Definição Legal da APCP CAS

II.2. Parâmetros Legais

III. OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS

III.1. Objetivos da Norma

III.2. Diretrizes Gerais

IV. PARÂMETROS URBANISTICOS INCIDENTES SOBRE A APCP CAS, DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO

IV.1. Princípio Geral

IV.2. Parâmetros de Ocupação do Solo

IV.3. Parâmetros de Uso do Solo

V - UNIDADES E SUB UNIDADES NORMATIVAS

V.1. Traçado Urbano e Espaços Públicos

V.1.1. Diretrizes Gerais

V.1.2. Entorno imediato e acessos às fontes públicas de água

V.1.3. Encostas sob proteção paisagística

V.2. BENS E CONJUNTOS TOMBADOS

V.3. SETOR DE PRESERVAÇÃO 1 – S1

V.3.1 Subsetores de Preservação 1

V.3.2 - Diretrizes gerais para o Setor S1

V.3.3 - Implantação de novas construções e ampliações no Setor S1

V.3.4 -Condições para o remembramento de lotes e edificações no Setor S1

V.3.5 - Gabarito de altura máxima

V.3.6 –Tratamento de fachadas, volumes e coberturas nas reformas, reparos e adaptações:

V.3.7. Fachadas, volumes e coberturas das novas construções

V.4. Setor de Preservação 2

V.4.1 Subsetores de Preservação 2

V.4.2 - Diretrizes gerais

V.5. Imóveis Especiais 1 e 2

V.5.1 - Critérios para Intervenções em Imóveis Especiais 1

V.5.2 - Critérios para Intervenções em Imóveis Especiais 2

V.6. VILAS

V.6.1 - Diretrizes gerais

V.7. ZEIS 1 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 1

V.7.1 - Diretrizes gerais

VI. DEMOLIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

VII. ENGENHOS PUBLICITÁRIOS

18. APOIO E INCENTIVO À PRESERVAÇÃO ²

19 – PROGRAMAS E PROJETOS

Programas e projetos destinados a intervenções em espaços públicos e imóveis privados

Ações de apoio ao aprimoramento da Gestão

20 – GESTÃO

ANEXOS

MAPAS

ANEXO IA – ÁREA REGULAMENTADA (área objeto desta norma)

ANEXO IB – CONDICIONANTES LEGAIS

ANEXO IC – GABARITOS

ANEXO ID - UNIDADES NORMATIVAS

LISTAGENS E QUADROS

ANEXO IE - LISTA DE BENS TOMBADOS

ANEXO IF – QUADRO CONDICIONANTES PARA USOS DO SOLO NA (área objeto desta norma)

ANEXO IG – LISTAGEM DE IMOVEIS ESPECIAIS 1 E 2 (Marisa)

² (Os tópicos 18, 19 e 20 não tem o mesmo formato da norma. uma vez que não estão desenvolvidos)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCP CAS - Área de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo de Salvador

ACPR - Área Contígua à Área de Preservação Rigorosa

APR - Área de Preservação Rigorosa

ETELF - Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização

FGM - Fundação Gregório de Mattos

IPAC - Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOUOS/2016 - Lei Municipal 9148/2016, que dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências

Lei 3289/1983 - Lei Municipal 3289/1983, que altera e dá nova redação a dispositivos da lei nº 2.403, de 23 de agosto de 1972, e dá outras providências.

PDDU/2016 - Lei Municipal 9069/2016, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador

ZCMe-CA - Zona Centralidade Metropolitana - Centro Antigo

ZCLMu- Zona Centralidade Linear Municipal

ZEIS-1 - Zona Especial de Interesse Social 1

ZPR-3 - Zona Predominantemente Residencial 3

I. OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO ACORDO ENTRE PMS, IPAC E IPHAN E A ÁREA OBJETO DE REGULAMENTAÇÃO

1. Os estudos desenvolvidos incidem sobre a poligonal da Área de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo de Salvador - APCP CAS prevista pela Lei 3289/1983 e incorporada pela Lei 9069/2016 e pela Lei 9148/2016, respectivamente o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/2016) e a Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo de Salvador (LOUOS/2016),

2. A área objeto desta norma não inclui as poligonais dos conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, quais sejam o Centro Histórico de Salvador (Processo T xxxx), Santo Antônio (Processo Txxx) e comércio (Processo T xxx) tombados pelo IPHAN.

3. O Mapa da área objeto dessa norma é o constante do Anexo I.A

4. Os estudos realizados, compostos por relatórios, documentação fotográfica e cartográfica, contemplando aspectos históricos, morfológicos e paisagísticos; o estado de conservação do patrimônio edificado; o uso e ocupação do solo atuais; a mobilidade e a circulação viária, a base de dados dos pareceres do ETELF 1984/2014 encontram-se sob a custódia da Fundação Mário Leal Ferreira, disponíveis para consulta em meio eletrônico através do endereço xxxx.

II- CONDICIONANTES LEGAIS

II.1. Definição Legal da APCP CAS

5. A presente regulamentação se orienta pela conceituação da APCP prevista pelo Artigo 107 da Lei 3289/83, complementada pelo Artigo 268 do PDDU/2016, que definem as Áreas de Proteção Cultural e Paisagística como aquelas que:

- a. estão vinculadas à identidade da cidade, por se constituírem ou por abrigarem monumentos históricos, assim como por referenciarem simbolicamente, lugares importantes no âmbito da cidade, e
- b. se associam ao direito à manutenção de uma cultura própria de certas comunidades.

II.2. Parâmetros Legais

6. São parâmetros legais para a definição dos critérios de intervenção incidentes sobre as áreas objeto desta norma:

- a. o perímetro da APCP CAS estabelecido pela Lei 3289/1983, constante do Anexo I.B;
- b. a relação, atualizada até junho de 2020, dos bens tombados pelo IPHAN, pelo IPAC e pela PMS, por meio da Fundação Gregório de Mattos, inseridos na poligonal da APCP CAS, constante do Anexo I.E;
- c. a correspondente localização dos bens tombados e **respectivos perímetros** conforme Mapa constante do Anexo I.B;
- d. o perímetro de entorno do Centro Histórico de Salvador definido por Resolução do Conselho Consultivo do IPHAN **em xx xx xxx**, conforme Mapa constante do Anexo I.B, e
- e. a diferenciação interna da APCP CAS estabelecida pelo Artigo 108 da Lei 3289/1983, que identifica a Área de Preservação Rigorosa - APR e a Área Contígua à Área de Preservação Rigorosa – ACPR, conforme Mapa constante do Anexo I.B

III. OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS

III.1. Objetivos da Norma

7. São objetivos da norma:

- a. garantir a preservação dos atributos e características que motivaram a delimitação da APCP CAS, conforme previsto pela Lei 3289/1983 e pelo PDDU/2016;
- b. estabelecer parâmetros que orientem as estratégias de preservação, as propostas e as análises de intervenções na APCP CAS, com base nas diretrizes gerais da Lei 3289/1983, em diretrizes compartilhadas entre a PMS, o IPAC e o IPHAN e nos dados sobre a atual situação da área
- c. tornar mais objetivos e eficazes os procedimentos de gestão da preservação da APCP CAS.

III.2. Diretrizes Gerais

8. São diretrizes gerais para a **área objeto** desta norma:

- a. responder às necessidades presentes do ambiente urbano em sintonia com a preservação de referências e valores históricos, culturais, paisagísticos e arquitetônicos que motivam a preservação da APCP CAS;
- b. assegurar a percepção e a compreensão do processo histórico de formação da área, em especial sua indissociabilidade do Centro Histórico de Salvador, ao mesmo tempo em que valorizando sua diversidade e suas especificidades;
- c. valorizar o papel de centralidade exercido pela APCP CAS em relação a Salvador e sua área metropolitana, buscando incentivar sua conservação e apropriação por meio da qualificação, tanto dos setores preservados como daqueles passíveis de intervenções de renovação;

- d. valorizar o traçado urbanístico como elemento determinante para a compreensão do processo histórico, favorecendo a coerência entre a implantação das edificações e os padrões de parcelamento que caracterizam os diferentes momentos de formação do espaço urbano;
- e. harmonizar a proteção do patrimônio com os princípios da acessibilidade universal e da mobilidade ativa no planejamento, projetos e intervenções nos espaços públicos e nas edificações da APCP CAS;
- f. valorizar os atributos dos espaços de uso ou de fruição públicos, como praças, jardins, mirantes, visadas e encostas;
- g. estimular a qualificação das intervenções, sejam elas reparos, reformas, introdução de engenhos publicitários, novas construções ou tratamento de espaços públicos, por meio de parâmetros precisos e orientadores, assim como do acesso à orientação técnica e
- h. viabilizar intervenções que, em nome do interesse público, necessitem da aplicação de parâmetros diferenciados, tais como o estímulo à instalação de atividades que fortaleçam o caráter e a vitalidade da área, de programas de habitação e de qualificação de áreas de interesse social, desde que compatíveis com as diretrizes de preservação.

IV. PARÂMETROS URBANÍSTICOS INCIDENTES SOBRE A APCP CAS, DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO

IV.1. Princípio Geral

9. As Zonas de Uso e Ocupação do Solo previstas pela LOUOS/2016, incidentes sobre a APCP CAS são as denominadas ZPR3, ZCMe-CA, ZCLMu e ZEIS-1.

10. Em conformidade com o previsto pela LOUOS/2016, em especial pelos Artigos 34, 37,38 e 39, são aplicáveis aos empreendimentos e atividades localizados na APCP CAS todas as exigências da LOUOS/2016 que não forem contrárias às determinações dos órgãos de preservação e às diretrizes da Lei 3.289 /1983.

IV.2. Parâmetros de Ocupação do Solo

11. Sem prejuízo dos demais parâmetros de ocupação do solo previstos pelo Artigo 77 da LOUOS 2016, o Coeficiente de Aproveitamento - CA, o Índice de Ocupação Máxima - IO, o Índice de Permeabilidade Mínima - IP e o Gabarito de Altura Máxima - GAB são determinantes das condições de implantação e da volumetria final das edificações e devem ser analisados concomitantemente com a análise dos aspectos atinentes à preservação.

12. O Coeficiente de Aproveitamento – CA, definido segundo Quadro 06 do Anexo 01 da LOUOS/2016, é aplicável às novas construções e às reformas com ampliações horizontais em construções preexistentes na APCP CAS, conforme o seguinte:

- a. conforme previsão dos Artigos 38 e 109 da LOUOS/2016, nas ampliações, reformas, ou reconstruções incidentes sobre **imóveis tombados individualmente, localizados nos conjuntos arquitetônicos tombados ou na APR**, o Coeficiente de Aproveitamento será aquele que resultar da volumetria permitida pelo órgão competente de preservação e tombamento;
- b. para todas as novas construções, assim como para reformas e ampliações localizadas fora das áreas mencionadas, o Coeficiente de Aproveitamento obedecerá, cumulativamente, ao máximo previsto para a Zona da LOUOS/2016 e às condições previstas por essa norma

13. O Índice de Ocupação Máxima – IO, definido segundo as Zonas de Uso previstas pela LOUOS 2016, é aplicável às novas construções e às reformas com ampliações horizontais em construções preexistentes na APCP CAS, conforme o seguinte:

- a. para edificações localizadas na ZPR 3, o IO é 0,90 para lotes de área inferior a 64m²; 0,70 para lotes de área entre 64,1m² e 125m²; 0,60 para lotes de área entre 125,1m² e 250m² e 0,50 para lotes de área superior a 250m²;
- b. para edificações localizadas na ZCMe CA e na ZCLMu, o IO é 0,60, quaisquer que sejam as dimensões de lotes.

14. O Índice de Ocupação somente poderá alcançar o limite máximo permitido pela LOUOS/2016 descrito no item 13, se tiverem sido atendidos os demais critérios de implantação previstos por essa norma.

15. O Índice de Permeabilidade Mínima - IP, definido pela LOUOS/2016 segundo as Zonas de Uso, é aplicável às novas construções e às reformas com ampliações horizontais em construções preexistentes na APCP CAS, conforme o seguinte;

- a. para edificações localizadas na ZPR-3 e na ZCLMu, o IP é 0,20 e
- b. para edificações localizadas na ZCMe CA, o IP é 0,10.

16. Os Gabaritos de altura máxima das edificações - GAB foram estabelecidos por esta norma considerando os impactos de sua localização em relação a bens e conjuntos tombados, à paisagem, à ambiência e às condições urbanísticas, devendo ser aplicados conforme o seguinte:

- a. o gabarito é medido pela diferença entre a cota de nível da cobertura do último pavimento e o nível

do pavimento térreo, excluídas a platibanda, as casas de máquinas e os reservatórios superiores d'água;

- b. admite-se que o pavimento a ser considerado como térreo esteja situado a uma altura de até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima da cota do meio-fio do logradouro público;
- c. nos terrenos em alicive, o pavimento a ser considerado como térreo poderá estar situado em nível superior ao estabelecido em b, desde que não ultrapasse a cota altimétrica média do perfil longitudinal do terreno, determinado por plano vertical no ponto médio do meio-fio, e que a cota do piso do hall de acesso não ultrapasse a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) a partir desse ponto;
- d. nos terrenos em declive, o pavimento a ser considerado como térreo deverá ser aquele situado a uma altura de até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima da cota do meio-fio do logradouro público, medido no ponto de acesso ao edifício, denominando-se os pavimentos situados abaixo deste como subsolos;
- e. nos terrenos que tenham frente para mais de um logradouro, o pavimento a ser considerado como térreo deverá ser aquele situado a uma altura de até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) em relação à cota do meio-fio do logradouro público de cota mais elevada e
- f. nos terrenos que apresentem desnível entre os pontos extremos da testada voltada para o logradouro, o pavimento a ser considerado como térreo deverá ser aquele situado a uma altura de até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) em relação ao meio-fio do logradouro público, medido no ponto médio da testada.

17. Os Gabaritos de altura máxima das edificações – GAB estão representados no Mapa Gabaritos de Altura Máxima, constante do Anexo I.C, também disponíveis para consulta por imóvel segundo (endereço? coordenada geográfica?) mediante solicitação de Informações Básicas à SEDUR/PMS

18. Os gabaritos estabelecidos poderão ser acrescidos ou subtraídos considerando a necessidade de estabelecer transição ou alinhamento em relação a imóveis contíguos, a imóveis tombados ou Imóveis Especiais, conforme condicionantes previstos por esta norma.

IV.3. Parâmetros de Uso do Solo

19. Em decorrência do previsto pelo Art. 114 da Lei 3289/1983, os novos usos a serem instalados não poderão oferecer riscos à própria existência dos edifícios, à segurança e à integridade funcional do sistema

construtivo e dos respectivos materiais, nem lhes provocar desgaste anômalo aos padrões de resistência e durabilidade.

20. Quando os empreendimentos forem considerados como Polos Geradores de Tráfego – PGT ou como Empreendimentos Geradores de Impacto de Vizinhança – EGIV, nos termos do Artigo 133 da LOUOS/2016, a permissão para sua instalação na **área objeto desta norma** dependerá, além do atendimento ao previsto pela LOUOS/2016, de análise do impacto da atividade proposta sobre o patrimônio cultural vizinho.

21. Os usos não residenciais permitidos para as zonas de uso do solo ZPR-3, ZCMe-CA e Zona ZCLMu são, para efeito da proteção do patrimônio **da área objeto dessa norma**, classificados conforme o seguinte:

- a) A- Uso sem restrições de localização
- b) B - Uso sujeito a análise do impacto da atividade sobre o patrimônio cultural para estabelecimentos com área superior a 1.000 m²
- c) C - Uso condicionado a análise do impacto sobre o patrimônio cultural, independentemente da área construída

22. A classificação mencionada no item 21 é a constante do Quadro I – Anexo I.F

23. Na ZCLMu prevalecem os critérios previstos pela LOUOS/2016

24. Além da avaliação dos impactos urbanísticos contemplada pelos instrumentos municipais, entende-se como análise do impacto da atividade sobre o patrimônio cultural a consideração de riscos adicionais por tratar-se de localização em área objeto de preservação, prevendo-se a avaliação da ocorrência de riscos tais como:

- a. a geração de tráfego com características incompatíveis com a preservação do patrimônio edificado;
- b. a demanda por estacionamento incompatível com as condições de acessibilidade;
- c. maior exposição a risco de incêndios considerando que as características das edificações e do sistema viário da área protegida impõem limitações à eficácia dos meios e tecnologias usuais de prevenção e combate;

- d. estímulo à substituição de usos do solo tradicionais em níveis incompatíveis com a preservação da diversidade social e cultural da área protegida.
- e. outros riscos decorrente do tipo de atividade que se propõe instalar

25. Os empreendimentos cujos usos sejam enquadrados como B e C, conforme item 21, serão analisados individualmente, ficando a autorização da instalação sujeita a medidas corretivas e/ou mitigadoras de seus impactos.

26. No âmbito da cooperação entre PMS, IPAC e IPHAN será proposto o detalhamento dos estudos de impacto dos usos do solo sobre o patrimônio cultural como insumo para aprimoramento dos estudos exigidos para Polos Geradores de Tráfego – PGT e para Empreendimentos Geradores de Impacto de Vizinhança – EGIV.

V - UNIDADES E SUB UNIDADES NORMATIVAS

27. Tomando por base parâmetros legais vigentes e a atual situação de preservação das diferentes regiões da APCP CAS, ficam estabelecidas as seguintes Unidades Normativas:

- a. Traçado urbano e espaços públicos;
- b. Bens e conjuntos tombados;
- c. Setor de Preservação 1, subdividido nos Subsetores S1A, S1B, S1C, S1D, S1E e S1F;
- d. Setor de Preservação 2, subdividido nos Subsetores S2A e S2B;
- e. Imóveis Especiais 1 e 2;
- f. Vilas e
- g. ZEIS 1

28. A delimitação das Unidades Normativas está representada no Mapa Anexo I.D, também disponível para consulta por imóvel segundo (endereço? coordenada geográfica?) mediante solicitação de Informações Básicas à SEDUR/PMS

29. Os Imóveis Especiais 1 e 2 encontram-se disponíveis em listagem por endereço e coordenadas geográficas, constante do Anexo I.G.

30. A descrição de cada Unidade Normativa, sua localização e critérios de intervenção são os descritos nos tópicos numerados de V.1 a V.7.

V.1. Traçado Urbano e Espaços Públicos

31. Correspondem ao arruamento, largos, passeios, praças e jardins públicos, fontes, encostas e áreas remanescentes de implantação do sistema viário.

V.1.1. Diretrizes Gerais

32. São diretrizes aplicáveis às intervenções no sistema de ruas, passeios, praças, largos e áreas livres:

- a. estar referenciadas por planejamento integrado que associe a preservação dos valores culturais ao uso do solo, à circulação de veículos e pessoas e à gestão das infraestruturas;
- b. favorecer a cadeia de acessibilidade entre a edificação, o espaço público e os meios de deslocamento e locomoção;
- c. privilegiar os trajetos a pé e a mobilidade ativa na requalificação das vias e calçadas, por meio de intervenções no sistema de circulação e na sinalização que favoreçam a segurança das pessoas, a eliminação de obstáculos, o aumento da segurança dos revestimentos e perfis das calçadas, além da introdução de recursos adequados para vencer barreiras de grandes declividades;
- d. buscar a criação ou manutenção de faixa livre de obstáculos nos trajetos de pedestres, por meio do ordenamento do mobiliário urbano, de faixas destinadas à arborização, do ordenamento da ocupação por comércio ambulante e do controle da utilização dos passeios pelo comércio lindeiro;
- e. racionalizar a distribuição do mobiliário, privilegiando a percepção do conjunto urbano, a acessibilidade dos pedestres, o uso diversificado dos espaços e as práticas de sociabilidade e fruição;
- f. qualificar os espaços associados às práticas cotidianas ou tradicionais dos moradores, assegurando condições para o uso coletivo do espaço público em eventos, celebrações, procissões, feiras;
- g. assegurar que o manejo da arborização seja orientado pelo Manual de Arborização Urbana de Salvador ou referência especializada equivalente e
- h. atender adicionalmente às condições especiais previstas para praças, jardins e largos classificadas como Imóvel Especial 1 ou que sejam objeto de tombamento pelos órgãos de preservação.

V.1.2. Entorno imediato e acessos às fontes públicas de água

33. A aprovação de intervenções em edificações contíguas às fontes públicas de água tombadas pelo IPAC, identificadas no Mapa Anexo I.B, na Listagem constante do Anexo I.E, fica sujeita à avaliação de sua compatibilidade com a recuperação dos acessos, das características arquitetônicas e das condições de potabilidade, a serem definidas conforme diretrizes de projeto de restauração desenvolvido pelos órgãos de preservação para cada um desses bens.

34. As intervenções no entorno imediato das fontes devem zelar pela não obstrução da visibilidade e do acesso a esses bens, assim como pelo não comprometimento de redes e mananciais que respondem pela sua alimentação.

V.1.3. Encostas sob proteção paisagística

35. São consideradas encostas sob proteção paisagística as áreas desocupadas ou parcialmente ocupadas, consideradas de interesse público de preservação por apresentarem uma ou mais das seguintes características:

- a. presença paisagística relevante, com impacto sobre a paisagem e/ou sobre bens de interesse de preservação
- b. declividades superiores a 30%
- c. presença de cobertura vegetal

36. As encostas sob proteção paisagística estão indicadas no Mapa Unidades Normativas, Anexo I.D

37. São critérios para intervenção, compatíveis com as diferentes situações encontradas nas encostas sob proteção paisagística:

- a. os trechos de propriedade pública deverão cumprir função pública de recomposição da paisagem, podendo receber equipamentos e infraestruturas que possibilitem o uso e fruição públicos, desde que compatíveis com os valores paisagísticos a serem preservados;
- b. os trechos que corresponderem a partes de lotes em áreas de parcelamento regular serão considerados *non aedificandi* e deverão ser mantidos livres e vegetados, permitida a ocupação apenas da porção do lote que não implicar em impactos paisagísticos e/ou riscos à estabilidade.
- c. nos trechos que coincidirem com parcelamentos e ocupações informais, o adensamento construtivo deverá ser inibido, vedadas ampliações ou novas construções, até que se implantem projetos de regularização fundiária, contenções e infraestrutura.

38. As condições de ocupação mencionadas nos item 37 serão objeto de análise específica da PMS, em conjunto com os órgãos de preservação, considerando a situação fundiária, a disponibilidade de infraestrutura e os riscos à estabilidade e à paisagem.

V.2. BENS E CONJUNTOS TOMBADOS

39. Correspondem aos bens protegidos por tombamento municipal, estadual ou federal inseridos no perímetro da **área objeto desta norma**, cuja localização é a indicada no Mapa Anexo I.B e cuja listagem consta do Anexo I.C.

40. As intervenções em bens e conjuntos tombados estão sujeitas a diretrizes e critérios específicos do órgão de preservação responsável pelo tombamento e não são tratados pela presente norma.

41. No âmbito da norma, a presença de bens tombados foi adotada como referência para a definição de critérios para intervenções localizadas nas áreas que lhes são adjacentes e naquelas que conformam sua ambiência.

V.3. SETOR DE PRESERVAÇÃO 1 – S1

42. Compreende áreas que atendem a pelo menos uma das seguintes condições:

- a. localizadas, simultaneamente, na APR e no entorno imediato de bens tombados;
- b. localizadas na APR, mantendo preservada a relação entre o conjunto edificado e o parcelamento original;
- c. localizadas no entorno de monumentos e espaços públicos classificados como Imóveis Especiais 1;
- d. localizadas, simultaneamente, na ACPR, no entorno de bens tombados e em ruas de traçado oriundo do século XIX ou anterior, ou
- e. localizadas na ACPR em parcelamento característico de movimentos urbanísticos do século XX, mantendo preservada a relação entre o conjunto edificado e o parcelamento original.

V.3.1 Subsetores de Preservação 1

43. O Setor de Preservação 1 subdivide-se em Subsetores, que se distinguem pelos padrões predominantes do parcelamento, da implantação e da tipologia das edificações conforme o seguinte:

- a. S1 A - áreas caracterizadas por parcelamento anterior ao século XX, lotes com frentes reduzidas e edificações assentadas junto ao alinhamento frontal e às divisas laterais,

resultando em imagem de fachada contínua para o logradouro, com grande incidência de edificações preservadas;

- b. S1 B - áreas caracterizadas por parcelamento anterior ao século XX, lotes com frentes reduzidas e edificações assentadas junto às divisas laterais, cuja posição em relação ao alinhamento frontal apresenta variações em decorrência de diferentes etapas da ocupação e dos tipos de uso do solo, mantendo parcialmente perceptível a imagem de fachada contínua para o logradouro;
- c. S1 C - áreas em que predominam parcelamento anterior ao século XX, edificações implantadas com recuo frontal e junto às divisas laterais, resultando em tipologia cuja preservação é relevante para a imagem do logradouro, para o registro da evolução do processo de ocupação e para o entorno de edificações tombadas;
- d. S1 D - áreas cujo parcelamento tem padrão característico do século XX, predominando lotes com frentes médias superiores a 10 metros e edificações predominantemente residenciais, recuadas em relação ao alinhamento frontal e a pelo menos uma das divisas laterais, dotadas de áreas livres e ajardinadas voltadas para o logradouro;
- e. S1 E - trechos da Rua Carlos Gomes, Avenida Sete de Setembro, Avenida Joana Angélica, e da Rua Direita da Piedade ocupados de forma heterogênea em razão de diferentes ordenamentos urbanísticos, com a presença de edifícios e conjuntos assentados no alinhamento remanescentes do século XIX ou anterior, intercalados por edifícios verticais contemporâneos com galerias comerciais no pavimento térreo;
- f. S1 F – áreas estratégicas se considerada sua localização e raridade na APCP CAS, em que predominam glebas, áreas livres ou subocupadas, não parceladas ou parcialmente parceladas, contendo remanescentes de edificações em estado precário ou grandes usos do solo desativados, passíveis de substituição e renovação.

V.3.2 - Diretrizes gerais para o Setor S1

44. São diretrizes gerais, aplicáveis às intervenções em edificações preexistentes e a novas construções no Setor S1:

- a. as intervenções devem buscar coerência e valorizar o contexto em que se inserem, ao mesmo tempo em que devem ser representativas do momento histórico de sua concepção;
- b. como contexto compreende-se não apenas as edificações e espaços imediatamente adjacentes à intervenção, mas o conjunto de valores urbanísticos e paisagísticos que fundamentam a proteção da APCP - CAS;

- c. por tratar-se de área de grande diversidade pela justaposição e coexistência de registros de diferentes temporalidades, as novas intervenções não devem favorecer à exacerbação dos contrastes e rupturas, mas contribuir com a compreensão do processo evolutivo do espaço urbano, submetendo-se à lógica formal do conjunto;
- d. os gabaritos de altura máxima; a implantação; os volumes e formas; a escala; os ritmos, cores e acabamentos de fachadas; os diagramas e materiais de cobertura, assim como engenhos e publicitários e equipamentos e instalações associados à edificação são fatores relevantes para a contextualização das intervenções.

V.3.3 - Implantação de novas construções e ampliações no Setor S1

45. Os critérios para implantação de novas construções e para, no que couber, ampliações em edificações preexistentes, são estabelecidos conforme subsetores do Setor S1, descritos nos Itens 46 a 53.

46. No Subsetor S1A:

- a. junto ao alinhamento, sem recuo frontal
- b. sem afastamentos laterais junto ao logradouro, admitindo-se afastamentos laterais a partir de 4 metros da fachada, desde que com dimensão não inferior a 1,5m.
- c. afastamento de fundos mínimo de 2,5m para novas construções, admitindo-se mínimo de 1,5 metros para edificações preexistentes de até 6,0 m de altura

47. No Subsetor S1B:

- a. junto ao alinhamento, sem recuo frontal, admitindo-se recuos frontais de até 2,5 m, desde que seja mantido elemento de vedação junto ao alinhamento que possibilite a continuidade visual das fachadas a partir do logradouro
- b. sem afastamentos laterais junto ao logradouro, admitindo-se afastamentos laterais a partir de 4 metros da fachada, desde que com dimensão não inferior a 1,5 m.
- c. afastamento de fundos mínimo de 2,5 m para novas construções, admitindo-se mínimo de 1,5 metros para edificações preexistentes de até 6,0 m de altura

48. No Subsetor S1C, as novas edificações serão implantadas:

- a. recuadas do alinhamento frontal, obedecendo a recuos predominantes no padrão do parcelamento original ou na implantação das edificações vizinhas,

- b. sem afastamentos laterais na fachada frontal, admitindo-se afastamentos laterais a partir de 3 metros da fachada, desde que com dimensão não inferior a 1,5 m.
- c. afastamento de fundos mínimo de 2,5 m para novas construções, admitindo-se mínimo de 1,5 m para edificações preexistentes de até 6,0 m de altura
- d. mantendo áreas livres destinadas ao paisagismo, vegetadas e tratadas
- e. mantendo vedações originais do lote preservadas, ou, na sua ausência, introduzidas novas vedações que não impeçam a permeabilidade visual das edificações com os logradouros

49. No Subsetor S1D, as novas edificações serão implantadas:

- a. recuadas do alinhamento frontal, obedecendo a recuos predominantes no padrão do parcelamento original ou na implantação das edificações vizinhas,
- b. afastadas de pelo menos uma das divisas laterais, obedecendo a afastamentos predominantes no padrão do parcelamento original ou da implantação das edificações vizinhas
- c. afastamento de fundos mínimo de 2,5 m para novas construções, admitindo-se mínimo de 1,5 m para edificações preexistentes de até 6,0 m de altura
- d. mantendo áreas livres destinadas ao paisagismo, vegetadas e tratadas
- e. mantendo vedações originais do lote preservadas, ou, na sua ausência, introduzidas novas vedações que não impeçam a permeabilidade visual das edificações com os logradouros

50. No Subsetor S1E, as novas edificações serão implantadas segundo duas tipologias descritas nos itens 51 e 52.

51. O novo volume edificado deve complementar ou dar continuidade à tipologia das edificações vizinhas, quando a nova edificação ou a ampliação pretendida for localizada em lote enquadrado em uma das seguintes condições:

- a. possuir frente inferior a 12,0m;
- b. ser contíguo a um Imóvel Especial 1, ou a um Imóvel Especial 2;
- c. localizar-se em entorno de bem tombado ou
- d. localizar-se em lote integrante ou contíguo a conjunto preservado.

52. Para as situações previstas no item 51, a nova edificação ou ampliação deve atender ao seguinte:

- a. A nova edificação será implantada no alinhamento frontal, sem afastamentos laterais junto ao logradouro, admitindo-se afastamentos laterais a partir de 4,0 metros da fachada;
 - b. O afastamento de fundos será de no mínimo de 2,5 m, ampliado segundo o Art.90 da LOUOS/2016;
 - c. O Gabarito de altura máxima corresponderá à somatória de pavimento térreo mais até três pavimentos superiores, sendo que o pavimento térreo terá pé-direito de 5,50 m e os demais terão pé direito de, no máximo, 3,0 m
 - d. Será dispensada a galeria de uso público prevista pelo Artigo 88 da LOUOS;
 - e. A altura final da edificação poderá ser acrescida ou reduzida em até 1,50 metros, de forma a compatibilizar-se com as edificações vizinhas, o que equivale a manter-se na mesma altura ou estabelecer transição com edificações mais altas
53. Quando a nova edificação se localizar no Setor S1E em lote que não se enquadre em nenhuma das condições previstas pelo item, aplicam-se os seguintes critérios:
- a. a implantação atenderá ao previstos pela LOUOS/2016, em especial pelos Artigos 88, 89, 90 e 91;
 - b. mantém-se a exigência da galeria de uso público no pavimento térreo, ao longo da fachada lindeira ao logradouro, com profundidade mínima de 4m (quatro metros) e altura mínima de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros).
 - c. o Gabarito de altura máxima ficará limitado a 24,00 metros.
54. A ocupação das áreas classificadas como Setor S1F somente poderá se efetivar mediante concepção e aprovação projeto urbanístico integrado para toda a gleba, que defina desde o parcelamento até as diretrizes de uso e ocupação da área, considerando:
- a. A prevalência do interesse público e dos benefícios sociais para a definição dos critérios da futura ocupação, tendo em vista serem áreas remanescentes estratégicas para a cidade e seu patrimônio
 - b. A identificação e mensuração dos impactos positivos e negativos da ocupação e dos usos pretendidos em relação à estrutura urbana e ao patrimônio
 - c. A integração da nova ocupação e sua articulação ao entorno circundante, tanto sob o ponto de vista funcional, quanto formal e simbólico
 - d. As diretrizes para as novas edificações de forma a minimizar potenciais efeitos da ruptura da escala do parcelamento e das edificações em relação ao entorno preexistente

- e. O acatamento aos Gabaritos de altura máxima previstos no Anexo I.C

V.3.4 -Condições para o remembramento de lotes e edificações no Setor S1

55. Será permitido o remembramento funcional de edificações preexistentes em lotes contíguos, por meio de intervenções que possibilitem a utilização do conjunto edificado resultante por atividades comuns desde que:

- a. as intervenções visando à adaptação das edificações respeitem os parâmetros previstos por essa norma e
- b. os usos gerados favoreçam a reapropriação da área para a moradia, admitidas outras atividades compatíveis com os usos tradicionais do entorno

56. O remembramento de lotes que se confrontem pelos seus fundos será admitido desde que cumpridas as seguintes condições:

- a. a edificação a ser implantada atenda aos gabaritos de altura máxima e demais critérios dos respectivos subsetores em que se encontram os lotes originais;
- b. a edificação a ser implantada se adapte aos desníveis eventualmente existentes entre os logradouros, de forma a não gerar volumes incompatíveis em nenhum dos lados;
- c. a edificação a ser implantada não apresente dimensão, medida perpendicularmente ao logradouro, que rompa com o padrão edificado na quadra, gerando volumes atípicos na paisagem e
- d. a edificação a ser implantada tenha fachadas e acessos para os ambos os logradouros.

57. O remembramento de lotes que se confrontem lateralmente será admitido desde que cumpridas as seguintes condições:

- a. A testada resultante não seja maior que 10,0 m para os Subsetores S1A, S1B e S1C
- b. A testada resultante não seja maior que 15,0 m
- c. para os Subsetores S1D e S1E
- d. A fachada da edificação a ser implantada nos lotes remembrados nos Subsetores S1A e S1B e S1E considere a modulação predominante da face de quadra, visando manter os ritmos da configuração morfológica do setor
- e. A edificação a ser implantada se adapte aos desníveis eventualmente existentes no caso de ruas em aclave, de forma a manter o escalonamento da implantação tradicional e não introduzir volumes atípicos que rompam com a sequência de implantação das edificações adjacentes

58. Poderão ser consideradas exceções aos limites de remembramentos estabelecidos no caso de projetos que atendam ao interesse social e ao interesse público, mantendo-se, para efeito, os demais critérios, parâmetros e condicionantes.

V.3.5 - Gabarito de altura máxima

59. Os Gabaritos de altura máxima estabelecidos para os setores S1A, S1B, S1C e S1E poderão ser acrescidos ou subtraídos em até 1,50m considerando a necessidade de estabelecer transição ou alinhamento com imóveis e conjuntos preservados adjacentes, em especial imóveis tombados e Imóveis Especiais 1 e 2.

V.3.6 – Tratamento de fachadas, volumes e coberturas nas reformas, reparos e adaptações:

60. São critérios para o tratamento de fachadas, volumes e coberturas nas reformas, reparos e adaptações de edificações situadas no Setor S1:

- a. as fachadas e volumes devem ser entendidos como um todo coerente, compatível com o modelo construtivo e/ou estilístico original considerando as transformações ocorridas no seu período de existência;
- b. serão admitidas ampliações em continuidade com a edificação preexistente, sejam horizontais, sejam verticais, desde que a solução formal encontrada respeite os elementos definidores da edificação-matriz, configurando um todo arquitetônico coerente, ainda que originário de fases construtivas distintas;
- c. são permitidas ampliações sob a forma de volumes edificadas anexos, desde que a solução formal encontrada respeite os elementos definidores da edificação-matriz, configurando um todo arquitetônico coerente, ainda que originário de fases construtivas distintas;
- d. as ampliações deverão respeitar os recuos e afastamentos previstos para cada Subsetor;
- e. no caso de ampliações verticais, os Gabaritos de altura máxima previstos para o local somente poderão ser atingidos caso a solução arquitetônica atenda aos condicionantes formais previstos nos Itens b e c
- f. a proporção e o ritmo de vãos nas fachadas deverão favorecer à continuidade da percepção do conjunto;
- g. a abertura de novos vãos somente será admitida quando estes se mostrarem essenciais para viabilizar a utilização contemporânea do edifício e não prejudicarem a lógica compositiva original, seja da própria edificação, seja desta em relação ao conjunto;

- h. os padrões de revestimentos, materiais e cores das fachadas devem se orientar pelo modelo estilístico original, vedada a utilização de listras, estampas, grafismos ou painéis decorativos;
- i. são vedados a instalação de panos contínuos de vidro, metal e outros materiais reflexivos nas fachadas, o uso de vidro espelhado ou escurecido em vãos e esquadrias, assim como revestimentos cerâmicos com dimensões, cores e rejuntas contrastantes;
- j. é vedado o recobrimento de fachadas por painéis metálicos ou de outros materiais que introduzam elemento perturbador à leitura do conjunto ou que ocultem quaisquer vãos, molduras, ornatos ou platibandas;
- k. Edificações ocupadas por mais de um estabelecimento devem ter preservada a unidade visual de suas fachadas, não se admitindo pintura, revestimentos, afixação de painéis ou de engenhos publicitários que induzam à leitura fragmentada de um mesmo objeto arquitetônico;
- l. os ornatos, frisos, azulejaria, ferragens e esculturas, quando associados ao padrão estilístico original da edificação, deverão ser preservados considerando as adaptações e transformações ocorridas no seu período de existência;
- m. as cores dos elementos integrados às fachadas - fundos, molduras, frisos, ornatos, esquadrias, grades e gradis - deverão buscar uma unidade coerente, referenciada pelo padrão estilístico original da edificação;
- n. serão permitidas intervenções nas coberturas, desde que coerentes com o modelo estilístico original, obedecidos os Gabaritos de altura máxima previstos para cada localização;
- o. serão exigidas coberturas em material cerâmico quando os diagramas originais tiverem sido concebidos para este material em edificações de baixa altura, cujos telhados participam da leitura paisagística da face de quadra a partir do logradouro;
- p. poderá ser autorizada a supressão de elementos construídos pontuais que não se vinculam à composição original e interferem na percepção e compreensão das características da edificação ou do conjunto;
- q. as plantas e sistemas construtivos das edificações preexistentes nos Setores S1 poderão ser alterados quando ficar demonstrado que a alteração contribui para a viabilizar a utilização contemporânea da edificação e para o atender a normas de salubridade, conforto, segurança e acessibilidade;
- r. equipamentos de energia e logística, equipamentos de climatização, fiações e tubulações não poderão ser fixados de forma a interferir na leitura das fachadas e
- s. caixas d'água, caixas de elevadores, tubulações serão implantados no desvão das coberturas ou, quando não for possível, em altura e localização que minimizem seu impacto nas fachadas.

V.3.7. Fachadas, volumes e coberturas das novas construções

61. São critérios para fachadas, volumes e coberturas das novas construções a serem implantadas nos Setor S1 e seus Subsetores:

- a. as soluções compositivas, proporções e ritmos entre vãos, cores, revestimentos, deverão favorecer a continuidade na percepção da imagem dominante do conjunto;
- b. os padrões de revestimentos, materiais e cores das fachadas devem evitar contrastes, rupturas e perturbações à leitura do conjunto
- c. é vedada a utilização de frisos e relevos em cores destacadas, listras, estampas, grafismos ou painéis decorativos;
- d. é vedado o recobrimento de fachadas por painéis metálicos, materiais reflexivos ou de outros que introduzam elemento perturbador à leitura do conjunto;
- e. nas fachadas frontais das edificações inseridas nos setores S1A e S1B, avanços ou recuos de planos ou elementos como sacadas, varandas, marquises e outros serão avaliados no contexto da face de quadra em que estejam inseridos e aprovados somente quando ficar demonstrada sua adequação;
- f. nos setores S1A, S1B e S1C, é vedada a utilização grandes volumes cilíndricos ou de outros volumes curvos cuja configuração seja estranha à paisagem dominante do conjunto;
- g. nos setores S1A, S1B e S1C é vedada a utilização de pilotis sem elementos que completem os planos contínuos de fachada junto ao alinhamento
- h. serão exigidas coberturas em material cerâmico ou similar quando em edificações de baixa altura, cujos telhados venham a ter participação na leitura paisagística da face de quadra a partir do logradouro;
- i. equipamentos de energia e logística, equipamentos de climatização, fiações e tubulações não poderão ser fixados de forma a interferir na leitura das fachadas e
- j. caixas d`água, caixas de elevadores, tubulações serão implantados no desvão das coberturas ou, quando não for possível, em altura e localização que minimizem seu impacto nas fachadas

V.4. Setor de Preservação 2

62. Áreas cuja configuração atual resulta de extenso processo de substituição das edificações e do correspondente padrão do parcelamento, resultando em imagem eminentemente contemporânea, sem valores arquitetônicos e urbanísticos que demandem critérios especiais de proteção, exceto no que se refere à prevenção de seu impacto sobre bens e conjuntos a serem preservados.

V.4.1 Subsetores de Preservação 2

63, O Setor de Preservação 2 subdivide-se em Subsetores conforme o seguinte

- a. S2A- - Áreas de configuração resultante de extenso processo de substituição das edificações e do padrão do parcelamento, localizadas nas proximidades de bens tombados e Imóveis Especiais 1.
- b. S2B – Áreas de configuração resultante de extenso processo de substituição das edificações e do padrão do parcelamento, sem relação visual ou paisagística com bens e conjuntos tombados

V.4.2 - Diretrizes gerais

64. As intervenções em edificações preexistentes, espaços públicos e novas construções, inseridos no Setor S2 devem

- a. contribuir com a valorização do contexto urbano em que se inserem, considerando os valores urbanísticos e paisagísticos que fundamentam a proteção da APCP CAS
- b. submeter-se aos Gabaritos de Altura máxima previstos por essa norma, conforme Anexo I.C
- c. submeter-se à LOUOS 2016 no que se refere aos condicionantes de ocupação

65. Quando localizadas no Setor S2A devem atender, adicionalmente, ao seguinte:

- a. os padrões de revestimentos, materiais e cores das fachadas devem favorecer a contextualização da edificação no conjunto, vedada a utilização de revestimentos em panos contínuos de vidro espelhado, materiais reflexivos ou outro elemento perturbador à leitura do conjunto
- b. não serão permitidos remembramentos que resultem em lotes com mais de 15,0m de testada
- c. os engenhos publicitários estarão sujeitos ao previsto no Tópico VII desta norma.

V.5. Imóveis Especiais 1 e 2

66. São considerados **Imóveis Especiais 1** as edificações, conjuntos edificados e espaços públicos cuja preservação, ao lado dos bens e conjuntos já tombados, é essencial para a configuração de um quadro referencial da diversidade e pluralidade da trajetória histórica e cultural da APCP CAS, das origens da cidade até o século XX.

67. São considerados **Imóveis Especiais 2** as edificações, isoladas ou em conjunto, que, independentemente de sua localização, do seu porte ou do uso de vocabulário erudito, testemunham a trajetória histórica dos lugares por preservarem características formais alinhadas com estilos de época e com as diferentes etapas do processo de parcelamento e ocupação, favorecendo a preservação da

diversidade e da identidade da APCP CAS e contribuindo para mitigar os efeitos da homogeneização da paisagem.

68. Os Imóveis Especiais 1 e 2 são os identificadas por cadastramento referente ao ano de 2019, disponíveis em listagem por endereço e coordenadas geográficas, conforme Anexo I.G.

69. A PMS manterá cadastro e banco de dados atualizados referentes aos Imóveis Especiais 1 e 2, considerando os inventários, pesquisas, projetos e intervenções realizadas

70. A listagem de Imóveis Especiais 1 e 2 poderá ser acrescida mediante acesso a informações mais detalhadas de cada imóvel, em especial pela retirada de intervenções que, até o ano do último cadastramento, tenham impedido a visualização das características dos imóveis

71. A PMS buscará disponibilizar Incentivos para o uso, a conservação e a valorização das Imóveis Especiais 1 e 2, conforme condições descritas no [Tópico 18. Incentivos](#)

72. Quando fizerem parte de processos de tombamento em curso no âmbito do IPHAN, do IPAC ou da PMS, através da Fundação Gregório de Mattos, ou quando forem contíguos a bens tombados por estas instituições, os Imóveis Especiais 1 deverão ser avaliados para fins da eventual adequação de sua proteção ao regime de tombamento em qualquer dos âmbitos mencionados.

V.5.1 - Critérios para Intervenções em Imóveis Especiais 1

73. As intervenções em edificações listadas como Imóvel Especial 1 deverão buscar a preservação integral das características arquitetônicas, artísticas e decorativas, externas e internas, considerando as adaptações e transformações ocorridas no seu período de existência que tenham participado da compreensão e qualificação do bem.

74. As intervenções em praças e jardins públicos listadas como Imóvel Especial 1 devem se orientar pelos princípios de conservação de jardins históricos e seus projetos de intervenção devem ter como critérios:

- a. orientar-se por abordagem integral, embasada por pesquisa histórica, inventário arquitetônico e paisagístico e pesquisa de usos e práticas associadas aos espaços

- b. promover desobstruções que favoreçam sua legibilidade, tanto internamente quanto na relação com o conjunto circundante;
- c. favorecer a remoção de intervenções incompatíveis que tenham subtraído áreas comuns ou prejudicado a legibilidade e a qualidade da paisagem
- d. melhorar das condições de conforto e acessibilidade
- e. adequar o mobiliário urbano.

V.5.2 - Critérios para Intervenções em Imóveis Especiais 2

75. As intervenções nos Imóveis Especiais 2 deverão estar precedidas por inventário arquitetônico que possibilite o conhecimento completo da edificação.

76. No caso de reformas com acréscimos, as condições de implantação obedecerão ao seguinte:

- a. serão compatíveis com o estilo ou modelo construtivo a que se filie a edificação, independente do Setor ou Subsetor em que a Edificação Especial esteja localizada
- b. as condições de ocupação previstas poderão ser flexibilizadas nos termos da LOUOS/2016, mediante a demonstração de que a intervenção favorece à preservação do edifício e a sua efetiva utilização para atividades que contribuem com a vitalidade do contexto urbano

77. Alterações na configuração de vãos, fachadas e volumes, assim como nos sistemas construtivos e nos espaços internos deverão adotar como critérios aqueles previstos para o Setor 1, independentemente da localização do Imóvel Especial 2

78. Nos Imóveis Especiais 2 que se encontrarem em situação de arruinamento ou que tiverem sido objeto de obras de escoramento financiadas pelo poder público, as intervenções deverão visar a recomposição volumétrica da edificação preexistente, ficando a solução projetual completa na dependência da existência de documentação e pesquisas que permitam uma abordagem coerente e verossímil.

V.6. VILAS

79. Conjuntos de casas geminadas, casas isoladas, ou casas sobrepostas com acesso independente a cada unidade habitacional por via particular de veículos ou de pedestre interna ao conjunto, sem acesso direto das unidades às vias de circulação e cuja organização espacial e implantação apresentam registros desde, pelo menos, a primeira metade do século XX.

V.6.1 - Diretrizes gerais

80. São critérios para intervenções em vilas:

- a. A configuração de vilas deve ser valorizada enquanto solução urbanística que preserva formas tradicionais de sociabilidade e de acesso à moradia.
- b. A aprovação de intervenções fica sujeita à análise da situação de todo o assentamento da vila, de forma a não permitir qualquer intervenção que reduza as condições de acessibilidade às áreas de uso comum e de circulação, assim como acrescente riscos a condições de salubridade, acesso ao saneamento, à segurança e aos serviços urbanos
- c. As condições de implantação devem obedecer ao padrão de implantação comum a cada assentamento
- d. As fachadas e volumes devem se orientar pelos critérios do Setor S1
- e. os Gabaritos de altura máxima são os definidos no Anexo I.C
- f. Não será permitido remembramento de lotes ou de áreas comuns de vilas com lotes externos

V.7. ZEIS 1 - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 1

81. Conforme previsto pelo Artigo 20 da LOUOS/2016, as ZEIS-1 correspondem aos assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares – habitados predominantemente por população de baixa renda e situados em terrenos de propriedade pública ou privada, nos quais haja interesse público em promover a regularização fundiária e produzir Habitação de Interesse Social – HIS e da Habitação de Mercado Popular – HMP

82. As áreas classificadas pela LOUOS/2016 como ZEIS 1 inseridas **na área objeto desta norma** são as denominadas Tororó, Alto da Esperança, Avenida Flora, Lapinha e Liberdade, conforme indicado no Mapa Anexo I.D.

V.7.1 - Diretrizes gerais

83. Aplicam-se às ZEIS todas as disposições do PDDU/2016 e da LOUOS/2016.

84. Os procedimentos de regularização fundiária das ZEIS 1 deverão contar com o acompanhamento dos órgãos de preservação, de forma a incorporar restrições específicas quanto a gabaritos, impactos paisagísticos, acessibilidade e outros considerados pertinentes tendo em vista a sua inserção na APCP CAS

VI. DEMOLIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

85. Os projetos de intervenção em edificações e espaços públicos inseridos na área objeto desta norma poderão prever a supressão de acréscimos e de elementos construídos pontuais que, comprovadamente, não decorrem da composição original e interferem na percepção e compreensão das características do imóvel ou do conjunto

86. Em consonância com o previsto pela Lei 3289/1983, a substituição integral de edificações na área objeto desta norma deve ser tratada como uma operação de caráter excepcional, que requer fundamentação e cujos critérios se adequam ao tipo de edificação e à sua localização, conforme descrito nos 87 a 91 a seguir.

87. Não será permitida a demolição com vistas à substituição integral de Imóveis Especiais 1 e 2

88. Na ocorrência de riscos de arruinamento total ou parcial de Imóveis Especiais 2, assim como de edificações localizadas no Setor S1, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- a. O proprietário deverá acionar imediatamente a PMS e a Defesa Civil, a quem caberá informar aos órgãos de preservação, além de orientar e apoiar medidas emergenciais
- b. O proprietário deverá providenciar laudo técnico assinado por profissional habilitado que descreva as ameaças identificadas, apresente as medidas emergenciais e as medidas corretivas necessárias, com respectivo custo estimado de execução
- c. Se demonstrada a incapacidade financeira do proprietário nas condições previstas pela Lei Federal 11.888/2008, a PMS acionará o apoio do Escritório Público, no que couber
- d. A PMS, os órgãos de preservação e o proprietário analisarão as medidas de preservação do imóvel, que deverão considerar a cooperação técnica dos órgãos envolvidos e a cooperação financeira no caso de demonstração de incapacidade do proprietário
- e. Na hipótese de inviabilidade das medidas identificadas, a demolição poderá ser concedida desde que mediante pareceres favoráveis de três profissionais habilitados, corroborados por parecer favorável da PMS, do IPAC e do IPHAN, conforme previsto pela Lei 3289/1983

89. No Setor S1, poderá ainda ser autorizada a substituição integral de edificações quando, com base em laudo de profissional especializado na preservação de bens culturais, ficar demonstrado que:

- a. Trata-se edificação contemporânea de caráter precário ou provisório, ou

- b. Trata-se de edificação não preservada, cuja configuração atual resulta de sucessivas alterações irreversíveis e incompatíveis com os valores da APCP CAS, constituindo-se em fator de perturbação e de desvalorização do conjunto.

90. A autorização para substituição integral nas condições previstas no item 89 dependerá de parecer favorável da PMS, do IPAC e do IPHAN, conforme previsto pela Lei 3289/1983.

91. Nos Setores S2, a substituição de edificações não classificadas como Imóveis Especiais 1 e 2 poderá ser autorizada em conformidade com as normas do Código de Obras de Salvador.

VII. ENGENHOS PUBLICITÁRIOS

92. Em consonância com os princípios gerais desta norma e com os previstos pelo Decreto Nº 30.095 de 23 de agosto de 2018, em especial pelo seu Artigo 35, Itens I, XIII e XXII, as condições e critérios para a instalação e manutenção de engenhos publicitários **nas edificações e logradouros integrantes de todos os Setores S1 e do Setor S2A são as previstas por essa norma**

93. Nos **Setores S1 e no Setor S2A** ficam vedados

- a) publicidade em muros, lotes vagos, áreas livres, tapumes e telas de proteção
- b) publicidade em marquises, varandas, empenas e cobertura de edificações
- c) equipamento publicitário desvinculado do estabelecimento cuja localização se pretende informar

94. A aprovação de grafismo artístico além de autorização do proprietário do imóvel, dependerá de análise da Fundação Gregório de Mattos, sem prejuízo da obrigatoriedade de aprovação pelo IPHAN e pelo IPAC quando incidir sobre bens tombados individualmente, entorno de monumentos tombados e perímetro de conjuntos urbanos tombados por estes órgãos.

95. Não será autorizada a instalação de publicidade em edificações sem acabamento final adequado, com superfícies malconservadas ou que não ofereçam risco à estabilidade e à segurança

96. Quando de sua apresentação para licenciamento, o projeto de publicidade deverá apresentar a inserção do engenho publicitário no contexto da fachada da edificação, indicando dimensões, acabamentos, detalhes construtivos, ornatos, materiais de revestimento e cores, existentes e propostos, para a fachada.

97. Não será autorizada publicidade que:

- a) interfira negativamente nas fachadas, causando danos, superpondo-se ou interrompendo a leitura de frisos, molduras, cantarias, pilastras, cunhais, vergas decoradas, balcões, gradis, ornatos, azulejos antigos ou outras marcações que componham a fachada original do imóvel;
- b) altere significativamente as fachadas, por meio da utilização de grandes extensões de revestimentos ou de pinturas com cores e materiais que funcionem como extensão das placas ou letreiros; interrompendo a leitura da fachada ou introduzindo elementos perturbadores da paisagem urbana

98. Quando houver mais de uma atividade em um mesmo edifício, a aplicação dos engenhos publicitários à fachada deve apresentar unidade visual

99. A publicidade deve ser instalada somente no térreo das edificações, admitindo-se, quando se tratar de galerias de lojas e de edifícios com dois ou mais pavimentos, a colocação de placa junto ao acesso principal do edifício visando identificar os estabelecimentos instalados no seu interior.

100. Os engenhos de publicidade poderão ser dos seguintes tipos:

- a) placa paralela à fachada
- b) placa perpendicular à fachada
- c) letras isoladas e logomarcas aplicados diretamente sobre a fachada
- d) fixado no solo

101. Sem prejuízo das demais previsões desta norma, as condições de localização e instalação, quantidades e dimensões de placas paralelas à fachada deverão obedecer ao seguinte:

- a) serão admitidas somente no pavimento térreo;
- b) será admitida somente uma placa para cada vão de acesso;
- c) suas extremidades devem se encaixar entre as linhas de prolongamento das ombreiras dos vãos, respeitando a modulação da fachada;
- d) devem possuir espessura máxima de 0,20 m;
- e) devem ser instaladas a uma altura mínima de 2,30 m, medidos entre o ponto mais baixo do anúncio e o ponto mais alto do passeio;

- f) devem possuir altura máxima de 0,50 m, podendo atingir a altura de 80cm, caso a altura ou a largura do vão da porta sejam maiores que três metros;
- g) podem ter comprimento variável, desde que perfaçam a área máxima igual a 0,50 m² para cada 1,00 m linear de testada.

102. No caso de edificações que possuam fachadas dotadas de ornatos, frisos, balcões ou outros elementos decorativos, as placas paralelas à fachada:

- a) deverão ser posicionadas mantendo distância de vergas e do alinhamento inferior de sacadas, pisos ou cimalhas ou beirais;
- b) seu comprimento não deve exceder 1/3 da largura da fachada, admitindo-se o comprimento máximo de dois vãos.

103. Em edificações que apresentem fachadas dotadas de frisos, marcações ou ornamentação que dificultem a inserção de engenhos publicitários paralelos, poderão ser adotadas placas perpendiculares à fachada, uma para cada atividade comercial, desde que a solução encontrada seja a mais harmônica para o conjunto.

104. As dimensões das placas perpendiculares às fachadas devem obedecer aos seguintes parâmetros:

- a) espessura máxima igual a 0,20 m;
- b) dimensões máximas de 0,80 m x 0,50 m, tanto para a vertical, quanto para a horizontal,
- c) alinhar-se pelo topo da verga mais baixa e estar a no mínimo 0,25 m da aresta externa das ombreiras ou do vão de iluminação;
- d) nas calçadas com largura inferior a 1,20 m, a dimensão máxima do engenho publicitário deverá respeitar um afastamento de 0,40 m da aresta externa do meio fio e uma distância mínima de 0,05 do plano da fachada;
- e) nas calçadas com largura superior a 1,20 m, o engenho não poderá ter sua projeção horizontal sobre o passeio superior à 0,80 m, incluindo os suportes e o afastamento do plano da fachada, respeitado o afastamento de 0,40 m da aresta externa do meio fio;
- f) engenhos publicitários com projeção horizontal de até 0,50 m deverão possuir altura máxima de até o dobro de sua largura, desde que não ultrapasse 0,80 m, e
- g) engenhos publicitários com projeção horizontal acima de 0,50 m terão altura limitada a 0,50 m

105. As letras, logomarcas ou símbolos aplicados diretamente sobre a fachada deverão obedecer ao seguinte:

- a) devem ser aplicados de forma a não interferir nos elementos arquitetônicos e decorativos;
- b) as letras devem ter preferencialmente a mesma cor e estar em harmonia com a cor da fachada;
- c) as letras devem ter espessura máxima 0,05 m e altura máxima igual a 0,60 m, não importando o material utilizado;
- d) no caso de anúncio pintado, fica proibida a pintura de fundo diferenciada da cor da fachada e a pintura de frisos emoldurando o anúncio.

106. Em edificações com recuo frontal ajardinado ou cercado, poderão ser utilizados engenhos fixados em estrutura independente, conforme as seguintes condições:

- a. os engenhos não deverão interferir negativamente na percepção das fachadas;
- b. será permitida apenas uma unidade por fachada;
- c. o engenho vertical pode possuir até três faces, ter altura máxima de 2,10 m e largura máxima de 0,60m;
- d. o engenho horizontal deve possuir apenas um plano, podendo veicular mensagem nos dois lados do mesmo, ter altura máxima de 1,00 a partir do piso e comprimento máximo de 1,50 m.
- e. o engenho não poderá avançar sobre o passeio
- f. o engenho deverá ter afastamento mínimo de 1,50m de qualquer edificação

Os tópicos apresentados a seguir não tem formato da norma, uma vez que não estão desenvolvidos.

São apenas indicativos das proposições que se pretende desenvolver na etapa final desse trabalho, em articulação com as demais instâncias da PMS, do IPAC e do IPHAN

18. APOIO E INCENTIVO À PRESERVAÇÃO

São os seguintes os Incentivos, incidentes sobre a área objeto desta norma, criados pelo PDDU 2016 e pela LOUOS 2016 para a ocupação e a recuperação de imóveis:

- a. **§2º do Art. 297 do PDDU/2016:** prevê utilização de TRANSCON para aquisição de área, ocupada ou não, para implementação de programas e projetos habitacionais de interesse social, regulamentada para áreas específicas por meio de ato do Executivo quando tratar-se de plano ou programa para regularização fundiária de ZEIS1, quando identificado interesse público;
- b. **§1º do Art. 298 do PDDU/2016:** prevê que os imóveis edificados considerados Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural poderão transferir todo o Potencial Construtivo Utilizado, desde que não configurem ruína, situação em que poderão transferir apenas o potencial equivalente ao Coeficiente de Aproveitamento Básico. Considerar que o Art.298 prevê que o imóvel objeto de TRANSCON seja transferido ao domínio do Município;
- c. o Artigo 38 da LOUOS 2016: flexibiliza a aplicação do coeficiente de aproveitamento, que será o resultante da volumetria permitida pelo órgão competente de preservação e tombamento no caso de imóveis tombados individualmente, localizados nos conjuntos arquitetônicos tombados ou na APR;
- d. **Artigo 109 da LOUOS/2016:** admite que, nos casos previstos pelo Art.38, o coeficiente básico seja ultrapassado sem cobrança de potencial construtivo adicional, como incentivo à revitalização da área;
- e. **Artigo 110 da LOUOS/2016:** permite que, na realização de *retrofit* em imóveis tombados na ZCMe-CA, a diferença entre o potencial construtivo do empreendimento e o CAM seja transferida para outros imóveis da ZCMe-CA ou das zonas de uso ZCMe-1/02 e ZCMe-2, mantido o domínio do particular sobre o imóvel cedente;
- f. **Artigo 106 da LOUOS/2016:** como incentivo à adoção de fachada ativa, permite não computar, para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, as áreas construídas do pavimento térreo correspondentes às unidades com fachada ativa, desde que não ultrapassem 70% (setenta por cento) da área do lote nas zonas de uso ZCMe e ZCLMu e 30% da área do lote na ZPR3 e
- g. **Artigo 107 da LOUOS/2016:** como incentivo à adoção de áreas de fruição pública, permite acrescer gratuitamente ao potencial construtivo do terreno, até o limite do CAM, o equivalente a 100% (cem por cento) das áreas destinadas à fruição pública no caso de localização nas zonas

de uso ZCMe e ZCLMu e até 50% (cinquenta por cento) no caso de localização nas na ZPR3.

2 - São **Incentivos Fiscais**, incidentes sobre a área objeto desta norma, criados por legislação específica para a ocupação e a recuperação de imóveis:

- a. **O Código Tributário de Salvador**, Lei Nº 6.779/ 2005, alterada pela Lei nº 7.611/2008 concede isenção de IPTU para:
- ✓ edificação situada em logradouro da Região Administrativa I, Centro, em processo de deterioração, destinada a sediar empreendimentos específicos;
 - ✓ edificação destinada a empreendimentos de call center;
 - ✓ edificação em processo de deterioração financiada pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR),
 - ✓ edificação em processo de deterioração destinada a empreendimento implantado com a utilização de incentivos destinada a sediar empreendimento de produção, comercialização de bens e prestação de serviços empresariais, náuticos e de entretenimento
 - ✓ edificação em processo de deterioração destinada a empreendimento das indústrias criativas e de consultoria em recursos humanos, trabalho temporário e terceirizado; hoteleiro, educacional, edifício garagem, livraria, teatro, cinema, e outros espaços culturais;
 - ✓ área não edificada, declarada de utilidade pública ou de interesse social, para fins de desapropriação, desde que não seja objeto de exploração econômica, a qualquer título, enquanto vigente o ato expropriatório;
 - ✓ área localizada junto a encosta e lindeira aos logradouros: Ladeira da Conceição da Praia – 968-7, Rua Manoel Vitorino - 995-4, Rua da Conceição da Praia – 1000-6, Rua do Corpo Santo - 941-5, Rua Guindaste dos Padres – 756-0, Rua Conselheiro Lafaiete – 905-9 e Rua do Julião – 350-6 e na Ladeira da Montanha – 773-0.
- b. **a Lei No 9.215/2017**, que institui o Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador - Revitalizar, concede incentivos a proprietários de imóveis localizados nas APCP CA para concluir os reparos em residências e estabelecimentos comerciais dessas regiões, incluindo Imposto de Transmissão Intervivos (ITIV) Remissão ou redução de IPTU para imóveis que passarem por reformas, recuperação ou restauro; adiamento ou isenção das taxas de licenciamento para obras; isenção de Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre projetos e redução de ISS

em 2% para atividades dos setores criativos que se instalarem em imóveis sem ocupação ou degradados que forem contemplados pelo programa e

- c. **a Lei Nº 8.962/2015**, dispõe sobre programa de incentivo ao desenvolvimento sustentável e inovação – PIDI prevê incentivos a empreendimentos não residenciais e de uso misto, a serem implantados, reformados ou ampliados nos sítios compreendidos nos perímetros delimitados no Anexo, a serem selecionados por meio de Edital anual.

3 - Os dispositivos existentes atendem de forma limitada às necessidades da APCP CAS, uma vez que

- ✓ No caso do TRANSCON, pressupõe-se a perda da propriedade do imóvel para o Município, o que é pertinente para imóveis abandonados mas incompatível com imóveis ocupados;
- ✓ O estímulo à fachada ativa denota o entendimento de que os usos comerciais e de serviços seriam os mais desejáveis para a área, o que não se confirma em grande parte da região estudada;
- ✓ Os incentivos fiscais estão estritamente atrelados à atividade econômica, não privilegiando a moradia;
- ✓ Os incentivos fiscais do Revitalizar e do PIDI têm como pressuposto a capacidade de investimento dos proprietários para posterior ressarcimento por meio de crédito em impostos, o que limita em muito sua aplicação e
- ✓ Os editais para concessão dos incentivos mencionados têm tido pouca procura (03 PIDI e 35 Revitalizar autorizados até 2019)

Qualquer alteração nos incentivos descritos deve ser matéria de Lei, portanto de proposição inviável no momento atual

Sendo assim, o que se mostra viável é o apoio a proprietários e a pequenos empreendedores para que pleiteiem os incentivos e tornem-se elegíveis aos editais.

Esse apoio pode se dar por meio de ações de divulgação dirigidas a públicos específicos, de assistência técnica e de intermediação de articulações e contatos entre possíveis negócios, proprietários etc., nos moldes da atuação de uma agência de desenvolvimento

19 – PROGRAMAS E PROJETOS

Programas e projetos destinados a intervenções em espaços públicos e imóveis privados

Regularização fundiária – ZEIS 1– dar seguimento à Regularização Fundiária das ZEIS, com prioridade para aquelas cuja ocupação tem maior impacto sobre encostas e sobre conjuntos tombados, como é o caso da Soledade. As ocupações informais hoje não classificadas como ZEIS devem ser objeto de análise mais detalhada, visando eventual classificação e medidas análogas.

Encostas – Programa voltado para o tratamento de áreas de risco, de contenção, regularização fundiária e paisagismo deve ser empreendido em caráter prioritário, sob o risco de tornar-se ainda mais custoso e irreversível.

Imóveis arruinados – o levantamento de campo apontou as concentrações de ruínas e imóveis abandonados. Essa base deve ser utilizada para dimensionamento de programa de habitação, tomando por base o modelo concebido para o Comércio.

Requalificação urbana – aplica-se a áreas selecionadas, de grande relevância para o patrimônio e para a vida da cidade, que requerem incentivos à requalificação de imóveis e espaços públicos para sua requalificação. Essas ações devem ter como objetivo tornarem-se referência para deflagrar processos análogos em áreas contíguas. Tais ações de requalificação, por dependerem da intervenção em imóveis privados, dependem do envolvimento de organizações de proprietários e de moradores para que transformações de maior profundidade sejam possíveis.

Ações de apoio ao aprimoramento da Gestão

Complementação da Proteção pelo Tombamento – perímetros e finalização de processos de tombamento; tombamento de novos bens e re-ratificações.

As pesquisas e levantamentos realizados deixaram ainda mais evidentes as lacunas de formalização final dos processos de tombamento, a ausência de delimitação de perímetros de bens já tombados e a necessidade de inclusão de novos bens nessa modalidade de proteção.

Inventários e documentação: o inventário de Imóveis Espaciais 1 e 2, assim como a organização e o acesso à documentação histórica de projetos aprovados, em especial nos arquivos municipais, seriam

um estímulo para a melhoria da qualidade dos projetos e das decisões voltados à preservação desses bens.

Escritório Público: diversas ações, desde a melhoria na qualidade dos projetos até o estímulo a proprietários para requalificação de seus imóveis, podem ser facilitadas por meio do acesso a assistência técnica, a exemplo de boas experiências no Brasil e no mundo.. O modelo do Escritório Público existente na PMS, voltado para Habitação de Interesse Social, pode ser o ponto de partida para a criação de um núcleo de assistência técnica com foco na preservação.

Manuais Técnicos: Deverão ser identificados os principais desafios trazidos pela norma e desenvolvidos roteiros e exemplos aplicados a partir deles.

Manualização de fluxos e rotinas: as rotinas de apresentação de projetos, fluxos de aprovação, fiscalização e monitoramento devem ser manualizados após definidos os procedimentos e atribuições entre a PMS, o IPAC e o IPHAN, que devem passar a vigorar após a aprovação da norma.

20 – GESTÃO

De forma preliminar, sugere-se a articulação dos três entes sob a forma de um **Acordo de Cooperação** que preveja duas instâncias principais e respectivas atribuições como sugerido adiante.

No entanto, o prosseguimento de qualquer proposta depende da pactuação da norma de intervenções, ou o compartilhamento da gestão ficará limitado apenas aos aspectos gerais, tal como opera o Acordo de Cooperação atualmente em vigor.

Nível Estratégico – Atribuições

- Temas complexos
- Atualizações e alterações na norma
- Projetos e ações estruturantes e de interesse comum aos três entes
- Análise sobre recursos contra a decisões adotadas no nível operacional
- Comunicação

Nível Operacional - Atribuições

Responsável pela aplicação da norma, podendo atuar como um grupo técnico descentralizado, cujas ações se dariam nos órgãos de origem a depender do tema/projeto/proposta/autorização objeto de análise. Em situações específicas, pode funcionar como um Comitê, desenvolvendo análises e deliberações conjuntas.

Esta forma de operação **depende diretamente da pactuação dos critérios de intervenção** e da existência de capacidade técnica instalada nos entes responsáveis pelas análises.

O escopo da norma, tal como proposto (concluída a avaliação das instituições envolvidas) possibilita estabelecer os **fluxos e atribuições para aprovação, acompanhamento e fiscalização de todos os temas que aborda**, a saber:

- ✓ Intervenções em espaços públicos
- ✓ Regularização Fundiária
- ✓ Parcelamento do Solo - remembramentos
- ✓ Alvarás de Localização e impacto sobre patrimônio
- ✓ Engenhos Publicitários
- ✓ Demolição
- ✓ Restaurações
- ✓ Reformas
- ✓ Novas construções
- ✓ Fiscalização

Operational Guidelines for the Implementation of the *World Heritage Convention*

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC
AND CULTURAL ORGANIZATION

INTERGOVERNMENTAL COMMITTEE
FOR THE PROTECTION OF THE
WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE



WORLD HERITAGE CENTRE

The *Operational Guidelines* are periodically revised to reflect the decisions of the World Heritage Committee. Please verify that you are using the latest version of the *Operational Guidelines* by checking the date of the *Operational Guidelines* on the UNESCO World Heritage Centre website indicated below.

The *Operational Guidelines* (in English and French), the text of the *World Heritage Convention* (in five languages), and other documents and information concerning World Heritage are available from the World Heritage Centre:

UNESCO World Heritage Centre

7, place de Fontenoy

75352 Paris 07 SP

France

Contact: <https://whc.unesco.org/en/world-heritage-centre>

Links: <https://whc.unesco.org/>

<https://whc.unesco.org/en/guidelines> (*English*)

<https://whc.unesco.org/fr/orientations> (*French*)

TABLE OF CONTENTS

Chapter Number	Paragraph Number(s)
I	ACRONYMS AND ABBREVIATIONS
I	INTRODUCTION
I.A	The Operational Guidelines.....1-3
I.B	The World Heritage Convention4-9
I.C	The States Parties to the World Heritage Convention 10-16
I.D	The General Assembly of States Parties to the World Heritage Convention 17-18
I.E	The World Heritage Committee 19-26
I.F	The Secretariat to the World Heritage Committee (World Heritage Centre)..... 27-29
I.G	The Advisory Bodies to the World Heritage Committee..... 30-37
	ICCROM.....32-33
	ICOMOS.....34-35
	IUCN.....36-37
I.H	Other organizations.....38
I.I	Partners in the protection of World Heritage..... 39-40
I.J	Other Conventions, Recommendations and Programmes 41-44
II	THE WORLD HERITAGE LIST
II.A	Definition of World Heritage 45-53
	Cultural and Natural Heritage 45
	Mixed Cultural and Natural Heritage..... 46
	Cultural landscapes..... 47
	Movable Heritage 48
	Outstanding Universal Value49-53
II.B	A Representative, Balanced and Credible World Heritage List 54-61
	The Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List.....55-58
	Other measures59-61
II.C	Tentative Lists..... 62-76
	Procedure and Format.....62-69
	Tentative Lists as a planning and evaluation tool.....70-73
	Assistance and Capacity Building for States Parties in the preparation of Tentative Lists74-76

II.D	Criteria for the assessment of Outstanding Universal Value	77-78
II.E	Authenticity and/or integrity.....	79-95
	Authenticity	79-86
	Integrity.....	87-95
II.F	Protection and management.....	96-119
	Legislative, regulatory and contractual protection measures	98
	Boundaries for effective protection.....	99-102
	Buffer zones.....	103-107
	Management systems.....	108-118bis
	Sustainable use.....	119
III	PROCESS FOR THE INSCRIPTION OF PROPERTIES ON THE WORLD HERITAGE LIST	
III.A	Preparation of Nominations	120-128
III.B	Format and content of nominations	129-133
	1. Identification of the property.....	132.1
	2. Description of the property.....	132.2
	3. Justification for inscription.....	132.3
	4. State of conservation and factors affecting the property	132.4
	5. Protection and management	132.5
	6. Monitoring	132.6
	7. Documentation.....	132.7
	8. Contact information of responsible authorities.....	132.8
	9. Signature on behalf of the State Party.....	132.9
	10. Number of printed copies required (including annexed maps).....	132.10
	11. Paper and electronic formats	132.11
	12. Sending	132.12
III.C	Requirements for the nomination of different types of properties.....	134-139
	Transboundary properties.....	134-136
	Serial properties	137-139
III.D	Registration of nominations	140-142
III.E	Evaluation of nominations by the Advisory Bodies.....	143-151
III.F	Withdrawal of nominations.....	152
III.G	Decision of the World Heritage Committee	153-160
	Inscription	154-157
	Decision not to inscribe	158
	Referral of Nominations	159
	Deferral of Nominations.....	160

III.H	Nominations to be processed on an emergency basis	161-162
III.I	Modifications to the boundaries, to the criteria used to justify inscription or to the name of a World Heritage property	163-167
	Minor modifications to the boundaries	163-164
	Significant modifications to the boundaries.....	165
	Modifications to the criteria used to justify inscription on the World Heritage List.....	166
	Modification to the name of a World Heritage property	167
III.J	Timetable – overview	168
III.K	Financing of evaluation of nominations.....	168bis
IV	PROCESS FOR MONITORING THE STATE OF CONSERVATION OF WORLD HERITAGE PROPERTIES	
IV.A	Reactive Monitoring.....	169-176
	Definition of Reactive Monitoring.....	169
	Objective of Reactive Monitoring.....	170-171
	Information received from States Parties and/or other sources.....	172-174
	Decision by the World Heritage Committee.....	175-176
IV.B	The List of World Heritage in Danger	177-191
	Guidelines for the inscription of properties on the List of World Heritage in Danger.....	177
	Criteria for the inscription of properties on the List of World Heritage in Danger	178-182
	Procedure for the inscription of properties on the List of World Heritage in Danger	183-189
	Regular review of the state of conservation of properties on the List of World Heritage in Danger	190-191
IV.C	Procedure for the eventual deletion of properties from the World Heritage List.....	192-198
V	PERIODIC REPORTING ON THE IMPLEMENTATION OF THE <i>WORLD HERITAGE CONVENTION</i>	
V.A	Objectives	199-202
V.B	Procedure and Format.....	203-207
V.C	Evaluation and Follow-Up.....	208-210
VI	ENCOURAGING SUPPORT FOR THE <i>WORLD HERITAGE CONVENTION</i>	
VI.A	Objectives	211
VI.B	Capacity building and research	212-216
	The World Heritage Capacity Building Strategy.....	213
	National training strategies and regional cooperation	214-214bis
	Research.....	215

	International Assistance.....	216
VI.C	Awareness-raising and education	217-222
	Awareness-raising	217-218
	Education	219
	International Assistance.....	220-222
VII	THE WORLD HERITAGE FUND AND INTERNATIONAL ASSISTANCE	
VII.A	The World Heritage Fund.....	223-224
VII.B	Mobilization of other technical and financial resources and partnerships in support of the <i>World Heritage Convention</i>.....	225-232
VII.C	International Assistance.....	233-235
VII.D	Principles and priorities for International Assistance	236-240
VII.E	Summary Table.....	241
VII.F	Procedure and format.....	242-246
VII.G	Assessment of International Assistance requests.....	247-254
VII.H	Contractual arrangements	255
VII.I	Evaluation and follow-up of International Assistance	256-257
VIII	THE WORLD HERITAGE EMBLEM	
VIII.A	Preamble.....	258-265
VIII.B	Applicability	266
VIII.C	Responsibilities of States Parties.....	267
VIII.D	Increasing proper uses of the World Heritage Emblem.....	268-274
	Production of plaques to commemorate the inscription of properties on the World Heritage List	269-274
VIII.E	Principles on the use of the World Heritage Emblem.....	275
VIII.F	Authorization procedure for the use of the World Heritage Emblem.....	276-278
	Simple agreement of the national authorities.....	276-277
	Agreement requiring quality control of content	278
VIII.G	Right of States Parties to exert quality control	279
IX	INFORMATION SOURCES	
IX.A	Information archived by the Secretariat	280-284
IX.B	Specific Information for World Heritage Committee members and other States Parties	285-287
IX.C	Information and publications available to the public	288-290

ANNEXES

- Annex 1:** **Model Instrument of Ratification/Acceptance
Model Instrument of Accession**
- Annex 2A:** **Tentative List Submission Format**
- Annex 2B:** **Tentative List Submission Format for Future Transnational and Transboundary
Nominations**
- Annex 3:** **Guidelines for the inscription of specific types of properties on the World Heritage
List**
- Annex 4:** **Authenticity in relation to the World Heritage Convention**
- Annex 5:** **Format for the nomination of properties for inscription on the World Heritage List**
- Annex 6:** **Evaluation procedures of the Advisory Bodies for nominations**
- Annex 7:** **Format for Periodic Reporting on the application of the World Heritage
Convention**
- Annex 8:** **International Assistance Request Form**
- Annex 9:** **Evaluation criteria for International Assistance requests**
- Annex 10:** **Statement of Outstanding Universal Value**
- Annex 11:** **Modifications to World Heritage Properties**
- Annex 12:** **Form for the submission of Factual Errors in the Advisory Bodies Evaluations**
- Annex 13:** **Format for the submission of State of Conservation Reports by the States Parties**
- Annex 14:** **Table of uses of the World Heritage Emblem**
- Annex 15:** **Upstream Process Request Format**

SELECT WORLD HERITAGE BIBLIOGRAPHY

ACRONYMS AND ABBREVIATIONS

DoCoMoMo	International Committee for the Documentation and Conservation of Monuments and Sites of the Modern Movement
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IFLA	International Federation of Landscape Architects
IUCN	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
IUGS	International Union of Geological Sciences
MAB	Man and the Biosphere Programme of UNESCO
NGO	Non-governmental organization
TICCIH	International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
UNEP	United Nations Environment Programme
UNEP-WCMC	World Conservation Monitoring Centre (UNEP)
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

I INTRODUCTION

I.A The *Operational Guidelines*

1. The *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (hereinafter referred to as the *Operational Guidelines*) aim to facilitate the implementation of the *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage* (hereinafter referred to as “the *World Heritage Convention*” or “the *Convention*”), by setting forth the procedures for:
 - a) the inscription of properties on the World Heritage List and the List of World Heritage in Danger;
 - b) the protection and conservation of World Heritage properties;
 - c) the granting of International Assistance under the World Heritage Fund; and
 - d) the mobilization of national and international support in favor of the *Convention*.
2. The *Operational Guidelines* are periodically revised to reflect the decisions of the World Heritage Committee.
3. The key users of the *Operational Guidelines* are:
 - a) the States Parties to the *World Heritage Convention*;
 - b) the Intergovernmental Committee for the Protection of the Cultural and Natural Heritage of Outstanding Universal Value, hereinafter referred to as “the World Heritage Committee” or “the Committee”;
 - c) the UNESCO World Heritage Centre as Secretariat to the World Heritage Committee, hereinafter referred to as “the Secretariat”;
 - d) the Advisory Bodies to the World Heritage Committee;
 - e) site managers, stakeholders and partners in the protection of World Heritage properties.

The historical development of the *Operational Guidelines* is available at:
<https://whc.unesco.org/en/guidelines/>

I.B The *World Heritage Convention*

4. The cultural and natural heritage is among the priceless and irreplaceable assets, not only of each nation, but of humanity as a whole. The loss, through deterioration or disappearance, of any of these most prized assets constitutes an impoverishment of the heritage of all the peoples of the world. Parts of this heritage, because of their exceptional qualities, can be considered to be of “Outstanding Universal Value” and as such worthy of special protection against the dangers which increasingly threaten them.

5. To ensure, as far as possible, the proper identification, protection, conservation and presentation of the world's heritage, the Member States of UNESCO adopted the *World Heritage Convention* in 1972. The *Convention* foresees the establishment of a “World Heritage Committee” and a “World Heritage Fund”. Both the Committee and the Fund have been in operation since 1976.
6. Since the adoption of the *Convention* in 1972, the international community has embraced the concept of “sustainable development”. The protection and conservation of the natural and cultural heritage constitute a significant contribution to sustainable development.
7. The *Convention* aims at the identification, protection, conservation, presentation and transmission to future generations of cultural and natural heritage of Outstanding Universal Value.
8. The criteria and conditions for the inscription of properties on the World Heritage List have been developed to evaluate the Outstanding Universal Value of properties and to guide States Parties in the protection and management of World Heritage properties.
9. When a property inscribed on the World Heritage List is threatened by serious and specific dangers, the Committee considers placing it on the List of World Heritage in Danger. When the Outstanding Universal Value of the property which justified its inscription on the World Heritage List is lost, the Committee considers deleting the property from the World Heritage List.

I.C The States Parties to the *World Heritage Convention*

10. States are encouraged to become party to the *Convention*. Model instruments for ratification/acceptance and accession are included as Annex 1. The original signed version should be sent to the Director-General of UNESCO.
11. The list of States Parties to the *Convention* is available at: <https://whc.unesco.org/en/statesparties>
12. States Parties to the *Convention* are encouraged to adopt a human-rights based approach, and ensure gender-balanced participation of a wide variety of stakeholders and rights-holders, including site managers, local and regional governments, local communities, indigenous peoples, non-governmental organizations (NGOs) and other interested parties and partners in the identification, nomination, management and protection processes of World Heritage properties. Decision 43 COM 11A
13. States Parties to the *Convention* should provide the Secretariat with the names and contact details of the governmental organization(s) primarily responsible as national focal point(s) for the implementation of the *Convention*, so that copies of all official correspondence and documents can be sent by the Secretariat to these national focal points as appropriate. Decision 43 COM 11A
14. States Parties are encouraged to bring together their cultural and natural heritage experts at regular intervals to discuss the implementation of the *Convention*. States Parties may wish to involve representatives of the Advisory Bodies and other experts and partners as appropriate. Decision 43 COM 11A

14bis.	States Parties are encouraged to mainstream into their programmes and activities related to the <i>World Heritage Convention</i> the principles of the relevant policies adopted by the World Heritage Committee, the General Assembly of States Parties to the <i>Convention</i> and the UNESCO Governing Bodies, such as the Policy Document for the Integration of a Sustainable Development Perspective into the Processes of the <i>World Heritage Convention</i> and the UNESCO policy on engaging with indigenous peoples, as well as other related policies and documents, including the 2030 Agenda for Sustainable Development and international human rights standards.	Decision 43 COM 11A
15.	While fully respecting the sovereignty of the States on whose territory the cultural and natural heritage is situated, States Parties to the <i>Convention</i> recognize the collective interest of the international community to cooperate in the protection of this heritage. States Parties to the <i>World Heritage Convention</i> , have the responsibility to:	Article 6(1) of the <i>World Heritage Convention</i> . Decision 43 COM 11A
	a) ensure the identification, nomination, protection, conservation, presentation, and transmission to future generations of the cultural and natural heritage found within their territory, and give help in these tasks to other States Parties that request it;	Article 4 and 6(2) of the <i>World Heritage Convention</i> .
	b) adopt general policies to give the heritage a function in the life of the community;	Article 5 of the <i>World Heritage Convention</i> .
	c) integrate heritage protection into comprehensive planning programmes and coordination mechanisms, giving consideration in particular to the resilience of socio-ecological systems of properties;	
	d) establish services for the protection, conservation and presentation of the heritage;	
	e) develop scientific and technical studies to identify actions that would counteract the dangers that threaten the heritage;	
	f) take appropriate legal, scientific, technical, administrative and financial measures to protect the heritage;	
	g) foster the establishment or development of national or regional centres for training in the protection, conservation and presentation of the heritage and encourage scientific research in these fields;	
	h) not take any deliberate measures that directly or indirectly damage their heritage or that of another State Party to the <i>Convention</i> ;	Article 6(3) of the <i>World Heritage Convention</i> .
	i) submit to the World Heritage Committee an inventory of properties suitable for inscription on the World Heritage List (referred to as a Tentative List);	Article 11(1) of the <i>World Heritage Convention</i> .
	j) make regular contributions to the World Heritage Fund, the amount of which is determined by the General Assembly of States Parties to the <i>Convention</i> ;	Article 16(1) of the <i>World Heritage Convention</i> .
	k) consider and encourage the establishment of national, public and private foundations or associations to facilitate donations for the protection of World Heritage;	Article 17 of the <i>World Heritage Convention</i> .
	l) give assistance to international fundraising campaigns organized for the World Heritage Fund;	Article 18 of the <i>World Heritage Convention</i> .

	m) use educational and information programmes to strengthen appreciation and respect by their peoples of the cultural and natural heritage defined in Articles 1 and 2 of the <i>Convention</i> , and to keep the public informed of the dangers threatening this heritage;	Article 27 of the <i>World Heritage Convention</i> .
	n) provide information to the World Heritage Committee on the implementation of the <i>World Heritage Convention</i> and the state of conservation of properties; and	Article 29 of the <i>World Heritage Convention</i> . Resolution adopted by the 11th General Assembly of States Parties (1997)
	o) contribute to and comply with the sustainable development objectives, including gender equality, in the World Heritage processes and in their heritage conservation and management systems.	
16.	States Parties are encouraged to attend sessions of the World Heritage Committee and its subsidiary bodies.	Rule 8.1 of the Rules of Procedure of the World Heritage Committee.
I.D	The General Assembly of States Parties to the <i>World Heritage Convention</i>	
17.	The General Assembly of States Parties to the <i>World Heritage Convention</i> meets during the sessions of the General Conference of UNESCO. The General Assembly manages its meetings according to its Rules of Procedure, available at: https://whc.unesco.org/en/ga	Article 8(1), of the <i>World Heritage Convention</i> , Rule 49 of the Rules of Procedure of the World Heritage Committee.
18.	The General Assembly determines the uniform percentage of contributions to the World Heritage Fund applicable to all States Parties and elects members to the World Heritage Committee. Both the General Assembly and General Conference of UNESCO receive a report from the World Heritage Committee on its activities.	Articles 8(1), 16(1) and 29 of the <i>World Heritage Convention</i> and Rule 49 of the Rules of Procedure of the World Heritage Committee.
I.E	The World Heritage Committee	
19.	The World Heritage Committee is composed of 21 members and meets at least once a year (June/July). It establishes its Bureau, which meets during the sessions of the Committee as frequently as deemed necessary. The composition of the Committee and its Bureau is available at: https://whc.unesco.org/en/committee	The World Heritage Committee can be contacted through its Secretariat, the World Heritage Centre.
20.	The Committee manages its meetings according to its Rules of Procedure, available at: https://whc.unesco.org/en/committee	
21.	The term of office of Committee members is six years but, in order to ensure equitable representation and rotation, States Parties are invited by the General Assembly to consider voluntarily reducing their term of office from six to four years and are discouraged from seeking consecutive terms of office.	Article 8(2) of the <i>World Heritage Convention</i> and the Resolutions of the 7th (1989), 12th (1999) and 13th (2001) General Assembly of States Parties to the <i>World Heritage Convention</i> .
		Article 9(1) of the <i>World Heritage Convention</i> .
22.	At each election, due consideration shall be given to the election of at least one State Party which has never served as a Member of the World Heritage Committee.	Rule 14.1 of the Rules of Procedure of the General Assembly of States Parties.
23.	Committee decisions are based on objective and scientific considerations, and any appraisal made on its behalf must be thoroughly and responsibly carried out. The Committee recognizes that such decisions depend upon:	Decision 43 COM 11A

- a) carefully prepared documentation;
 - b) thorough and consistent procedures;
 - c) evaluation by qualified experts; and
 - d) if necessary, the use of expert referees.
24. The main functions of the Committee are, in cooperation with States Parties, to:
- a) identify, on the basis of Tentative Lists and nominations submitted by States Parties, cultural and natural properties of Outstanding Universal Value which are to be protected under the *Convention* and to inscribe those properties on the World Heritage List; Articles 11(2) and 11(7) of the *World Heritage Convention*.
 - b) examine the state of conservation of properties inscribed on the World Heritage List through processes of Reactive Monitoring (see Chapter IV) and Periodic Reporting (see Chapter V); Article 29 of the *World Heritage Convention*.
 - c) decide which properties inscribed on the World Heritage List are to be inscribed on, or removed from the List of World Heritage in Danger; Article 11(4) and 11(5) of the *World Heritage Convention*.
 - d) decide whether a property should be deleted from the World Heritage List (see Chapter IV);
 - e) define the procedure by which requests for International Assistance are to be considered and carry out studies and consultations as necessary before coming to a decision (see Chapter VII); Article 21(1) and 21(3) of the *World Heritage Convention*.
 - f) determine how the resources of the World Heritage Fund can be used most advantageously to assist States Parties in the protection of their properties of Outstanding Universal Value; Article 13(6) of the *World Heritage Convention*.
 - g) seek ways to increase the World Heritage Fund;
 - h) submit a report on its activities every two years to the General Assembly of States Parties and to the UNESCO General Conference; Article 29(3) of the *World Heritage Convention* and Rule 49 of the *Rules of procedure of the World Heritage Committee*.
 - i) review and evaluate periodically the implementation of the *Convention*;
 - j) revise and adopt the *Operational Guidelines*.
25. In order to facilitate the implementation of the *Convention*, the Committee develops Strategic Objectives; they are periodically reviewed and revised to define the goals and objectives of the Committee to ensure that new threats placed on World Heritage are addressed effectively. The first ‘Strategic Orientations’ adopted by the Committee in 1992 are contained in Annex II of document WHC-92/CONF.002/12
26. The current Strategic Objectives (also referred to as “the 5 Cs”) are the following:
- 1. Strengthen the **Credibility** of the World Heritage List;
 - 2. Ensure the effective **Conservation** of World Heritage Properties;
- In 2002 the World Heritage Committee revised its Strategic Objectives. The *Budapest Declaration on World Heritage* (2002) is available at the following Web address: <https://whc.unesco.org/en/budapestdeclaration>

	3. Promote the development of effective Capacity building in States Parties;	
	4. Increase public awareness, involvement and support for World Heritage through Communication ;	
	5. Enhance the role of Communities in the implementation of the <i>World Heritage Convention</i> .	Decision 31 COM 13B
I.F	The Secretariat to the World Heritage Committee (World Heritage Centre)	UNESCO World Heritage Centre 7, place de Fontenoy 75352 Paris 07 SP France https://whc.unesco.org/
27.	The World Heritage Committee is assisted by a Secretariat appointed by the Director-General of UNESCO. The function of the Secretariat is currently assumed by the World Heritage Centre, established in 1992 specifically for this purpose. The Director-General designated the Director of the World Heritage Centre as Secretary to the Committee. The Secretariat assists and collaborates with the States Parties and the Advisory Bodies. The Secretariat works in close cooperation with other sectors and field offices of UNESCO.	Article 14 of the <i>World Heritage Convention</i> . Rule 43 of Rules of Procedure of the World Heritage Committee. Circular Letter 16 of 21 October 2003 https://whc.unesco.org/circs/circ03-16e.pdf
28.	The Secretariat's main tasks are:	Decision 39 COM 11 Decision 43 COM 11A
	a) the organization of the meetings of the General Assembly and the Committee;	Article 14(2) of the <i>World Heritage Convention</i> .
	b) the implementation of decisions of the World Heritage Committee and resolutions of the General Assembly and reporting on their execution;	Article 14(2) of the <i>World Heritage Convention</i> and the <i>Budapest Declaration on World Heritage</i> (2002)
	c) the receipt, registration, checking the completeness, archiving and transmission to the relevant Advisory Bodies of nominations to the World Heritage List;	
	d) the co-ordination of studies and activities as part of the Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List;	
	e) the organization of Periodic Reporting;	

- f) coordination and conduct of Reactive Monitoring, including Reactive Monitoring missions¹, as well coordination of and participation in Advisory missions², as appropriate;
 - g) the coordination of International Assistance;
 - h) the mobilization of extra-budgetary resources for the conservation and management of World Heritage properties;
 - i) the assistance to States Parties in the implementation of the Committee's programmes and projects; and
 - j) the promotion of World Heritage and the *Convention* through the dissemination of information to States Parties, the Advisory Bodies and the general public.
29. These activities follow the decisions and Strategic Objectives of the Committee and the resolutions of the General Assembly of the States Parties and are conducted in close cooperation with the Advisory Bodies.

I.G The Advisory Bodies to the World Heritage Committee

30. The Advisory Bodies to the World Heritage Committee are ICCROM (the International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), ICOMOS (the International Council on Monuments and Sites), and IUCN (the International Union for Conservation of Nature).

Article 8(3) of the *World Heritage Convention*

31. The roles of the Advisory Bodies are to:

- a) advise on the implementation of the *World Heritage Convention* in the field of their expertise;
- b) assist the Secretariat, in the preparation of the Committee's documentation, the agenda of its meetings and the implementation of the Committee's decisions;

Article 13(7) of the *World Heritage Convention*.

Decision 39 COM 11

¹ Reactive Monitoring missions are part of the statutory reporting by the Secretariat and the Advisory Bodies to the World Heritage Committee on the state of conservation of specific properties that are under threat (see Paragraph 169). They are requested by the World Heritage Committee to ascertain, in consultation with the State Party concerned, the condition of the property, the dangers to the property and the feasibility of adequately restoring the property or to assess progress made in implementing such corrective measures, and include a reporting back to the Committee on the findings of the mission (see Paragraph 176.e). The terms of reference of Reactive Monitoring missions are proposed by the World Heritage Centre, in line with the decision adopted by the World Heritage Committee, and consolidated in consultation with the State Party and the relevant Advisory Body(ies). Experts for such missions shall not be nationals of the country where the property is located. It is however encouraged that, where possible, they be from the same region as the property. The costs of the Reactive Monitoring missions are borne by the World Heritage Fund.

² Advisory missions are not part *stricto sensu* of the statutory and mandatory processes, as they are voluntarily initiated by States Parties and depend on the considerations and judgement of the States Parties requesting them. Advisory missions are to be understood as missions providing expert advice to a State Party on specific matters. They can concern provision of "upstream" support and advice on identification of sites, Tentative Lists or nomination of sites for inscription on the World Heritage List or alternatively, they can relate to the state of conservation of properties and provide advice in evaluating possible impact of a major development project on the Outstanding Universal Value of the property, advice in the preparation/revision of a management plan, or in the progress achieved in the implementation of specific mitigation measures, etc. The terms of reference of Advisory missions are proposed by the State Party itself, and consolidated in consultation with the World Heritage Centre and the relevant Advisory Bod(ies), other organization(s) or experts. Experts for such missions shall not be nationals of the country where the property is located. It is however encouraged that, where possible, they be from the same region as the property. The entire costs of Advisory missions are borne by the State Party inviting the mission, except where the State Party is eligible for relevant International Assistance or funding from the new budget line for Advisory missions approved by Decision 38 COM 12.

- c) assist with the development and implementation of the Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List, the World Heritage Capacity Building Strategy, Periodic Reporting, and the strengthening of the effective use of the World Heritage Fund;
- d) monitor the state of conservation of World Heritage properties (including through Reactive Monitoring missions at the request of the Committee and Advisory missions at the invitation of the States Parties) and review requests for International Assistance;
- e) in the case of ICOMOS and IUCN, evaluate properties nominated for inscription on the World Heritage List, in consultation and dialogue with nominating States Parties, and present evaluation reports to the Committee; and
- f) attend meetings of the World Heritage Committee and the Bureau in an advisory capacity.

Article 14(2) of the *World Heritage Convention*.

Article 8(3) of the *World Heritage Convention*.

ICCROM

- 32. ICCROM (the International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) is an international intergovernmental organization with headquarters in Rome, Italy. Established by UNESCO in 1956, ICCROM's statutory functions are to carry out research, documentation, technical assistance, training and public awareness programmes to strengthen conservation of immovable and moveable cultural heritage.
- 33. The specific role of ICCROM in relation to the *Convention* includes: being the priority partner in training for cultural heritage, monitoring the state of conservation of World Heritage cultural properties, reviewing requests for International Assistance submitted by States Parties, and providing input and support for capacity building activities.

ICCROM
Via di S. Michele, 13
I-00153 Rome, Italy
Tel: +39 06 585531
Fax: +39 06 5855 3349
Email: iccrom@iccrom.org
<http://www.iccrom.org/>

ICOMOS

- 34. ICOMOS (the International Council on Monuments and Sites) is a non-governmental organization with headquarters in Charenton-le-Pont, France. Founded in 1965, its role is to promote the application of theory, methodology and scientific techniques to the conservation of the architectural and archaeological heritage. Its work is based on the principles of the 1964 International Charter on the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (the Venice Charter).
- 35. The specific role of ICOMOS in relation to the *Convention* includes: evaluation of properties nominated for inscription on the World Heritage List, monitoring the state of conservation of World Heritage cultural properties, reviewing requests for International Assistance submitted by States Parties, and providing input and support for capacity building activities.

ICOMOS
11 rue du Séminaire de
Conflans
94220 Charenton-le-Pont
France
Tel: +33 (0)1 41 94 17 59
Fax: +33 (0)1 48 93 19 16
E-mail: secretariat@icomos.org
<http://www.icomos.org/>

IUCN

36. IUCN – The International Union for Conservation of Nature was founded in 1948 and brings together national governments, NGOs, and scientists in a worldwide partnership. IUCN has its headquarters in Gland, Switzerland. Its mission is to influence, encourage and assist societies throughout the world to conserve the integrity and diversity of nature and to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable.
37. The specific role of IUCN in relation to the *Convention* includes: evaluation of properties nominated for inscription on the World Heritage List, monitoring the state of conservation of World Heritage natural properties, reviewing requests for International Assistance submitted by States Parties, and providing input and support for capacity building activities.

IUCN - The International Union for Conservation of Nature
rue Mauverney 28
CH-1196 Gland, Switzerland
Tel: + 41 22 999 0001
Fax: +41 22 999 0010
E-Mail: mail@hq.iucn.org
<http://www.iucn.org>

I.H Other organizations

38. The Committee may call on other international and non-governmental organizations with appropriate competence and expertise to assist in the implementation of its programmes and projects, including for Reactive Monitoring missions.

Decision 39 COM 11

I.I Partners in the protection of World Heritage

39. A partnership approach, underpinned by inclusive, transparent and accountable decision-making, to nomination, management and monitoring provides a significant contribution to the protection of World Heritage properties and the implementation of the *Convention*.
40. Partners in the protection and conservation of World Heritage can be those individuals and other stakeholders, especially local communities, indigenous peoples, governmental, non-governmental and private organizations and owners who have an interest and involvement in the conservation and management of a World Heritage property.

Decision 43 COM 11A

United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (2007)

Decision 39 COM 11

I.J Other Conventions, Recommendations and Programmes

41. The World Heritage Committee recognizes the benefits of closer coordination of its work with other UNESCO programmes and their relevant conventions. For a list of relevant global conservation instruments, conventions and programmes see paragraph 44.
42. The World Heritage Committee with the support of the Secretariat will ensure appropriate coordination and information-sharing between the *World Heritage Convention* and other conventions, programmes and international organizations related to the conservation of cultural and natural heritage.
43. The Committee may invite representatives of the intergovernmental bodies under related conventions to attend its meetings as observers. It may appoint a representative to observe meetings of the other intergovernmental bodies upon receipt of an invitation.
44. **Selected global conventions and programmes relating to the protection of cultural and natural heritage**

UNESCO conventions and programmes

Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict (1954)

Protocol I (1954)

Protocol II (1999)

<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/armed-conflict-and-heritage/convention-and-protocols/>

Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property (1970)

<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/illicit-trafficking-of-cultural-property/1970-convention>

Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (1972)

<https://whc.unesco.org/en/conventiontext>

Convention on the Protection of the Underwater Cultural Heritage (2001)

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126065>

Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (2003)

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540>

Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions (2005)

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000142919>

Man and the Biosphere (MAB) Programme

<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/>

International Geoscience and Geoparks Programme (IGGP)

<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/international-geoscience-and-geoparks-programme/>

International Hydrological Programme (IHP)

<https://en.unesco.org/themes/water-security/hydrology>

Other conventions

International Whaling Commission (IWC) (1946)

<https://iwc.int>

International Plant Protection Convention (IPPC) (1951)

<https://www.ippc.int>

Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat (Ramsar) (1971)

<http://www.ramsar.org>

Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES) (1973)

<http://www.cites.org>

Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals (CMS) (1979)

<http://www.cms.int>

United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) (1982)

https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm

Convention on Biological Diversity (1992)
<http://www.cbd.int>

UNIDROIT Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects
(Rome, 1995)
<https://www.unidroit.org/cultural-property#Convention1995>

United Nations Framework Convention on Climate Change (New York,
1992)
<http://unfccc.int>

International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture
(2001)
<http://www.fao.org/plant-treaty/en/>

II THE WORLD HERITAGE LIST

II.A Definition of World Heritage

Cultural and Natural Heritage

45. Cultural and natural heritage are defined in Articles 1 and 2 of the *World Heritage Convention*.

Article 1

For the purposes of this Convention, the following shall be considered as “cultural heritage”;

- monuments: architectural works, works of monumental sculpture and painting, elements or structures of an archaeological nature, inscriptions, cave dwellings and combinations of features, which are of Outstanding Universal Value from the point of view of history, art or science;

- groups of buildings: groups of separate or connected buildings which, because of their architecture, their homogeneity or their place in the landscape, are of Outstanding Universal Value from the point of view of history, art or science;

- sites: works of man or the combined works of nature and of man, and areas including archaeological sites which are of Outstanding Universal Value from the historical, aesthetic, ethnological or anthropological points of view.

Article 2

For the purposes of this Convention, the following shall be considered as “natural heritage”;

- natural features consisting of physical and biological formations or groups of such formations, which are of Outstanding Universal Value from the aesthetic or scientific point of view;

geological and physiographical formations and precisely delineated areas which constitute the habitat of threatened species of animals and plants of Outstanding Universal Value from the point of view of science or conservation;

- *natural sites or precisely delineated natural areas of Outstanding Universal Value from the point of view of science, conservation or natural beauty.*

Mixed Cultural and Natural Heritage

46. Properties shall be considered as “mixed cultural and natural heritage” if they satisfy a part or whole of the definitions of both cultural and natural heritage laid out in Articles 1 and 2 of the *Convention*.

Cultural landscapes

47. Cultural landscapes are cultural properties and represent the “combined works of nature and of man” designated in Article 1 of the *Convention*. They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.

Annex 3

Movable Heritage

48. Nominations of immovable heritage which are likely to become movable will not be considered.

Outstanding Universal Value

49. Outstanding Universal Value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for present and future generations of all humanity. As such, the permanent protection of this heritage is of the highest importance to the international community as a whole. The Committee defines the criteria for the inscription of properties on the World Heritage List.
50. States Parties are invited to submit nominations of properties of cultural and/or natural value considered to be of “Outstanding Universal Value” for inscription on the World Heritage List.
51. At the time of inscription of a property on the World Heritage List, the Committee adopts a Statement of Outstanding Universal Value (see paragraph 154) which will be the key reference for the future effective protection and management of the property.
52. The *Convention* is not intended to ensure the protection of all properties of great interest, importance or value, but only for a select list of the most outstanding of these from an international viewpoint. It is not to be assumed that a property of national and/or regional importance will automatically be inscribed on the World Heritage List.
53. Nominations presented to the Committee shall demonstrate the full commitment of the State Party to preserve the heritage concerned, within its means. Such commitment shall take the form of appropriate policy, legal, scientific, technical, administrative and financial measures adopted and proposed to protect the property and its Outstanding Universal Value.

II.B A Representative, Balanced and Credible World Heritage List

54. The Committee seeks to establish a representative, balanced and credible World Heritage List in conformity with the four Strategic Objectives it adopted at its 26th session (Budapest, 2002).

Budapest Declaration on World Heritage (2002) at <https://whc.unesco.org/en/budapestdeclaration>

The Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List

55. The Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List is designed to identify and fill the major gaps in the World Heritage List. It does this by encouraging more countries to become States Parties to the *Convention* and to develop Tentative Lists as defined in paragraph 62 and nominations of properties for inscription on the World Heritage List (see <https://whc.unesco.org/en/globalstrategy>).
56. States Parties and the Advisory Bodies are encouraged to participate in the implementation of the Global Strategy in cooperation with the Secretariat and other partners. Regional and thematic Global Strategy meetings and comparative and thematic studies are organized for this purpose. The results of these meetings and studies are available to assist States Parties in preparing Tentative Lists and nominations. The reports of the expert meetings and studies presented to the World Heritage Committee are available at: <https://whc.unesco.org/en/globalstrategy>.
57. All efforts should be made to maintain a reasonable balance between cultural and natural heritage on the World Heritage List.
58. No formal limit is imposed on the total number of properties to be inscribed on the World Heritage List.

The report of the Expert Meeting on the "Global Strategy" and thematic studies for a representative World Heritage List (20-22 June 1994) was adopted by the World Heritage Committee at its 18th session (Phuket, 1994).

The Global Strategy was initially developed with reference to cultural heritage. At the request of the World Heritage Committee, the Global Strategy was subsequently expanded to also include reference to natural heritage and combined cultural and natural heritage.

Other measures

59. To promote the establishment of a representative, balanced and credible World Heritage List, States Parties are requested to consider whether their heritage is already well represented on the List and if so, to slow down their rate of submission of further nominations by:
- spacing voluntarily their nominations according to conditions that they will define, and/or;
 - proposing only properties falling into categories still under-represented, and/or;
 - linking each of their nominations with a nomination presented by a State Party whose heritage is under-represented; or
 - deciding, on a voluntary basis, to suspend the presentation of new nominations.
60. States Parties whose heritage of Outstanding Universal Value is under-represented on the World Heritage List are requested to:
- give priority to the preparation of their Tentative Lists and nominations;
 - initiate and consolidate partnerships at the regional level based on the exchange of technical expertise;

Resolution adopted by the 12th General Assembly of States Parties (1999).

Resolution adopted by the 12th General Assembly of States Parties (1999).

- c) encourage bilateral and multilateral cooperation so as to increase their expertise and the technical capacities of institutions in charge of the protection, safeguarding and management of their heritage; and,
- d) participate, as much as possible, in the sessions of the World Heritage Committee.

61. The Committee has decided to apply the following mechanism:

As from 2 February 2018:

- a) examine one complete nomination per State Party,
- b) set at 35 the annual limit on the number of nominations it will review, inclusive of nominations deferred and referred by previous sessions of the Committee, extensions (except minor modifications of limits of the property), transboundary and serial nominations,
- c) the following order of priorities will be applied in case the overall annual limit of 35 nominations is exceeded:
 - i) nominations of properties submitted by States Parties with no properties inscribed on the List,
 - ii) nominations of properties submitted by States Parties having up to 3 properties inscribed on the List,
 - iii) resubmitted referred nominations that were not transmitted to the relevant Advisory Bodies for evaluation further to the application of paragraph 61.b)³,
 - iv) nominations of properties that have been previously excluded due to the annual limit of 35 nominations and the application of these priorities,
 - v) nominations of properties for natural heritage,
 - vi) nominations of properties for mixed heritage,
 - vii) nominations of transboundary/transnational properties,
 - viii) nominations from States Parties in Africa, the Pacific and the Caribbean,
 - ix) nominations of properties submitted by States Parties having ratified the *World Heritage Convention* during the last twenty years,
 - x) nominations of properties submitted by States Parties that have not submitted nominations for five years or more,

Decision 24 COM VI.2.3.3,
Decision 28 COM 13.1 and
7 EXT.COM 4B.1
Decision 29 COM 18A
Decision 31 COM 10
Decision 35 COM 8B.61
Decision 40 COM 11
Decision 43 COM 11A

³ This provision also applies in case the resubmitted referred nomination is received in the third year following the referral decision.

- xi) nominations of States Parties, former Members of the Committee, who accepted on a voluntary basis not to have a nomination reviewed by the Committee during their mandate. This priority will be applied for 4 years after the end of their mandate on the Committee,
- xii) when applying this priority system, date of receipt of full and complete nominations by the World Heritage Centre shall be used as a secondary factor to determine the priority between those nominations that would not be designated by the previous points.
- d) the States Parties co-authors of a transboundary or transnational serial nomination can choose, amongst themselves and with a common understanding, the State Party which will be bearing this nomination; and this nomination can be registered exclusively within the ceiling of the bearing State Party.

This decision will be implemented on a trial basis for 4 years and takes effect on 2 February 2018, in order to ensure a smooth transition period for all States Parties. The impact of this decision will be evaluated at the Committee's 46th session (2022).

II.C Tentative Lists

Procedure and Format

- | | | |
|-----|--|---|
| 62. | A Tentative List is an inventory of those properties situated on its territory which each State Party considers suitable for nomination to the World Heritage List. States Parties should therefore include, in their Tentative Lists, details of those properties which they consider to be of potential Outstanding Universal Value and which they intend to nominate during the following years. | Articles 1, 2 and 11(1) of the <i>World Heritage Convention</i> .
Decision 39 COM 11 |
| 63. | Nominations to the World Heritage List are not considered unless the nominated property has already been included on the State Party's Tentative List. | Decision 24 COM para.VI.2.3.2 |
| 64. | States Parties are encouraged to prepare their Tentative Lists with the full, effective and gender-balanced participation of a wide variety of stakeholders and rights-holders, including site managers, local and regional governments, local communities, indigenous peoples, NGOs and other interested parties and partners. In the case of sites affecting the lands, territories or resources of indigenous peoples, States Parties shall consult and cooperate in good faith with the indigenous peoples concerned through their own representative institutions in order to obtain their free, prior and informed consent before including the sites on their Tentative List. | Decision 43 COM 11A |
| 65. | States Parties shall submit Tentative Lists to the Secretariat, at least one year prior to the submission of any nomination. States Parties are encouraged to re-examine and re-submit their Tentative List at least every ten years. | |
| 66. | States Parties are requested to submit their Tentative Lists in English or French using the standard formats in Annex 2A and Annex 2B (for transnational and transboundary future nominations), containing the name of the properties, their geographical location, a brief description of the properties, and justification of their Outstanding Universal Value. | Decision 39 COM 11 |

67. The original duly signed version of the completed Tentative List shall be submitted by the State Party, to:

UNESCO World Heritage Centre

7, place de Fontenoy

75352 Paris 07 SP

France

Tel: +33 (0) 1 4568 1136

E-mail: wh-tentativelists@unesco.org

68. Upon reception of the Tentative Lists from the States Parties, the World Heritage Centre checks for compliance of the documentation with Annex 2. If the documentation is not considered in compliance with Annex 2, the World Heritage Centre refers it back to the State Party. When all information has been provided, the Tentative List is registered by the Secretariat and transmitted to the relevant Advisory Bodies for information. A summary of all Tentative Lists is presented annually to the Committee. The Secretariat, in consultation with the States Parties concerned, updates its records, in particular by removing from the Tentative Lists the inscribed properties and nominated properties which were not inscribed.

Decision 7 EXT.COM 4A

The Tentative Lists of States Parties are published by the World Heritage Centre on its website and/or in working documents in order to ensure transparency, access to information and to facilitate harmonization of Tentative Lists at regional and thematic levels.

Decision 41 COM 11

The sole responsibility for the content of each Tentative List lies with the State Party concerned. The publication of the Tentative Lists does not imply the expression of any opinion whatsoever of the World Heritage Committee or of the World Heritage Centre or of the Secretariat of UNESCO concerning the legal status of any country, territory, city or area or of its boundaries.

69. The Tentative Lists of States Parties are available at : <https://whc.unesco.org/en/tentativelists>

Decision 27 COM 8A

Tentative Lists as a planning and evaluation tool

70. Tentative Lists are a useful and important planning tool for States Parties, the World Heritage Committee, the Secretariat, and the Advisory Bodies, as they provide an indication of future nominations.
71. Tentative Lists should be established selectively and on the basis of evidence that supports potential Outstanding Universal Value. States Parties are encouraged to consult the analyses of both the World Heritage List and Tentative Lists prepared at the request of the Committee by ICOMOS and IUCN to identify the gaps in the World Heritage List. These analyses could enable States Parties to compare themes, regions, geo-cultural groupings and bio-geographic provinces for prospective World Heritage properties. States Parties are encouraged to seek as early as possible upstream advice from the Advisory Bodies during the development of their Tentative Lists as appropriate.

Decision 24 COM para. VI.2.3.2(ii)
Decision 39 COM 11
Documents WHC-04/28.COM/13.B I and II
<https://whc.unesco.org/document/5297> (ICOMOS) and
<https://whc.unesco.org/document/5298> (IUCN)

72. In addition, States Parties are encouraged to consult the specific thematic studies carried out by the Advisory Bodies (see paragraph 147). These studies are informed by a review of the Tentative Lists submitted by States Parties and by reports of meetings on the harmonization of Tentative Lists, as well as by other technical studies performed by the Advisory Bodies and qualified organizations and individuals. A list of studies already completed is available at: <https://whc.unesco.org/en/globalstrategy>
- Thematic studies are different than the comparative analysis to be prepared by States Parties when nominating properties for inscription in the World Heritage List (see paragraph 132).
73. States Parties are encouraged to harmonize their Tentative Lists at regional and thematic levels. Harmonization of Tentative Lists is the process whereby States Parties, with the assistance of the Advisory Bodies, collectively assess their respective Tentative List to review gaps and identify common themes. The harmonization has considerable potential to generate fruitful dialogue between States Parties and different cultural communities, promoting respect for common heritage and cultural diversity and can result in improved Tentative Lists, new nominations from States Parties and cooperation amongst groups of States Parties in the preparation of nominations.
- Decision 43 COM 11A
- Assistance and Capacity Building for States Parties in the preparation of Tentative Lists
74. To implement the Global Strategy, cooperative efforts in capacity building and training for diverse groups of beneficiaries may be necessary to assist States Parties in acquiring and/or consolidating expertise in the preparation, updating and harmonization of their Tentative List and the preparation of nominations.
- Decision 43 COM 11A
75. International Assistance may be requested by States Parties for the purpose of preparing, updating and harmonizing Tentative Lists (see Chapter VII).
76. The Advisory Bodies and the Secretariat will use the opportunity of evaluation missions to hold regional training workshops to assist under-represented States in the methods of preparation of their Tentative List and nominations.
- Decision 24 COM VI.2.3.5(ii)
- II.D Criteria for the assessment of Outstanding Universal Value**
77. The Committee considers a property as having Outstanding Universal Value (see paragraphs 49-53) if the property meets one or more of the following criteria. Nominated properties shall therefore:
- (i) represent a masterpiece of human creative genius;
 - (ii) exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design;
 - (iii) bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared;
 - (iv) be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history;
- These criteria were formerly presented as two separate sets of criteria - criteria (i) - (vi) for cultural heritage and (i) - (iv) for natural heritage.
- The 6th extraordinary session of the World Heritage Committee decided to merge the ten criteria (Decision 6 EXT.COM 5.1)

- (v) be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change;
 - (vi) be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance. (The Committee considers that this criterion should preferably be used in conjunction with other criteria);
 - (vii) contain superlative natural phenomena or areas of exceptional natural beauty and aesthetic importance;
 - (viii) be outstanding examples representing major stages of earth's history, including the record of life, significant on-going geological processes in the development of landforms, or significant geomorphic or physiographic features;
 - (ix) be outstanding examples representing significant on-going ecological and biological processes in the evolution and development of terrestrial, fresh water, coastal and marine ecosystems and communities of plants and animals;
 - (x) contain the most important and significant natural habitats for in-situ conservation of biological diversity, including those containing threatened species of Outstanding Universal Value from the point of view of science or conservation.
- 78.** To be deemed of Outstanding Universal Value, a property must also meet the conditions of integrity and/or authenticity and must have an adequate protection and management system to ensure its safeguarding.

II.E Authenticity and/or integrity

Authenticity

- 79.** Properties nominated under criteria (i) to (vi) must meet the conditions of authenticity. Annex 4, which includes the Nara Document on Authenticity, provides a practical basis for examining the authenticity of such properties and is summarized below.
- 80.** The ability to understand the value attributed to the heritage depends on the degree to which information sources about this value may be understood as credible or truthful. Knowledge and understanding of these sources of information, in relation to original and subsequent characteristics of the cultural heritage, and their meaning as accumulated over time, are the requisite bases for assessing all aspects of authenticity.
- 81.** Judgments about value attributed to cultural heritage, as well as the credibility of related information sources, may differ from culture to culture, and even within the same culture. The respect due to all cultures requires that cultural heritage must be considered and judged primarily within the cultural contexts to which it belongs.

Decision 39 COM 11

82. Depending on the type of cultural heritage, and its cultural context, properties may be understood to meet the conditions of authenticity if their cultural values (as recognized in the nomination criteria proposed) are truthfully and credibly expressed through a variety of attributes including:
- form and design;
 - materials and substance;
 - use and function;
 - traditions, techniques and management systems;
 - location and setting;
 - language, and other forms of intangible heritage;
 - spirit and feeling; and
 - other internal and external factors.
83. Attributes such as spirit and feeling do not lend themselves easily to practical applications of the conditions of authenticity, but nevertheless are important indicators of character and sense of place, for example, in communities maintaining tradition and cultural continuity.
84. The use of all these sources permits elaboration of the specific artistic, historic, social, and scientific dimensions of the cultural heritage being examined. “Information sources” are defined as all physical, written, oral, and figurative sources, which make it possible to know the nature, specificities, meaning, and history of the cultural heritage.
85. When the conditions of authenticity are considered in preparing a nomination for a property, the State Party should first identify all of the applicable significant attributes of authenticity. The statement of authenticity should assess the degree to which authenticity is present in, or expressed by, each of these significant attributes.
86. In relation to authenticity, the reconstruction of archaeological remains or historic buildings or districts is justifiable only in exceptional circumstances. Reconstruction is acceptable only on the basis of complete and detailed documentation and to no extent on conjecture.

Integrity

87. All properties nominated for inscription on the World Heritage List shall satisfy the conditions of integrity.
88. Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes. Examining the conditions of integrity, therefore requires assessing the extent to which the property:
- a) includes all elements necessary to express its Outstanding Universal Value;
 - b) is of adequate size to ensure the complete representation of the features and processes which convey the property’s significance;
 - c) suffers from adverse effects of development and/or neglect.

This should be presented in a statement of integrity.

Decision 20 COM IX.13

- | | |
|---|--|
| <p>89. For properties nominated under criteria (i) to (vi), the physical fabric of the property and/or its significant features should be in good condition, and the impact of deterioration processes controlled. A significant proportion of the elements necessary to convey the totality of the value conveyed by the property should be included. Relationships and dynamic functions present in cultural landscapes, historic towns or other living properties essential to their distinctive character should also be maintained.</p> | <p>Examples of the application of the conditions of integrity to properties nominated under criteria (i) - (vi) are under development.</p> |
| <p>90. For all properties nominated under criteria (vii) - (x), bio-physical processes and landform features should be relatively intact. However, it is recognized that no area is totally pristine and that all natural areas are in a dynamic state, and to some extent involve contact with people. Biological diversity and cultural diversity can be closely linked and interdependent and human activities, including those of traditional societies, local communities and indigenous peoples, often occur in natural areas. These activities may be consistent with the Outstanding Universal Value of the area where they are ecologically sustainable.</p> | <p>Decision 43 COM 11A</p> |
| <p>91. In addition, for properties nominated under criteria (vii) to (x), a corresponding condition of integrity has been defined for each criterion.</p> | |
| <p>92. Properties proposed under criterion (vii) should be of Outstanding Universal Value and include areas that are essential for maintaining the beauty of the property. For example, a property whose scenic value depends on a waterfall, would meet the conditions of integrity if it includes adjacent catchment and downstream areas that are integrally linked to the maintenance of the aesthetic qualities of the property.</p> | |
| <p>93. Properties proposed under criterion (viii) should contain all or most of the key interrelated and interdependent elements in their natural relationships. For example, an “ice age” area would meet the conditions of integrity if it includes the snow field, the glacier itself and samples of cutting patterns, deposition and colonization (e.g. striations, moraines, pioneer stages of plant succession, etc.); in the case of volcanoes, the magmatic series should be complete and all or most of the varieties of effusive rocks and types of eruptions be represented.</p> | |
| <p>94. Properties proposed under criterion (ix) should have sufficient size and contain the necessary elements to demonstrate the key aspects of processes that are essential for the long term conservation of the ecosystems and the biological diversity they contain. For example, an area of tropical rain forest would meet the conditions of integrity if it includes a certain amount of variation in elevation above sea level, changes in topography and soil types, patch systems and naturally regenerating patches; similarly a coral reef should include, for example, seagrass, mangrove or other adjacent ecosystems that regulate nutrient and sediment inputs into the reef.</p> | |

95. Properties proposed under criterion (x) should be the most important properties for the conservation of biological diversity. Only those properties which are the most biologically diverse and/or representative are likely to meet this criterion. The properties should contain habitats for maintaining the most diverse fauna and flora characteristic of the bio-geographic province and ecosystems under consideration. For example, a tropical savannah would meet the conditions of integrity if it includes a complete assemblage of co-evolved herbivores and plants; an island ecosystem should include habitats for maintaining endemic biota; a property containing wide ranging species should be large enough to include the most critical habitats essential to ensure the survival of viable populations of those species; for an area containing migratory species, seasonal breeding and nesting sites, and migratory routes, wherever they are located, should be adequately protected.

II.F Protection and management

96. Protection and management of World Heritage properties should ensure that their Outstanding Universal Value, including the conditions of integrity and/or authenticity at the time of inscription, are sustained or enhanced over time. A regular review of the general state of conservation of properties, and thus also their Outstanding Universal Value, shall be done within a framework of monitoring processes for World Heritage properties, as specified within the *Operational Guidelines*⁴.
97. All properties inscribed on the World Heritage List must have adequate long-term legislative, regulatory, institutional and/or traditional protection and management to ensure their safeguarding. This protection should include adequately delineated boundaries. Similarly States Parties should demonstrate adequate protection at the national, regional, municipal, and/or traditional level for the nominated property. They should append appropriate texts to the nomination with a clear explanation of the way this protection operates to protect the property.

Legislative, regulatory and contractual protection measures

98. Legislative and regulatory measures at national and local levels should assure the protection of the property from social, economic and other pressures or changes that might negatively impact the Outstanding Universal Value, including the integrity and/or authenticity of the property. States Parties should also assure the full and effective implementation of such measures.

Decision 39 COM 11

Boundaries for effective protection

99. The delineation of boundaries is an essential requirement in the establishment of effective protection of nominated properties. Boundaries should be drawn to incorporate all the attributes that convey the Outstanding Universal Value and to ensure the integrity and/or authenticity of the property.

Decision 39 COM 11

⁴ The processes of monitoring specified in the *Operational Guidelines* are Reactive Monitoring (see paragraphs 169-176) and Periodic Reporting (see paragraphs 199-210).

- 100.** For properties nominated under criteria (i) - (vi), boundaries should be drawn to include all those areas and attributes which are a direct tangible expression of the Outstanding Universal Value of the property, as well as those areas which, in the light of future research possibilities, offer potential to contribute to and enhance such understanding.
- 101.** For properties nominated under criteria (vii) - (x), boundaries should reflect the spatial requirements of habitats, species, processes or phenomena that provide the basis for their inscription on the World Heritage List. The boundaries should include sufficient areas immediately adjacent to the area of Outstanding Universal Value in order to protect the property's heritage values from direct effects of human encroachments and impacts of resource use outside of the nominated area.
- 102.** The boundaries of the nominated property may coincide with one or more existing or proposed protected areas, such as national parks or nature reserves, biosphere reserves or protected cultural or historic districts or other areas and territories. While such established areas for protection may contain several management zones, only some of those zones may satisfy requirements for inscription.

Decision 39 COM 11

Buffer zones

- 103.** Wherever necessary for the proper protection of the property, an adequate buffer zone should be provided.
- 104.** For the purposes of effective protection of the nominated property, a buffer zone is an area surrounding the nominated property which has complementary legal and/or customary restrictions placed on its use and development in order to give an added layer of protection to the property. This should include the immediate setting of the nominated property, important views and other areas or attributes that are functionally important as a support to the property and its protection. The area constituting the buffer zone should be determined in each case through appropriate mechanisms. Details on the size, characteristics and authorized uses of a buffer zone, as well as a map indicating the precise boundaries of the property and its buffer zone, should be provided in the nomination.
- 105.** A clear explanation of how the buffer zone protects the property should also be provided.
- 106.** Where no buffer zone is proposed, the nomination should include a statement as to why a buffer zone is not required.
- 107.** Although buffer zones are not part of the nominated property, any modifications to or creation of buffer zones subsequent to inscription of a property on the World Heritage List should be approved by the World Heritage Committee using the procedure for a minor boundary modification (see paragraph 164 and Annex 11). The creation of buffer zones subsequent to inscription is normally considered to be a minor boundary modification⁵.

⁵ With regards to transnational/transboundary properties, any modification will need the agreement of all States Parties concerned.

Management systems

- 108.** Each nominated property should have an appropriate management plan or other documented management system which must specify how the Outstanding Universal Value of a property should be preserved, preferably through participatory means.
- 109.** The purpose of a management system is to ensure the effective protection of the nominated property for present and future generations.
- 110.** An effective management system depends on the type, characteristics and needs of the nominated property and its cultural and natural context. Management systems may vary according to different cultural perspectives, the resources available and other factors. They may incorporate traditional practices, existing urban or regional planning instruments, and other planning control mechanisms, both formal and informal. Impact assessments for proposed interventions are essential for all World Heritage properties.
- 111.** In recognizing the diversity mentioned above, common elements of an effective management system could include:
- a) a thorough shared understanding of the property, its universal, national and local values and its socio-ecological context by all stakeholders, including local communities and indigenous peoples;
 - b) a respect for diversity, equity, gender equality and human rights and the use of inclusive and participatory planning and stakeholder consultation processes;
 - c) a cycle of planning, implementation, monitoring, evaluation and feedback;
 - d) an assessment of the vulnerabilities of the property to social, economic, environmental and other pressures and changes, including disasters and climate change, as well as the monitoring of the impacts of trends and proposed interventions;
 - e) the development of mechanisms for the involvement and coordination of the various activities between different partners and stakeholders;
 - f) the allocation of necessary resources;
 - g) capacity building;
 - h) an accountable, transparent description of how the management system functions.

Decision 39 COM 11
Decision 43 COM 11A

- 112.** Effective management involves a cycle of short, medium and long-term actions to protect, conserve and present the nominated property. An integrated approach to planning and management is essential to guide the evolution of properties over time and to ensure maintenance of all aspects of their Outstanding Universal Value. This approach goes beyond the property to include any buffer zone(s), as well as the broader setting. The broader setting may relate to the property's topography, natural and built environment, and other elements such as infrastructure, land use patterns, spatial organization, and visual relationships. It may also include related social and cultural practices, economic processes and other intangible dimensions of heritage such as perceptions and associations. Management of the broader setting is related to its role in supporting the Outstanding Universal Value. Its effective management may also contribute to sustainable development, through harnessing the reciprocal benefits for heritage and society.
- 113.** Moreover, in the context of the implementation of the *Convention*, the World Heritage Committee has established a process of Reactive Monitoring (see Chapter IV) and a process of Periodic Reporting (see Chapter V).
- 114.** In the case of serial properties, a management system or mechanisms for ensuring the coordinated management of the separate components are essential and should be documented in the nomination (see paragraphs 137 - 139).
- 115.** [Deleted]
- 116.** Where the intrinsic qualities of a nominated site are threatened by human action and yet meet the criteria and the conditions of authenticity or integrity set out in paragraphs 78-95, an action plan outlining the corrective measures required should be submitted with the nomination file. Should the corrective measures submitted by the nominating State Party not be taken within the time proposed by the State Party, the property will be considered by the Committee for delisting in accordance with the procedure adopted by the Committee (see Chapter IV.C).
- 117.** States Parties are responsible for implementing effective management activities for a World Heritage property. States Parties should do so in close collaboration with property managers, the agency with management authority and other partners, local communities and indigenous peoples, rights-holders and stakeholders in property management, by developing, when appropriate, equitable governance arrangements, collaborative management systems and redress mechanisms.
- 118.** The Committee recommends that States Parties include disaster, climate change and other risk preparedness as an element in their World Heritage site management plans and training strategies.
- Decision 39 COM 11
Decision 43 COM 11A
- Decision 39 COM 11
- Decision 39 COM 11
- Decision 43 COM 11A
- Decision 43 COM 11A

118bis. Notwithstanding Paragraphs 179 and 180 of the *Operational Guidelines*, States Parties shall ensure that Environmental Impact Assessments, Heritage Impact Assessments, and/or Strategic Environmental Assessments be carried out as a pre-requisite for development projects and activities that are planned for implementation within or around a World Heritage property. These assessments should serve to identify development alternatives, as well as both potential positive and negative impacts on the Outstanding Universal Value of the property and to recommend mitigation measures against degradation or other negative impacts on the cultural or natural heritage within the property or its wider setting. This will ensure the long-term safeguarding of the Outstanding Universal Value, and the strengthening of heritage resilience to disasters and climate change.

Decision 43 COM 11A

Sustainable use

119. World Heritage properties may sustain biological and cultural diversity and provide ecosystem services and other benefits, which may contribute to environmental and cultural sustainability. Properties may support a variety of ongoing and proposed uses that are ecologically and culturally sustainable and which may enhance the quality of life and well-being of communities concerned. The State Party and its partners must ensure their use is equitable and fully respects the Outstanding Universal Value of the property. For some properties, human use would not be appropriate. Legislation, policies and strategies affecting World Heritage properties should ensure the protection of the Outstanding Universal Value, support the wider conservation of natural and cultural heritage, and promote and encourage the effective, inclusive and equitable participation of the communities, indigenous peoples and other stakeholders concerned with the property as necessary conditions to its sustainable protection, conservation, management and presentation.

Decision 43 COM 11A

III PROCESS FOR THE INSCRIPTION OF PROPERTIES ON THE WORLD HERITAGE LIST

III.A Preparation of Nominations

120. The nomination document is the primary basis on which the Committee considers the inscription of properties on the World Heritage List. All relevant information should be included in the nomination document and it should be cross-referenced to the source of information.

121. Annex 3 provides guidance to States Parties in preparing nominations of specific types of properties.

- 122.** Before States Parties begin to prepare a nomination of a property for inscription on the World Heritage List, they should become familiar with the nomination cycle, described in Paragraph 168. It is desirable to carry out initial preparatory work to establish that a property has the potential to justify Outstanding Universal Value, including integrity or authenticity, before the development of a full nomination dossier which could be expensive and time-consuming. Such preparatory work might include the collection of available information on the property, thematic studies, scoping studies on the potential for demonstrating Outstanding Universal Value, including integrity or authenticity, or an initial comparative study of the property in its wider global or regional context, including an analysis in the context of the Gap Studies produced by the Advisory Bodies. This first phase of work will help to establish the feasibility of a possible nomination and avoid the use of resources in the preparation of nominations that may be unlikely to succeed. States Parties are encouraged to seek upstream advice⁶ from the relevant Advisory Body(ies) for this first phase as well as to contact the World Heritage Centre at the earliest opportunity in considering nominations to seek information and guidance.
- 123.** Effective and inclusive participation in the nomination process of local communities, indigenous peoples, governmental, non-governmental and private organizations and other stakeholders is essential to enable them to have a shared responsibility with the State Party in the maintenance of the property. States Parties are encouraged to prepare nominations with the widest possible participation of stakeholders and shall demonstrate, as appropriate, that the free, prior and informed consent of indigenous peoples has been obtained, through, inter alia, making the nominations publicly available in appropriate languages and public consultations and hearings.
- 124.** Preparatory Assistance, as described in Chapter VII.E, may be requested by States Parties for the preparation of nominations.
- 125.** States Parties are encouraged to contact the Secretariat, which can provide assistance throughout the nomination process.
- 126.** The Secretariat can also provide:
- a) assistance in identifying appropriate maps and photographs and the national agencies from which these may be obtained;
 - b) examples of successful nominations, of management and legislative provisions;

Decision 34 COM 12 (III)
Report of the Expert meeting on
Upstream Processes to
Nominations: Creative
Approaches in the Nomination
Process” (Phuket: 2010)

Decision 36 COM 13.I
Decision 39 COM 11
Decision 43 COM 11A

Decision 39 COM 11
Decision 43 COM 11A

⁶Upstream Process: In relation to the nomination of sites for inscription on the World Heritage List, the “Upstream Process” comprises advice, consultation and analysis that occurs prior to the preparation of a nomination and is aimed at reducing the number of nominations that experience significant problems during the evaluation process. The basic principle of the Upstream Process is to enable the Advisory Bodies and the World Heritage Centre to provide guidance and capacity building directly to States Parties, throughout the whole process leading up to the preparation of a possible World Heritage nomination. For the upstream support to be effective, it should be undertaken from the earliest stage in the nomination process, at the moment of the preparation or revision of the States Parties’ Tentative Lists.

The purpose of the advice given in the context of a nomination is limited to providing guidance on the technical merit of the nomination and the technical framework needed, in order to offer the State(s) Party(ies) the essential tools that enable it(them) to assess the feasibility and/or actions necessary to prepare a possible nomination.

Requests for the Upstream Process shall be submitted using the official format (Annex 15 of the *Operational Guidelines*). Should the number of requests exceed the capacity, then the prioritization system as per paragraph 61.c will be applied.

- c) guidance for nominating different types of properties, such as Cultural Landscapes, Towns, Canals, and Heritage Routes (see Annex 3);
 - d) guidance for nominating serial and transboundary properties (see paragraphs 134-139).
- 127.** States Parties may submit draft nominations to the Secretariat for comment and review at any time during the year. However, States Parties are strongly encouraged to transmit to the Secretariat by **30 September** of the preceding year (see paragraph 168), the draft nominations that they wish to submit by the 1 February deadline. This submission of a draft nomination should include maps showing the boundaries for the proposed site. Draft nominations could be submitted either in electronic format or in printed version (only in 1 copy without annexes except for maps). In both cases they should be accompanied by a cover letter.
- Decision 37 COM 12.II
- 128.** Nominations may be submitted **at any time during the year**, but only those nominations that are “**complete**” (see paragraph 132 and Annex 5) and received by the Secretariat on or before **1 February**⁷ will be considered for inscription on the World Heritage List by the World Heritage Committee during the following year. Only nominations of properties included in the State Party's Tentative List will be examined by the Committee (see paragraphs 63 and 65).
- Decision 37 COM 12.II
Decision 39 COM 11
- III.B Format and content of nominations**
- 129.** Nominations of properties for inscription on the World Heritage List should be prepared in accordance with the format set out in Annex 5.
- 130.** The format includes the following sections:
- 1. Identification of the Property
 - 2. Description of the Property
 - 3. Justification for Inscription
 - 4. State of conservation and factors affecting the property
 - 5. Protection and Management
 - 6. Monitoring
 - 7. Documentation
 - 8. Contact Information of responsible authorities
 - 9. Signature on behalf of the State Party(ies)
- 131.** Nominations to the World Heritage List are evaluated on content rather than on appearance.
- 132.** For a nomination to be considered as “**complete**”, the following requirements (see format in Annex 5) are to be met:
- Decision 37 COM 12.II
Decision 39 COM 11
Decision 43 COM 11A

⁷ If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday.

Executive Summary

An Executive Summary shall include essential information (see Annex 5) extracted from the main text of the nomination including a reduced size version of the map(s) indicating the boundaries of the nominated property and of the buffer zone (where appropriate) and the draft Statement of Outstanding Universal Value (the same text presented in Section 3.3 of the nomination).

1. Identification of the property

The boundaries of the property being proposed shall be clearly defined, unambiguously distinguishing between the nominated property and any buffer zone (when present) (see paragraphs 103-107). Maps shall be sufficiently detailed (see Explanatory Note of section 1.e in Annex 5) to determine precisely which area of land and/or water is nominated. Officially up-to-date published topographic maps of the State Party annotated to show the property boundaries and any buffer zone (when present) shall be provided if available in printed version. A nomination shall be considered “incomplete” if it does not include clearly defined boundaries.

2. Description of the property

The Description of the property shall include the identification of the property and an overview of its history and development. All component parts that are mapped shall be identified and described. In particular, where serial nominations are proposed, each of the component parts shall be clearly described.

The History and Development of the property shall describe how the property has reached its present form and the significant changes that it has undergone. This information shall provide the important facts needed to support and give substance to the argument that the property meets the criteria of Outstanding Universal Value and conditions of integrity and/or authenticity.

3. Justification for inscription

This section must make clear why the property is considered to be of Outstanding Universal Value.

The text in sections from 3.1.a to 3.1.e should contain more detailed information to support the text of the proposed Statement of Outstanding Universal Value (section 3.3).

Section 3.1.b shall indicate the World Heritage criteria (see Paragraph 77) under which the property is proposed, together with a clearly stated argument for the use of each criterion. Statements of integrity and (when cultural criteria are proposed) of authenticity shall be included and shall demonstrate how the property satisfies the conditions outlined in paragraphs 78-95.

In section 3.2, a comparative analysis of the property in relation to similar properties, whether or not on the World Heritage List, both at the national and international levels, shall be provided. The comparative analysis shall explain the importance of the nominated property in its national and international context.

The comparative analyses prepared by States Parties when nominating properties for inscription in the World Heritage List should not be confused with the thematic studies prepared by the Advisory Bodies at the request of the Committee (paragraph 148 below)

Decision 7 EXT.COM 4A

In section 3.3, a proposed Statement of Outstanding Universal Value (see paragraphs 49–53 and 155) of the property prepared by the State Party shall make clear why the property is considered to merit inscription on the World Heritage List.

4. State of conservation and factors affecting the property

This section shall include accurate information on the present state of conservation of the property (including information on its physical condition of the property and conservation measures in place). It shall also include a description of the factors affecting the property (including threats). Information provided in this section constitutes the baseline data which are necessary to monitor the state of conservation of the nominated property in the future.

5. Protection and management

Protection: Section 5 shall include the list of the legislative, regulatory, contractual, planning, institutional and/or traditional measures most relevant to the protection of the property and provide a detailed analysis of the way in which this protection actually operates. Legislative, regulatory, contractual planning and/or institutional texts, or an abstract of the texts, shall also be attached in English or French.

Management: An appropriate management plan or other management system is essential and shall be provided in the nomination. Assurances of the effective implementation of the management plan or other management system are also expected. Sustainable development principles should be integrated into the management system, for all types of natural, cultural and mixed properties, including their buffer zones and wider setting.

A copy of the management plan or documentation of the management system shall be annexed to the nomination. If the management plan exists only in a language other than English or French, an English or French detailed description of its provisions shall be annexed.

A detailed analysis or explanation of the management plan or a documented management system shall be provided in Section 5.e of the nomination.

A nomination which does not include the above-mentioned documents is considered incomplete unless other documents guiding the management of the property until the finalization of the management plan are provided.

6. Monitoring

States Parties shall include the key indicators in place and/or proposed to measure and assess the state of conservation of the property, the factors affecting it, conservation measures at the property, the periodicity of their examination, and the identity of the responsible authorities.

7. Documentation

All documentation necessary to substantiate the nomination shall be provided. In addition to what is indicated above, this shall include a) images of a quality suitable for printing (digital photographs at 300 dpi minimum, and if essential, supplementary film, video or other audio visual material); and b) image/audiovisual inventory and authorization form (see Annex 5, point 7.a). The text of the nomination shall be transmitted in printed form as well as in electronic format (Word and/or PDF format preferred).

8. Contact information of responsible authorities

Detailed contact information of responsible authorities shall be provided.

9. Signature on behalf of the State Party

The nomination shall conclude with the original signature of the official empowered to sign it on behalf of the State Party.

10. Number of printed copies required (including annexed maps)

Nominations of cultural and natural properties (excluding cultural landscapes): 2 identical copies

Nominations of mixed properties and cultural landscapes: 3 identical copies

11. Paper and electronic formats

Nominations shall be presented on A4-size paper and in electronic format (Word and/or PDF format).

12. Sending

States Parties shall submit the nomination in English or French duly signed, to:

UNESCO World Heritage Centre

7, place de Fontenoy

75352 Paris 07 SP

France

Tel: +33 (0) 1 4568 1136

E-mail: wh-nominations@unesco.org

- 133.** The Secretariat will retain all supporting documentation (maps, plans, photographic material, etc.) submitted with the nomination.

III.C Requirements for the nomination of different types of properties

Transboundary properties

- 134.** A nominated property may occur:

Decision 7 EXT.COM 4A

- a) on the territory of a single State Party, or
- b) on the territory of all concerned States Parties having adjacent borders (transboundary property).

135. Wherever possible, transboundary nominations should be prepared and submitted by States Parties jointly in conformity with Article 11.3 of the *Convention*. It is highly recommended that the States Parties concerned establish a joint management committee or similar body to oversee the management of the whole of a transboundary property.
136. Extensions to an existing World Heritage property located in one State Party may be proposed to become transboundary properties.

Serial properties

137. Serial properties will include two or more component parts related by clearly defined links:
- a) Component parts should reflect cultural, social or functional links over time that provide, where relevant, landscape, ecological, evolutionary or habitat connectivity.
 - b) Each component part should contribute to the Outstanding Universal Value of the property as a whole in a substantial, scientific, readily defined and discernible way, and may include, inter alia, intangible attributes. The resulting Outstanding Universal Value should be easily understood and communicated.
 - c) Consistently, and in order to avoid an excessive fragmentation of component parts, the process of nomination of the property, including the selection of the component parts, should take fully into account the overall manageability and coherence of the property (see paragraph 114).

and provided the series as a whole – and not necessarily its individual component parts—is of Outstanding Universal Value.

138. A serial nominated property may occur :
- a) on the territory of a single State Party (serial national property); or
 - b) within the territory of different States Parties, which need not be contiguous and is nominated with the consent of all States Parties concerned (serial transnational property).
139. Serial nominations, whether from one State Party or multiple States, may be submitted for evaluation over several nomination cycles, provided that the first property nominated is of Outstanding Universal Value in its own right. States Parties planning serial nominations phased over several nomination cycles are encouraged to inform the Committee of their intention in order to ensure better planning.

Decision 7 EXT.COM 4A

III.D Registration of nominations

140. On receipt of nominations from States Parties, the Secretariat will acknowledge receipt, check for completeness and register nominations. The Secretariat will forward complete nominations to the relevant Advisory Bodies for evaluation. The Secretariat will also make available the electronic format of the text of the nominations to the Members of the Committee on the World Heritage Centre's website. The Secretariat will request any additional information from the State Party and when required by Advisory Bodies. The timetable for registration and processing of nominations is detailed in paragraph 168. Decision 39 COM 11
141. The Secretariat establishes and submits at each Committee session a list of all nominations received, including the date of reception, an indication of their status "complete" or "incomplete", as well as the date at which they are considered as "complete" in conformity with paragraph 132 and Annex 5. Decisions 26 COM 14
Decision 28 COM 14B.57
Decision 39 COM 11
142. A nomination passes through a cycle between the time of its submission and the decision by the World Heritage Committee. This cycle normally lasts one and a half years between submission in February of Year 1 and the decision of the Committee in June of Year 2.

III.E Evaluation of nominations by the Advisory Bodies

143. The Advisory Bodies will evaluate whether or not properties nominated by States Parties have Outstanding Universal Value, meet the conditions of integrity and (when relevant) of authenticity and meet the requirements of protection and management. The procedures and format of ICOMOS and IUCN evaluations are described in Annex 6. Decision 39 COM 11
144. Evaluations of cultural heritage nominations will be carried out by ICOMOS.
145. Evaluations of natural heritage nominations will be carried out by IUCN.
146. In the case of nominations of cultural properties in the category of "cultural landscapes", the evaluation will be carried out by ICOMOS in consultation with IUCN, as appropriate. For mixed properties, the evaluation will be carried out jointly by ICOMOS and IUCN.
147. As requested by the World Heritage Committee or as necessary, ICOMOS and IUCN will carry out thematic studies to evaluate proposed World Heritage properties in their regional, global or thematic context. These studies should be informed by a review of the Tentative Lists submitted by States Parties and by reports of meetings on the harmonization of Tentative Lists, as well as by other technical studies performed by the Advisory Bodies and qualified organizations and individuals. A list of those studies already completed may be found in section III of Annex 3, and on the Web addresses of the Advisory Bodies. These studies should not be confused with the comparative analysis to be prepared by States Parties in nominating properties for inscription on the World Heritage List (see paragraph 132).
148. The following principles must guide the evaluations and presentations of ICOMOS and IUCN. The evaluations and presentations should:
- a) adhere to the *World Heritage Convention* and the relevant *Operational Guidelines* and any additional policies set out by the Committee in its decisions;
- Decision 28 COM 14B.57
Decision 30 COM 13
Decision 39 COM 11

- b) be objective, rigorous and scientific including in considering all information provided to the Advisory Bodies regarding a nomination;
- c) be conducted to a consistent standard of professionalism, equity and transparency throughout the evaluation process in consultation and dialogue with nominating States Parties;
- d) comply to standard format, both for evaluations and presentations, to be agreed with the Secretariat and include the names of all experts who participated in the evaluation process, except desk reviewers who provide confidential reviews, and, in an annex, a detailed breakdown of all costs and expenses related to the evaluation;
- e) involve regional experts familiar with the subject;
- f) indicate clearly and separately whether the property has Outstanding Universal Value, meets the conditions of integrity and/or authenticity, a management plan/system and legislative protection;
- g) evaluate each property systematically according to all relevant criteria, including its state of conservation, relatively, that is, by comparison with that of other properties of the same type, both inside and outside the State Party's territory;
- h) include references to Committee decisions and requests concerning the nomination under consideration;
- i) not take into account or include any information submitted by the State Party after **28 February**, in the year in which the nomination is considered. The State Party should be informed when information has arrived after the deadline and is not being taken into account in the evaluation. This deadline should be rigorously enforced; and
- j) provide a justification for their views through a list of references (literature) consulted, as appropriate.

149. The Advisory Bodies are requested to forward to States Parties, with copy to the World Heritage Centre for distribution to the Chair of the World Heritage Committee, by **31 January** of each year, a short interim report outlining the status and any issues relevant to evaluations, and detailing any requests for supplementary information, in one of the two working languages of the *Convention*.

Decision 7 EXT.COM 4B.1
Decision 39 COM 11

150. Letters from the concerned States Parties, submitted in the appropriate form in Annex 12, detailing the factual errors that might have been identified in the evaluation of their nomination made by the Advisory Bodies, must be received by the World Heritage Centre no later than 14 days before the opening of the session of the Committee with copies to the relevant Advisory Bodies. The letters shall be made available as an annex to the documents for the relevant agenda item, and no later than the first day of the Committee session. The World Heritage Centre and the Advisory Bodies may add their comments to the letters, in the relevant section of the form, before they are made available.

Decision 7 EXT.COM 4B.1
Decision 37 COM 12.II

151. ICOMOS and IUCN make their recommendations under three categories:

- a) properties which are **recommended for inscription** without reservation;

- b) properties which are **not recommended** for inscription;
- c) nominations which are recommended for **referral** or **deferral**.

III.F Withdrawal of nominations

152. A State Party may **withdraw** a nomination it has submitted at any time prior to the Committee session at which it is scheduled to be examined. The State Party should inform the Secretariat in writing of its intention to withdraw the nomination. If the State Party so wishes it can resubmit a nomination for the property, which will be considered as a new nomination according to the procedures and timetable outlined in paragraph 168.

III.G Decision of the World Heritage Committee

153. The World Heritage Committee decides whether a property should or should not be inscribed on the World Heritage List, referred or deferred.

Inscription

154. When deciding to inscribe a property on the World Heritage List, the Committee, guided by the Advisory Bodies, adopts a Statement of Outstanding Universal Value for the property.
155. The Statement of Outstanding Universal Value should include a summary of the Committee's determination that the property has Outstanding Universal Value, identifying the criteria under which the property was inscribed, including the assessments of the conditions of integrity, and, for cultural and mixed properties, authenticity. It should also include a statement on the protection and management in force and the requirements for protection and management for the future. The Statement of Outstanding Universal Value shall be the basis for the future protection and management of the property.

Decision 39 COM 11

Where necessary, the protection and management part of the Statement of Outstanding Universal Value may be updated by the World Heritage Committee, in consultation with the State Party and further to a review by the Advisory Bodies. Such updates could be made periodically further to the outcomes of Periodic Reporting cycles, or at any Committee session, if required.

The World Heritage Centre will automatically keep the Statements of Outstanding Universal Value updated further to subsequent decisions taken by the Committee concerning a change of name of the property and change of surface further to minor boundary modifications and correct any factual errors as agreed with the relevant Advisory Bodies.

In the framework of the Gender Equality Priority of UNESCO, the use of gender-neutral language in the preparation of Statements of Outstanding Universal Value is encouraged.

156. At the time of inscription, the Committee may also make other recommendations concerning the protection and management of the World Heritage property.

157. The Statement of Outstanding Universal Value (including the criteria for which a specific property is inscribed on the World Heritage List) will be set out by the Committee in its reports and publications.

Decision not to inscribe

158. If the Committee decides that a property should **not be inscribed** on the World Heritage List, the nomination may not be presented to the Committee again except in exceptional circumstances. These exceptional circumstances may include new discoveries, new scientific information about the property, or different criteria not presented in the original nomination. In these cases, a new nomination shall be submitted.

Referral of Nominations

159. Nominations which the Committee decides **to refer** back to the State Party for additional information may be resubmitted to the following Committee session for examination. The additional information must be received by the Secretariat by **1 February**⁸ of the year in which examination by the Committee is desired. The Secretariat will immediately transmit it to the relevant Advisory Bodies for evaluation. A referred nomination which is not presented to the Committee within three years of the original Committee decision will be considered as a new nomination when it is resubmitted for examination, following the procedures and timetable outlined in paragraph 168. States Parties might seek advice from the relevant Advisory Body(ies) and/or the World Heritage Centre to discuss how the recommendations of the Committee might be addressed.

Decision 39 COM 11

Deferral of Nominations

160. The Committee may decide **to defer** a nomination for more in-depth assessment or study, or a substantial revision by the State Party. Should the State Party decide to resubmit the deferred nomination in any subsequent year, it must be received by the Secretariat by **1 February**⁹. These nominations will then be reevaluated (evaluated again) by the relevant Advisory Bodies during the course of the full year and a half evaluation cycle including an evaluation mission according to the procedures and timetable outlined in paragraph 168. States Parties are encouraged to seek advice from the relevant Advisory Body and/or the World Heritage Centre to discuss how the recommendations of the Committee might be addressed. Where required, the States Parties may wish to consider inviting an Advisory mission.

Decision 39 COM 11

⁸ If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday.

⁹ If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday.

III.H Nominations to be processed on an emergency basis

- 161.** The normal timetable and definition of completeness for the submission and processing of nominations will not apply in the case of properties which would be in Danger, as a result of having suffered damage or facing serious and specific dangers from natural events or human activities, which would constitute an emergency situation for which an immediate decision by the Committee is necessary to ensure their safeguarding, and which, according to the report of the relevant Advisory Bodies, may unquestionably justify Outstanding Universal Value. Such nominations will be processed on an emergency basis and their examination is included in the agenda of the next Committee session. These properties may be inscribed on the World Heritage List. They shall, in that case, be simultaneously inscribed on the List of World Heritage in Danger (see paragraphs 177-191). Decision 37 COM 12.II
- 162.** The procedure for nominations to be processed on an emergency basis is as follows: Decision 37 COM 12.II
- a) A State Party presents a nomination with the request for processing on an emergency basis. The State Party shall have already included, or immediately include, the property on its Tentative List.
 - b) The nomination shall:
 - i) describe the property and identify precisely its boundaries;
 - ii) justify its Outstanding Universal Value according to the criteria;
 - iii) justify its integrity and/or authenticity;
 - iv) describe its protection and management system;
 - v) describe the nature of the emergency, and the nature and extent of the damage or specific danger and show that immediate action by the Committee is necessary to ensure the safeguarding of the property.
 - c) The Secretariat immediately transmits the nomination to the relevant Advisory Bodies, requesting an assessment of the qualities of the property which may justify its Outstanding Universal Value, of the nature of the danger and the urgency of a decision by the Committee. A field visit may be necessary if the relevant Advisory Bodies consider it appropriate and if the time allows.
 - d) When reviewing the nomination the Committee will also consider:
 - vi) allocation of International Assistance to complete the nomination; and
 - vii) follow-up missions as necessary by the Secretariat and the relevant Advisory Bodies as soon as possible after inscription to fulfil the Committee's recommendations.

III.I Modifications to the boundaries, to the criteria used to justify inscription or to the name of a World Heritage property

Minor modifications to the boundaries

- 163.** A minor modification is one which does not have a significant impact on the extent of the property nor affects its Outstanding Universal Value.
- 164.** If a State Party wishes to request a minor modification to the boundaries of a property already on the World Heritage List, it must be prepared in compliance with the format of Annex 11 and must be received by **1 February**¹⁰ by the Committee through the Secretariat, which will seek the evaluation of the relevant Advisory Bodies on whether this can be considered a minor modification or not. The Secretariat shall then submit the Advisory Bodies' evaluation to the World Heritage Committee. The Committee may approve such a modification, or it may consider that the modification to the boundary is sufficiently significant as to constitute a significant boundary modification of the property, in which case the procedure for new nominations will apply.

Decision 39 COM 11

Significant modifications to the boundaries

- 165.** If a State Party wishes to significantly modify the boundary of a property already on the World Heritage List, the State Party shall submit this proposal as if it were a new nomination (including the requirement to be previously included on the Tentative List – see paragraph 63 and 65). This re-nomination shall be presented by **1 February**¹¹ and will be evaluated in the full year and a half cycle of evaluation according to the procedures and timetable outlined in paragraph 168. This provision applies to extensions, as well as reductions.

Decision 39 COM 11

Modifications to the criteria used to justify inscription on the World Heritage List

- 166.** Where a State Party wishes to have the property inscribed under additional, fewer or different criteria other than those used for the original inscription, it shall submit this request as if it were a new nomination (including the requirement to be previously included on the Tentative List – see paragraphs 63 and 65). This re-nomination must be received by **1 February**¹² and will be evaluated in the full year and a half cycle of evaluation according to the procedures and timetable outlined in paragraph 168. Properties recommended will only be evaluated under the new criteria and will remain on the World Heritage List even if unsuccessful in having additional criteria recognized.

Decision 39 COM 11

¹⁰ If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday.

¹¹ If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday.

¹² If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday.

Modification to the name of a World Heritage property

167. A State Party¹³ may request that the Committee authorize a modification to the name of a property already inscribed on the World Heritage List. A request for a modification to the name shall be received by the Secretariat **at least 3 months prior to the meeting of the Committee.**

III.J Timetable – overview

168.

Decision 39 COM 11

Timetable	Procedures
<u>30 September (before Year 1)</u>	Voluntary deadline for receipt of <u>draft</u> nominations from States Parties by the Secretariat.
<u>15 November (before Year 1)</u>	Secretariat to respond to the nominating State Party concerning the completeness of the draft nomination, and, if incomplete, to indicate the missing information required to make the nomination complete.
<u>1 February Year 1</u>	Deadline by which <u>complete</u> nominations must be received by the Secretariat to be transmitted to the relevant Advisory Bodies for evaluation. Nominations shall be received by 17h00 GMT, or, if the date falls on a weekend by 17h00 GMT the preceding Friday. Nominations received after this date will be examined in a future cycle.
<u>1 February –</u> <u>1 March Year 1</u>	Registration, assessment of completeness and transmission to the relevant Advisory Bodies. The Secretariat registers each nomination, acknowledges receipt to the nominating State Party and inventories its contents. The Secretariat will inform the nominating State Party whether or not the nomination is complete. Nominations that are <u>not complete</u> (see paragraph 132) will not be transmitted to the relevant Advisory Bodies for evaluation. If a nomination is incomplete, the State Party concerned will be advised of information required to complete the nomination by the deadline of 1 February of the following year in order for the nomination to be examined in a future cycle. Nominations that are <u>complete</u> are transmitted to the relevant Advisory Bodies for evaluation. The Secretariat will also make available the electronic format of the text of the nominations to the Members of the Committee on the World Heritage Centre's website.

¹³ In case of transnational/transboundary properties, any modification will need the agreement of all States Parties concerned.

<u>1 March Year 1</u>	Deadline by which the Secretariat informs the State Party of the receipt of a Nomination, whether it is considered complete and whether it has been received by 1 February.
<u>March Year 1 – May Year 2</u>	Evaluation by the Advisory Bodies
<u>31 January Year 2</u>	The Advisory Bodies are requested to forward to States Parties, with copy to the World Heritage Centre for distribution to the Chair of the World Heritage Committee, by 31 January of Year 2 a short interim report outlining the status of and any issues relevant to evaluations, and detailing any requests for supplementary information, in one of the two working languages of the <i>Convention</i> .
<u>28 February Year 2</u>	Deadline by which additional information requested by the relevant Advisory Bodies shall be submitted by the State Party to them via the Secretariat. Additional information shall be submitted in the same number of copies and electronic formats as specified in Paragraph 132 to the Secretariat. To avoid confusing new and old texts, if the additional information submitted concerns changes to the main text of the nomination, the State Party shall submit these changes in an amended version of the original text. The changes shall be clearly identified. An electronic version (CD-ROM or USB Flash Drive) of this new text shall accompany the paper version.
<u>Six weeks prior to the annual World Heritage Committee session Year 2</u>	The relevant Advisory Bodies deliver their evaluations and recommendations to the Secretariat for transmission to the World Heritage Committee as well as to States Parties.
<u>At least 14 working days before the opening of the annual World Heritage Committee session Year 2</u>	Correction of factual errors by States Parties. The concerned States Parties can send, at least 14 working days before the opening of the session of the Committee, a letter to the Chairperson, with copies to the Advisory Bodies, detailing the factual errors they might have identified in the evaluation of their nomination made by the Advisory Bodies.
<u>Annual session of the World Heritage Committee (June/July) Year 2</u>	The Committee examines the nominations and makes its decisions.

<u>Immediately following the annual session of the World Heritage Committee</u>	Notification to the States Parties The Secretariat notifies all States Parties whose nominations have been examined by the Committee of the relevant decisions of the Committee. Following the decision of the World Heritage Committee to <u>inscribe</u> a property on the World Heritage List, the Secretariat writes to the State Party and site managers providing a map of the area inscribed and the Statement of Outstanding Universal Value (to include reference to the criteria met).
<u>Immediately following the annual session of the World Heritage Committee</u>	The Secretariat publishes the updated World Heritage List every year following the annual session of the Committee. The name of the States Parties having nominated the properties inscribed on the World Heritage List are presented in the published form of the List under the following heading: “Contracting State having submitted the nomination of the property in accordance with the <i>Convention</i>”.
<u>In the month following the closure of the annual session of the World Heritage Committee</u>	The Secretariat forwards the published report of all the decisions of the World Heritage Committee to all States Parties.

III.K Financing of evaluation of nominations

168bis. States Parties submitting new nominations are expected to make voluntary contributions towards funding evaluation of nominations by the Advisory Bodies, taking into account the average costs of evaluations as indicated by the Secretariat in the document related to the World Heritage Fund presented at each Committee session. The modalities are as follows:

Decision 43 COM 11A
Decision 43 COM 14

- a) The contributions shall be made to a dedicated sub-account of the World Heritage Fund;
- b) No contributions would be expected from Least Developed Countries or Low-Income Economies (as defined by the United Nations Economic and Social Council's Committee for Development Policy), Lower Middle-Income Countries as defined by the World Bank, Small Island Developing States and States Parties in conflict or post-conflict situations;
- c) The contributions are expected to be made after the nomination enters the evaluation cycle upon a positive outcome of the completeness check;
- d) This mechanism shall not impact the objective evaluation of sites by the Advisory Bodies, nor the order of priority as defined in the *Operational Guidelines* to be used when handling nominations.

IV PROCESS FOR MONITORING THE STATE OF CONSERVATION OF WORLD HERITAGE PROPERTIES

IV.A Reactive Monitoring

Definition of Reactive Monitoring

- 169.** Reactive Monitoring is the reporting by the Secretariat, other sectors of UNESCO and the Advisory Bodies to the Committee on the state of conservation of specific World Heritage properties that are under threat. To this end, the States Parties shall submit specific reports and impact studies each time exceptional circumstances occur or work is undertaken which may have an impact on the Outstanding Universal Value of the property or its state of conservation.

Decision 39 COM 11

Reactive Monitoring is also foreseen in reference to properties inscribed, or to be inscribed, on the List of World Heritage in Danger as set out in paragraphs 177-191. Reactive Monitoring is also foreseen in the procedures for the eventual deletion of properties from the World Heritage List as set out in paragraphs 192-198.

These reports shall be submitted to the World Heritage Committee through the Secretariat, using the standard format in Annex 13, in English or French:

- a) by 1 December of the year preceding the examination of the property by the Committee, for the properties inscribed on the World Heritage List,
- b) by 1 February of the year of examination of the property by the Committee, for the properties inscribed on the List of World Heritage in Danger, and for specific cases of utmost urgency.

Objective of Reactive Monitoring

- 170.** When adopting the process of Reactive Monitoring, the Committee was particularly concerned that all possible measures should be taken to prevent the deletion of any property from the List and was ready to offer technical cooperation as far as possible to States Parties in this connection.
- 171.** The Committee recommends that States Parties cooperate with the Advisory Bodies which have been asked by the Committee to carry out monitoring and reporting on its behalf on the progress of work undertaken for the preservation of properties inscribed on the World Heritage List.

Article 4 of the Convention:
"Each State Party to this Convention recognizes that the duty of ensuring the identification, protection, conservation, presentation and transmission to future generations of the cultural and natural heritage referred to in Articles 1 and 2 and situated on its territory, belongs primarily to that State..."

Information received from States Parties and/or other sources

- 172.** The World Heritage Committee invites the States Parties to the *Convention* to inform the Committee, through the Secretariat, of their intention to undertake or to authorize in an area protected under the *Convention* major restorations or new constructions which may affect the Outstanding Universal Value of the property. Notice should be given as soon as possible (for instance, before drafting basic documents for specific projects) and before making any decisions that would be difficult to reverse, so that the Committee may assist in seeking appropriate solutions to ensure that the Outstanding Universal Value of the property is fully preserved.

173. The World Heritage Committee requests that reports of missions to review the state of conservation of the World Heritage properties include:

Decision 27 COM 7B.106

- a) an indication of threats or significant improvement in the conservation of the property since the last report to the World Heritage Committee;
- b) any follow-up to previous decisions of the World Heritage Committee on the state of conservation of the property;
- c) information on any threat or damage to or loss of Outstanding Universal Value, integrity and/or authenticity for which the property was inscribed on the World Heritage List.

174. When the Secretariat receives information that a property inscribed has seriously deteriorated, or that the necessary corrective measures have not been taken within the time proposed, from a source other than the State Party concerned, it will, as far as possible, verify the source and the contents of the information in consultation with the State Party concerned and request its comments.

Decision by the World Heritage Committee

175. The Secretariat will request the relevant Advisory Bodies to forward comments on the information received.

176. The information received, together with the comments of the State Party and the Advisory Bodies, will be brought to the attention of the Committee in the form of a state of conservation report for each property, which may take one or more of the following steps:

Decision 39 COM 11
Decision 43 COM 11A

- a) it may decide that the property has not seriously deteriorated and that no further action should be taken;
- b) when the Committee considers that the property has seriously deteriorated, but not to the extent that its restoration is impossible, it may decide that the property be maintained on the List, provided that the State Party takes the necessary measures to restore the property within a reasonable period of time. The Committee may also decide that technical cooperation be provided under the World Heritage Fund for work connected with the restoration of the property, proposing to the State Party to request such assistance, if it has not already been done; in some circumstances States Parties may wish to invite an Advisory mission by the relevant Advisory Body(ies) or other organization(s) or expert(s) to seek advice on necessary measures to reverse deterioration and address threats;
- c) when the requirements and criteria set out in paragraphs 177-182 are met, the Committee may decide to inscribe the property on the List of World Heritage in Danger according to the procedures set out in paragraphs 183-189;

- d) when there is evidence that the property has deteriorated to the point where it has irretrievably lost those characteristics which determined its inscription on the List, the Committee may decide to delete the property from the List. Before any such action is taken, the Secretariat will inform the State Party concerned. Any comments which the State Party may make will be brought to the attention of the Committee;
- e) when the information available is not sufficient to enable the Committee to take one of the measures described in a), b), c) or d) above, the Committee may decide that the Secretariat be authorized to take the necessary action to ascertain, in consultation with the State Party concerned, the present condition of the property, the dangers to the property and the feasibility of adequately restoring the property. Such measures may include the sending of a Reactive Monitoring mission or the consultation of specialists, or through an Advisory mission. The Secretariat shall report to the Committee on the results of its action. In case an emergency action is required, the Committee may authorize its financing from the World Heritage Fund through an emergency assistance request.

IV.B The List of World Heritage in Danger

Guidelines for the inscription of properties on the List of World Heritage in Danger

177. In accordance with Article 11, paragraph 4, of the *Convention*, the Committee may inscribe a property on the List of World Heritage in Danger when the following requirements are met:
- a) the property under consideration is on the World Heritage List;
 - b) the property is threatened by serious and specific danger;
 - c) major operations are necessary for the conservation of the property;
 - d) assistance under the *Convention* has been requested for the property; the Committee is of the view that its assistance in certain cases may most effectively be limited to messages of its concern, including the message sent by inscription of a property on the List of World Heritage in Danger and that such assistance may be requested by any Committee member or the Secretariat.

Criteria for the inscription of properties on the List of World Heritage in Danger

178. A World Heritage property - as defined in Articles 1 and 2 of the *Convention* - can be inscribed on the List of World Heritage in Danger by the Committee when it finds that the condition of the property corresponds to at least one of the criteria in either of the two cases described below.
179. In the case of **cultural properties**:
- a) **ASCERTAINED DANGER** - The property is faced with specific and proven imminent danger, such as:
 - i) serious deterioration of materials;

- ii) serious deterioration of structure and/or ornamental features;
 - iii) serious deterioration of architectural or town-planning coherence;
 - iv) serious deterioration of urban or rural space, or the natural environment;
 - v) significant loss of historical authenticity;
 - vi) important loss of cultural significance.
- b) **POTENTIAL DANGER** - The property is faced with threats which could have deleterious effects on its inherent characteristics. Such threats are, for example:
- i) modification of juridical status of the property diminishing the degree of its protection;
 - ii) lack of conservation policy;
 - iii) threatening effects of regional planning projects;
 - iv) threatening effects of town planning;
 - v) outbreak or threat of armed conflict;
 - vi) threatening impacts of climatic, geological or other environmental factors.

180. In the case of natural properties:

Decision 39 COM 11

- a) **ASCERTAINED DANGER** The property is faced with specific and proven imminent danger, such as:
- i) A serious decline in the population of the endangered species or the other species of Outstanding Universal Value for which the property was legally established to protect, either by natural factors such as disease or by human-made factors such as poaching.
 - ii) Severe deterioration of the natural beauty or scientific value of the property, as by human settlement, construction of reservoirs which flood important parts of the property, industrial and agricultural development including use of pesticides and fertilizers, major public works, mining, pollution, logging, firewood collection, etc.
 - iii) Human encroachment on boundaries or in upstream areas which threaten the integrity of the property.
- b) **POTENTIAL DANGER** The property is faced with major threats which could have deleterious effects on its inherent characteristics. Such threats are, for example:
- i) a modification of the legal protective status of the area;
 - ii) planned resettlement or development projects within the property or so situated that the impacts threaten the property;
 - iii) outbreak or threat of armed conflict;

- iv) the management plan or management system is lacking or inadequate, or not fully implemented.
- v) threatening impacts of climatic, geological or other environmental factors.

181. In addition, the threats and/or their detrimental impacts on the integrity of the property must be those which are amenable to correction by human action. In the case of cultural properties, both natural factors and human-made factors may be threatening, while in the case of natural properties, most threats will be human-made and only very rarely a natural factor (such as an epidemic disease) will threaten the integrity of the property. In some cases, the threats and/or their detrimental impacts on the integrity of the property may be corrected by administrative or legislative action, such as the cancelling of a major public works project or the improvement of legal status.

Decision 39 COM 11

182. The Committee may wish to bear in mind the following supplementary factors when considering the inclusion of a cultural or natural property in the List of World Heritage in Danger:

- a) Decisions which affect World Heritage properties are taken by Governments after balancing all factors. The advice of the World Heritage Committee can often be decisive if it can be given before the property becomes threatened.
- b) Particularly in the case of ascertained danger, the physical or cultural deteriorations to which a property has been subjected should be judged according to the intensity of its effects and analyzed case by case.
- c) Above all, in the case of potential danger to a property, one should consider that:
 - i) the threat should be appraised according to the normal evolution of the social and economic framework in which the property is situated;
 - ii) it is often impossible to assess certain threats such as the threat of armed conflict as to their effect on cultural or natural properties;
 - iii) some threats are not imminent in nature, but can only be anticipated, such as demographic growth.
- d) Finally, in its appraisal, the Committee should take into account any cause of unknown or unexpected origin which endangers a cultural or natural property.

Procedure for the inscription of properties on the List of World Heritage in Danger

183. When considering the inscription of a property on the List of World Heritage in Danger, the Committee shall develop, and adopt, as far as possible, in consultation with the State Party concerned, a “Desired state of conservation for the removal of the property from the List of World Heritage in Danger”, and a programme for corrective measures.

- 184.** In order to develop the programme of corrective measures referred to in the previous paragraph, the Committee shall request the Secretariat to ascertain, as far as possible in cooperation with the State Party concerned, the present condition of the property, the dangers to the property and the feasibility of undertaking corrective measures. The Committee may further decide to send a Reactive Monitoring mission from the relevant Advisory Bodies or other organizations to visit the property, evaluate the nature and extent of the threats and propose the measures to be taken. In some circumstances, the State Party may wish to invite an Advisory mission to provide advice and guidance.
- 185.** The information received, together with the comments as appropriate of the State Party and the relevant Advisory Bodies or other organizations, will be brought to the attention of the Committee by the Secretariat.
- 186.** The Committee shall examine the information available and take a decision concerning the inscription of the property on the List of World Heritage in Danger. Any such decision shall be taken by a majority of two-thirds of the Committee members present and voting. The Committee will then define the programme of corrective action to be taken. This programme will be proposed to the State Party concerned for immediate implementation.
- 187.** The State Party concerned shall be informed of the Committee's decision and public notice of the decision shall immediately be issued by the Committee, in accordance with Article 11.4 of the *Convention*.
- 188.** The Secretariat publishes the updated List of World Heritage in Danger in printed form and is also available at: <https://whc.unesco.org/en/danger>
- 189.** The Committee shall allocate a specific, significant portion of the World Heritage Fund to financing of possible assistance to World Heritage properties inscribed on the List of World Heritage in Danger.

Regular review of the state of conservation of properties on the List of World Heritage in Danger

- 190.** The Committee shall review annually the state of conservation of properties on the List of World Heritage in Danger. This review shall include such monitoring procedures and expert missions as might be determined necessary by the Committee.
- 191.** On the basis of these regular reviews, the Committee shall decide, in consultation with the State Party concerned, whether:
- a) additional measures are required to conserve the property;
 - b) to delete the property from the List of World Heritage in Danger if the property is no longer under threat;
 - c) to consider the deletion of the property from both the List of World Heritage in Danger and the World Heritage List if the property has deteriorated to the extent that it has lost those characteristics which determined its inscription on the World Heritage List, in accordance with the procedure set out in paragraphs 192-198.

IV.C Procedure for the eventual deletion of properties from the World Heritage List

192. The Committee adopted the following procedure for the deletion of properties from the World Heritage List in cases:

Decision 39 COM 11

- a) where the property has deteriorated to the extent that it has lost those characteristics which determined its inclusion in the World Heritage List; and
 - b) where the intrinsic qualities of a World Heritage property were already threatened at the time of its nomination by human action and where the necessary corrective measures as outlined by the State Party at the time, have not been taken within the time proposed (see paragraph 116).
- 193.** When a property inscribed on the World Heritage List has seriously deteriorated, or when the necessary corrective measures have not been taken within the time proposed, the State Party on whose territory the property is situated should so inform the Secretariat.
- 194.** When the Secretariat receives such information from a source other than the State Party concerned, it will, as far as possible, verify the source and the contents of the information in consultation with the State Party concerned and request its comments.
- 195.** The Secretariat will request the relevant Advisory Bodies to forward comments on the information received.
- 196.** The Committee will examine all the information available and will take a decision. Any such decision shall, in accordance with Article 13 (8) of the *Convention*, be taken by a majority of two-thirds of its members present and voting. The Committee shall not decide to delete any property unless the State Party has been consulted on the question.
- 197.** The State Party shall be informed of the Committee's decision and public notice of this decision shall be immediately given by the Committee.
- 198.** If the Committee's decision entails any modification to the World Heritage List, this modification will be reflected in the next updated List that is published.

V PERIODIC REPORTING ON THE IMPLEMENTATION OF THE WORLD HERITAGE CONVENTION

V.A Objectives

199. States Parties are requested to submit reports to the UNESCO General Conference through the World Heritage Committee, on the legislative and administrative provisions they have adopted and other actions which they have taken for the application of the *Convention*, including the state of conservation of the World Heritage properties located on their territories.

Article 29 of the *World Heritage Convention* and Resolutions of the 11th session of the General Assembly of States Parties (1997) and the 29th session of the UNESCO General Conference.

200. Periodic Reporting is a self-reporting process and should be led as far as possible by the States Parties in each region. The Secretariat coordinates and facilitates the Periodic Reporting Process at the global level. States Parties may request expert advice from the Advisory Bodies and the Secretariat, which may also (with agreement of the States Parties concerned) commission further expert advice. Decision 41 COM 11
201. Periodic Reporting serves four main purposes:
- a) to provide an assessment of the application of the *World Heritage Convention* by the State Party;
 - b) to provide an assessment as to whether the Outstanding Universal Value of the properties inscribed on the World Heritage List is being maintained over time;
 - c) to provide up-dated information about the World Heritage properties to record the changing circumstances and state of conservation of the properties;
 - d) to provide a mechanism for regional cooperation and exchange of information and experiences between States Parties concerning the implementation of the *Convention* and World Heritage conservation.
202. Periodic Reporting is important for more effective long term conservation of the properties inscribed, as well as to strengthen the credibility of the implementation of the *Convention*. It is also an important tool for assessing the implementation by States Parties and World Heritage properties of policies adopted by the World Heritage Committee and the General Assembly. Decision 41 COM 11
- V.B Procedure and Format**
203. Every six years, States Parties submit periodic reports for examination by the World Heritage Committee. During the six-year Periodic Reporting cycle, States Parties report region by region in the following order: Decision 22 COM VI.7
Decision 41 COM 11
- Arab States
 - Africa
 - Asia and the Pacific
 - Latin America and the Caribbean
 - Europe and North America
204. The sixth year of each cycle is a period for reflection and evaluation. This pause allows the Periodic Reporting mechanism to be assessed and revised as appropriate before a new cycle is initiated. The World Heritage Committee may also decide to use the reflection to initiate the development and publication of a Global World Heritage Report. Decision 41 COM 11
205. At appropriate intervals, and whenever deemed necessary, the World Heritage Committee adopts and revises Monitoring Indicators and an Analytical Framework for Periodic Reporting.
- 205bis. The Periodic Reporting process is used as an opportunity for regional exchange and cooperation and to enhance active coordination and synchronization between States Parties, particularly in the case of transboundary and transnational properties. Decision 41 COM 11

- 206.** The Periodic Reporting questionnaire is an online tool to be completed by the respective National Focal Points and Site Managers of the World Heritage properties, as appropriate.
- a) **Section I** refers to the legislative and administrative provisions which the State Party has adopted and other actions which it has taken for the application of the *Convention*, together with details of the experience acquired in this field. This particularly concerns the general obligations defined in specific articles of the *Convention*.
- b) **Section II** refers to the state of conservation of specific World Heritage properties located on the territory of the State Party concerned. This Section should be completed for each World Heritage property.
- 206bis.** The Periodic Reporting format may be reviewed following each cycle of Periodic Reporting. An outline of the format is contained in Annex 7 to the *Operational Guidelines*.
- 207.** In order to facilitate management and analysis of information, States Parties are requested to submit reports, in English or French, using the online tool provided on the website of the World Heritage Centre. The online tool of the full questionnaire can be accessed here:
<https://whc.unesco.org/en/periodicreporting/>
- V.C Evaluation and Follow Up**
- 208.** The Secretariat and the Advisory Bodies facilitate the States Parties to consolidate national reports into Regional State of the World Heritage reports, which are available in electronic format at <https://whc.unesco.org/en/publications> and in paper version (World Heritage Paper series).
- 209.** The World Heritage Committee carefully reviews issues raised in Periodic Reports and advises the States Parties of the regions concerned on matters arising from them.
- 210.** States Parties, working in partnership with the Secretariat and the Advisory Bodies, develop long-term regional follow-up programmes structured according to the Committee's Strategic Objectives and submit them for examination. These programmes are adopted as follow-up to Periodic Reports and regularly reviewed by the Committee based on the needs of States Parties identified in Periodic Reports. They should accurately reflect the needs of World Heritage in the region and facilitate the granting of International Assistance.

The format of this questionnaire was reviewed further to the second cycle of Periodic Reporting and was adopted by the World Heritage Committee at its 41st session (Krakow, 2017).

Decision 41 COM 10A

Decision 41 COM 11

Decision 41 COM 11

Decision 41 COM 11

Decision 36 COM 13.I
Decision 41 COM 11

VI ENCOURAGING SUPPORT FOR THE WORLD HERITAGE CONVENTION

VIA Objectives

Article 27 of the *World Heritage Convention*

211. The objectives are:

Decision 43 COM 11A

- a) to enhance capacity building and research;

- b) to raise the general public's awareness, understanding and appreciation of the need to preserve cultural and natural heritage;
- c) to enhance the function of World Heritage in the life of the community; and
- d) to increase equitable, inclusive and effective participation of local and national populations, including indigenous peoples, in the protection and presentation of heritage.

Article 5(a) of the *World Heritage Convention*

VI.B Capacity building and research

- 212.** The Committee seeks to develop capacity building within the States Parties in conformity with its Strategic Objectives and the World Heritage Capacity Building Strategy adopted by the Committee.

Budapest Declaration on World Heritage (2002)

Decision 43 COM 11A

The World Heritage Capacity Building Strategy

- 213.** Recognizing the high level of skills and multidisciplinary approach necessary for the protection, conservation, and presentation of the World Heritage, the Committee has adopted the World Heritage Capacity Building Strategy. The definition of capacity building identifies three broad areas where capacities reside and for which audiences for capacity building need targeting: practitioners, institutions, and communities and networks. The World Heritage Capacity Building Strategy provides a framework of action, and orients actors at the international, regional, or national levels to create regional and national capacity building strategies in addition to individual capacity building activities. The actions can be taken up by the many actors who currently provide or could provide capacity building activities for the benefit of World Heritage. The primary goal of the Capacity Building Strategy is to ensure that necessary skills are developed by a wide range of actors for better implementation of the *Convention*. In order to avoid overlap and effectively implement the Strategy, the Committee will ensure links to other initiatives such as the Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List and Periodic Reporting. The Committee will annually review relevant capacity building issues, assess capacity building needs, review annual reports on capacity building initiatives, and make recommendations for future capacity building initiatives.

World Heritage Capacity Building Strategy adopted by the World Heritage Committee at its 35th session (UNESCO, 2011) (see Document WHC-11/35.COM/9B).

Decision 43 COM 11A

National capacity building strategies and regional co-operation

- 214.** States Parties are encouraged to ensure that there is a gender-balanced representation of their professionals and specialists at all levels and that they are adequately trained. To this end, States Parties are encouraged to develop national capacity building strategies and include regional cooperation for training as part of their strategies. Development of such regional and national strategies can be assisted by the Advisory Bodies and the various UNESCO Category 2 Centres related to World Heritage, taking into consideration the World Heritage Capacity Building Strategy.

Decision 43 COM 11A

214bis. States Parties are encouraged to develop educational and capacity building programmes that harness the reciprocal benefits of the *Convention* for heritage and society. The programmes may be based on innovation and local entrepreneurship, and aimed in particular at medium/small/micro scale levels, to promote sustainable and inclusive economic benefits for local communities and indigenous peoples and to identify and promote opportunities for public and private investment in sustainable development projects, including those that promote use of local materials and resources and foster local cultural and creative industries and safeguarding intangible heritage associated with World Heritage properties.

Decision 43 COM 11A

Research

215. The Committee develops and coordinates international cooperation in the area of research needed for the effective implementation of the *Convention*. States Parties are also encouraged to make resources available to undertake research, since knowledge and understanding are fundamental to the identification, management, and monitoring of World Heritage properties. States Parties are encouraged to support scientific studies and research methodologies, including traditional and indigenous knowledge held by local communities and indigenous peoples, with all necessary consent. Such studies and research are aimed at demonstrating the contribution that the conservation and management of World Heritage properties, their buffer zones and wider setting make to sustainable development, such as in conflict prevention and resolution, including, where relevant, by drawing on traditional ways of dispute resolution that may exist within communities.

Decision 43 COM 11A

International Assistance

216. Training and Research Assistance may be requested by States Parties from the World Heritage Fund (see Chapter VII).

VI.C Awareness-raising and education

Awareness-raising

217. States Parties are encouraged to raise awareness of the need to preserve World Heritage in their own countries. In particular, they should ensure that World Heritage status is adequately marked and promoted on-site.

218. The Secretariat provides assistance to States Parties in developing activities aimed at raising public awareness of the *Convention* and informing the public of the dangers threatening World Heritage. The Secretariat advises States Parties regarding the preparation and implementation of on-site promotional and educational projects to be funded through International Assistance. The Advisory Bodies and appropriate State agencies may also be solicited to provide advice on such projects.

Education

219. The World Heritage Committee encourages and supports the development of educational materials, activities and programmes.

International Assistance

220. States Parties are encouraged to develop quality educational activities related to World Heritage through a variety of learning environments tailored to each audience with, wherever possible, the participation of schools, universities, museums and other local and national educational authorities.
221. The Secretariat, in cooperation with the UNESCO Education Sector and other partners, produces and publishes a World Heritage Educational Resource Kit, “World Heritage in Young Hands”, for use in secondary schools around the world. The Kit is adaptable for use at other educational levels.
222. International Assistance may be requested by States Parties from the World Heritage Fund for the purpose of developing and implementing awareness-raising and educational activities or programmes (see Chapter VII).
- Article 27(1) of the *World Heritage Convention*
Decision 43 COM 11A
- “World Heritage in Young Hands” is available at <https://whc.unesco.org/en/wheducation/>

VII THE WORLD HERITAGE FUND AND INTERNATIONAL ASSISTANCE

VII.A The World Heritage Fund

223. The World Heritage Fund is a trust fund, established by the *Convention* in conformity with the provisions of the Financial Regulations of UNESCO. The resources of the Fund consist of compulsory and voluntary contributions made by States Parties to the *Convention*, and any other resources authorized by the Fund’s regulations.
224. The financial regulations for the Fund are set out in document WHC/7 available at <https://whc.unesco.org/en/financialregulations>
- Article 15 of the *World Heritage Convention*

VII.B Mobilization of other technical and financial resources and partnerships in support of the *World Heritage Convention*

225. To the extent possible, the World Heritage Fund should be used to mobilize additional funds for International Assistance from other sources.
226. The Committee decided that contributions offered to the World Heritage Fund for international assistance campaigns and other UNESCO projects for any property inscribed on the World Heritage List shall be accepted and used as International Assistance pursuant to Section V of the *Convention*, and in conformity with the modalities established for carrying out the campaign or project.
227. States Parties are invited to provide support to the *Convention* in addition to obligatory contributions paid to the World Heritage Fund. This voluntary support can be provided through additional contributions to the World Heritage Fund or direct financial and technical contributions to properties.
228. States Parties are encouraged to participate in international fundraising campaigns launched by UNESCO and aimed at protecting World Heritage.
229. States Parties and others who anticipate making contributions towards these campaigns or other UNESCO projects for World Heritage properties are encouraged to make their contributions through the World Heritage Fund.
- Article 15(3) of the *World Heritage Convention*

230. States Parties are encouraged to promote the establishment of national, public and private foundations or associations aimed at raising funds to support World Heritage conservation efforts. Article 17 of the *World Heritage Convention*
231. The Secretariat provides support in mobilizing financial and technical resources for World Heritage conservation and actively engages in resource mobilization, including through developing partnerships with public and private institutions in conformity with the decisions and the strategies adopted by the World Heritage Committee and UNESCO regulations. “Comprehensive Partnership Strategy” including “Separate strategies for engagement with individual categories of partners” 192 EX/5.INF Decision 43 COM 11A
232. The Secretariat should refer to UNESCO’s “Comprehensive Partnership Strategy” to govern external fundraising in favour of the World Heritage Fund. This document is available at <http://en.unesco.org/partnerships> Decision 39 COM 11

VII.C International Assistance

233. The *Convention* provides International Assistance to States Parties for the protection of the world cultural and natural heritage located on their territories and inscribed, or potentially suitable for inscription on the World Heritage List. International Assistance should be seen as supplementary to national efforts for the conservation and management of World Heritage and Tentative List properties when adequate resources cannot be secured at the national level. See Articles 13 (1)(2) and Articles 19-26 of the *World Heritage Convention*
234. International Assistance is primarily financed from the World Heritage Fund, established under the *World Heritage Convention*. The Committee determines the budget for International Assistance on a biennial basis. Section IV of the *World Heritage Convention*
235. The World Heritage Committee coordinates and allocates types of International Assistance in response to State Party requests. These types of International Assistance, described in the summary table set out below, in order of priority are: Decision 30 COM 14A
Decision 36 COM 13.I
- a) Emergency assistance;
 - b) Conservation and Management assistance (incorporating assistance for training and research, technical cooperation and promotion and education);
 - c) Preparatory assistance.

VII.D Principles and priorities for International Assistance

236. Priority is given to International Assistance for properties inscribed on the List of World Heritage in Danger. The Committee created a specific budget line to ensure that a significant portion of assistance from the World Heritage Fund is allocated to properties inscribed on the List of World Heritage in Danger. Article 13(1) of the *World Heritage Convention*
237. States Parties in arrears of payment of their compulsory or voluntary contributions to the World Heritage Fund are not eligible for International Assistance, it being understood that this provision does not apply to requests for emergency assistance. Decision 13 COM XII.34

Decision 26 COM 17.2
Decision 26 COM 20
Decision 26 COM 25.3
Decision 36 COM 13.I

- 238.** To support its Strategic Objectives, the Committee also allocates International Assistance in conformity with the priorities set out in its decisions and in the Regional Programmes it adopts as a follow-up to Periodic Reports (see para. 210).
- 239.** In addition to the priorities outlined in paragraphs 236-238 above, the following considerations govern the decisions of the Committee in granting International Assistance:
- a) the likelihood that the assistance will have a catalytic and multiplier effect (“seed money”) and promote financial and technical contributions from other sources;
 - b) when funds available are limited and a selection has to be made, preference is given to:
 - a Least Developed Country or Low Income Economy as defined by the United Nations Economic and Social Council's Committee for Development Policy, or
 - a Lower Middle Income Country as defined by the World Bank, or
 - a Small Island Developing State (SIDS), or
 - a State Party in a post-conflict situation;
 - c) the urgency of the protective measures to be taken at World Heritage properties;
 - d) whether the legislative, administrative and, wherever possible, financial commitment of the recipient State Party is available to the activity;
 - e) the impact of the activity on furthering the Strategic Objectives or on the implementation of policies adopted by the Committee, such as the Policy Document for the Integration of a Sustainable Development Perspective into the Processes of the World Heritage Convention or the Policy Document on the Impact of Climate Change on World Heritage properties;
 - f) the degree to which the activity responds to needs identified through the reactive monitoring process and/or the analysis of regional Periodic Reports;
 - g) the exemplary value of the activity in respect to scientific research and the development of cost-effective conservation techniques;
 - h) the cost of the activity and expected results;
 - i) the educational value both for the training of experts and for the general public; and
 - j) the inclusive nature of the activity, in particular as concerns gender equality and the involvement of local communities and indigenous peoples.
- 240.** A balance will be maintained in the allocation of resources between cultural and natural heritage and between Conservation and Management and Preparatory Assistance. This balance is reviewed and decided upon on a regular basis by the Committee and during the second year of each biennium by the Chairperson or the World Heritage Committee.

Decision 43 COM 11A

Decision 31 COM 18B

Paragraph 26 of *Operational Guidelines*

Decision 20 COM XII

65% of the total International Assistance budget is set aside for cultural properties and 35% for natural properties

Decision 31 COM 18B
Decision 36 COM 13.I
Decision 37 COM 12.II

VII.E Summary Table

241.

Decision 36 COM 13.I
Decision 30 COM 13.13
Decision 43 COM 11A

Type of international assistance	Purpose	Budget ceilings per request	Deadline for submission of request	Authority for approval
Emergency Assistance	This assistance may be requested to address ascertained or potential threats facing properties included on the List of World Heritage in Danger and the World Heritage List which have suffered severe damage or are in imminent danger of severe damage due to sudden, unexpected phenomena. Such phenomena may include land subsidence, extensive fires, explosions, flooding or human-made disasters including war. This assistance does not concern cases of damage or deterioration caused by gradual processes of decay, pollution or erosion. It addresses emergency situations strictly relating to the conservation of a World Heritage property (see Decision 28 COM 10B 2.c). It may be made available, if necessary, to more than one World Heritage property in a single State Party (see Decision 6 EXT. COM 15.2). The budget ceilings relate to a single World Heritage property. The assistance may be requested to : (i) undertake emergency measures for the safeguarding of the property; (ii) draw up an emergency plan for the property.	Up to US\$ 5.000 Between US\$ 5.001 and 75.000	At any time At any time	Director of the World Heritage Centre Chairperson of the Committee
Preparatory assistance	This assistance may be requested to (in order of priority): (i) prepare or update national Tentative Lists of properties suitable for inscription on the World Heritage List; a commitment will be required from the State Party to nominate in priority on these lists sites recognized in approved thematic advice, such as the thematic studies prepared by the Advisory Bodies, as corresponding to gaps on the List; (ii) organize meetings for the harmonization of national Tentative Lists within the same geo-cultural area; (iii) prepare nominations of properties for inscription on the World Heritage List, including preparatory work such as collection of basic information, scoping studies of the potential for demonstration of Outstanding Universal Value, including integrity or authenticity, comparative studies of the property in relation to other similar properties (see 3.2 of Annex 5), including analysis in the context of the Gap Studies produced by the Advisory Bodies. Priority will be given to requests for sites recognized in approved thematic advice as corresponding to gaps on the List and/or for sites where preliminary investigations have shown that further inquiries would be justified, especially in the case of States Parties whose heritage is unrepresented or under-represented on the World Heritage List; (iv) prepare requests for Conservation & Management assistance for consideration by the World Heritage Committee.	Up to US\$ 5.000 Between US\$ 5.001 and 30.000	At any time 31 October	Director of the World Heritage Centre Chairperson of the Committee
Conservation and Management Assistance (incorporating Training and Research assistance,	This assistance may be requested for: (i) the training of staff and specialists at all levels in the fields of identification, monitoring, conservation, management and presentation of World Heritage, with an emphasis on group training;	Only for requests falling under items (i) to (vi):	Only for requests falling under items (i) to (vi):	Only for requests falling under items (i) to (vi)

Type of international assistance	Purpose	Budget ceilings per request	Deadline for submission of request	Authority for approval
Technical co-operation assistance and Promotion and education assistance)	(ii) scientific research benefiting World Heritage properties or studies on the scientific and technical problems of conservation, management, and presentation of World Heritage properties;	Up to US\$ 5,000	At any time	Director of the World Heritage Centre
	(iii) establishment/revision of national policies or legal frameworks on heritage preservation benefitting World Heritage properties; Note: Requests for support for individual training courses from UNESCO should be submitted on the standard "Application for fellowship" form available from the Secretariat.	Between US\$ 5,001 and 30,000	31 October	Chairperson of the Committee
	(iv) provision of experts, technicians and skilled labour for the conservation, management, and presentation of properties inscribed on the List of World Heritage in Danger and the World Heritage List;	Over US\$ 30,000	31 October	Committee
	(v) supply of equipment which the State Party requires for the conservation, management, and presentation of properties inscribed on the List of World Heritage in Danger and the World Heritage List;			
	(vi) low-interest or interest-free loans for undertaking activities for the conservation, management, and presentation of properties inscribed on the List of World Heritage in Danger and the World Heritage List, which may be repayable on a long-term basis;			
	(vii) At the regional and international levels for programmes, activities and the holding of meetings that could: - help to create interest in the <i>Convention</i> within the countries of a given region; - create a greater awareness of the different issues related to the implementation of the <i>Convention</i> to promote more active involvement in its application; - be a means of exchanging experiences; - stimulate joint education, information and promotional programmes and activities, especially when they involve the participation of young people in World Heritage conservation activities;	Only for requests falling under items (vii) and (viii): Up to US\$ 5,000	Only for requests falling under items (vii) and (viii): At any time	Only for requests falling under items (vii) and (viii): Director of the World Heritage Centre
	(viii) At the national level for: - meetings specifically organized to make the <i>Convention</i> better known, especially amongst young people, or for the creation of national World Heritage associations, in accordance with Article 17 of the <i>Convention</i> ; - the preparation and discussion of education and information material (such as brochures, publications, exhibitions, films, multimedia tools) for the general promotion of the <i>Convention</i> and the World Heritage List and not for the promotion of a particular property, and especially for young people.	Between US\$ 5,001 and 10,000	31 October	Chairperson of the Committee

VII.F Procedure and format

- 242.** All States Parties submitting requests for international assistance are encouraged to consult the Secretariat and the Advisory Bodies during the conceptualization, planning and elaboration of each request. To facilitate States Parties' work, examples of successful international assistance requests may be provided upon request.
- 243.** The application form for International Assistance is presented in Annex 8 and the types, amounts, deadlines for submission and the authorities responsible for approval are outlined in the summary table in Chapter VII.E.
- 244.** The request should be submitted in English or French, duly signed and transmitted by the National Commission for UNESCO, the State Party Permanent Delegation to UNESCO and/or appropriate governmental Department or Ministry to the following address:

UNESCO World Heritage Centre

7, place de Fontenoy

75352 Paris 07 SP

France

Tel: +33 (0) 1 4568 12 76

E-mail: wh-intassistance@unesco.org

- 245.** Requests for international assistance may be submitted by electronic mail by the State Party or by filling the online format on the World Heritage Centre's website at: <https://whc.unesco.org>; they must be accompanied by an officially signed copy.
- 246.** It is important that all information requested in this application form is provided. If appropriate or necessary, requests may be supplemented by additional information, reports, etc.

Decision 43 COM 11A

VII.G Assessment of International Assistance requests

- 247.** Provided they are complete, all requests are assessed by the Secretariat irrespective of the amount requested. In addition, requests with a budget above US\$ 30,000 are assessed as follows:
- a) By ICOMOS for requests for cultural heritage (all types of assistance) and ICCROM (all types of assistance except Preparatory assistance);
 - b) By IUCN for requests for natural heritage;
 - c) By ICOMOS and IUCN for requests for mixed heritage (all types of assistance) and ICCROM (all types of assistance except Preparatory assistance).

Decision 43 COM 11A

The Secretariat processes requests for Emergency assistance within up to 10 working days.

Whenever necessary, the Secretariat may consult the Advisory Bodies, for the assessment of requests with a budget under US\$ 30,000.

ICOMOS, IUCN and ICCROM will be consulted on all requests which specifically demand the involvement of one or more Advisory Bodies in the respective project.

- | | | |
|------|---|--|
| 248. | [Deleted] | Decision 43 COM 11A |
| 249. | [Deleted] | Decision 43 COM 11A |
| 250. | [Deleted] | Decision 43 COM 11A |
| 251. | The criteria used for the assessment of international assistance requests are outlined in Annex 9. | Decision 31 COM 18B
Decision 43 COM 11A |
| 252. | A panel composed of representatives of the World Heritage Centre Regional Desks and the Advisory Bodies, and if possible, the Chairperson of the World Heritage Committee or, in observer capacity, a person designated by the Chairperson, meets once or twice a year to examine the International Assistance requests of more than US\$ 5,000, except those for Emergency Assistance, and to make recommendations to the Chairperson and/or the Committee. | Decision 31 COM 18B
Decision 36 COM 13.I
Decision 43 COM 11A |
| 253. | The Chairperson is not authorized to approve requests submitted by his/her own country. These will be examined by the Committee. | |
| 254. | All requests for Preparatory Assistance or Conservation and Management Assistance of more than US\$ 5,000 should be received by the Secretariat on or before 31 October . Incomplete forms which do not come back duly completed by 30 November will be sent back to the States Parties for submission to a next cycle. Complete requests are examined by a first panel held in January. Requests for which the panel issues a positive or a negative recommendation will be submitted to the Chairperson/Committee for decision. A second panel may be held at least eight weeks before the Committee session for requests which were revised since the first panel. Requests sent back for a substantial revision will be examined by the panel depending on their date of receipt. Requests requiring only minor revision and no further examination by the panel must come back within the year when they were examined first; otherwise they will be sent again to a next panel. The chart detailing the submission process is attached in Annex 8. | Decision 36 COM 13.I
Decision 43 COM 11A |

VII.H Contractual Arrangements

255. Agreements are established between UNESCO and the concerned State Party or its representative(s) for the implementation of the approved International Assistance requests in conformity with UNESCO regulations, following the work plan and budget breakdown described in the originally approved request.

VII.I Evaluation and follow-up of International Assistance

256. The monitoring and evaluation of the implementation of the International Assistance requests will take place within 3 months of the activities' completion. The results of these evaluations will be collated and maintained by the Secretariat in collaboration with the Advisory Bodies and examined by the Committee on a regular basis.
257. The Committee reviews the implementation, evaluation and follow-up of International Assistance in order to evaluate the International Assistance effectiveness and to redefine its priorities.

VIII THE WORLD HERITAGE EMBLEM

VIII.A Preamble

258. At its second session (Washington, 1978), the Committee adopted the World Heritage Emblem which had been designed by Mr. Michel Olyff. This Emblem symbolizes the interdependence of cultural and natural properties: the central square is a form created by humans and the circle represents nature, the two being intimately linked. The Emblem is round, like the world, but at the same time it is a symbol of protection. It symbolizes the *Convention*, signifies the adherence of States Parties to the *Convention*, and serves to identify properties inscribed in the World Heritage List. It is associated with public knowledge about the *Convention* and is the imprimatur of the *Convention's* credibility and prestige. Above all, it is a representation of the universal values for which the *Convention* stands.
259. The Committee decided that the Emblem proposed by the artist could be used, in any colour or size, depending on the use, the technical possibilities and considerations of an artistic nature. The Emblem should always carry the text “WORLD HERITAGE. PATRIMOINE MONDIAL”. The space occupied by “PATRIMONIO MUNDIAL” can be used for its translation into the national language of the country where the Emblem is to be used.

Decision 43 COM 11A



260. In order to ensure the Emblem benefits from as much visibility as possible while preventing improper uses, the Committee at its twenty-second session (Kyoto, 1998) adopted “Guidelines and Principles for the Use of the World Heritage Emblem” as set out in the following paragraphs. In addition, a “Table of Uses” (Annex 14) provides complementary guidance.

Decision 39 COM 11

261. Although there is no mention of the Emblem in the *Convention*, its use has been promoted by the Committee to identify properties protected by the *Convention* and inscribed on the World Heritage List since its adoption in 1978.
262. The World Heritage Committee is responsible for determining the use of the World Heritage Emblem and for making policy prescriptions regarding how it may be used. Since the adoption by the UNESCO General Conference in October 2007 of the *Directives concerning the Use of the Name, Acronym, Logo and Internet Domain Names of UNESCO*¹⁴, it is strongly encouraged to use the World Heritage Emblem as part of a linked logo block accompanied by UNESCO's logo, whenever feasible. The use of the World Heritage Emblem alone remains however possible, in line with the present Guidelines and with the Table of Uses (Annex 14). Decision 39 COM 11
263. As requested by the Committee at its 26th session (Budapest, 2002), the World Heritage Emblem, with and without its surrounding text, has been notified and accepted on 21 May 2003 by the Paris Union Member states under Article 6ter of the *Paris Convention for the Protection of Industrial Property*, adopted in 1883 and revised at Stockholm in 1967. Therefore UNESCO has recourse to Paris Convention Member States' domestic systems to prevent the use of the World Heritage Emblem where such use falsely suggests a connection with UNESCO, the *World Heritage Convention*, or any other abusive use. Decision 26 COM 15
Decision 39 COM 11
264. The Emblem also has fund-raising potential that can be used to enhance the marketing value of products with which it is associated. A balance is needed between the Emblem's use to further the aims of the *Convention* and optimize knowledge of the *Convention* worldwide and the need to prevent its abuse for inaccurate, inappropriate, and unauthorized commercial or other purposes.
265. The Guidelines and Principles for the Use of the Emblem and modalities for quality control should not become an obstacle to cooperation for promotional activities. Authorities responsible for reviewing and deciding on uses of the Emblem may base their decisions on the parameters developed below and those contained in the Table of Uses (Annex 14). Decision 39 COM 11

VIII.B Applicability

266. The Guidelines and Principles proposed herein cover all proposed uses of the Emblem by: Decision 39 COM 11
- a) The World Heritage Centre;
 - b) The UNESCO Division of Public Information and other UNESCO offices;
 - c) Agencies or National Commissions, responsible for implementing the *Convention* in each State Party;
 - d) World Heritage properties;

¹⁴ The most recent version of the *Directives concerning the Use of the Name, Acronym, Logo and Internet Domain Names of UNESCO* is found in the annex to Resolution 86 of the 34th session of the General Conference (34 C/Resolution 86) or at <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001560/156046e.pdf>

- e) Other contracting parties, especially those operating for predominantly commercial purposes.

VIII.C Responsibilities of States Parties

267. States Parties to the *Convention* should take all possible measures to prevent the use of the Emblem in their respective countries by any group or for any purpose not explicitly recognized by the Committee. States Parties are encouraged to make full use of national legislation including Trade Mark Laws.

VIII.D Increasing proper uses of the World Heritage Emblem

268. Properties inscribed on the World Heritage List should be marked with the emblem jointly with the UNESCO logo, which should, however, be placed in such a way that they do not visually impair the property in question.

Production of plaques to commemorate the inscription of properties on the World Heritage List

269. Once a property is inscribed on the World Heritage List, the State Party should place a plaque, whenever possible, to commemorate this inscription. These plaques are designed to inform the public of the country concerned and foreign visitors that the property visited has a particular value which has been recognized by the international community. In other words, the property is exceptional, of interest not only to one nation, but also to the whole world. However, these plaques have an additional function which is to inform the general public about the *World Heritage Convention*, or at least about the World Heritage concept and the World Heritage List.
270. The Committee has adopted the following Guidelines for the production of these plaques:
- a) the plaque should be so placed that it can easily be seen by visitors, without disfiguring the property;
 - b) the World Heritage Emblem should appear on the plaque;
 - c) the text should mention the property's Outstanding Universal Value; in this regard it might be useful to give a short description of the property's outstanding characteristics. States Parties may, if they wish, use the descriptions appearing in the various World Heritage publications or in the World Heritage exhibit, and which may be obtained from the Secretariat;
 - d) the text should make reference to the *World Heritage Convention* and particularly to the World Heritage List and to the international recognition conferred by inscription on this List (however, it is not necessary to mention at which session of the Committee the property was inscribed); it may be appropriate to produce the text in several languages for properties which receive many foreign visitors.

271. The Committee proposes the following text as an example:
- “(Name of property) has been inscribed upon the World Heritage List of the *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Inscription on this List confirms the Outstanding Universal Value of a cultural or natural property which deserves protection for the benefit of all humanity.”
272. This text could be then followed by a brief description of the property concerned.
273. Furthermore, the national authorities should encourage World Heritage properties to make a broad use of the Emblem such as on their letterheads, brochures and staff uniforms.
274. Third parties which have received the right to produce communication products related to the *World Heritage Convention* and World Heritage properties must give the Emblem proper visibility. They should avoid creating a different Emblem or logo for that particular product.

VIII.E Principles on the use of the World Heritage Emblem

275. The responsible authorities are henceforth requested to use the following principles in making decisions on the use of the Emblem:
- a) The Emblem should be utilized for all projects substantially associated with the work of the *Convention*, including, to the maximum extent technically and legally possible, those already approved and adopted, in order to promote the *Convention*.
 - b) A decision to approve use of the Emblem should be linked strongly to the quality and content of the product with which it is to be associated, not on the volume of products to be marketed or the financial return expected. The main criterion for approval should be the educational, scientific, cultural, or artistic value of the proposed product related to World Heritage principles and values. Approval should not routinely be granted to place the Emblem on products that have no, or extremely little, educational value, such as cups, T-shirts, pins, and other tourist souvenirs. Exceptions to this policy will be considered for special events, such as meetings of the Committee and ceremonies at which plaques are unveiled.
 - c) Any decision with respect to authorizing the use of the Emblem must be completely unambiguous and in keeping with the explicit and implicit goals and values of the *World Heritage Convention*.
 - d) Except when authorized in accordance with these principles, it is not legitimate for commercial entities to use the Emblem directly on their own material to show their support for World Heritage. The Committee recognizes, however, that any individual, organization, or company is free to publish or produce whatever they consider to be appropriate regarding World Heritage properties, but official authorization to do so under the World Heritage Emblem remains the exclusive prerogative of the Committee, to be exercised as prescribed in these Guidelines and Principles and in the Table of Uses.

Decision 39 COM 11

- e) Use of the Emblem by other contracting parties should normally only be authorized when the proposed use deals directly with World Heritage properties. Such uses may be granted after approval by the national authorities of the countries concerned.
- f) In cases where no specific World Heritage properties are involved or are not the principal focus of the proposed use, such as general seminars and/or workshops on scientific issues or conservation techniques, use may be granted only upon express approval in accordance with these Guidelines and Principles and with the Table of Uses. Requests for such uses should specifically document the manner in which the proposed use is expected to enhance the work of the *Convention*.
- g) Permission to use the Emblem should not be granted to travel agencies, airlines, or to any other type of business operating for predominantly commercial purposes, except under exceptional circumstances and when manifest benefit to the World Heritage generally or particular World Heritage properties can be demonstrated. Requests for such use should require approval in accordance with these Guidelines and Principles and with the Table of Uses. Such requests should be approved by the national authorities concerned, and be defined within the framework of specific partnership agreements with UNESCO/World Heritage Centre.

“Comprehensive Partnership Strategy” including “Separate strategies for engagement with individual categories of partners” 192 EX/5.INF and PACT Strategy (Document WHC-13/37.COM/5D)

Decision 37 COM 5D

The Secretariat is not to accept any advertising, travel, or other promotional considerations from travel agencies or other, similar companies in exchange or in lieu of financial remuneration for use of the Emblem.

- h) When commercial benefits are anticipated, the Secretariat should ensure that the World Heritage Fund receives a fair share of the revenues and conclude a contract or other agreement that documents the nature of the understandings that govern the project and the arrangements for provision of income to the Fund. In all cases of commercial use, any staff time and related costs for personnel assigned by the Secretariat or other reviewers, as appropriate, to any initiative, beyond the nominal, must be fully covered by the party requesting authorization to use the Emblem.

National authorities are also called upon to ensure that their properties or the World Heritage Fund receive a fair share of the revenues and to document the nature of the understandings that govern the project and the distribution of any proceeds.

- i) If sponsors are sought for manufacturing products whose distribution the Secretariat considers necessary, the choice of partner or partners should be consistent, at a minimum, with the criteria set forth in the “Comprehensive Partnership Strategy” including “Separate strategies for engagement with individual categories or partners” 192 EX/5.INF and PACT Strategy (Document WHC-13/37.COM/5D) and with such further fund-raising guidance as the Committee may prescribe. The necessity for such products should be clarified and justified in written presentations that will require approval in such manner as the Committee may prescribe.

- j) The sale of goods or services bearing the name, acronym, logo and/or Internet domain name of UNESCO combined with the World Heritage Emblem chiefly for profit shall be regarded as “commercial use” for the purpose of the *Operational Guidelines*. Such use must be expressly authorized by the Director-General, under a specific contractual arrangement (definition adapted from 2007 UNESCO Logo Directives. Art III.2.1.3).

VIII.F Authorization procedure for the use of the World Heritage Emblem

Simple agreement of the national authorities

276. National authorities may grant the use of the Emblem to a national entity, provided that the project, whether national or international, involves only World Heritage properties located on the same national territory. National authorities’ decision should be guided by the Guidelines and Principles and by the Table of Uses.
277. States Parties are invited to provide the Secretariat with the names and addresses of the authorities in charge of managing the use of the Emblem.

Decision 39 COM 11

Circular letter dated 14 April 1999.
<https://whc.unesco.org/circs/circ99-4e.pdf>

Agreement requiring quality control of content

278. Any other request for authorization to use the Emblem should adopt the following procedure:
- a) A request indicating the objective of the use of the Emblem, its duration and territorial validity, should be addressed to the Director of the World Heritage Centre.
 - b) The Director of the World Heritage Centre has the authority to grant the use of the Emblem in accordance with the Guidelines and Principles. For cases not covered, or not sufficiently covered, by the Guidelines and Principles and by the Table of Uses, the Director refers the matter to the Chairperson who, in the most difficult cases, might wish to refer the matter to the Committee for final decision. A yearly report on the authorized uses of the Emblem will be submitted to the World Heritage Committee.
 - c) Authorization to use the Emblem in major products to be widely distributed over an undetermined period of time is conditional upon obtaining the manufacturer’s commitment to consult with countries concerned and secure their endorsement of texts and images illustrating properties situated in their territory, at no cost to the Secretariat, together with the proof that this has been done. The text to be approved should be provided in either one of the official languages of the Committee or in the language of the country concerned. A draft model to be used by States Parties to authorize the use of the Emblem to third parties appears below.

Decision 39 COM 11

Content Approval Form:

[**Name of responsible national body**], officially identified as the body responsible for approving the content of the texts and photos relating to the World Heritage properties located in the territory of [**name of country**], hereby confirms to [**name of producer**] that the text and the images that it has submitted for the [**name of property(ies)**] World Heritage property(ies) are [**approved**] [**approved subject to the following changes requested**] [**are not approved**]

(delete whatever entry does not apply, and provide, as needed, a corrected copy of the text or a signed list of corrections).

Notes:

It is recommended that the initials of the responsible national official be affixed to each page of text.

The National Authorities are given one month from their acknowledged receipt in which to authorize the content, following which the producers may consider that the content has been tacitly approved, unless the responsible National Authorities request in writing a longer period.

Texts should be supplied to the National Authorities in one of the two official languages of the Committee, or in the official language (or in one of the official languages) of the country in which the properties are located, at the convenience of both parties.

- d) After having examined the request and considered it as acceptable, the Secretariat may establish an agreement with the partner.
- e) If the Director of the World Heritage Centre judges that a proposed use of the Emblem is not acceptable, the Secretariat informs the requesting party of the decision in writing.

VIII.G Right of States Parties to exert quality control

279. Authorization to use the Emblem is inextricably linked to the requirement that the national authorities may exert quality control over the products with which it is associated.

- a) The States Parties to the *Convention* are the only parties authorized to approve the content (images and text) of any distributed product appearing under the World Heritage Emblem with regard to the properties located in their territories.
- b) States Parties that protect the Emblem legally must review these uses.
- c) Other States Parties may elect to review proposed uses or refer such proposals to the Secretariat. States Parties are responsible for identifying an appropriate national authority and for informing the Secretariat whether they wish to review proposed uses or to identify uses that are inappropriate. The Secretariat maintains a list of responsible national authorities.

IX INFORMATION SOURCES

IX.A Information archived by the Secretariat

280. The Secretariat maintains a database of all documents of the World Heritage Committee and the General Assembly of States Parties to the *World Heritage Convention*. This database is available at: <https://whc.unesco.org/en/documents>
281. The Secretariat ensures that copies of Tentative Lists, World Heritage nominations, including copies of maps and relevant information received from States Parties are archived in hard copy and in electronic format where possible. The Secretariat also arranges for the archiving of relevant information relating to inscribed properties, including evaluations and other documents developed by the Advisory Bodies, any correspondence and reports received from States Parties (including Reactive Monitoring and Periodic Reports) and correspondence and material from the Secretariat and World Heritage Committee.
282. Archived material will be kept in a form appropriate to long-term storage. Provisions will be made for the storage of paper copies and electronic copies, as relevant. Provision will be made for copies to be provided to States Parties as requested.
283. Nomination dossiers of those properties inscribed on the World Heritage List by the Committee will be made available for consultation. States Parties are urged to upload a copy of the nomination on their own websites and inform the Secretariat of this action. States Parties preparing nominations may wish to use such information as guides for identifying and elaborating nomination of properties within their own territories.
284. Advisory Body evaluations and Committee decisions concerning each inscribed property are available on the World Heritage Centre's website on the page dedicated to each property of the World Heritage List. For the sites not inscribed on the List, the Advisory Body evaluation is available on the World Heritage Centre's website on the page dedicated to the Committee session when the nomination was examined.

Decision 43 COM 11A

IX.B Specific Information for World Heritage Committee members and other States Parties

285. The Secretariat maintains two electronic mailing lists: one for Committee members (wh-committee@unesco.org) and one for all States Parties (wh-states@unesco.org). States Parties are requested to supply all appropriate email addresses for the establishment of these lists. These electronic mailing lists, which supplement but do not replace the traditional means of notifying States Parties, allow the Secretariat to communicate, in a timely manner, announcements about the availability of documents, changes to meeting schedules, and other issues relevant to Committee members and other States Parties.
286. Specific information targeted at Committee members, other States Parties and Advisory Bodies is available on the World Heritage Centre's website (<https://whc.unesco.org>) with restricted access.

Decision 43 COM 11A

287. The Secretariat also maintains a database of decisions of the Committee and resolutions of the General Assembly of States Parties. These are available at: <https://whc.unesco.org/en/decisions>

Decision 28 COM 9

IX.C Information and publications available to the public

288. The Secretariat provides access to information labelled as publicly available and copyright free on World Heritage properties and other relevant matters, wherever possible.

289. Information on issues related to World Heritage is available on the Secretariat's website (<https://whc.unesco.org>), on the websites of the Advisory Bodies and in libraries. A list of online databases and links to relevant webpages can be found in the Bibliography.

290. The Secretariat produces a wide variety of World Heritage publications, including the World Heritage List, the List of World Heritage in Danger, Brief Descriptions of World Heritage properties, World Heritage Paper series, newsletters, brochures and information kits. In addition, other information materials aimed specifically at experts and the general public are also developed. The list of World Heritage publications can be found in the Bibliography or at: <https://whc.unesco.org/en/publications>

These information materials are distributed to the public directly or through the national and international networks established by States Parties or by World Heritage partners.

ANNEXES



MODEL INSTRUMENT OF RATIFICATION / ACCEPTANCE

WHEREAS the Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage was adopted on 16 November 1972 by the General Conference of UNESCO at its seventeenth session;

NOW THEREFORE the Government of _____ having considered the aforesaid Convention, hereby [ratifies _____ the same and undertake faithfully to carry out
[accepts _____
the stipulations therein contained.

IN WITNESS WHEREOF, I have signed and sealed this instrument.

Done at _____ this _____ day of _____ 20_____.

(Seal)

Signature of Head of State,

Prime Minister or

Minister of Foreign Affairs

- The model instrument of ratification / acceptance is available from the UNESCO World Heritage Centre and at: <https://whc.unesco.org/en/convention/>
- The original signed version of the completed form should be sent, preferably with an official translation in English or French, to: Director-General, UNESCO, 7 place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France



MODEL INSTRUMENT OF ACCESSION

WHEREAS the Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage was adopted on 16 November 1972 by the General Conference of UNESCO at its seventeenth session;

NOW THEREFORE the Government of _____ having considered the aforesaid *Convention*, hereby accedes the same and undertake faithfully to carry out the stipulations therein contained.

IN WITNESS WHEREOF, I have signed and sealed this instrument.

Done at _____ this _____ day of _____ 20_____.

(Seal)

Signature of Head of State,

Prime Minister or

Minister of Foreign Affairs

- The model instrument of accession is available from the UNESCO World Heritage Centre and at: <https://whc.unesco.org/en/convention/>
- The original signed version of the completed form should be sent, preferably with an official translation in English or French, to: Director-General, UNESCO, 7 place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France



TENTATIVE LIST SUBMISSION FORMAT

STATE PARTY:

DATE OF SUBMISSION:

Submission prepared by:

Name:

E-mail:

Address:

Fax:

Institution:

Telephone:

Name of Property:

State, Province or Region:

Latitude and Longitude, or UTM coordinates:

DESCRIPTION:

Justification of Outstanding Universal Value:

(Preliminary identification of the values of the property which merit inscription on the World Heritage List)

Criteria met [see Paragraph 77 of the *Operational Guidelines*]:

(Please tick the box corresponding to the proposed criteria and justify the use of each below)

(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	(vii)	(viii)	(ix)	(x)
-----	------	-------	------	-----	------	-------	--------	------	-----

Statements of authenticity and/or integrity [see Paragraphs 78-95 of the *Operational Guidelines*]:

Comparison with other similar properties:

(The comparison should outline similarities with other properties on the World Heritage List or not, and the reasons that make the property stand out)

- The Tentative List submission format is available from the UNESCO World Heritage Centre and at: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists>
- Further guidance on the preparation of Tentative Lists can be found in Paragraphs 62-67 of the *Operational Guidelines*.
- An example of a completed Tentative List submission format can be found at: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists>
- All Tentative Lists submitted by States Parties are available at: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists>
- The original signed version of the completed Tentative List submission format should be sent in English or French to: UNESCO World Heritage Centre, 7 place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France
- States Parties are encouraged to also submit this information in electronic format (USB Flash Drive or CD-Rom) or by e-mail to wh-tentativelists@unesco.org



TENTATIVE LIST SUBMISSION FORMAT FOR FUTURE TRANSNATIONAL AND TRANSBOUNDARY NOMINATIONS

STATE PARTY:

DATE OF SUBMISSION:

Submission¹⁵ prepared by:

Name:

E-mail:

Title:

Address:

Fax:

Institution:

Telephone:

1.a Name of the transnational/transboundary future nomination¹⁶ :

1.b Other States Parties participating:

1.c Name(s) of the national component part(s):

1.d State, Province or Region:

1.e Latitude and Longitude, or Universal Transverse Mercator (UTM) coordinates:

2.a Brief Description of the transnational/transboundary future nomination¹⁷ :

2.b Description of the component part(s):

3. JUSTIFICATION FOR OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE¹⁸ OF THE FUTURE NOMINATION AS A WHOLE:

(Preliminary identification of the values of the future nomination as a whole which merit inscription on the World Heritage List)

3.a Criteria met¹⁹ [see Paragraph 77 of the *Operational Guidelines*]:

(Please tick the box corresponding to the proposed criteria and justify the use of each below)

(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	(vii)	(viii)	(ix)	(x)
-----	------	-------	------	-----	------	-------	--------	------	-----

¹⁵ This submission will be valid only when all the States Parties indicated in Section 1.b have sent their submissions.

¹⁶ The text provided in this section should be identical in all submissions of the States Parties involved in the presentation of the same transnational / transboundary future nomination.

¹⁷ In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.

¹⁸ In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.

¹⁹ In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.

3.b Statements of authenticity and/or integrity [see Paragraphs 79-95 of the *Operational Guidelines*]:

3.c.1 Justification of the selection of the component part(s) in relation to the future nomination as a whole:

3.c.2 Comparison with other similar properties²⁰ :

(This comparison should outline the similarities with other properties inscribed or not on the World Heritage List, and the reasons for the exceptional character of the future nomination).

²⁰ In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.



GUIDELINES FOR THE INSCRIPTION OF SPECIFIC TYPES OF PROPERTIES ON THE WORLD HERITAGE LIST²¹

The **ICOMOS** List of **thematic studies** is available at <https://www.icomos.org/en>

The **IUCN** List of **thematic studies** is available at <http://www.iucn.org/>

INTRODUCTION

1. This annex provides information on specific types of properties to guide States Parties in preparing nominations of properties for inscription on the World Heritage List. The following information constitutes guidelines that should be used in association with Chapter II of the *Operational Guidelines*, which contains the criteria for inscription of properties on the World Heritage List.
2. The Committee has endorsed the findings of expert meetings on the subject of cultural landscapes, towns, canals and routes (Part I, below).
3. The reports of other expert meetings requested by the World Heritage Committee, in the framework of the Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List, are referred to in Part II.
4. Part III lists various comparative and thematic studies prepared by the Advisory Bodies.

I. CULTURAL LANDSCAPES, TOWNS, CANALS AND ROUTES

5. The World Heritage Committee has identified and defined several specific types of cultural and natural properties and has adopted specific guidelines to facilitate the evaluation of such properties when nominated for inscription on the World Heritage List. To date, these cover the following categories, although it is likely that others may be added in due course:
 - a) Cultural Landscapes;
 - b) Historic Towns and Town Centres;
 - c) Heritage Canals;
 - d) Heritage Routes.

²¹ The Committee may develop additional guidelines for other types of properties in future years.

CULTURAL LANDSCAPES²²

Definition

6. Cultural landscapes are cultural properties and represent the “combined works of nature and of man” designated in Article 1 of the *Convention*. They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.
7. They should be selected on the basis both of their Outstanding Universal Value and of their representativity in terms of a clearly defined geo-cultural region and also for their capacity to illustrate the essential and distinct cultural elements of such regions.
8. The term “cultural landscape” embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment.
9. Cultural landscapes often reflect specific techniques of sustainable land-use, considering the characteristics and limits of the natural environment they are established in, and a specific spiritual relation to nature. Protection of cultural landscapes can contribute to modern techniques of sustainable land-use and can maintain or enhance natural values in the landscape. The continued existence of traditional forms of land-use supports biological diversity in many regions of the world. The protection of traditional cultural landscapes is therefore helpful in maintaining biological diversity.

Definition and Categories

10. Cultural landscapes fall into three main categories, namely:
 - (i) The most easily identifiable is the clearly defined **landscape designed and created intentionally by man**. This embraces garden and parkland landscapes constructed for aesthetic reasons which are often (but not always) associated with religious or other monumental buildings and ensembles.
 - (ii) The second category is the **organically evolved landscape**. This results from an initial social, economic, administrative, and/or religious imperative and has developed its present form by association with and in response to its natural environment. Such landscapes reflect that process of evolution in their form and component features. They fall into two sub-categories:
 - a relict (or fossil) landscape is one in which an evolutionary process came to an end at some time in the past, either abruptly or over a period. Its significant distinguishing features are, however, still visible in material form.
 - a continuing landscape is one which retains an active social role in contemporary society closely associated with the traditional way of life, and in which the evolutionary process is still in progress. At the same time it exhibits significant material evidence of its evolution over time.
 - (iii) The final category is the **associative cultural landscape**. The inscription of such landscapes on the World Heritage List is justifiable by virtue of the powerful religious, artistic or cultural associations of the natural element rather than material cultural evidence, which may be insignificant or even absent.

²² This text was prepared by an Expert Group on Cultural Landscapes (La Petite Pierre, France, 24 - 26 October 1992) (see document *WHC-92/CONF.202/10/Add*). The text was subsequently approved for inclusion in the *Operational Guidelines* by the World Heritage Committee at its 16th session (Santa Fe 1992) (see document *WHC-92/CONF.002/12*).

Inscription of Cultural Landscapes on the World Heritage List

11. The extent of a cultural landscape for inscription on the World Heritage List is relative to its functionality and intelligibility. In any case, the sample selected must be substantial enough to adequately represent the totality of the cultural landscape that it illustrates. The possibility of designating long linear areas which represent culturally significant transport and communication networks should not be excluded.
12. General criteria for protection and management are equally applicable to cultural landscapes. It is important that due attention be paid to the full range of values represented in the landscape, both cultural and natural. The nominations should be prepared in collaboration with and the full approval of local communities.
13. The existence of a category of “cultural landscape”, included on the World Heritage List on the basis of the criteria set out in Paragraph 77 of the *Operational Guidelines*, does not exclude the possibility of properties of exceptional importance in relation to both cultural and natural criteria continuing to be inscribed (see definition of mixed properties as set out in Paragraph 46). In such cases, their Outstanding Universal Value must be justified under both sets of criteria.

HISTORIC TOWNS AND TOWN CENTRES²³

Definition and Categories

14. Groups of urban buildings eligible for inscription on the World Heritage List fall into three main categories, namely:
 - (i) towns which are **no longer inhabited** but which provide unchanged archaeological evidence of the past; these generally satisfy the criterion of authenticity and their state of conservation can be relatively easily controlled;
 - (ii) **historic towns which are still inhabited** and which, by their very nature, have developed and will continue to develop under the influence of socio-economic and cultural change, a situation that renders the assessment of their authenticity more difficult and any conservation policy more problematical;
 - (iii) **new towns of the twentieth century** which paradoxically have something in common with both the aforementioned categories: while their original urban organization is clearly recognizable and their authenticity is undeniable, their future is unclear because their development is largely uncontrollable.

Inscription of Historic Towns and Town Centres on the World Heritage List

15. The significance of Historic Towns and Town Centres can be examined under the factors outlined below:

(i) **Towns no longer inhabited**

The evaluation of towns that are no longer inhabited does not raise any special difficulties other than those related to archaeological properties in general: the criteria which call for uniqueness or exemplary character have led to the choice of groups of buildings noteworthy for their purity of style, for the concentrations of monuments they contain and sometimes for their important historical associations. It is important for urban archaeological sites to be listed as integral units. A cluster of

²³ This text was included in the January 1987 version of the *Operational Guidelines* following the discussion by the Committee at its 8th session (Buenos Aires, 1984) of the conclusions of the Meeting of Experts to Consult on Historic Towns which met in Paris from 5 to 7 September 1984 organized by ICOMOS.

monuments or a small group of buildings is not adequate to suggest the multiple and complex functions of a city which has disappeared; remains of such a city should be preserved in their entirety together with their natural surroundings whenever possible.

(ii) Inhabited historic towns

In the case of inhabited historic towns the difficulties are numerous, largely owing to the fragility of their urban fabric (which has in many cases been seriously disrupted since the advent of the industrial era) and the runaway speed with which their surroundings have been urbanized. To qualify for inscription, towns should compel recognition because of their architectural interest and should not be considered only on the intellectual grounds of the role they may have played in the past or their value as historical symbols under criterion (vi) for the inscription of cultural properties on the World Heritage List (see Paragraph 77 (vi) of the *Operational Guidelines*). To be eligible for inscription in the List, the spatial organization, structure, materials, forms and, where possible, functions of a group of buildings should essentially reflect the civilization or succession of civilizations which have prompted the nomination of the property. Four categories can be distinguished:

- a) Towns which are typical of a specific period or culture, which have been almost wholly preserved and which have remained largely unaffected by subsequent developments. Here the property to be listed is the entire town together with its surroundings, which must also be protected;
- b) Towns that have evolved along characteristic lines and have preserved, sometimes in the midst of exceptional natural surroundings, spatial arrangements and structures that are typical of the successive stages in their history. Here the clearly defined historic part takes precedence over the contemporary environment;
- c) “Historic centres” that cover exactly the same area as ancient towns and are now enclosed within modern cities. Here it is necessary to determine the precise limits of the property in its widest historical dimensions and to make appropriate provision for its immediate surroundings;
- d) Sectors, areas or isolated units which, even in the residual state in which they have survived, provide coherent evidence of the character of a historic town which has disappeared. In such cases surviving areas and buildings should bear sufficient testimony to the former whole.

Historic centres and historic areas should be listed only where they contain a large number of ancient buildings of monumental importance which provide a direct indication of the characteristic features of a town of exceptional interest. Nominations of several isolated and unrelated buildings which allegedly represent, in themselves, a town whose urban fabric has ceased to be discernible, should not be encouraged.

However, nominations could be made regarding properties that occupy a limited space but have had a major influence on the history of town planning. In such cases, the nomination should make it clear that it is the monumental group that is to be listed and that the town is mentioned only incidentally as the place where the property is located. Similarly, if a building of clearly Outstanding Universal Value is located in severely degraded or insufficiently representative urban surroundings, it should, of course, be listed without any special reference to the town.

(iii) New towns of the twentieth century

It is difficult to assess the quality of new towns of the twentieth century. History alone will tell which of them will best serve as examples of contemporary town planning. The examination of the files on these towns should be deferred, save under exceptional circumstances.

Under present conditions, preference should be given to the inscription in the World Heritage List of small or medium-sized urban areas which are in a position to manage any potential growth, rather than

the great metropolises, on which sufficiently complete information and documentation cannot readily be provided that would serve as a satisfactory basis for their inscription in their entirety.

In view of the effects which the inscription of a town on the World Heritage List could have on its future, such entries should be exceptional. Inscription in the List implies that legislative and administrative measures have already been taken to ensure the protection of the group of buildings and its environment. Informed awareness on the part of the population concerned, without whose active participation any conservation scheme would be impractical, is also essential.

HERITAGE CANALS

16. The concept of “canals” is discussed in detail in the Report of the Expert Meeting on Heritage Canals (Canada, September 1994)²⁴.

Definition

17. A canal is a human-engineered waterway. It may be of Outstanding Universal Value from the point of view of history or technology, either intrinsically or as an exceptional example representative of this category of cultural property. The canal may be a monumental work, the defining feature of a linear cultural landscape, or an integral component of a complex cultural landscape.

Inscription of Heritage Canals on the World Heritage List

18. Authenticity depends holistically upon values and the relationships between these values. One distinctive feature of the canal as a heritage element is its evolution over time. This is linked to how it was used during different periods and the associated technological changes the canal underwent. The extent of these changes may constitute a heritage element.
19. The authenticity and historical interpretation of a canal encompass the connection between the real property (subject of the *Convention*), possible movable property (boats, temporary navigation items) and the associated structures (bridges, etc) and landscape.
20. The significance of canals can be examined under technological, economic, social, and landscape factors as outlined below:

(i) Technology

Canals can serve a variety of purposes: irrigation, navigation, defence, water-power, flood mitigation, land-drainage and water-supply. The following are areas of technology which may be of significance:

- a) The lining and waterproofing of the water channel;
- b) The engineering structures of the line with reference to comparative structural features in other areas of architecture and technology;
- c) The development of the sophistication of construction methods; and
- d) The transfer of technologies.

(ii) Economy

Canals contribute to the economy in a variety of ways, e.g. in terms of economic development and the conveyance of goods and people. Canals were the first man-made routes for the effective carriage of bulk cargoes. Canals played and continue to play a key role in economic development through their use for irrigation. The following factors are important:

²⁴ Expert meeting on "Heritage Canals" (Canada, 15-19 September 1994) (see document *WHC-94/CONF.003/INF.10*) discussed by the World Heritage Committee at its 19th session (Berlin, Germany, 1995) (see document *WHC-95/CONF.203/16*).

- a) Nation building;
- b) Agricultural development;
- c) Industrial development;
- d) Generation of wealth;
- e) Development of engineering skills applied to other areas and industries; and
- f) Tourism.

(iii) Social Factors

The building of canals had, and their operation continues to have, social consequences:

- a) The redistribution of wealth with social and cultural results; and
- b) The movement of people and the interaction of cultural groups.

(iv) Landscape

Such large-scale engineering works had and continue to have an impact on the natural landscape. Related industrial activity and changing settlement patterns cause visible changes to landscape forms and patterns.

HERITAGE ROUTES

21. The concept of “routes” or cultural itineraries was discussed by the expert meeting on “Routes as a Part of our Cultural Heritage” (Madrid, Spain, November 1994)²⁵.

Definition

22. The concept of heritage routes is shown to be a rich and fertile one, offering a privileged framework in which mutual understanding, a plural approach to history and a culture of peace can all operate.
23. A heritage route is composed of tangible elements of which the cultural significance comes from exchanges and a multi-dimensional dialogue across countries or regions, and that illustrate the interaction of movement, along the route, in space and time.

Inscription of Heritage Routes on the World Heritage List

24. The following points should be considered when determining whether a heritage route is suitable for inscription on the World Heritage List:
- (i) The requirement to hold Outstanding Universal Value should be recalled.
 - (ii) The concept of heritage routes:
 - is based on the dynamics of movement and the idea of **exchanges**, with **continuity** in space and time;
 - refers to a **whole**, where the route has a worth over and above the sum of the elements making it up and through which it gains its cultural significance;
 - highlights exchange and dialogue **between countries or between regions**;

²⁵ Expert Meeting on “Routes as part of Our Cultural Heritage” (Madrid, 24-25 November 1994) (see document WHC-94/CONF.003/INF.13) discussed by the World Heritage Committee at its 19th session (Berlin, 1995) (see document WHC-95/CONF.203/16).

- is **multi-dimensional**, with different aspects developing and adding to its prime purpose which may be religious, commercial, administrative or otherwise.
- (iii) A heritage route may be considered as a specific, dynamic type of cultural landscape, just as recent debates have led to their acceptance within the *Operational Guidelines*.
- (iv) The identification of a heritage route is based on a collection of strengths and tangible elements, testimony to the significance of the route itself.
- (v) The conditions of authenticity are to be applied on the grounds of its significance and other elements making up the heritage route. It will take into account the duration of the route, and perhaps how often it is used nowadays, as well as the legitimate wishes for development of peoples affected.

These points will be considered within the natural framework of the route and its intangible and symbolic dimensions.

II. REPORTS OF REGIONAL AND THEMATIC EXPERT MEETINGS

25. The World Heritage Committee, in the framework of the Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List has requested a number of regional and thematic expert meetings on different types of properties. The results of these meetings may guide States Parties in preparing nominations. The reports of the expert meetings presented to the World Heritage Committee are available at <https://whc.unesco.org/en/globalstrategy>

III. THEMATIC AND COMPARATIVE STUDIES BY THE ADVISORY BODIES

26. To fulfil their obligations concerning evaluations of nominations of cultural and natural properties, the Advisory Bodies have undertaken comparative and thematic studies, often with partner organizations, in different subject areas in order to provide a context for their evaluations.

These reports, most of which are available on their respective Web addresses, include:

Earth's Geological History - A Contextual Framework for Assessment of World Heritage Fossil Site Nominations (September 1996)

International Canal Monuments List (1996)
<http://www.icomos.org/studies/canals-toc.htm>

World Heritage Bridges (1996)
<http://www.icomos.org/studies/bridges.htm>

A Global Overview of Forest Protected Areas on the World Heritage List (September 1997)
<http://www.unep-wcmc.org/wh/reviews/forests/>

A Global Overview of Wetland and Marine Protected Areas on the World Heritage List (September 1997)
<http://www.unep-wcmc.org/wh/reviews/wetlands/>

Human Use of World Heritage Natural Sites (September 1997)
<http://www.unep-wcmc.org/wh/reviews/human/>

Fossil Hominid Sites (1997)
<http://www.icomos.org/studies/hominid.htm>

The Urban Architectural Heritage of Latin America (1998)
<http://www.icomos.org/studies/latin-towns.htm>

Les Théâtres et les Amphithéâtres antiques (1999)
<http://www.icomos.org/studies/theatres.htm>

Railways as World Heritage Sites (1999)
<http://www.icomos.org/studies/railways.htm>

A Global Overview of Protected Areas on the World Heritage List of Particular Importance for
Biodiversity (November 2000)
<http://www.unep-wcmc.org/wh/reviews/>

Les villages ouvriers comme éléments du patrimoine de l'industrie (2001)
<http://www.icomos.org/studies/villages-ouvriers.htm>

A Global Strategy for Geological World Heritage (February 2002)

Rock-Art Sites of Southern Africa (2002)
<http://www.icomos.org/studies/sarockart.htm>



AUTHENTICITY IN RELATION TO THE WORLD HERITAGE CONVENTION

INTRODUCTION

This Annex reproduces the Nara Document on Authenticity, drafted by the 45 participants to the Nara Conference on Authenticity in Relation to the *World Heritage Convention*, held at Nara, Japan, from 1-6 November 1994. The Nara Conference was organized in cooperation with UNESCO, ICCROM and ICOMOS.

The World Heritage Committee examined the report of the Nara meeting on Authenticity at its 18th session (Phuket, Thailand, 1994) (see document WHC-94/CONF.003/16).

Subsequent expert meetings have enriched the concept of authenticity in relation to the *World Heritage Convention* (see Bibliography of the *Operational Guidelines*).

I. THE NARA DOCUMENT ON AUTHENTICITY

Preamble

1. *We, the experts assembled in Nara (Japan), wish to acknowledge the generous spirit and intellectual courage of the Japanese authorities in providing a timely forum in which we could challenge conventional thinking in the conservation field, and debate ways and means of broadening our horizons to bring greater respect for cultural and heritage diversity to conservation practice.*
2. *We also wish to acknowledge the value of the framework for discussion provided by the World Heritage Committee's desire to apply the test of authenticity in ways which accord full respect to the social and cultural values of all societies, in examining the outstanding universal value of cultural properties proposed for the World Heritage List.*
3. *The Nara Document on Authenticity is conceived in the spirit of the Charter of Venice, 1964, and builds on it and extends it in response to the expanding scope of cultural heritage concerns and interests in our contemporary world.*
4. *In a world that is increasingly subject to the forces of globalization and homogenization, and in a world in which the search for cultural identity is sometimes pursued through aggressive nationalism and the suppression of the cultures of minorities, the essential contribution made by the consideration of authenticity in conservation practice is to clarify and illuminate the collective memory of humanity.*

Cultural Diversity and Heritage Diversity

5. *The diversity of cultures and heritage in our world is an irreplaceable source of spiritual and intellectual richness for all humankind. The protection and enhancement of cultural and heritage diversity in our world should be actively promoted as an essential aspect of human development.*
6. *Cultural heritage diversity exists in time and space, and demands respect for other cultures and all aspects of their belief systems. In cases where cultural values appear to be in conflict, respect for cultural diversity demands acknowledgment of the legitimacy of the cultural values of all parties.*
7. *All cultures and societies are rooted in the particular forms and means of tangible and intangible expression which constitute their heritage, and these should be respected.*
8. *It is important to underline a fundamental principle of UNESCO, to the effect that the cultural heritage of each is the cultural heritage of all. Responsibility for cultural heritage and the management of it*

belongs, in the first place, to the cultural community that has generated it, and subsequently to that which cares for it. However, in addition to these responsibilities, adherence to the international charters and conventions developed for conservation of cultural heritage also obliges consideration of the principles and responsibilities flowing from them. Balancing their own requirements with those of other cultural communities is, for each community, highly desirable, provided achieving this balance does not undermine their fundamental cultural values.

Values and authenticity

9. *Conservation of cultural heritage in all its forms and historical periods is rooted in the values attributed to the heritage. Our ability to understand these values depends, in part, on the degree to which information sources about these values may be understood as credible or truthful. Knowledge and understanding of these sources of information, in relation to original and subsequent characteristics of the cultural heritage, and their meaning, is a requisite basis for assessing all aspects of authenticity.*
10. *Authenticity, considered in this way and affirmed in the Charter of Venice, appears as the essential qualifying factor concerning values. The understanding of authenticity plays a fundamental role in all scientific studies of the cultural heritage, in conservation and restoration planning, as well as within the inscription procedures used for the World Heritage Convention and other cultural heritage inventories.*
11. *All judgements about values attributed to cultural properties as well as the credibility of related information sources may differ from culture to culture, and even within the same culture. It is thus not possible to base judgements of values and authenticity within fixed criteria. On the contrary, the respect due to all cultures requires that heritage properties must be considered and judged within the cultural contexts to which they belong.*
12. *Therefore, it is of the highest importance and urgency that, within each culture, recognition be accorded to the specific nature of its heritage values and the credibility and truthfulness of related information sources.*
13. *Depending on the nature of the cultural heritage, its cultural context, and its evolution through time, authenticity judgements may be linked to the worth of a great variety of sources of information. Aspects of the sources may include form and design, materials and substance, use and function, traditions and techniques, location and setting, and spirit and feeling, and other internal and external factors. The use of these sources permits elaboration of the specific artistic, historic, social, and scientific dimensions of the cultural heritage being examined.*

Appendix 1: Suggestions for follow-up

1. *Respect for cultural and heritage diversity requires conscious efforts to avoid imposing mechanistic formulae or standardized procedures in attempting to define or determine authenticity of particular monuments and sites.*
2. *Efforts to determine authenticity in a manner respectful of cultures and heritage diversity requires approaches which encourage cultures to develop analytical processes and tools specific to their nature and needs. Such approaches may have several aspects in common:*
 - *efforts to ensure assessment of authenticity involve multidisciplinary collaboration and the appropriate utilisation of all available expertise and knowledge;*
 - *efforts to ensure attributed values are truly representative of a culture and the diversity of its interests, in particular monuments and sites;*
 - *efforts to document clearly the particular nature of authenticity for monuments and sites as a practical guide to future treatment and monitoring;*
 - *efforts to update authenticity assessments in light of changing values and circumstances.*
3. *Particularly important are efforts to ensure that attributed values are respected, and that their determination included efforts to build, as far as possible, a multidisciplinary and community consensus concerning these values.*
4. *Approaches should also build on and facilitate international co-operation among all those with an interest in conservation of cultural heritage, in order to improve global respect and understanding for the diverse expressions and values of each culture.*
5. *Continuation and extension of this dialogue to the various regions and cultures of the world is a prerequisite to increasing the practical value of consideration of authenticity in the conservation of the common heritage of humankind.*
6. *Increasing awareness within the public of this fundamental dimension of heritage is an absolute necessity in order to arrive at concrete measures for safeguarding the vestiges of the past. This means developing greater understanding of the values represented by the cultural properties themselves, as well as respecting the role such monuments and sites play in contemporary society.*

Appendix 2: Definitions

Conservation: all efforts designed to understand cultural heritage, know its history and meaning, ensure its material safeguard and, as required, its presentation, restoration and enhancement. (Cultural heritage is understood to include monuments, groups of buildings and sites of cultural value as defined in Article 1 of the World Heritage Convention).

Information sources: all material, written, oral and figurative sources which make it possible to know the nature, specifications, meaning and history of the cultural heritage.

II. CHRONOLOGICAL BIBLIOGRAPHY - ON AUTHENTICITY

Publications which preceded the Nara meeting and which helped prepare the ground for the authenticity discussion which took place in Nara:

Larsen, Knut Einar, *A note on the authenticity of historic timber buildings with particular reference to Japan*, Occasional Papers for the World Heritage Convention, ICOMOS, December 1992.

Larsen, Knut Einar, *Authenticity and Reconstruction: Architectural Preservation in Japan*, Norwegian Institute of Technology, Vols. 1-2, 1993.

Preparatory meeting for the Nara Meeting, held in Bergen, Norway, 31 January - 1 February 1994:

Larsen, Knut Einar and Marstein, Nils (ed.), *Conference on authenticity in relation to the World Heritage Convention Preparatory workshop*, Bergen, Norway, 31 January - 2 February 1994, Tapir Forlag, Trondheim 1994.

The Nara meeting, 1-6 November 1994, Nara, Japan:

Larsen, Knut Einar with an editorial group (Jokilehto, Lemaire, Masuda, Marstein, Stovel), *Nara conference on authenticity in relation to the World Heritage Convention. Conférence de Nara sur l'authenticité dans le cadre de la Convention du Patrimoine Mondial*. Nara, Japan, 1-6 November 1994, Proceedings published by UNESCO - World Heritage Centre, Agency for Cultural Affairs of Japan, ICCROM and ICOMOS, 1994.

The Nara meeting brought together 45 experts from 26 countries and international organizations from around the world. Their papers are contained in the volume cited above, as is the Nara document prepared in a working group of 12 meeting participants and edited by Raymond Lemaire and Herb Stovel. This volume of Proceedings invites members of ICOMOS and others to extend the discussions of the Nara Document issues to other regions of the world.

Significant post-Nara regional meetings (as of January 2005):

Authenticity and Monitoring, October 17-22, 1995, Cesky Krumlov, Czech Republic, ICOMOS European Conference, 1995.

The European ICOMOS Conference of 17-22 October, 1995 which took place in Cesky Krumlov, Czech Republic brought together 18 European members of ICOMOS to present national views of the application of authenticity concepts from 14 countries. A synthesis of presentations affirmed the importance of authenticity within the analytical processes we apply to conservation problems as a means of assuring truthful, sincere and honest approaches to conservation problems, and gave emphasis to strengthening the notion of dynamic conservation in order to apply authenticity analysis appropriately to cultural landscapes and urban settings.

Interamerican symposium on authenticity in the conservation and management of the cultural heritage, US/ICOMOS, The Getty Conservation Institute, San Antonio, Texas 1996.

This Authenticity meeting which took place in San Antonio, Texas, USA in March 1996, brought together participants from ICOMOS national committees of North, Central and South America to debate the application of the concepts of Nara. The meeting adopted the *Declaration of San Antonio*, which discussed the relationship between authenticity and identity, history, materials, social value, dynamic and static sites, stewardship and economics, and contained recommendations extending “proofs” of authenticity to include *reflection of its true value, integrity, context, identity, use and function*, as well as recommendations pertinent to different typologies of sites.

Saouma-Forero, Galia, (edited by), *Authenticity and integrity in an African context: expert meeting, Great Zimbabwe*, Zimbabwe, 26-29 May 2000, UNESCO - World Heritage Centre, Paris 2001.

The Great Zimbabwe meeting organised by the World Heritage Centre (26-29 May 2000) focused attention on both authenticity and integrity in an African context. Eighteen speakers looked at issues arising in

management of both cultural and natural heritage properties. The meeting resulted in the publication cited above, which includes a set of recommendations coming from meeting participants. Among recommendations were suggestions to include *management systems, language, and other forms of intangible heritage* among attributes expressing authenticity, and an emphasis given to the place of local communities in the sustainable heritage management process.

Reconstruction discussions in the context of the World Heritage Convention (as of January 2005):

The Riga Charter on authenticity and historical reconstruction in relationship to cultural heritage adopted by regional conference, Riga, 24 October 2000, Latvian National Commission for UNESCO - World Heritage Centre, ICCROM.

Incerti Medici, Elena and Stovel, Herb, *Authenticity and historical reconstruction in relationship with cultural heritage, regional conference, Riga, Latvia, October 23-24 2000: summary report*, UNESCO - World Heritage Centre, Paris, ICCROM, Rome 2001.

Stovel, Herb, *The Riga Charter on authenticity and historical reconstruction in relationship to cultural heritage, Riga, Latvia, October 2000*, in *Conservation and management of archaeological sites*, Vol. 4, n. 4, 2001.

Alternatives to historical reconstruction in the World Heritage Cities, Tallinn, 16-18 May 2002, Tallinn Cultural Heritage Department, Estonia National Commission for UNESCO, Estonia National Heritage Board.



FORMAT FOR THE NOMINATION OF PROPERTIES FOR INSCRIPTION ON THE WORLD HERITAGE LIST

**This Format must be used for all nominations
submitted after 2 February 2005**

- The Nomination Format is available at <https://whc.unesco.org/en/nominationform>
- Further guidance on the preparation of nominations can be found in Section III of the *Operational Guidelines*
- The original signed version of the completed Nomination Format should be sent in English or French to
UNESCO World Heritage Centre
7, place de Fontenoy
75352 Paris 07 SP
France
Telephone: +33 (0) 1 4568 1136
E-mail: wh-nominations@unesco.org

Executive Summary

This information, to be provided by the State Party, will be updated by the Secretariat following the decision by the World Heritage Committee. It will then be returned to the State Party confirming the basis on which the property is inscribed on the World Heritage List.

State Party	
State, Province or Region	
Name of Property	
Geographical coordinates to the nearest second	
Textual description of the boundary(ies) of the nominated property	
A4 or A3 size map(s) of the nominated property, showing boundaries and buffer zone (if present)	Attach A4 or A3 size map(s) which should be the reduced size version of the original copies of topographic or cadastral maps showing the nominated property and buffer zone (if present) at the largest scale available included or annexed to the nomination.
Criteria under which property is nominated (itemize criteria) (see Paragraph 77 of the <i>Operational Guidelines</i>)	
Draft Statement of Outstanding Universal Value (text should clarify what is considered to be the Outstanding Universal Value embodied by the nominated property, approximately 1-2 page format)	According to the paragraph 155, the Statement of Outstanding Universal Value should be composed of: a) Brief synthesis b) Justification for Criteria c) Statement of Integrity (for all properties) d) Statement of authenticity for properties nominated under criteria (i) to (vi) e) Requirements for protection and management See format in Annex 10
Name and contact information of official local institution/agency	Organization: Address: Tel: Fax: E-mail: Web address:

Properties for inscription on the World Heritage List

Note: In preparing the nomination, States Parties should use this format but delete the explanatory notes.

NOMINATION FORMAT		EXPLANATORY NOTES
1. Identification of the Property		Together with Section 2, this is the most important section in the nomination. It must make clear to the Committee precisely where the property is located and how it is geographically defined. In the case of serial nominations, insert a table that shows the name of the component part, region (if different for different components), coordinates, area and buffer zone. Other fields could also be added (page reference or map number, etc.) that differentiate the several components.
1.a Country (and State Party if different)		
1.b State, Province or Region		
1.c Name of Property		This is the official name of the property that will appear in published material about World Heritage. It should be concise. Do not exceed 200 characters, including spaces and punctuation. In the case of serial nominations (see Paragraphs 137 -139 of the <i>Operational Guidelines</i>), give a name for the ensemble (e.g., <i>Baroque Churches of the Philippines</i>). Do not include the name of the components of a serial nomination, which should be included in a table as part of 1.d and 1.f.
1.d Geographical coordinates to the nearest second		In this space provide the latitude and longitude coordinates (to the nearest second) or UTM coordinates (to the nearest 10 metres) of a point at the approximate centre of the nominated property. Do not use other coordinate systems. If in doubt, please consult the Secretariat. In the case of serial nominations, provide a table showing the name of each component part, its region (or nearest town as appropriate), and the coordinates of its centre point. Coordinate format examples: N 45° 06' 05" W 15° 37' 56" or UTM Zone 18 Easting: 545670 Northing: 4586750

Id n°	Name of the component part	Region(s) / District(s)	Coordinates of the Central Point	Area of Nominated component of the Property (ha)	Area of the Buffer Zone (ha)	Map N°
001						
002						
003						
004						
Etc.						
Total area (in hectares)				ha	ha	

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
1.e Maps and plans, showing the boundaries of the nominated property and buffer zone	Annex to the nomination, and list below with scales and dates: (i) Original copies of topographic maps showing the property nominated, at the largest scale available which shows the entire property. The boundaries of the nominated property and buffer zone should be clearly marked. The boundaries of zones of special legal protection from which the property benefits should be recorded on maps to be included under the protection and management section of the nomination text. Multiple maps may be necessary for serial nominations (see table in 1.d). The maps provided should be at the largest available and practical scale to allow the identification of topographic elements such as neighbouring settlements, buildings and routes in order to allow the clear assessment of the impact of any proposed development within, adjacent to, or on the boundary line. The choice of the adequate scale is essential to clearly show the boundaries of the proposed site and shall be in relation to the category of site that is proposed for inscription: cultural sites would require cadastral maps, while natural sites or cultural landscapes would require topographic maps (normally 1:25 000 to 1:50 000 scale). Utmost care is needed with the width of boundary lines on maps, as thick boundary lines may make the actual boundary of the property ambiguous. Maps may be obtained from the addresses shown at https://whc.unesco.org/en/mapagencies. All maps should be capable of being geo-referenced, with a minimum of three points on opposite sides of the maps with complete sets of coordinates. The maps, untrimmed, should show scale, orientation, projection, datum, property name and date. If possible, maps should be sent rolled and not folded. Geographic Information in digital form is encouraged if possible, suitable for incorporation into a GIS (Geographic Information System), however, this may not substitute the submission of printed maps. In this case the delineation of the boundaries (nominated property and buffer zone) should be presented in vector form, prepared at the largest scale possible. The State Party is invited to contact the Secretariat for further information concerning this option. (ii) A Location Map showing the location of the property within the State Party, (iii) Plans and specially prepared maps of the property showing individual features are helpful and may also be annexed. To facilitate copying and presentation to the Advisory Bodies and the World Heritage Committee A4 (or “letter”) size reduction and a digital image file of the principal maps should also be included in the nomination text if possible. Where no buffer zone is proposed, the nomination must include a statement as to why a buffer zone is not required for the proper protection of the nominated property.

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
1.f Area of nominated property (ha.) and proposed buffer zone (ha.) Area of nominated property: _____ ha Buffer zone _____ ha Total _____ ha	In the case of serial nominations (see Paragraphs 137-140 of the <i>Operational Guidelines</i>), insert a table that shows the name of the component part, region (if different for different components), coordinates, area and buffer zone. The serial nomination table should also be used to show the size of the separate nominated areas and of the buffer zone(s).
2. Description	
2.a Description of Property	This section should begin with a description of the nominated property at the date of nomination. It should refer to all the significant features of the property. In the case of a cultural property this section will include a description of whatever elements make the property culturally significant. It could include a description of any building or buildings and their architectural style, date of construction, materials, etc. This section should also describe important aspects of the setting such as gardens, parks etc. For a rock art site, for example, the description should refer to the rock art as well as the surrounding landscapes. In the case of an historic town or district, it is not necessary to describe each individual building, but important public buildings should be described individually and an account should be given of the planning or layout of the area, its street pattern and so on. In the case of a natural property the account should deal with important physical attributes, geology, habitats, species and population size, and other significant ecological features and processes. Species lists should be provided where practicable, and the presence of threatened or endemic taxa should be highlighted. The extent and methods of exploitation of natural resources should be described. In the case of cultural landscapes, it will be necessary to produce a description under all the matters mentioned above. Special attention should be paid to the interaction of people and nature. The entire nominated property identified in section 1 (Identification of the Property) should be described. In the case of serial nominations (see Paragraphs 137-140 of the <i>Operational Guidelines</i>), each of the component parts should be separately described.
2.b History and Development	Describe how the property has reached its present form and condition and the significant changes that it has undergone, including recent conservation history. This should include some account of construction phases in the case of monuments, sites, buildings or groups of buildings. Where there have been major changes, demolitions or rebuilding since completion they should also be described. In the case of a natural property, the account should cover significant events in history or pre-history that have affected the evolution of the property and give an account of its interaction with humankind. This will include changes in the use of the property and its natural resources for hunting, fishing or agriculture, or changes brought about by climatic change, floods, earthquake or other natural causes.

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
	Such information will also be required in the case of cultural landscapes, where all aspects of the history of human activity in the area needs to be covered.
3. Justification for Inscription²⁶	The justification should be set out under the following sections. This section must make clear why the property is considered to be of “Outstanding Universal Value”. The whole of this section of the nomination should be written with careful reference to the requirements of the <i>Operational Guidelines</i>. It should not include detailed descriptive material about the property or its management, which are addressed in other sections, but should convey the key aspects that are relevant to the definition of the Outstanding Universal Value of the property.
3.1.a Brief synthesis	The brief synthesis should comprise (i) a summary of factual information and (ii) a summary of qualities. The summary of factual information sets out the geographical and historical context and the main features. The summary of qualities should present to decision-makers and the general public the potential Outstanding Universal Value that needs to be sustained, and should also include a summary of the attributes that convey its potential Outstanding Universal Value, and need to be protected, managed and monitored. The summary should relate to all stated criteria in order to justify the nomination. The brief synthesis thus encapsulates the whole rationale for the nomination and proposed inscription.
3.1.b Criteria under which inscription is proposed (and justification for inscription under these criteria)	See Paragraph 77 of the <i>Operational Guidelines</i>. Provide a separate justification for each criterion cited. State briefly how the property meets those criteria under which it has been nominated (where necessary, make reference to the “description” and “comparative analysis” sections of the nomination, but do not duplicate the text of these sections) and describe for each criterion the relevant attributes.
3.1. c Statement of Integrity	The statement of integrity should demonstrate that the property fulfils the conditions of integrity set out in Section II.D of the <i>Operational Guidelines</i>, which describe these conditions in greater detail. The <i>Operational Guidelines</i> set out the need to assess the extent to which the property: • includes all elements necessary to express its Outstanding Universal Value; • is of adequate size to ensure the complete representation of the features and processes which convey the property’s significance; • suffers from adverse effects of development and/or neglect (Paragraph 88). The <i>Operational Guidelines</i> provide specific guidance in relation to the various World Heritage criteria, which is important to understand (Paragraphs 89–95).

²⁶ See also paragraphs 132 and 133.

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
3.1.d Statement of Authenticity (for nominations made under criteria (i) to (vi))	The statement of authenticity should demonstrate that the property fulfils the conditions of authenticity set out in Section II.D of the <i>Operational Guidelines</i>, which describe these conditions in greater detail. This section should summarise information that may be included in more detail in section 4 of the nomination (and possibly in other sections), and should not reproduce the level of detail included in those sections. Authenticity only applies to cultural properties and to the cultural aspects of ‘mixed’ properties. The <i>Operational Guidelines</i> state that ‘properties may be understood to meet the conditions of authenticity if their cultural values (as recognized in the nomination criteria proposed) are truthfully and credibly expressed through a variety of attributes’ (Paragraph 82). The <i>Operational Guidelines</i> suggest that the following types of attributes might be considered as conveying or expressing Outstanding Universal Value: • form and design; • materials and substance; • use and function; • traditions, techniques and management systems; • location and setting; • language and other forms of intangible heritage; • spirit and feeling; and • other internal/external factors.
3.1.e Protection and management requirements	This section should set out how the requirements for protection and management will be met, in order to ensure that the Outstanding Universal Value of the property is maintained over time. It should include both details of an overall framework for protection and management, and the identification of specific long term expectations for the protection of the property. This section should summarise information that may be included in more detail in section 5 of the nomination document (and also potentially in sections 4 and 6), and should not reproduce the level of detail included in those sections. The text in this section should first outline the framework for protection and management. This should include the necessary protection mechanisms, management systems and/or management plans (whether currently in place or in need of establishment) that will protect and conserve the attributes that carry Outstanding Universal Value, and address the threats to and vulnerabilities of the property. These could include the presence of strong and effective legal protection, a clearly documented management system, including relationships with key stakeholders or user groups, adequate staff and financial resources, key requirements for presentation (where relevant), and effective and responsive monitoring. Secondly this section needs to acknowledge any long-term challenges for the protection and management of the property and state how addressing these will be a long-term strategy. It will be relevant to refer to the most significant threats to the property, and to vulnerabilities and negative changes in authenticity and/or integrity that have been highlighted, and to set out how protection and

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
	management will address these vulnerabilities and threats and mitigate any adverse changes. As an official statement, recognised by the World Heritage Committee, this section of the Statement of Outstanding Universal Value should convey the most important commitments that the State Party is making for the long-term protection and management of the property.
3.2 Comparative Analysis	The property should be compared to similar properties, whether on the World Heritage List or not. The comparison should outline the similarities the nominated property has with other properties and the reasons that make the nominated property stand out. The comparative analysis should aim to explain the importance of the nominated property both in its national and international context (see Paragraph 132). The purpose of the comparative analysis is to show that there is room on the List using existing thematic studies and, in the case of serial properties, the justification for the selection of the component parts.
3.3 Proposed Statement of Outstanding Universal Value	A Statement of Outstanding Universal Value is the official statement adopted by the World Heritage Committee at the time of inscription of a property on the World Heritage List. When the World Heritage Committee agrees to inscribe a property on the World Heritage List, it also agrees on a Statement of Outstanding Universal Value that encapsulates why the property is considered to be of Outstanding Universal Value, how it satisfies the relevant criteria, the conditions of integrity and (for cultural properties) authenticity, and how it meets the requirements for protection and management in order to sustain Outstanding Universal Value in the long-term. Statements of Outstanding Universal Value should be concise and are set out in a standard format. They should help to raise awareness regarding the value of the property, guide the assessment of its state of conservation and inform protection and management. Once adopted by the Committee, the Statement of Outstanding Universal Value is displayed at the property and on the UNESCO World Heritage Centre's website. The main sections of a Statement of Outstanding Universal Value are the following: a) Brief synthesis b) Justification for Criteria c) Statement of Integrity (for all properties) d) Statement of authenticity for properties nominated under criteria (i) to (vi) e) Requirements for protection and management
4. State of Conservation and factors affecting the Property	
4.a Present state of conservation	The information presented in this section constitutes the base-line data necessary to monitor the state of conservation of the nominated property in the future. Information should be provided in this section on the physical condition of the property, any threats to the Outstanding Universal Value of the property and conservation measures at the property (see Paragraph 132). For example, in a historic town or area, buildings, monuments or other structures needing major or minor repair works, should be indicated as

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
	well as the scale and duration of any recent or forthcoming major repair projects. In the case of a natural property, data on species trends or the integrity of eco-systems should be provided. This is important because the nomination will be used in future years for purposes of comparison to trace changes in the condition of the property. For the indicators and statistical benchmarks used to monitor the state of conservation of the property see section 6 below.
4.b Factors affecting the property	This section should provide information on all the factors which are likely to affect or threaten the Outstanding Universal Value of a property. It should also describe any difficulties that may be encountered in addressing such problems. Not all the factors suggested in this section are appropriate for all properties. They are indicative and are intended to assist the State Party to identify the factors that are relevant to each specific property.
(i) Development Pressures (e.g., encroachment, adaptation, agriculture, mining)	Itemize types of development pressures affecting the property, e.g., pressure for demolition, rebuilding or new construction; the adaptation of existing buildings for new uses which would harm their authenticity or integrity; habitat modification or destruction following encroaching agriculture, forestry or grazing, or through poorly managed tourism or other uses; inappropriate or unsustainable natural resource exploitation; damage caused by mining; the introduction of exotic species likely to disrupt natural ecological processes, creating new centres of population on or near properties so as to harm them or their settings.
(ii) Environmental pressures (e.g., pollution, climate change, desertification)	List and summarize major sources of environmental deterioration affecting building fabric, flora and fauna.
(iii) Natural disasters and risk preparedness (earthquakes, floods, fires, etc.)	Itemize those disasters which present a foreseeable threat to the property and what steps have been taken to draw up contingency plans for dealing with them, whether by physical protection measures or staff training.
(iv) Responsible visitation at World Heritage sites	Provide the status of visitation to the property (notably available baseline data; patterns of use, including concentrations of activity in parts of the property; and activities planned in the future). Describe projected levels of visitation due to inscription or other factors. Define the carrying-capacity of the property and how its management could be enhanced to meet the current or expected visitor numbers and related development pressure without adverse effects. Consider possible forms of deterioration of the property due to visitor pressure and behaviour including those affecting its intangible attributes.

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
(v) Number of inhabitants within the property and the buffer zone Estimated population located within: Area of nominated property _____ Buffer zone _____ Total _____ Year _____	Give the best available statistics or estimate of the number of inhabitants living within the nominated property and any buffer zone. Indicate the year this estimate or count was made.
5. Protection and Management of the Property	This section of the nomination is intended to provide a clear picture of the legislative, regulatory, contractual, planning, institutional and/ or traditional measures (see Paragraph 132 of the <i>Operational Guidelines</i>) and the management plan or other management system (Paragraphs 108 to 118 of the <i>Operational Guidelines</i>) that is in place to protect and manage the property as required by the <i>World Heritage Convention</i>. It should deal with policy aspects, legal status and protective measures and with the practicalities of day-to-day administration and management.
5.a Ownership	Indicate the major categories of land ownership (including State, Provincial, private, community, traditional, customary and non-governmental ownership, etc.).
5.b Protective designation	List the relevant legal, regulatory, contractual, planning, institutional and/ or traditional status of the property: For example, national or provincial park; historic monument, protected area under national law or custom; or other designation. Provide the year of designation and the legislative act(s) under which the status is provided. If the document cannot be provided in English or French, an English or French executive summary should be provided highlighting the key provisions.
5.c Means of implementing protective measures.	Describe how the protection afforded by its legal, regulatory, contractual, planning, institutional and/ or traditional status indicated in section 5.b. actually works.
5.d Existing plans related to municipality and region in which the proposed property is located (e.g., regional or local plan, conservation plan, tourism development plan)	List the agreed plans which have been adopted with the date and agency responsible for preparation. The relevant provisions should be summarized in this section. A copy of the plan should be included as an attached document as indicated in section 7.b. If the plans exist only in a language other than English or French, an English or French executive summary should be provided highlighting the key provisions.
5.e Property management plan or other management system	As noted in Paragraphs 132 of the <i>Operational Guidelines</i>, an appropriate management plan or other management system is essential and shall be provided in the nomination. Assurances of the effective implementation of the management plan or other management system are also expected. Sustainable development principles should be integrated into the management system.

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
	A copy of the management plan or documentation of the management system shall be annexed to the nomination, in English or French as indicated in section 7.b. If the management plan exists only in a language other than English or French, an English or French detailed description of its provisions shall be annexed. Give the title, date and author of management plans annexed to this nomination. A detailed analysis or explanation of the management plan or a documented management system shall be provided. A timetable for the implementation of the management plan is recommended.
5.f Sources and levels of finance	Show the sources and level of funding which are available to the property on an annual basis. An estimate could also be given of the adequacy or otherwise of resources available, in particular identifying any gaps or deficiencies or any areas where assistance may be required.
5.g Sources of expertise and training in conservation and management techniques	Indicate the expertise and training which are available from national authorities or other organizations to the property.
5.h Visitor facilities and infrastructure	The section should describe the inclusive facilities available on site for visitors and demonstrate that they are appropriate in relation to the protection and management requirements of the property. It should set out how the facilities and services will provide effective and inclusive presentation of the property to meet the needs of visitors, including in relation to the provision of safe and appropriate access to the property. The section should consider visitor facilities that may include interpretation/explanation (signage, trails, notices or publications, guides); museum/exhibition devoted to the property, visitor or interpretation centre; and/or potential use of digital technologies and services (overnight accommodation; restaurant; car parking; lavatories; search and rescue; etc.)
5.i Policies and programmes related to the presentation and promotion of the property	This section refers to Articles 4 and 5 of the <i>Convention</i> regarding the presentation and transmission to future generations of the cultural and natural heritage. States Parties are encouraged to provide information on the policies and programmes for the presentation and promotion of the nominated property.
5.j Staffing levels and expertise (professional, technical, maintenance)	Indicate the skills and qualifications available needed for the good management of the property, including in relation to visitation and future training needs.
6. Monitoring	This section of the nomination is intended to provide the evidence for the state of conservation of the property which can be reviewed and reported on regularly so as to give an indication of trends over time.
6.a Key indicators for measuring state of conservation	List in table form those key indicators that have been chosen as the measure of the state of conservation of the whole property (see section 4.a above). Indicate the periodicity of the review of these indicators and the location where the records are kept. They could be representative of an important aspect of the property and relate as closely as possible to the Statement of Outstanding Universal Value (see section 2.b above). Where possible they could be expressed numerically and where this is not possible they could be of a kind

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
	which can be repeated, for example by taking a photograph from the same point. Examples of good indicators are the: (i) number of species, or population of a keystone species on a natural property; (ii) percentage of buildings requiring major repair in a historic town or district; (iii) number of years estimated to elapse before a major conservation programme is likely to be completed; (iv) stability or degree of movement in a particular building or element of a building; (v) rate at which encroachment of any kind on a property has increased or diminished.

Indicator	Periodicity	Location of Records

NOMINATION FORMAT		EXPLANATORY NOTES
6.b	Administrative arrangements for monitoring property	Give the name and contact information of the agency(ies) responsible for the monitoring referenced in 6.a.
6.c	Results of previous reporting exercises	List, with a brief summary, earlier reports on the state of conservation of the property and provide extracts and references to published sources (for example, reports submitted in compliance with international agreements and programmes, e.g., Ramsar, MAB).
7.	Documentation	This section of the nomination is the check-list of the documentation which shall be provided to make up a complete nomination.
7.a	Photographs and audiovisual image inventory and authorization form	States Parties shall provide a sufficient number of recent images (prints, slides and, where possible, electronic formats, videos and aerial photographs) to give a good general picture of the property. Slides shall be in 35mm format and electronic images in jpg format at a minimum of 300 dpi (dots per inch) resolution. If film material is provided, Beta SP format is recommended for quality assurances. This material shall be accompanied by the image inventory and photograph and audiovisual authorization form as set out below. At least one photograph that may be used on the public web page illustrating the property shall be included. States Parties are encouraged to grant to UNESCO, in written form and free of charge, the non exclusive cession of rights to diffuse, to communicate to the public, to publish, to reproduce, to exploit, in any form and on any support, including digital, all or part of the images provided and license these rights to third parties. The non exclusive cession of rights does not impinge upon intellectual property rights (rights of the photographer / director of the video or copyright owner if different) and that when the images are distributed by UNESCO a credit to the photographer / director of the video is always given, if clearly provided in the form. All possible profits deriving from such cession of rights will go to the World Heritage Fund.

PHOTOGRAPHS AND AUDIOVISUAL IMAGE INVENTORY AND AUTHORIZATION FORM

Id. No	Format (slide/print/video)	Caption	Date of Photo (mo/yr)	Photographer/Director of the video	Copyright owner (if different than photographer/director of video)	Contact details of copyright owner (Name, address, tel/fax, and e-mail)	Non exclusive cession of rights

NOMINATION FORMAT	EXPLANATORY NOTES
7.b Texts relating to protective designation, copies of property management plans or documented management systems and extracts of other plans relevant to the property	Attach the texts as indicated in sections 5.b, 5.d and 5.e above.
7.c Form and date of most recent records or inventory of property	Provide a straightforward statement giving the form and date of the most recent records or inventory of the property. Only records that are still available should be described.
7.d Address where inventory, records and archives are held	Give the name and address of the agencies holding inventory records (buildings, monuments, flora or fauna species).
7.e Bibliography	List the principal published references, using standard bibliographic format.
8. Contact Information of responsible authorities	This section of the nomination will allow the Secretariat to provide the property with current information about World Heritage news and other issues.
8.a Preparer Name: Title: Address: City, Province/State, Country: Tel: Fax: E-mail:	Provide the name, address and other contact information of the individual responsible for preparing the nomination, including an e-mail address.
8.b Official Local Institution/Agency	Provide the name of the agency, museum, institution, community or manager locally responsible for the management of the property. If the normal reporting institution is a national agency, please provide that contact information.
8.c Other Local Institutions	List the full name, address, telephone, fax and e-mail addresses of all museums, visitor centres and official tourism offices who should receive the free <i>World Heritage Newsletter</i> about events and issues related to World Heritage.
8.d Official Website http:// Contact name: E-mail:	Please provide any existing official website of the nominated property. Indicate if such website are planned for the future with the contact name and e-mail address.
9. Signature on behalf of the State Party	The nomination should conclude with the signature of the official empowered to sign it on behalf of the State Party.



EVALUATION PROCEDURES OF THE ADVISORY BODIES FOR NOMINATIONS

This Annex includes:

- A. THE ICOMOS PROCEDURE FOR THE EVALUATION OF CULTURAL PROPERTIES
- B. THE IUCN PROCEDURE FOR THE EVALUATION OF NATURAL PROPERTIES
- C. ADVISORY BODY COLLABORATION - PROCEDURE FOR THE EVALUATION OF CULTURAL AND NATURAL PROPERTIES AND OF CULTURAL LANDSCAPES

For further information please also refer to Paragraphs 143-151 of the *Operational Guidelines*.

A. THE ICOMOS PROCEDURE FOR THE EVALUATION OF CULTURAL PROPERTIES

In carrying out its evaluation of nominations of cultural properties ICOMOS (the International Council of Monuments and Sites) is guided by the *Operational Guidelines*; (see Paragraph 148).

Once new nominations have been checked for completeness by the UNESCO World Heritage Centre, the nomination dossiers that are deemed as complete are delivered to ICOMOS, where they are handled by the ICOMOS World Heritage Unit. From this point, dialogue and consultation with the nominating States Parties may begin and will continue throughout the evaluation process. ICOMOS will use its best endeavours to allocate its available resources equitably, efficiently and effectively to maximise the opportunity for dialogue with all nominating States Parties.

The ICOMOS evaluation process involves the following stages as illustrated in figure 1:

1. Requests for further information

When it has identified that further information or clarification of existing information is needed, ICOMOS starts a dialogue with States Parties in order to explore ways to meet the needs. This may involve letters, face-to face meetings, teleconferences or other forms of communication as agreed between ICOMOS and the State Party concerned.

2. Desk Reviews

Each nomination is assessed by up to ten experts who are knowledgeable about the property in its geo-cultural context and who advise on the proposed “Outstanding Universal Value” of the nominated property. This is essentially a “library” exercise undertaken by specialist academics within the membership of ICOMOS, its National and International Committees, or by individuals within many other specialist networks or institutions with which it is linked.

3. On site missions

These are carried out by experts who have practical experience of the management, conservation, and authenticity aspects of individual properties. The process of selecting these experts makes full use of the ICOMOS network. The advice of International Scientific Committees and individual members is sought, as is that of specialist bodies with whom ICOMOS has partnership agreements, such as The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), the International Federation of Landscape Architects (IFLA), and the International Committee for the Documentation and Conservation of Monuments and Sites of the Modern Movement (DoCoMoMo).

In selecting experts to carry out on-site missions, the policy of ICOMOS is wherever possible to choose someone from the region in which the nominated property is located. Such experts are required to be experienced in heritage management and conservation of the type of property concerned: they are not necessarily high academic experts. They are expected to be able to talk to site managers on a basis of professional equality and to make informed assessments of management plans, conservation practices, visitor handling, etc. They are provided with detailed briefings, which include copies of the relevant information from the dossiers. The dates and programmes of their visits are agreed in consultation with States Parties, who are requested to ensure that ICOMOS evaluation missions are given a low profile so far as the media are concerned. ICOMOS experts submit their reports in confidence on practical aspects of the properties concerned, and may also comment in their reports on other aspects of the nomination.

3bis. Other sources of information

Other relevant institutions, such as UNESCO Chairs, universities and research institutes may also be consulted during the evaluation process, and listed, as appropriate, in the evaluation report.

4. Review by the ICOMOS Panel

The ICOMOS World Heritage Panel comprises individual ICOMOS members who collectively represent all regions of the world and possess a wide range of relevant cultural heritage skills and experience. Some of these members serve on the Panel for a fixed term while others are appointed for one year only according to the characteristics of the nominated properties to be examined. ICOMOS will include within its Panel membership some experts who have past experience as members of States Parties delegations, but who are no longer serving as members of the World Heritage Committee. These experts will serve in a personal and professional capacity.

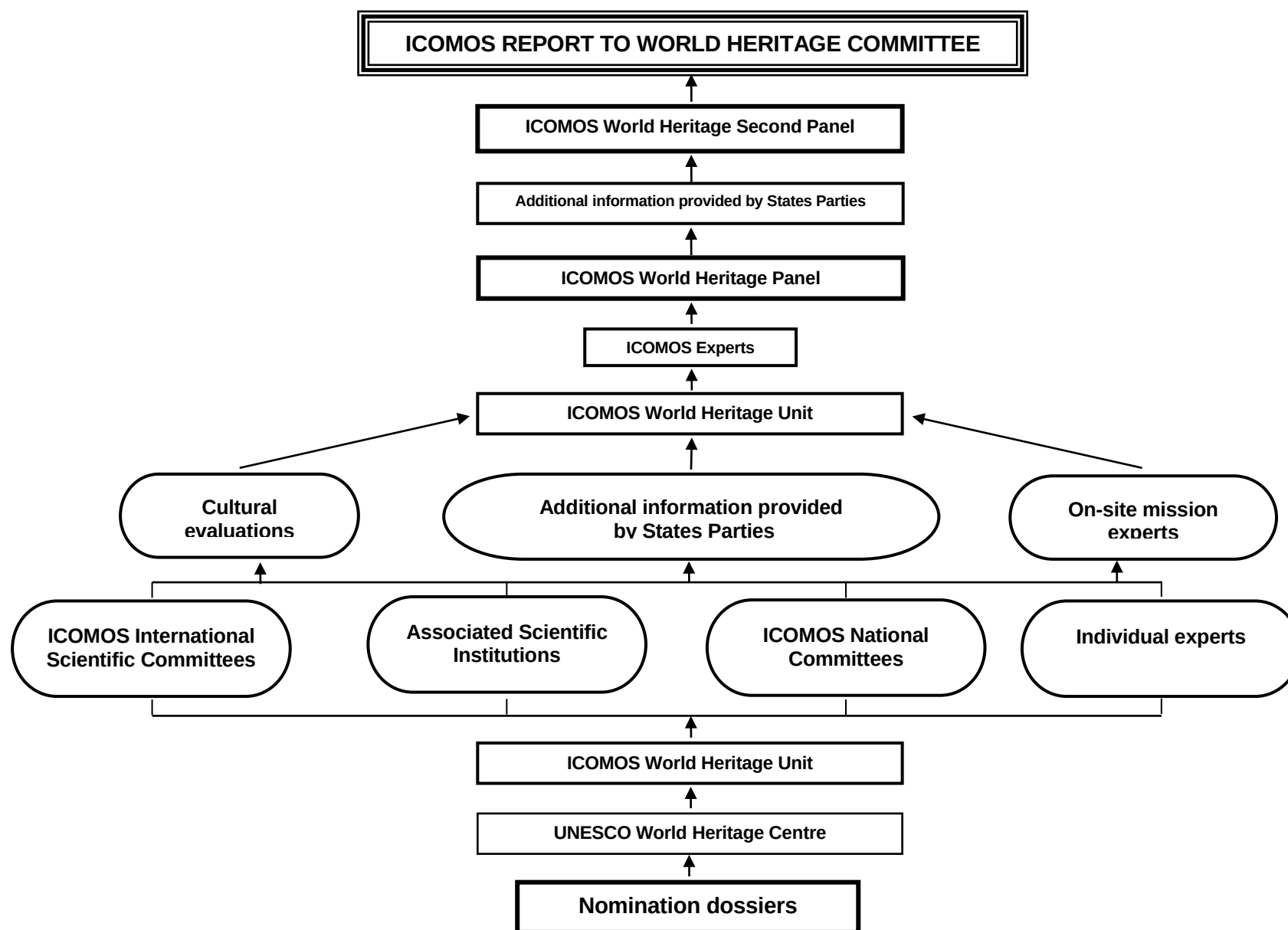
The Panel meets twice, first in December and then in March. At the first meeting, the Panel evaluates each nomination, based on the reports of Desk experts and of the site missions.

The Panel aims to reach its recommendations on nominations by consensus.

The first Panel may come to final collective recommendations on some nominations while for others further dialogue with States Parties may be agreed related to the need for more information or the need for adjustments to the approach of the nomination. In cases where the Panel has concluded that the nomination has no potential to justify Outstanding Universal Value, ICOMOS will contact States Parties at this stage. A short interim report for each nomination, in one of the two working languages of the Convention, outlining the status and any issues relevant to the evaluation process, and any further requests for supplementary information, will be provided in January to the nominating States Parties and copied to the World Heritage Centre for distribution to the Chair of the World Heritage Committee.

The second Panel undertakes further evaluation of nominations for which a recommendation has not yet been reached based on the receipt of further information or the outcome of dialogue with States Parties. The Panel then agrees the remaining collective recommendations. Following the second Panel meeting, the text of all evaluations is finalised and sent to the World Heritage Centre for distribution to States Parties. The names and qualifications of the members of the Panel are then provided to the World Heritage Centre and published on the ICOMOS web site.

The ICOMOS evaluations provide an assessment of Outstanding Universal Value, including the applicability of the criteria and the requirements of integrity and authenticity, assessment of the adequacy of legislative protection, management, and the state of conservation, and finally draft recommendations to the World Heritage Committee with respect to inscription.



B. THE IUCN PROCEDURE FOR THE EVALUATION OF NATURAL PROPERTIES

1. In carrying out its evaluation of nominations of natural properties, IUCN (the International Union for Conservation of Nature) is guided by the *Operational Guidelines* (see Paragraph 148). The evaluation process (see Figure 2) involves five elements:
 - (i) **Data Assembly.** Following receipt of the nomination dossier from the World Heritage Centre, a standardised analysis is compiled on the property using the World Database on Protected Areas and other IUCN global databases and thematic studies. This may include comparative analyses on biodiversity values undertaken in partnership with the UNEP World Conservation Monitoring Centre (UNEP-WCMC). Key findings of data analysis are the subject of dialogue with the State Party during the evaluation mission, and at other stages of the process.
 - (ii) **External Review.** The nomination is sent for desk review to independent experts knowledgeable about the property and/or the values that are the subject of the nomination, who are primarily members of IUCN's specialist Commissions and networks, or expert members of partner organisations of IUCN. The documents used to guide IUCN desk reviews are publicly available on the IUCN website: www.iucn.org/worldheritage.
 - (iii) **Evaluation mission to the property.** One or two appropriately qualified IUCN experts visit each nominated property to clarify details about the area, to evaluate site management and to discuss the nomination with relevant authorities and stakeholders. IUCN experts, selected for their global perspective on conservation and natural history as well as their knowledge of the Convention, are usually experienced members of the IUCN World Commission on Protected Areas. (This field inspection is undertaken jointly with ICOMOS in certain situations - see Part C below). The format of IUCN field evaluation mission reports is publicly available on the IUCN website: www.iucn.org/worldheritage.
 - (iv) **Other sources of information.** IUCN also consults additional literature and may receive comments from local NGOs, communities, indigenous peoples and other interested parties in the nomination. Where relevant IUCN will also coordinate with other international conservation instruments such as the Ramsar Convention, the Man and Biosphere Programme and the Global Geoparks Network, and will consult with universities and research institutes as appropriate.
 - (v) **IUCN World Heritage Panel Review.** The IUCN World Heritage Panel is established by the Director General of IUCN to provide high quality and independent technical and scientific advice to IUCN on its work as an Advisory Body to the World Heritage Committee and strategic advice to IUCN's work on World Heritage throughout the IUCN Programme. Specific Tasks of the World Heritage Panel are to conduct a rigorous evaluation of all nominations of natural and mixed properties to the World Heritage List, leading to a panel recommendation on the IUCN position in relation to each new nomination, in line with the requirements established in the Operational Guidelines of the World Heritage Convention. The Panel also provides comment where relevant to ICOMOS in relation to nominations of cultural landscapes to the World Heritage List. The Panel normally meets at least twice in the evaluation process, once in December (year 1) and a second meeting in March/April (year 2);

The members of the Panel comprise senior IUCN staff, IUCN Commission members and external experts selected for their high level of experience and recognised leading expertise and knowledge relevant to IUCN's work on World Heritage, including a balance of particular thematic and/or regional perspectives. It includes some experts who have past experience as members of State Party delegations, but are not current serving members of the World Heritage Committee. These experts will serve in a personal and professional capacity. The IUCN World Heritage Panel reviews all field evaluation reports (and normally hears direct feedback from the mission team), reviewers' comments, the UNEP-WCMC and other analyses and all other background material before finalising the text of the IUCN evaluation report for each nominated property. The membership, terms of reference and working methods of the IUCN World

Heritage Panel are publicly available on the IUCN website, and are provided to the World Heritage Committee.

Each evaluation report presents a concise summary of the proposed Outstanding Universal Value of the property nominated, a global comparative analysis with other similar sites (including both World Heritage properties and other protected areas) and a review of integrity and management issues. It concludes with the assessment of the applicability of the criteria, and a clear recommendation to the World Heritage Committee. The names of all experts involved in the evaluation process are included in the final evaluation report, except in the case of reviewers who have provided confidential reviews.

IUCN undertakes dialogue with the nominating States Party/ies at all stages of the nomination process. IUCN will use its best endeavours to allocate its available resources equitably, efficiently and effectively, to maximise the opportunities for dialogue with all nominating States Parties. Dialogue starts early in the evaluation process and intensifies after the meeting of the IUCN World Heritage Panel in December, and includes the following:

- i) Prior to the evaluation mission, IUCN may request additional information on questions in the nomination document that require clarification, and will always contact the State Party to prepare for the evaluation mission.
- ii) During the evaluation mission the IUCN mission team is able to undertake in-depth discussions on site with representatives of the State Party and with stakeholders.
- iii) After the evaluation mission, IUCN may discuss issues that have been identified by the mission team, and request further information from the State Party as required.
- iv) After IUCN's first World Heritage Panel meeting, normally held in December, IUCN will discuss issues raised by the Panel, and request further information from the State Party as required. A short interim report outlining the status, and any issues relevant to the evaluation, and detailing any requests for supplementary information, in one of the two working languages of the Convention, is sent to the nominating State Party/ies, and copied to the World Heritage Centre, for transmission to the Chairperson of the World Heritage Committee. Dialogue and consultation takes place either through teleconference and/or face-to-face meetings, as mutually agreed.

IUCN takes into account in its evaluation all information that is officially submitted by the State Party in writing to the World Heritage Centre by the specified deadline (see paragraph 148 of the Operational Guidelines). However, at all of the above stages any stakeholder in the nomination is also at liberty to contact IUCN to provide information if they wish.

IUCN also always considers fully all past decisions of the World Heritage Committee relevant to the nomination, such as in cases of nominations that have been previously referred or deferred by the Committee, or where the Committee has taken any position in relation to issues of policy.

In the case of renominations, extensions and boundary modifications to an existing World Heritage property, IUCN also considers all matters regarding the state of conservation of that property that have been previously reported to the World Heritage Committee. IUCN may also consider bringing to the attention of the Committee, through the state of conservation reporting process, any significant matters regarding the state of conservation of that property, when such are identified for the first time during the evaluation process.

Biogeographic classification systems as a basis for comparison

2. In the evaluations, IUCN uses biogeographic classification systems such as Udvardy's "Biogeographical Provinces of the World" (1975) and the more recent terrestrial, freshwater and marine ecoregions of the world as a central element of its approach to the global comparative analysis. These systems provide an

objective means of comparing nominated properties with sites of similar climatic and ecological conditions.

3. It is stressed, however, that these biogeographical classification systems are used as a measure for comparison only and do not imply that World Heritage properties are to be selected solely on this basis, nor that the representation of all such classification systems is the basis for the selection process. The guiding principle is that World Heritage properties must be of Outstanding Universal Value.

Systems to identify priority areas for conservation

4. IUCN also uses systems which identify priority areas for conservation such as the World Wide Fund for Nature's (WWF) Global 200 Ecoregions, WWF/IUCN's Centres of Plant Diversity, Conservation International's Biodiversity Hotspots and High-Biodiversity Wilderness Areas, Birdlife International's Endemic Bird Areas and Important Bird Areas, and other Key Biodiversity Areas such as Alliance for Zero Extinction sites. These systems provide additional information on the significance of the nominated properties for biodiversity conservation; however it is not assumed that all such sites should be included on the World Heritage List. The guiding principle is that World Heritage properties must be of Outstanding Universal Value.

Systems to evaluate properties for earth science value

5. In evaluating properties which have been nominated for their geological value, IUCN consults with a range of specialised organisations such as the UNESCO Earth Sciences Division, International Association of Geomorphologists, the International Union of Speleology and the International Union of Geological Sciences (IUGS).

Additional reference publications used in the evaluation process

6. The evaluation process also includes consideration of key reference publications on the world's protected areas published by IUCN and a range of international conservation organisations. These documents together provide system-wide overviews which allow comparison of the conservation importance of protected areas throughout the world. IUCN has also undertaken a range of thematic studies to identify gaps in natural World Heritage coverage and properties of World Heritage potential. These can be viewed on the IUCN website at www.iucn.org/worldheritage.

IUCN also draws upon references specific to the nominated properties in order to gain insights into site values and conservation issues.

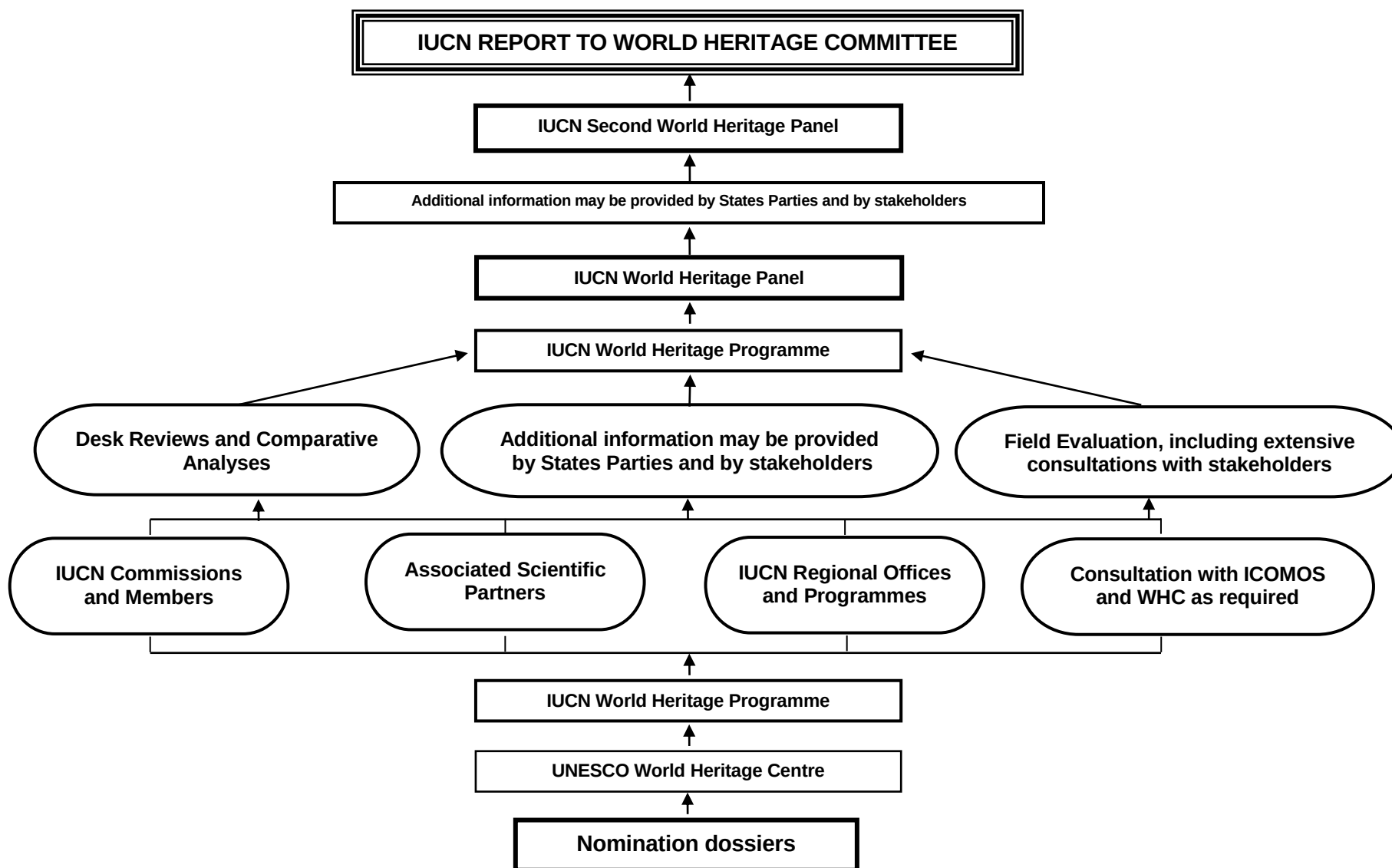
Evaluation of Cultural Landscapes (see also Annex 3)

7. IUCN has an interest in many cultural properties, especially those nominated as cultural landscapes. For that reason, it will on occasion participate in joint field inspections to nominated cultural landscapes with ICOMOS (see Part C below).
8. In accordance with the natural qualities of certain cultural landscapes identified in Annex 3, Paragraph 11, IUCN's evaluation is concerned with the following factors:
 - (i) Conservation of natural and semi-natural systems, and of wild species of fauna and flora
 - (ii) Conservation of biodiversity within sustainable use systems (farming, traditional fisheries, forestry);
 - (iii) Sustainable land and water use;
 - (iv) Enhancement of scenic beauty;
 - (v) Ex-situ collections, such as botanic gardens or arboreta;
 - (vi) Outstanding examples of humanity's inter-relationship with nature;
 - (vii) Historically significant discoveries

The following table sets each of the above list in the context of the categories of cultural landscapes in Annex 3, thereby indicating where each consideration is most likely to occur (the absence of a consideration does not mean that it will *never* occur, only that this is unlikely):

Cultural Landscape type (see also Annex 3)	Natural considerations most likely to be relevant (see Paragraph 16 above)						
Designed landscape					(v)		
Organically evolving landscape - continuous	(i)	(ii)	(iii)	(iv)			
Organically evolving landscape - fossil	(i)					(vi)	
Associative landscape							(vii)

FIGURE 2: SUMMARY OF IUCN EVALUATION PROCEDURE



C. ADVISORY BODY COLLABORATION

Nominations of mixed properties

1. Properties that are nominated under both natural and cultural criteria entail a joint IUCN and ICOMOS mission to the nominated property. Following the mission, IUCN and ICOMOS prepare separate evaluation reports of the property under the relevant criteria (see above), and harmonise and coordinate their evaluations to the extent possible.

Cultural Landscapes

2. Properties nominated as Cultural Landscapes are evaluated by ICOMOS under criteria (i) - (vi) (see Paragraph 77 of the *Operational Guidelines*). IUCN may provide advice when relevant on the natural values and the conservation and management of the nominated property, and addresses any questions that are raised by ICOMOS. In some cases, a joint mission is required.

Linkages between nature and culture

3. As most properties nominated to the World Heritage List include aspects of management related to the interaction of nature and culture, IUCN and ICOMOS, to the extent possible, discuss any such interactions during their evaluation processes.



FORMAT FOR PERIODIC REPORTING ON THE APPLICATION OF THE WORLD HERITAGE CONVENTION

- The Format for Periodic Reporting is available at <https://whc.unesco.org/en/periodicreporting>
- Further guidance on Periodic Reporting can be found in Section V of the *Operational Guidelines*
- In order to facilitate management of information, States Parties are requested to submit reports, in English or French, in electronic as well as in printed form to :
UNESCO World Heritage Centre
7, place de Fontenoy
75352 Paris 07 SP
France
E-mail through: <https://whc.unesco.org/en/contacts>

FORMAT

PERIODIC REPORTING ON THE APPLICATION OF THE WORLD HERITAGE CONVENTION

This Annex presents an outline of the Periodic Reporting questionnaire. The full questionnaire can be accessed at <https://whc.unesco.org/en/periodicreporting/>.

General Requirements

- Information should be as precise, specific and concise as possible. It should be quantified where possible and fully referenced. Opportunities for comment are provided in each chapter.
- Expressions of opinion should be supported by reference to the authority on which they are made and the verifiable facts which support them.

SECTION I: APPLICATION OF THE WORLD HERITAGE CONVENTION BY THE STATE PARTY

Section I requests that the State Party provide information or validate existing information on the legislative and administrative provisions which they have adopted and other actions which they have taken for the application of this *Convention*, together with details of the experience acquired in this field (Article 29.1 of the *World Heritage Convention*).

1. INTRODUCTION

Chapter 1 lists the name of the State Party and the year of ratification or acceptance of the *Convention* and seeks information on the groups and institutions involved in the preparation of Section I of the report.

2. SYNERGIES WITH OTHER CONVENTIONS, PROGRAMMES AND RECOMMENDATIONS FOR THE CONSERVATION OF THE NATURAL AND CULTURAL HERITAGE

Chapter 2 aims to gather information on existing and potential synergies between Multilateral Environmental Agreements, as well as other UNESCO conventions, programmes, and recommendations. The State Party is also invited to provide information on the extent to which it has implemented relevant policies adopted by the World Heritage Committee.

3. TENTATIVE LIST

Chapter 3 aims to gather information on the process of preparing the tentative list, the tools and guidance used, potential synergies with other conventions of properties on the tentative list as well as the sustainability of the process in line with the World Heritage and Sustainable Development Policy (2015).

4. NOMINATIONS

Chapter 4 aims to gather information on the process of nominating properties for inscription on the World Heritage List, the tools and guidance used, as well as the sustainability of the process in line with the World Heritage and Sustainable Development Policy (2015).

5. GENERAL POLICY DEVELOPMENT

Chapter 5 aims to gather information on the legal framework for the protection, conservation and presentation of the cultural and/or natural heritage and its effectiveness.

6. INVENTORIES/LISTS/REGISTERS OF CULTURAL AND NATURAL HERITAGE

Chapter 6 aims to gather information on the status of inventories/lists/registers of cultural and natural heritage of national significance and the processes used to compile them.

7. STATUS OF SERVICES FOR PROTECTION, CONSERVATION AND PRESENTATION

Chapter 7 aims to gather information on services within the territories of the State Party for the identification, protection, conservation and presentation of the cultural and natural heritage and on cooperation between the stakeholders involved.

8. FINANCIAL STATUS AND HUMAN RESOURCES

Chapter 8 aims to gather information on the availability and adequacy of financial resources for the conservation and protection of cultural and natural heritage.

9. CAPACITY DEVELOPMENT

Chapter 9 aims to gather information on capacity building in heritage conservation, protection, presentation and management, in line with World Heritage Capacity Building Strategy (2011).

10. POLICY AND RESOURCING OF WORLD HERITAGE PROPERTIES

Chapter 10 aims to gather information on specific legislation, policies and measures for the protection, conservation, presentation and management of World Heritage.

11. INTERNATIONAL COOPERATION AND FUNDRAISING

Chapter 11 aims to gather information on the cooperation with other States Parties in the field of cultural and natural heritage.

12. EDUCATION, INFORMATION AND AWARENESS BUILDING

Chapter 12 aims to gather information on steps taken to raise the awareness of decision-makers, property owners and the general public, and in particular the youth, about the protection and conservation of cultural and natural heritage.

13. CONCLUSIONS AND RECOMMENDED ACTIONS

Chapter 13 automatically generates the main conclusions under each of the items of Section I based on the answers provided in the questionnaire. States Parties should also provide information about the actions they have taken regarding their implementation of the *World Heritage Convention*.

14. GOOD PRACTICES IN THE IMPLEMENTATION OF THE WORLD HERITAGE CONVENTION

Chapter 14 offers the opportunity to provide an example of a good practice in World Heritage protection, identification, conservation or management implemented at national level.

15. ASSESSMENT OF THE PERIODIC REPORTING EXERCISE

Chapter 15 assesses the format, content and process of the Periodic Reporting exercise, including the degree to which it meets the objectives of Periodic Reporting, how the data generated is used and the training and guidance available to respondents.

SECTION II: STATE OF CONSERVATION OF SPECIFIC WORLD HERITAGE PROPERTIES

Section II gathers information on the implementation of the *Convention* at site-level and must be completed for each individual World Heritage property. The preparation of this report should involve those who are responsible for the day-to-day management of the property. For transboundary properties, it is recommended that reports be prepared jointly by or with close collaboration between the agencies concerned.

1. WORLD HERITAGE PROPERTY DATA

Chapter 1 requires that information be provided or existing information validated with regards to the basic data of the property (name, year of inscription, geographic coordinates, maps, social media presence), and also gathers information on the organizations or entities involved in the preparation of Section I of the report.

2. OTHER CONVENTIONS/PROGRAMMES UNDER WHICH THE WORLD HERITAGE PROPERTY IS PROTECTED

Chapter 2 gathers information relating to synergies with other conventions and programmes (UNESCO and others) relevant to the property and on the extent of cooperation and integration existing between these conventions and programmes (where applicable).

3. STATEMENT OF OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE AND DEFINING OF ATTRIBUTES

Chapter 3 gathers information on the attributes of Outstanding Universal Value (OUV), their current condition and the trend in that condition since the last cycle of Periodic Reporting.

4. FACTORS AFFECTING THE PROPERTY

Chapter 4 gathers information on the range of factors that are currently affecting or have strong potential to affect the property, both positively and negatively.

5. PROTECTION AND MANAGEMENT OF THE PROPERTY

Chapter 5 gathers information on practical issues of management, and the effectiveness of protection, management and monitoring of the property and its Outstanding Universal Value.

6. FINANCIAL AND HUMAN RESOURCES

Chapter 6 gathers information on the sources of funding available, the adequacy of budget for management needs, as well as the availability of human resources and levels of capacity building at the property.

7. SCIENTIFIC STUDIES AND RESEARCH PROJECTS

Chapter 7 gathers information on the adequacy of available knowledge (both scientific and traditional) regarding the values and attributes of the World Heritage property and the existence of research programmes directed towards management needs and/or the improvement of the understanding of the Outstanding Universal Value.

8. EDUCATION, INFORMATION AND AWARENESS BUILDING

Chapter 8 gathers information on the existence and effectiveness of heritage education and awareness programmes at the property as well as general services dedicated to education, information, interpretation and awareness building.

9. VISITOR MANAGEMENT

Chapter 9 gathers information on tourism activities and visitor management at the property.

10. MONITORING

Chapter 10 gathers information on the existence of monitoring programmes and indicators for the property as well as on the implementation of property-related Committee Decisions (where applicable).

11. IDENTIFICATION OF PRIORITY MANAGEMENT NEEDS

Chapter 11 automatically lists all the management needs requiring further action which have been highlighted in this Section of the Periodic Report.

12. SUMMARY AND CONCLUSIONS

Chapter 12 highlights the most important positive and negative factors (up to ten of each) which have been highlighted in this Section of the Periodic Report.

13. IMPACT OF WORLD HERITAGE STATUS

Chapter 13 gathers information regarding the impact of World Heritage status in relation to various topics, with a particular focus on the World Heritage and Sustainable Development Policy (2015).

14. GOOD PRACTICES IN THE IMPLEMENTATION OF THE WORLD HERITAGE CONVENTION

Chapter 14 offers the opportunity to provide an example of a good practice in World Heritage protection, identification, conservation and preservation implemented at the property level.

15. ASSESSMENT OF THE PERIODIC REPORTING EXERCISE

Chapter 15 assesses the format, content and process of the Periodic Reporting exercise, including how the data generated is used and the training and guidance available to respondents.



INTERNATIONAL ASSISTANCE REQUEST FORM

- The International Assistance request form is available at:
<https://whc.unesco.org/en/intassistance>, and can be filled out online.
- Further guidance on International Assistance can be found in Section VII of the *Operational Guidelines*
- See attached Explanatory Notes on completing this Request form
- The original signed version of the completed International Assistance request form should be sent in English or French to:
UNESCO World Heritage Centre
7, place de Fontenoy
75352 Paris 07 SP
France

E-mail: wh-intassistance@unesco.org

1. STATE PARTY

2. TITLE OF PROJECT

3. TYPE OF ASSISTANCE

	<i>Emergency Assistance</i>	<i>Preparatory Assistance</i>	<i>Conservation and management</i>
Culture			
Nature			
Mixed			

4. PROJECT LOCATION:

a) Will the project be implemented at a World Heritage property?

☐ - yes ☐ - no

If yes, give the name of the property

b) Will the project include a field component?

☐ - yes ☐ - no

If yes, where and how?

c) If the project is being implemented at a World Heritage property, indicate whether it will also benefit other World Heritage properties, and if so, which ones and how?

**5. TIMEFRAME FOR THE IMPLEMENTATION OF THE PROJECT
(indicate whether estimated or fixed)**

Dates: _____

Duration: _____

6. THE PROJECT IS:

- ☐ - local
- ☐ - national
- ☐ - sub-regional involving a few States Parties from a region
- ☐ - regional involving most States Parties from a region
- ☐ - international involving States Parties from different regions

If the project is national, sub-regional, regional or international, please indicate the countries/properties which will participate/benefit from the project:

7. JUSTIFICATION OF THE PROJECT

- a) Explain why this project is needed
(for Emergency Assistance, please fill in item 8 below instead).

- b) List all supporting documents submitted, if applicable.

8. FOR EMERGENCY ASSISTANCE ONLY

- a) Describe the actual or potential threat/danger affecting the property

- b) Indicate how it might affect the property's Outstanding Universal Value

- c) Explain how the proposed project will address the threat/danger

9. OBJECTIVES OF THE PROJECT

Clearly set out the specific objectives of the project

10. EXPECTED RESULTS

- a) Clearly state the results expected from the project

- b) Define the indicators and means of verification which can be used to assess the achievements of these results:

<i>Expected Results</i>	<i>Indicators</i>	<i>Means of verification</i>

11. WORK PLAN (including specific activities and timetable)

<i>Activities</i>	<i>Timeframe (in months)</i>						
Activity							
Activity							
Activity							
Activity							

12. EVALUATION AND REPORTING

(to be submitted to the World Heritage Centre within three months after the project is completed)

13. PROFILES OF SPECIALISTS, TRAINERS, TECHNICIANS AND/OR SKILLED LABOUR, IF THE PROJECT FORESEES THE PARTICIPATION OF SUCH PEOPLE
 (if the identity of the specialists, trainers, technicians, and/or skilled labourers is already known, please state their names and include a brief CV if possible)

14. KEY TARGET AUDIENCES, INCLUDING PROFILES OF TRAINEES / PARTICIPANTS, IF THE PROJECT FORESEES THE PARTICIPATION OF SUCH PEOPLE

15. BUDGET BREAKDOWN

- a) Provide, in the following table (in United States dollars), a detailed breakdown of costs of the individual elements of the project including, if possible, unit costs and show how these will be shared between the different funding sources.

Items (choose items as applicable to the project)	Detail US\$ (for applicable items)	State Party Funds US\$	Amount requested to the World Heritage Fund US\$	Other sources US\$	Total US\$
Organization - venue - office expenses - secretarial assistance - translation - simultaneous interpretation - audiovisual equipment - other	US\$ __ / day for __ days = US\$ __ US\$ __ US\$ __ / day for __ days = US\$ __ US\$ __ / page for __ pages = US\$ __ US\$ __ / hour for __ hours = US\$ __ US\$ __ / day for __ days = US\$ __ US\$ __				
Personnel / consultancy service (fees) - international expert - national expert - coordinator - other	US\$ __ / week for __ weeks = US\$ __ US\$ __ / week for __ weeks = US\$ __ US\$ __ / week for __ weeks = US\$ __ US\$ __ / week for __ weeks = US\$ __				
Travel - international travel cost - domestic travel costs - other	US\$ __ US\$ __ US\$ __				
Daily subsistence allowance - accommodation - board	US\$ __ / day for __ persons = US\$ __ US\$ __ / day for __ persons = US\$ __				
Equipment 	US\$ __ / unit for __ units = US\$ __ / unit for __ units =				
Evaluation, Reporting and Publication - evaluation - reporting - editing, layout - printing - distribution - other	US\$ __ US\$ __ US\$ __ US\$ __ US\$ __ US\$ __				
Miscellaneous - visas - other	US\$ __ for __ participants = US\$ __ US\$ __				
TOTAL					

- b) Specify whether or not resources from the State Party or other sources are already available or when they are likely to become available.

16. IN KIND CONTRIBUTIONS FROM THE STATE PARTY AND OTHER AGENCIES

- a) National agency(ies)

- b) Other bi/multi-lateral organizations, donors, etc

17. AGENCY(IES) RESPONSIBLE FOR THE IMPLEMENTATION OF THE PROJECT

18. SIGNATURE ON BEHALF OF STATE PARTY

Full name _____

Title _____

Date _____

19. ANNEXES

_____ (number of annexes attached to the request)

EXPLANATORY NOTES

	INTERNATIONAL ASSISTANCE APPLICATION FORM	EXPLANATORY NOTES																																																																
1.	STATE PARTY	Name of the State Party presenting the International Assistance request																																																																
2.	TITLE OF THE PROJECT																																																																	
3.	TYPE OF ASSISTANCE <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Emergency Assistance</th> <th>Preparatory Assistance</th> <th>Conservation and Management*</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Culture</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nature</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mixed</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> * Please note that “Conservation and Management” now includes the previous categories : - Training, Research Assistance - Technical Cooperation - Assistance for education, information and awareness raising		Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management*	Culture				Nature				Mixed				See Paragraph 241 of the <i>Operational Guidelines</i> for details. Indicate the type of assistance you are requesting, as well as the type of heritage covered by the project. Please, tick only one box in the table. For example: - Training project on rock paintings: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Emergency Assistance</th> <th>Preparatory Assistance</th> <th>Conservation and Management</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Culture</td> <td></td> <td></td> <td>X</td> </tr> <tr> <td>Nature</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mixed</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> - Preparation of a nomination file for a mixed property: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Emergency Assistance</th> <th>Preparatory Assistance</th> <th>Conservation and Management</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Culture</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nature</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mixed</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> - Emergency assistance request following a tropical storm which affected a protected forest area: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Emergency Assistance</th> <th>Preparatory Assistance</th> <th>Conservation and Management</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Culture</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nature</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mixed</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management	Culture			X	Nature				Mixed					Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management	Culture				Nature				Mixed		X			Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management	Culture				Nature	X			Mixed			
	Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management*																																																															
Culture																																																																		
Nature																																																																		
Mixed																																																																		
	Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management																																																															
Culture			X																																																															
Nature																																																																		
Mixed																																																																		
	Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management																																																															
Culture																																																																		
Nature																																																																		
Mixed		X																																																																
	Emergency Assistance	Preparatory Assistance	Conservation and Management																																																															
Culture																																																																		
Nature	X																																																																	
Mixed																																																																		
4.	PROJECT LOCATION																																																																	

	a) Will the project be implemented at a World Heritage property? ☐ - yes ☐ - no If yes, give the name of the property b) Will the project include a field component? ☐ - yes ☐ - no If yes, where and how? c) If the project is being implemented at a World Heritage property, indicate whether it will also benefit other World Heritage properties, and if so which ones and how?	
5.	TIMEFRAME FOR THE IMPLEMENTATION OF THE PROJECT (indicate whether estimated or fixed)	Indicate the proposed starting date for the project as well as its duration.
6.	THE PROJECT IS: ☐ local ☐ national ☐ sub-regional involving a few States Parties from a region ☐ regional involving most States Parties from a region ☐ international involving States Parties from different regions If the project is national, sub-regional, regional or international, please indicate the countries/properties which will participate/benefit from the project.	If other countries benefit from the project, please state whether their support for the project has been obtained. Also note if a transboundary property is involved.
7.	JUSTIFICATION OF THE PROJECT	
	a) Explain why the project is needed (for Emergency Assistance, please fill in item 8 below <u>instead</u>)	Set out the problems or issues to be discussed/addressed. This should include, where appropriate, the degree of urgency of the activities to be undertaken where appropriate. If relevant, give details, in no more than 2 pages, of ascertained or potential threat to the property(ies). Explain how the project contributes to the implementation of:

		- decisions of the World Heritage Committee; - recommendations of international expert missions undertaken at the request of the Committee, Chairperson or UNESCO; - recommendations of the Advisory Bodies; - recommendations of UNESCO World Heritage Centre or other UNESCO Divisions; - management plans for the property; - recommendations from previous activities supported by the World Heritage Fund. Clearly indicate which documents you are referring to (World Heritage Committee's decision number, Mission dates, etc...)
	b) List all supporting documents submitted, if applicable.	Whenever possible, support the justification with documentary evidence, such as reports, photographs, slides, maps, etc...
8.	FOR EMERGENCY ASSISTANCE ONLY	
	a) Describe the actual or potential threat/danger affecting the property	Emergency Assistance funds will not be automatically granted after a major disaster has occurred. This type of assistance will be provided only in cases when an <u>imminent</u> danger related to a <u>natural or human-made</u> disaster is threatening the overall Outstanding Universal Value of a World Heritage property and its authenticity and/or integrity, to prevent or at least significantly mitigate its possible negative impact on the property. Emergency Assistance may also be provided to assess whether or not imminent danger is present, for example as a result of a major disaster. When, on the contrary, due to a disaster, a certain loss of heritage has already taken place, but there is no more imminent threat or risk that needs to be addressed as a matter of urgency, other forms of assistance would appear to be more appropriate (e.g. conservation and management assistance).
	b) Indicate how it might affect the property's Outstanding Universal Value	In establishing priorities for granting Emergency Assistance, consideration will be given to whether the threat/danger to be addressed has the potential, if not mitigated, to affect the Outstanding Universal Value of the

		World Heritage property and its authenticity and/or integrity.																					
	c) Explain how the proposed project will address the threat/danger	Proposals for funding under the Emergency Assistance programme should set out how the scope of the project and its activities will assess the threat/danger to the World Heritage property and show how it will be effectively mitigated.																					
9.	OBJECTIVE(S) OF THE PROJECT Clearly set out the specific objectives of the project	What are the objectives you want to achieve through the implementation of this particular project?																					
10.	EXPECTED RESULTS																						
	a) Clearly state the results expected from the project proposed.	The expected results should be concrete and measurable. Each expected result will be measured by a set of indicators (see Paragraph 10b).																					
	b) Define the indicators and means of verification which can be used to assess the achievements of these results: <table border="1" data-bbox="284 1021 818 1263"> <thead> <tr> <th><i>Expected Results</i></th><th><i>Indicators</i></th><th><i>Means of verification</i></th></tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>	<i>Expected Results</i>	<i>Indicators</i>	<i>Means of verification</i>										Indicators are used to measure the results achieved and to determine the progress towards the objective of the project. They are based on the expected results defined in Paragraph 10, and will serve as the base for the evaluation of the project after its completion. These indicators should be objective, measurable and expressed in quantifiable terms such as numeric values, or percentages. For example: Preparatory Assistance <i>Objective:</i> To prepare a complete nomination file for submission to the World Heritage Centre. <table border="1" data-bbox="863 1529 1398 2018"> <thead> <tr> <th>Expected Results</th><th>Indicators</th><th>Means of Verification</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>The completed nomination file submitted to the World Heritage Centre by 1 February 20xx.</td><td>• Nomination submitted by the deadline</td><td>• Postal record of sending the file • Report from WHC to the State Party</td></tr> <tr> <td>The completed management plan to be submitted</td><td>• Management plan submitted by the deadline</td><td>• Postal record of sending the file • Report from WHC to the State Party</td></tr> </tbody> </table>	Expected Results	Indicators	Means of Verification	The completed nomination file submitted to the World Heritage Centre by 1 February 20xx.	• Nomination submitted by the deadline	• Postal record of sending the file • Report from WHC to the State Party	The completed management plan to be submitted	• Management plan submitted by the deadline	• Postal record of sending the file • Report from WHC to the State Party
<i>Expected Results</i>	<i>Indicators</i>	<i>Means of verification</i>																					
Expected Results	Indicators	Means of Verification																					
The completed nomination file submitted to the World Heritage Centre by 1 February 20xx.	• Nomination submitted by the deadline	• Postal record of sending the file • Report from WHC to the State Party																					
The completed management plan to be submitted	• Management plan submitted by the deadline	• Postal record of sending the file • Report from WHC to the State Party																					

		<table border="1"> <tr> <td data-bbox="852 185 1023 315">along with the nomination file</td> <td data-bbox="1023 185 1217 315"></td> <td data-bbox="1217 185 1396 315"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="852 315 1023 607">The nomination file is judged complete by the World Heritage Centre and Advisory Bodies</td> <td data-bbox="1023 315 1217 607"> • Successful examination by the World Heritage Centre and Advisory Bodies for completeness </td> <td data-bbox="1217 315 1396 607"> • Letter from the World Heritage Centre to the State Party informing them the file is considered complete </td> </tr> </table>	along with the nomination file			The nomination file is judged complete by the World Heritage Centre and Advisory Bodies	• Successful examination by the World Heritage Centre and Advisory Bodies for completeness	• Letter from the World Heritage Centre to the State Party informing them the file is considered complete			
along with the nomination file											
The nomination file is judged complete by the World Heritage Centre and Advisory Bodies	• Successful examination by the World Heritage Centre and Advisory Bodies for completeness	• Letter from the World Heritage Centre to the State Party informing them the file is considered complete									
Emergency Assistance <i>Objective:</i> To stabilize the structure of a building that has just been damaged due to flooding or an earthquake. <table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="852 896 1023 999">Expected Results</th> <th data-bbox="1023 896 1217 999">Indicators</th> <th data-bbox="1217 896 1396 999">Means of Verification</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="852 999 1023 1379">The structure of the building would have been stabilized</td> <td data-bbox="1023 999 1217 1379"> • Emergency structural problems identified • Plans for emergency works finalized • Temporary stabilization measures carried out </td> <td data-bbox="1217 999 1396 1379"> • Report of a structural engineer on the emergency state of the structure • Costed proposal for emergency works to be carried out • Final report of the stabilization work implemented </td> </tr> <tr> <td data-bbox="852 1379 1023 1704">Plans for further conservation work would have been developed for future implementation</td> <td data-bbox="1023 1379 1217 1704"> • Overall structural analysis carried out • Costed plans for further necessary conservation work prepared </td> <td data-bbox="1217 1379 1396 1704"> • Report of a structural engineer on the overall state of conservation of the structure • Costed proposal for necessary conservation works to be carried out </td> </tr> </tbody> </table>			Expected Results	Indicators	Means of Verification	The structure of the building would have been stabilized	• Emergency structural problems identified • Plans for emergency works finalized • Temporary stabilization measures carried out	• Report of a structural engineer on the emergency state of the structure • Costed proposal for emergency works to be carried out • Final report of the stabilization work implemented	Plans for further conservation work would have been developed for future implementation	• Overall structural analysis carried out • Costed plans for further necessary conservation work prepared	• Report of a structural engineer on the overall state of conservation of the structure • Costed proposal for necessary conservation works to be carried out
Expected Results	Indicators	Means of Verification									
The structure of the building would have been stabilized	• Emergency structural problems identified • Plans for emergency works finalized • Temporary stabilization measures carried out	• Report of a structural engineer on the emergency state of the structure • Costed proposal for emergency works to be carried out • Final report of the stabilization work implemented									
Plans for further conservation work would have been developed for future implementation	• Overall structural analysis carried out • Costed plans for further necessary conservation work prepared	• Report of a structural engineer on the overall state of conservation of the structure • Costed proposal for necessary conservation works to be carried out									
Conservation and Management Assistance <i>Objective:</i> To improve management at a property inscribed on the World Heritage List with special attention to community involvement											

		Expected Results	Indicators	Means of Verification
		An integrated management plan for the property	• Setting up of a management planning team for the development of the management plan with participants from the necessary sectors including the local community • Completion of a Statement of Outstanding Universal Value for the property • Analysis of the conservation and management problems affecting the property • Existence of clear objectives and strategies for achieving them	• Monthly reports of the management planning team meetings • Discussion papers produced by team members of each of the key issues faced in the management of the property • Final management plan document
		A management committee including some members of the local community	• Appointment of members of the management committee including at least two members of the local community • At least 3 regular monthly meetings of the Management Committee	• Statutes and rules of procedure for the Management Committee approved by appropriate authorities • Monthly reports of the Management Committee
		Management plan approved with appropriate legal status	• Approval by the local government authority	• Decree placed in the “National Gazette” establishing the management plan as a local regulation.

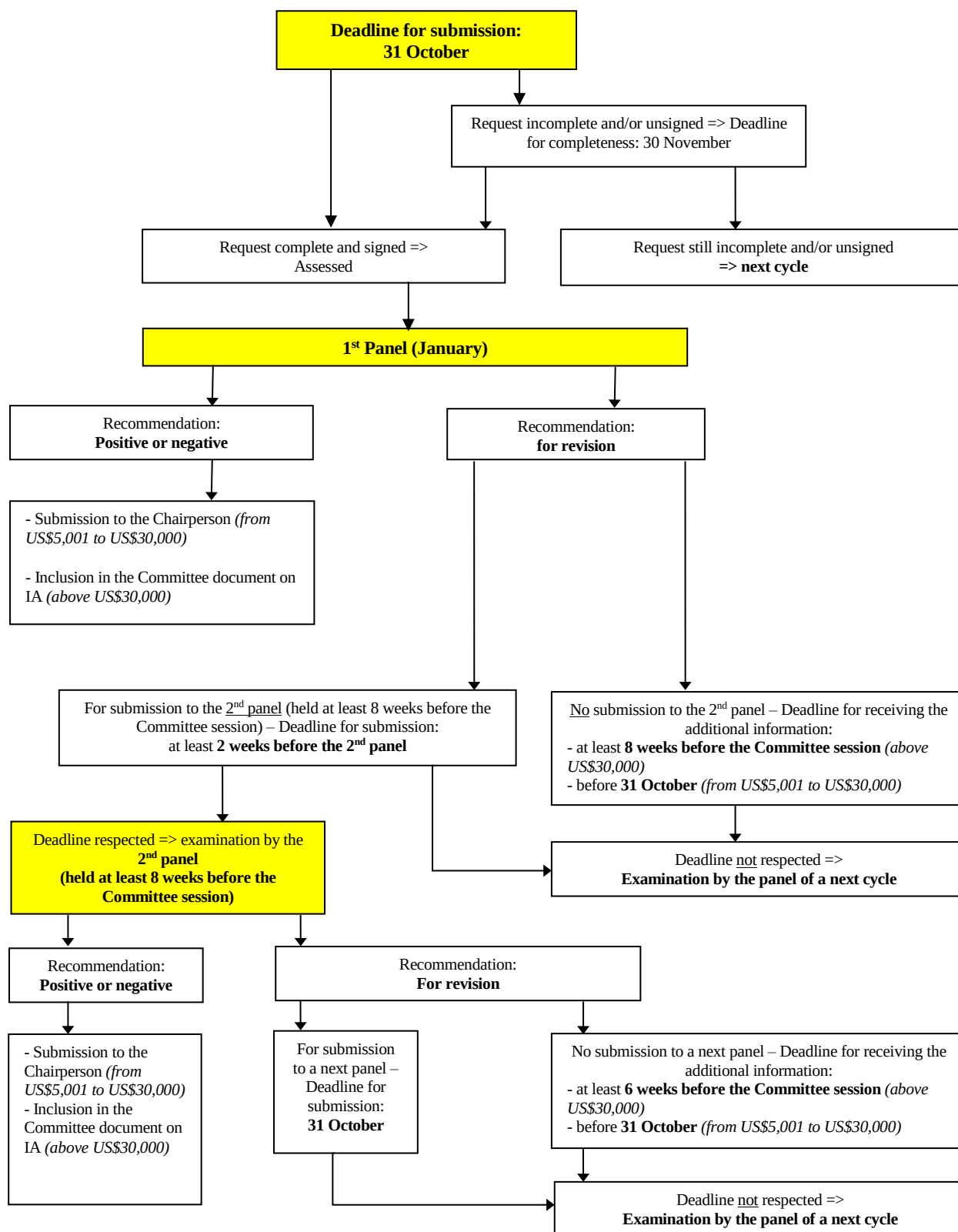
11.	WORK PLAN (including specific activities and timetable) <table border="1" data-bbox="284 286 818 600"> <thead> <tr> <th>Activities</th> <th colspan="7">Timeframe (in months)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	Activities	Timeframe (in months)							Activity								Activity								Activity								Activity								Describe the work plan of the activity(ies) to be undertaken with specific reference to the expected results mentioned in Paragraph 10 above. Indicate dates, duration of each activity. For meetings and training activities, tentative programmes should be provided including the themes, issues and problems to be discussed. For example: <i>For Expected Result No. 1:</i> <table border="1" data-bbox="866 577 1401 891"> <thead> <tr> <th>Activities</th> <th colspan="7">Timeframe (in months)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table> <i>For Expected Result No. 2:</i> <table border="1" data-bbox="866 1014 1401 1328"> <thead> <tr> <th>Activities</th> <th colspan="7">Timeframe (in months)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Activity</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	Activities	Timeframe (in months)							Activity								Activity								Activity								Activity								Activity								Activities	Timeframe (in months)							Activity								Activity								Activity								Activity								Activity							
Activities	Timeframe (in months)																																																																																																																																									
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activities	Timeframe (in months)																																																																																																																																									
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activities	Timeframe (in months)																																																																																																																																									
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
Activity																																																																																																																																										
12.	EVALUATION AND REPORTING (to be submitted to the World Heritage Centre within three months after the implementation of the project is completed)	<u>Final Report:</u> The final report should be prepared by the authority/person in charge of the implementation of the project. The final report should be structured according to the expected results defined in Paragraph 10. <u>Evaluation:</u> The evaluation should focus on the results achieved and their impact on (for example): - the inscription of a property on the World Heritage List following a preparatory assistance,																																																																																																																																								

		- the Periodic Report and the State of conservation, - the removal of a property from the List of World Heritage in danger following an emergency assistance, - the implementation of the <i>World Heritage Convention</i>, including its Strategic Objectives (“5Cs”) and other strategies (e.g. Global Strategy, ...), - the national and/or local institutions, - the capacity building of local staff, - the awareness raising of the general public, - the participants to the project, - attracting other resources, - etc... Indicate who will be responsible for the evaluation of the project.
13.	PROFILES OF SPECIALISTS, TRAINERS, TECHNICIANS AND/OR SKILLED LABOUR, IF THE PROJECT FORESEES THE PARTICIPATION OF SUCH PEOPLE (if the identity of the specialists, trainers, technicians, and/or skilled labourers is already known, please state their names and include a brief CV if possible)	Indicate the precise field of specialization and the work to be undertaken by each specialist as well as the duration required. The World Heritage Centre and the Advisory Bodies are available to recommend resource persons / trainers, should the State(s) Party(ies) concerned so request. Please include the names of any specialists, if already known, who will be taking part in the project and send a short CV if possible as an annex to the request form.
14.	KEY TARGET AUDIENCES, INCLUDING PROFILES OF TRAINEES / PARTICIPANTS, IF THE PROJECT FORESEES THE PARTICIPATION OF SUCH PEOPLE	Indicate the target groups and beneficiaries of the project, their professions, institutions, or field(s) of specialization.
15.	BUDGET BREAKDOWN	
	a) Provide, in the following table (in United States dollars), a detailed breakdown of costs of the individual elements of the project including, if possible, unit costs and show how these will be shared between the different funding sources:	Indicate in the table the breakdown of all expenses related to the project, also indicating the cost-sharing between the various donors (State Party, World Heritage Fund, others).
	(i) Organization	Items within this section could include the cost of a venue, office expenses, secretarial assistance, translation, simultaneous interpretation, audio-visual equipment, or other

		organizational costs necessary for the successful implementation of the project.
	(ii) Personnel and Consultancy Services	Items within this section could include the cost of international experts, national experts, a local or international coordinator, or other personnel necessary for the successful implementation of the project.
	(iii) Travel	Items within this section could include the cost of international or domestic travel necessary for the successful implementation of the project.
	(iv) Daily Subsistence Allowance	Items within this section could include the cost of accommodation, meals, and incidentals necessary for the successful implementation of the project.
	(v) Equipment	Items within this section could include any equipment necessary for the successful implementation of the project.
	(vi) Evaluation, Reporting and Publication	Items within this section could include the cost of evaluation, reporting, editing and layout, printing, distribution, and other costs necessary for the successful implementation of the project.
	(vii) Miscellaneous	Items within this section could include the cost of visas or other small costs that are necessary for the successful implementation of the project.
	b) Specify whether or not resources from the State Party or other sources are already available or when they are likely to become available	If the resources are not already available, indicate whether they will be before the beginning of the project.
16.	IN KIND CONTRIBUTIONS FROM THE STATE PARTY AND OTHER AGENCIES	
	a) National agency(ies)	Specify in detail
	b) Other bi/multi-lateral organizations, donors, etc	Specify in detail
17.	AGENCY(IES) RESPONSIBLE FOR THE IMPLEMENTATION OF THE PROJECT	Please provide the name, title, address and all contact details of the person/agency(ies) who will be responsible for the implementation of the project as well as those of any other participating agencies. Please, indicate whether the legislative and administrative commitment of the State Party is available for the project (see Paragraph 239d of the <i>Operational Guidelines</i>).

18.	SIGNATURE ON BEHALF OF STATE PARTY	Full name Title Date
19.	ANNEXES	In this section, list the number of annexes attached to the request and titles of each annex.

Process of submission for International Assistance requests for Conservation & Management Assistance and Preparatory Assistance above US\$5,000





EVALUATION CRITERIA FOR INTERNATIONAL ASSISTANCE REQUESTS

The following considerations are to be taken into account by the Advisory Bodies, World Heritage Centre, and the relevant Decision-maker (the Chairperson of the World Heritage Committee, the World Heritage Committee or the Director of the World Heritage Centre) when assessing International Assistance requests.

These items do not constitute a checklist, and not every item will be applicable to every International Assistance Request. Rather the appropriate items are to be considered together in an integrated manner in making balanced judgments concerning the appropriateness of allocating the limited financial support available through the World Heritage Fund.

A. Eligibility

1. Is the State Party in arrears for payment of its contribution to the World Heritage Fund?
2. Is the request coming from an authorized organization/institution of the State Party?

B. Priority considerations

3. Is the request from a State Party on the list of the Least Developed Countries (LDCs), Low Income Economies (LIEs), Small Island Developing States (SIDS) or post-conflict countries?
4. Is the property on the List of World Heritage in Danger?
5. Does the request further one or more of the Strategic Objectives of the World Heritage Committee (Credibility, Conservation, Capacity building, and Communication)?
6. Does the request respond to needs identified through the Periodic Reporting process at the property and/or regional levels?
7. Is the request linked to a regional or sub-regional capacity building programme?
8. Is there a capacity building aspect to the activity (no matter what type of assistance sought)?
9. Will the lessons learned from the activity provide benefits to the larger World Heritage system?

C. Considerations linked to the specific content of the proposed activity

10. Are the objectives of the request clearly stated and achievable?
11. Is there a clear work plan for achieving the results, including a timeline for its implementation? Is the work plan reasonable?
12. Does the agency/organization responsible for implementing the proposal have the capacity to do so, and is there a responsible person identified for ongoing contacts?
13. Are the professionals proposed to be used (whether national or international) qualified to carry out the work being requested? Are there clear terms of reference for them, including adequate period of their involvement?
14. Is the involvement of all relevant parties taken into account in the proposal (for example stakeholders, other institutions, etc.)?
15. Are the technical requirements clearly expressed and are they reasonable?

16. Is there a clear plan for reporting the results and for continued monitoring, including appropriate indicators for success?
17. Is there a commitment of the State Party for appropriate follow-up after the activity is completed?

D. Budgetary / Financial considerations

18. Is the overall budget reasonable for the work that is proposed to be carried out?
19. Is the budget detailed sufficiently to ensure that the unit costs are reasonable and in line with local costs and/or UNESCO norms and rules as appropriate?
20. Does the request act as a catalyst (multiplier) for other funding (are other sources of funding, either cash or in-kind clearly specified)?

E. Considerations for specific types of International Assistance

a) Emergency Assistance Requests

21. Does the threat or disaster covered by the request conform to the definition of an emergency within the *Operational Guidelines* (unexpected phenomena)?
22. Can the proposed intervention be carried out with reasonable safety for those involved with its implementation?
23. Does the intervention respond to the most critical issues related to the protection/conservation of the property?

b) Preparatory Assistance Requests

For requests for preparation of nomination files

24. Is the property on the State Party's Tentative List?
25. Does the State Party already have properties inscribed on the World Heritage List? If yes, how many?
26. Is the type of property proposed for World Heritage listing un-represented or under-represented in the World Heritage List?
27. Is sufficient attention paid to necessary elements, such as the preparation of the management plan, comparative analysis, Statement of Outstanding Universal Value, mapping, etc.?
28. Is sufficient attention given to community involvement?

For requests for preparation of Tentative Lists

29. Is the process designed to include all the necessary stakeholders and points of view?
30. Are both natural and cultural heritage professionals proposed to be involved?
31. Is the State Party new to the *World Heritage Convention*?
32. If the request is for harmonization of Tentative Lists, are representatives from all the necessary States Parties in the region or sub-region involved?

For requests for preparation of other types of assistance

33. If the request is for the preparation of a request for other assistance, is the need for the eventual request well documented?

c) Conservation and Management Assistance RequestsFor requests for conservation work or the preparation of a management plan

- 34. Is the property on the World Heritage List?
- 35. Is the work being proposed a priority for protecting or safeguarding the property?
- 36. Does the work being proposed conform to best practice?

For requests for training activities

- 37. Is it clearly related to the implementation of the *World Heritage Convention*?
- 38. Does it take place on a World Heritage property or involve a visit/case study of a World Heritage property?
- 39. Does it involve those responsible for conservation at a World Heritage property as trainees or resource persons?
- 40. Does it respond to well-defined training needs?
- 41. Are the training methods appropriate to ensure that the learning objectives will be met?
- 42. Does it strengthen a local and/or regional training institution?
- 43. Is it linked with practical applications in the field?
- 44. Is there a provision for disseminating results and related training materials to other organizations in the World Heritage system?

For requests related to scientific research

- 45. Can it be demonstrated that the subject matter is of a priority nature for better protection and safeguarding of World Heritage properties?
- 46. Can it be demonstrated that the results will be concrete and applicable widely within the World Heritage system?

For requests for educational or awareness activities

- 47. Will it help make the *World Heritage Convention* better known or create a stronger interest in it amongst the target audience?
- 48. Will it create a greater awareness of the different issues related to the implementation of the *World Heritage Convention*?
- 49. Will it promote more involvement in *World Heritage Convention* related activities?
- 50. Will it be a means of exchanging experiences or stimulate joint educational and information programmes, especially amongst school children?
- 51. Will it produce appropriate awareness materials for the promotion of the *World Heritage Convention* for use by the target audience?



STATEMENT OF OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE

Format of a Statement of Outstanding Universal Value, and of a retrospective Statement of Outstanding Universal Value.

The retrospective Statement of Outstanding Universal Value should be submitted either in English or in French. An electronic version (Word or .pdf format) should also be submitted.

A Statement of Outstanding Universal Value should respect the following format (2 A4 pages max):

- a) Brief synthesis
- b) Justification for Criteria
- c) Statement of integrity (for all sites)
- d) Statement of Authenticity (for sites under criteria i-vi)
- e) Requirements for protection and management

Deadline

1 February²⁷ of the year preceding the one in which the approval of the Committee is requested.

²⁷ If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday



MODIFICATIONS TO WORLD HERITAGE PROPERTIES

MINOR MODIFICATIONS TO THE BOUNDARIES OF WORLD HERITAGE PROPERTIES

Boundary modifications should serve better identification of World Heritage properties and enhance protection of their Outstanding Universal Value.

A proposal for a minor boundary modification, submitted by the State Party concerned, is subject to the review of the relevant Advisory Body(ies) and to the approval of the World Heritage Committee.

A proposal for a minor boundary modification can be approved, not approved, or referred by the World Heritage Committee.

Documentation requested

- 1) **Area of the property (in hectares):** please indicate a) the area of the property as inscribed and b) the area of the property as proposed to be modified (or the area of the proposed buffer zone). (Note that reductions can be considered as minor modifications only under exceptional circumstances).
- 2) **Description of the modification:** please provide a written description of the proposed change to the boundary of the property (or a written description of the proposed buffer zone).
- 3) **Justification for the modification:** please provide a brief summary of the reasons why the boundaries of the property should be modified (or why a buffer zone is needed), with particular emphasis on how such modification will improve the conservation and/or protection of the property.
- 4) **Contribution to the maintenance of the Outstanding Universal Value:** please indicate how the proposed change (or the proposed buffer zone) will contribute to the maintenance of the Outstanding Universal Value of the property.
- 5) **Implications for legal protection:** please indicate the implications of the proposed change for the legal protection of the property. In the case of a proposed addition, or of the creation of a buffer zone, please provide information on the legal protection in place for the area to be added and a copy of relevant laws and regulations.
- 6) **Implications for management arrangements:** please indicate the implications of the proposed change for the management arrangements of the property. In the case of a proposed addition, or of the creation of a buffer zone, please provide information on the management arrangements in place for the area to be added.
- 7) **Maps:** please submit two maps, one clearly showing both delimitations of the property (original and proposed revision) and the other showing only the proposed revision. In the case of the creation of a buffer zone, please submit a map showing both the inscribed property and the proposed buffer zone.

Please make sure that the maps:

- are either topographic or cadastral;
- are presented at a scale which is appropriate to the size in hectares of the property and sufficient to clearly show the detail of the current boundary and the proposed changes (and, in any case, the largest available and practical scale);
- have the title and the legend/key in English or French (if this is not possible, please attach a translation);

- mark the boundaries of the property (current and proposed revision) through a clearly visible line that can be distinguished from other features on the maps;
- bear a clearly labeled coordinate grid (or coordinate ticks);
- clearly refer (in the title and in the legend) to the boundary of the World Heritage property (and to the buffer zone of the World Heritage property, if applicable). Please clearly distinguish the boundary of the World Heritage property from any other protected area boundaries.

8) **Additional information:** In the case of a proposed addition, please submit some photographs of the area to be added that provide information on its key values and conditions of authenticity/integrity.

Any other relevant document can be submitted such as thematic maps (e.g. vegetation maps), summaries of scientific information concerning the values of the area to be added (e.g. species lists), and supporting bibliographies.

The above-mentioned documentation should be submitted in English or French in two identical copies (three for mixed properties). An electronic version (the maps in formats such as .jpg, .tif, .pdf) should also be submitted.

Deadline

1 February²⁸ of the year in which the approval of the Committee is requested.

²⁸ If 1 February falls on a weekend, the nomination must be received by 17h00 GMT the preceding Friday



FORM FOR THE SUBMISSION OF FACTUAL ERRORS IN THE ADVISORY BODIES EVALUATIONS

(in compliance with Paragraph 150 of the *Operational Guidelines*)

STATE(S) PARTY(IES):

EVALUATION OF THE NOMINATION OF THE SITE:

RELEVANT ADVISORY BODY'S EVALUATION²⁹:

Page, column, line of the Advisory Body Evaluation	Sentence including the factual error (the factual error should be highlighted in bold)	Proposed correction by the State Party	Comment (if any) by the Advisory Body and/or the World Heritage Centre

- The Factual Errors submission form, as well as an example of such a completed form, are available from the UNESCO World Heritage Centre and at <https://whc.unesco.org/en/factualerrors>.
- Further guidance on the submission of Factual Errors can be found in Paragraph 150 of the *Operational Guidelines*.
- States Parties are requested to immediately submit this information in electronic format or by e-mail to wh-nominations@unesco.org.

The original signed version of the completed Factual Errors submission form should be received in English or French by the UNESCO World Heritage Centre, at the following address: 7 place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, no later than 14 days before the opening of the session of the Committee.

²⁹ For nominations of mixed sites, if there are errors in both the Evaluations of the Advisory Bodies, separate forms should be submitted for each Advisory Body indicating which Advisory Body's Evaluation each submission is referring to.



FORMAT FOR THE SUBMISSION OF STATE OF CONSERVATION REPORTS BY THE STATES PARTIES

(in compliance with Paragraph 169 of the *Operational Guidelines*)

Name of World Heritage property (State(s) Party(ies)) (Identification number)

1. Executive Summary of the report

[Note: each of the sections described below should be summarized. The maximum length of the executive summary is 1 page.]

2. Response to the Decision of the World Heritage Committee

[Note: The State(s) Party(ies) is/are requested to address the most recent Decision of the World Heritage Committee for this property, paragraph by paragraph.]

If the property is inscribed on the List of World Heritage in Danger

Please also provide detailed information on the following:

a) Progress achieved in implementing the corrective measures adopted by the World Heritage Committee

[Note: please address each corrective measure individually, providing factual information, including exact dates, figures, etc.]

If needed, please describe the success factors or difficulties in implementing each of the corrective measures identified

b) Is the timeframe for implementing the corrective measures suitable? If not, please propose an alternative timeframe and an explanation why this alternative timeframe is required.

c) Progress achieved towards the Desired state of conservation for the removal of the property from the List of World Heritage in Danger (DSOCR)

3. Other current conservation issues identified by the State(s) Party(ies) which may have an impact on the property's Outstanding Universal Value

[Note: this includes conservation issues which are not mentioned in the Decision of the World Heritage Committee or in any information request from the World Heritage Centre]

4. In conformity with Paragraph 172 of the *Operational Guidelines*, describe any potential major restorations, alterations and/or new construction(s) intended within the property, the buffer zone(s) and/or corridors or other areas, where such developments may affect the Outstanding Universal Value of the property, including authenticity and integrity.

5. Public access to the state of conservation report

[Note: this report will be uploaded for public access on the World Heritage Centre's State of conservation Information System (<https://whc.unesco.org/en/soc>). Should your State Party request that the full report should not be uploaded, only the 1-page executive summary provided in point (1.) above will be uploaded for public access].

6. Signature of the Authority



TABLE OF USES OF THE WORLD HERITAGE EMBLEM

This table was prepared on the basis of Chapter VIII of the *Operational Guidelines* of the World Heritage Convention and the *Directives Concerning the Use of the Name, Acronym, Logo and Internet Domain Names of UNESCO* (Resolution 34C/86).

Reminder concerning the authority and delegation of authority for the use of the World Heritage Emblem according to Chapter VIII of the *Operational Guidelines*:

Para. 262:

"The World Heritage Committee is responsible for determining the use of the World Heritage Emblem and for making policy prescriptions regarding how it may be used."

Para. 276:

"National authorities may grant the use of the Emblem to a national entity, provided that the project, whether national or international, involves only World Heritage properties located on the same national territory. National authorities' decision should be guided by the Guidelines and Principles."

Para. 278:

Any other request must be addressed to the Director of the World Heritage Centre, who has the authority to grant the use of the Emblem in accordance with the Guidelines and Principles.

For cases not covered, or not sufficiently covered, by the Guidelines and Principles and by the Table of Uses, the Director refers the matter to the Chairperson who, in the most difficult cases, might wish to refer the matter to the Committee for final decision.

Reminder concerning the use of the linked logo and of the stand alone Emblem:

Para. 262:

Since the adoption by the UNESCO General Conference in October 2007 of the *Directives concerning the Use of the Name, Acronym, Logo and Internet Domain Names of UNESCO*, it is strongly encouraged to use the World Heritage Emblem as part of a linked logo block accompanied by UNESCO's logo, whenever feasible. The use of the World Heritage Emblem alone remains however possible, in line with the present Guidelines and with the Table of Uses (Annex 14 of the Guidelines).

Reminder concerning the graphic charter:

The graphic charter of the UNESCO logo is available here:

<http://www.unesco.org/new/en/name-and-logo/graphics/>

According to the Preamble of Chapter VIII of the *Operational Guidelines*, the stand alone World Heritage Emblem can be used in any colour or size.

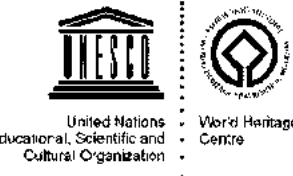
The logos are provided by the authorizing entities (as detailed in the following table) in digital format which cannot be modified by the users in any way.

It is obligatory to submit the draft layout of the intended use to the authorizing entity for validation before production.

Definition of commercial use:

The sale of goods or services bearing the name, acronym, logo and/or Internet domain name of UNESCO combined with the World Heritage Emblem chiefly for profit shall be regarded as “commercial use” for the purpose of the Operational Guidelines. Such use must be expressly authorized by the Director-General, under a specific contractual arrangement (definition adapted from UNESCO Logo Directives 2007. Art III.2.1.3)

WORLD HERITAGE CENTRE

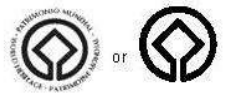
Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
World Heritage Centre - WHC (for international content)	Type of Logo the WHC can use	Use of the Logo by the WHC is authorized by	WHC can authorize the Logo for	Type of Logo the WHC can authorize	Logo to be used and/or authorized by the WHC
1) Publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. 4) Working documents 5) Communication products (such as T-shirts, bags, umbrellas), for special events 6) Stationery	UNESCO/World Heritage Convention logo	Statutory use	State Party hosting a Committee	UNESCO/World Heritage Convention logo	 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization World Heritage Convention
1) Publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. 4) Working documents 5) Communication products (such as T-shirts, bags, umbrellas), for special events 6) Stationery	UNESCO/World Heritage Centre logo	Statutory use			 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization World Heritage Centre

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
World Heritage Centre (continued)	Type of Logo the WHC can use	Use of the Logo by the WHC is authorized by	WHC can authorize the Logo for	Type of Logo the WHC can authorize	Logo to be used and/or authorized by the WHC
1) Publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. 4) Small-size communication products (such as pens, key-rings etc), for special events 5) Stationery	World Heritage Emblem	Statutory use	1) World Heritage Site Management Authority 2) State Party hosting a Committee	World Heritage Emblem	 or 
Committee session	UNESCO/World Heritage logo + "XXth/st/rd/nd World Heritage Committee session"	Statutory use	State Party hosting a Committee	UNESCO/World Heritage logo + "XXth/st/rd/nd World Heritage Committee session"	  United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization • 39th session of the World Heritage Committee
Partnership with external entities (private and public sector)	UNESCO/World Heritage Centre logo with text "With the support of", "In cooperation with", or "In partnership with"	Statutory use	Entities in the framework of contractual arrangements	UNESCO/World Heritage Centre logo with text "With the support of", "In cooperation with", or "In partnership with"	  United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization • World Heritage Centre In partnership with With the support of
	UNESCO/World Heritage Centre or Convention logo + Partner's logo and/or text			UNESCO/World Heritage Centre or Convention logo + Partner's logo and/or text	  United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization • World Heritage Centre Panasonic supports sustainable development through UNESCO World Heritage conservation and education

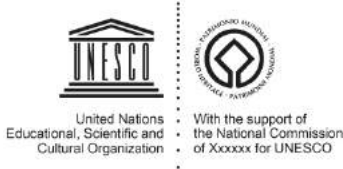
NATIONAL COMMISSIONS OR AGENCIES

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
1 - National Commission (for national content)	Type of Logo the NatCom can use	Use of the Logo by the NatCom is authorized by	NatCom can authorize the use of the Logo for	Type of Logo the NatCom can authorize	Logo to be used and/or authorized by the NatCom
1) Non-commercial publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. 4) Communication products such as T-shirts, bags, umbrellas (non-merchandising, exceptionally for special events) 5) Stationery	UNESCO/World Heritage logo with text "World Heritage in... [Country name]"	Statutory use	Local government authorities and site managing authorities.	UNESCO/World Heritage logo with text "World Heritage in +country"	

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
1 - National Commission (continued)	Type of Logo the NatCom can use	Use of the Logo by the NatCom is authorized by	NatCom can authorize the use of the Logo for	Type of Logo the NatCom can authorize	Logo to be used and/or authorized by the NatCom
1) Website, social media, apps, etc. when space is limited 2) Communication products as a graphic element or when space is limited 3) Stationery 4) Any other applicable case according to the <i>Operational Guidelines</i>	World Heritage Emblem	Statutory use	World Heritage site management authority	World Heritage Emblem	

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
1 - National Commission (continued)	Type of Logo the NatCom can use	Use of the Logo by the NatCom is authorized by	NatCom can authorize the use of the Logo for	Type of Logo the NatCom can authorize	Logo to be used and/or authorized by the NatCom
Road signs, highway signs	Choice of the logo according to the kind of sign and its location: UNESCO/World Heritage logo in full or simplified with site's name underneath	Statutory use	World Heritage site management authority	UNESCO/World Heritage logo in full or simplified with site's name underneath	 Text under the name of the site is optional. Possibility to replace “inscribed on the World Heritage List in” by “World Heritage since”
	World Heritage Emblem	Statutory use	World Heritage site management authority	World Heritage Emblem	
Commercial use	UNESCO/World Heritage logo with text “World Heritage in... [Country name]”	Director-General of UNESCO			

	World Heritage Emblem	Statutory use	National entity	World Heritage Emblem	
Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
1 - National Commission (continued)	Type of Logo the NatCom can use	Use of the Logo by the NatCom is authorized by	NatCom can authorize the use of the Logo for	Type of Logo the NatCom can authorize	Logo to be used and/or authorized by the NatCom
Committee session	UNESCO/World Heritage + "XXth/st/rd/nd World Heritage Committee Session"	World Heritage Centre	Organizing authority	UNESCO/World Heritage + "XXth/st/rd/nd World Heritage Committee session"	
Patronage for World Heritage related one-off events (ex: conferences, publications or audio-visual production activity on national or local level)			Organizing entities	UNESCO/World Heritage logo with text "Under the patronage of the National Commission of xxx for UNESCO"	

World Heritage related partnership with national organisations			National organisation having established a partnership with the National Commission	UNESCO/World Heritage logo with text “With the support of the xxx National Commission for UNESCO”, or “In cooperation with the xxx National Commission for UNESCO”, or “In partnership with the xxx National Commission for UNESCO”	
Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
2 - Agency - designated national authority (for national content)	Type of Logo the agency can use	Use of the Logo by the agency is authorized by	Agency can authorize the use of the Logo to	Type of Logo the agency can authorize	Logo to be used and/or authorised by the agency
1) Non-commercial publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. 4) Communication products (such as T-shirts, bags, umbrellas) non-merchandising, for special events 5) Stationery	UNESCO/World Heritage logo with text “World Heritage in... [Country name]”	National Commission or World Heritage Centre			

1) Non-commercial publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. when space is limited 4) Communication products (such as T-shirts, bags, umbrellas) non-merchandising, for special events 5) Stationery	World Heritage Emblem	Statutory use	World Heritage site management authority	World Heritage Emblem	
--	-----------------------	---------------	--	-----------------------	---

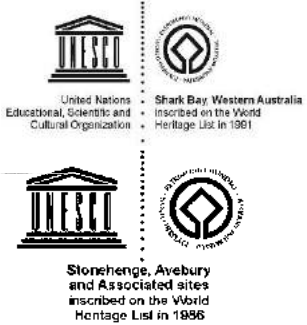
Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
2 - Agency - designated national authority (continued)	Type of Logo the agency can use	Use of the Logo by the agency is authorized by	Agency can authorize the use of the Logo to	Type of Logo the agency can authorize	Logo to be used and/or authorised by the agency
Road signs, highway signs	Choice of the logo according to the kind of sign and its location: UNESCO/World Heritage logo in full or simplified with site's name underneath	National Commission or World Heritage Centre	World Heritage site management authority	UNESCO/World Heritage logo in full or simplified with site's name underneath	 Text under the name of the site is optional. Possibility to replace “inscribed on the World Heritage List in” by “World Heritage since”
	World Heritage Emblem	Statutory use	World Heritage site management authority	World Heritage Emblem	

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
2 - Agency - designated national authority (continued)	Type of Logo the agency can use	Use of the Logo by the agency is authorized by	Agency can authorize the use of the Logo to	Type of Logo the agency can authorize	Logo to be used and/or authorised by the agency
Commercial use	UNESCO/World Heritage logo with text “World Heritage in... [Country name]”	Director-General of UNESCO			 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization World Heritage in Switzerland
	World Heritage Emblem	Statutory use			 or 

WORLD HERITAGE SITE MANAGEMENT AUTHORITY

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
World Heritage site management authority (for site-related content)	Type of Logo the WH site can use	Use of the Logo by the WH site is authorized by	WH Site can authorize the Logo for	Type of Logo the WH Site can authorize	Logo to be used and/or authorized by the WH site
1) Non-commercial publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. 4) Communication products (such as T-shirts, bags, umbrellas) non-merchandising, for special events 5) Stationery 6) Plaque, flag, banner	UNESCO/World Heritage site-specific logo	National Commission or World Heritage Centre	/	/	 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization Shark Bay, Western Australia Inscribed on the World Heritage List in 1991 Possibility to replace “Inscribed on the World Heritage List in” by “World Heritage since”

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
World Heritage site management authority (continued)	Type of Logo the WH site can use	Use of the Logo by the WH site is authorized by	WH site can authorize the Logo for	Type of Logo the WH site can authorize	Logo to be used and/or authorized by the WH site
1) Non-commercial publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. when space is limited 4) Communication products (T-shirts, bags, umbrellas, key-rings, pens etc.) non-merchandising, for special events 5) Plaque, flag, banner	World Heritage Emblem	National Commission or agency or World Heritage Centre			

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
World Heritage site Management Authority (continued)	Type of Logo the WH site can use	Use of the Logo by the WH site is authorized by	WH site can authorize the Logo for	Type of Logo the WH site can authorize	Logo to be used and/or authorized by the WH site
Road signs, highway signs	Choice of the logo according to the kind of sign and its location: UNESCO/World Heritage logo in full or simplified with site's name underneath	National Commission or World Heritage Centre			 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization Shark Bay, Western Australia Inscribed on the World Heritage List in 1981 Stonehenge, Avebury and Associated sites Inscribed on the World Heritage List in 1986 Text under the name of the site is optional. Possibility to replace "inscribed on the World Heritage List in" by "World Heritage since"
	World Heritage Emblem	National Commission or World Heritage Centre			 or

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
World Heritage site Management Authority (continued)	Type of Logo the WH site can use	Use of the Logo by the WH site is authorized by	WH site can authorize the Logo for	Type of Logo the WH site can authorize	Logo to be used and/or authorized by the WH site
Commercial use	UNESCO/World Heritage site-specific logo	Director-General of UNESCO			 Possibility to replace: “inscribed on the World Heritage List in” by “World Heritage since”
	World Heritage Emblem	National Commission			

Specific case: serial sites or very large sites including several/various elements/monuments/places					
Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
World Heritage site management authority (continued)	Type of Logo the WH site can use	Use of the Logo by the WH site is authorized by	WH site can authorize the Logo for	Type of Logo the WH site can authorize	Logo to be used and/or authorized by the WH site
1) Non-commercial publications 2) Communication materials 3) Website, social media, apps, etc. 4) Communication products (T-shirts, bags, umbrellas, key-rings, pens etc.) non-merchandising, for special events 5) Stationery 6) Plaque, flag, banner	UNESCO/World Heritage site-specific logo, preceded by the mention “Xxxx [name of the element/monument/place], part of”	National Commission or World Heritage Centre			Xxxx part of  United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  • Route of Santiago de Compostela • inscribed on the World Heritage List in 1993 •

WORLD HERITAGE ADVISORY BODIES

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
Advisory Bodies	Type of Logo the Advisory Bodies can use	Use of the Logo by Advisory Bodies is authorized by	Advisory Bodies can authorize the Logo for	Type of Logo the Advisory Bodies can authorize	Logo to be used by the Advisory Bodies
1) Non-commercial publications 2) Non-commercial communication materials 3) Website 4) Non-commercial stationery	UNESCO/World Heritage Convention logo	World Heritage Centre			 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization World Heritage Convention
1) Publications 2) Communication materials 3) Website 4) Stationery	World Heritage Emblem	World Heritage Centre			 or

PATRONAGE

Uses and purposes	Uses		Authorization		Graphic illustrations
Patronage			UNESCO Director-General can authorize	Type of Logo Director-General can authorize	Logo to be authorized
One-off activities (conferences, exhibitions, festivals, publications or audio-visual productions)			Organizing authorities	UNESCO/World Heritage logo with text "Under the patronage of"	 Under the patronage of United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization World Heritage



UPSTREAM PROCESS REQUEST FORMAT

1. State(s) Party(ies)

2. Object of the advice requested from the World Heritage Centre or the Advisory Bodies

(Please tick the corresponding box)

☐ Development, revision or harmonization of Tentative List(s)

☐ Potential future nomination – If applicable, name of the site(s)

3. Brief description of the site (summary of factual information and qualities of the site, if applicable)

4. Expected time frame for the realization of the Upstream Process

5. Would a site visit be necessary? ☐ Yes ☐ No

6. Availability of funds to implement the request

(Please indicate how you intend to cover the costs related to the implementation of the Upstream Process request. Please also indicate whether you plan to apply for assistance from the World Heritage Fund, if eligible (International Assistance mechanism or Advisory Missions budget line), or from another funding source).

7. Any additional information you may wish to provide

8. Contact information of the responsible authorities (name, title, e-mail, telephone)

9. Signature on behalf of the State(s) Party(ies)

The original signed version of the completed Upstream Process request form should be sent in English or French to:

UNESCO World Heritage Centre

7, place de Fontenoy

75352 Paris 07 SP

France

Telephone: +33 (0)1 45 68 11 36

E-mail: wh-upstream@unesco.org

SELECT WORLD HERITAGE BIBLIOGRAPHY

WORLD HERITAGE CENTRE DOCUMENTS DATABASE

<https://whc.unesco.org/en/documents/>

The UNESCO World Heritage Centre "Official Records" searchable online document collection permits the retrieval of information contained in the reports of the World Heritage Committee and General Assembly of States Parties to the Convention

BASIC TEXTS

UNESCO. 1972. *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. (World Heritage Convention).

<https://whc.unesco.org/en/conventiontext>

UNESCO General Assembly of States Parties to the Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 2014. *Rules of Procedure*. WHC-14/GA/1 Rev. 4 (as of 14 November 2014)

<https://whc.unesco.org/en/ga/>

UNESCO Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 1995. *Financial Regulations for the World Heritage Fund*, Paris. (WHC/7, August 1995).

<https://whc.unesco.org/en/financialregulations/>

UNESCO Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 2013. *Rules of Procedure*, WHC-2013/5

<https://whc.unesco.org/en/committee>

UNESCO World Heritage Centre. 2017. *Basic Texts of the 1972 World Heritage Convention* (2017 Edition). Paris, UNESCO.

<https://whc.unesco.org/en/basictexts/>

UNESCO World Heritage Centre. *Properties inscribed on the World Heritage List*.

<https://whc.unesco.org/en/list>

UNESCO World Heritage Centre. *Tentative Lists*.

<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/>

STRATEGIC DOCUMENTS

UNESCO World Heritage Committee. 1992. *Strategic Orientations*, in Annex II of the Report of the 16th session of the World Heritage Committee (Santa Fe, 1992) (WHC-92/CONF.002/12).

<https://whc.unesco.org/en/documents/940>

UNESCO World Heritage Committee. 1994. *Report of the Expert Meeting on the "Global Strategy" and thematic studies for a representative World Heritage List* (20-22 June 1994) (WHC-94/CONF.003/INF.6)

<https://whc.unesco.org/archive/global94.htm>

UNESCO World Heritage Committee. 1994. *Nara Document on Authenticity*.

<https://whc.unesco.org/archive/nara94.htm>

UNESCO World Heritage Committee. 1996. *Report of the Expert Meeting on Evaluation of General Principles and Criteria for Nominations of Natural World Heritage sites*. (WHC-96/CONF.202/INF.9).

<https://whc.unesco.org/archive/1996/whc-96-conf202-inf9e.htm>

UNESCO World Heritage Committee. 2001. *Global Training Strategy for World Cultural and Natural Heritage*, adopted by the World Heritage Committee at its 25th session (Annex X of WHC-01/CONF.208/24)- Update

of the Global Training Strategy (Doc WHC-09/33.COM/10B).
<https://whc.unesco.org/archive/2001/whc-01-conf208-24e.pdf>
<https://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-10Be.pdf> - See update in 2011

UNESCO World Heritage Committee. 2002. *Budapest Declaration on World Heritage*. (Doc WHC-02/CONF.202/5).
<https://whc.unesco.org/en/decisions/1217/> - See update in 2007. *The “fifth C” for “Communities”*.

UNESCO World Heritage Committee. 2004. *Evaluation of the Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List (1994-2004)*. (Doc WHC-04/28.COM/13)
<https://whc.unesco.org/archive/2004/whc04-28com-13e.pdf>

UNESCO World Heritage Committee. 2005. *Vienna Memorandum on World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape*. (Doc WHC-05/15.GA/INF.7).
<https://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf>

UNESCO World Heritage Committee. 2007. *Strategy for Reducing Risks from Disasters at World Heritage Properties*. (Doc WHC-07/31.COM/7.2)
<https://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-72e.pdf>

UNESCO World Heritage Committee. 2007. *The “fifth C” for “Communities”*. (Doc WHC-07/31.COM/13B).
<https://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-13be.pdf>

UNESCO World Heritage Centre. 2008. *Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-397-2.pdf>

UNESCO World Heritage Committee. 2010. *Reflection on the Trends of the State of Conservation*. (Doc WHC-10/34.COM/7C).
<https://whc.unesco.org/archive/2010/whc10-34com-7Ce.pdf>

UNESCO World Heritage Committee. 2011. *Presentation and adoption of the World Heritage strategy for capacity building*. (Doc WHC-11/35.COM/9B).
<https://whc.unesco.org/archive/2011/whc11-35com-9Be.pdf>

UNESCO World Heritage Committee. 2013. *Revised Partnerships for Conservation (PACT) Initiative Strategy*. (Doc WHC-13/37.COM/5D).
<https://whc.unesco.org/archive/2013/whc13-37com-5D-en.pdf>

UNESCO General Assembly of States Parties to the Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 2015. *World Heritage and Sustainable Development*. Resolution 20 GA 13. (Doc WHC-15/20.GA/15).
<https://whc.unesco.org/archive/2015/whc15-20ga-13-en.pdf>

WORLD HERITAGE THEMATIC PROGRAMMES

World Heritage Cities Programme. 2001.
<https://whc.unesco.org/archive/2001/whc-01-conf208-19e.pdf>

World Heritage Sustainable Tourism Programme. 2012.
<https://whc.unesco.org/archive/2012/whc12-36com-5E-en.pdf>

Small Island Developing States Programme. 2005.
<https://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-05e.pdf>. p14

World Heritage Marine Programme. 2005.
<https://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-05e.pdf>. p16

Thematic Initiative on Astronomy and World Heritage. 2005.
<https://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-05e.pdf>. p18

Initiative on Heritage of Religious Interest. 2011.
<https://whc.unesco.org/archive/2011/whc11-35com-5Ae.pdf>

World Heritage Earthen Architecture Programme (WHEAP). 2007.
<https://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-21Ce.pdf>

WORLD HERITAGE RESOURCE MANUALS

<https://whc.unesco.org/en/resourcemanuals/>

UNESCO, ICCROM, ICOMOS and IUCN. 2010. *Managing Disaster Risks for World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/managing-disaster-risks/>

UNESCO, ICCROM, ICOMOS and IUCN. 2011. *Preparing World Heritage Nominations*. (Second edition). Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/preparing-world-heritage-nominations/>

UNESCO, ICCROM, ICOMOS and IUCN. 2012. *Managing Natural World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/managing-natural-world-heritage/>

UNESCO, ICCROM, ICOMOS and IUCN. 2013. *Managing Cultural World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/managing-cultural-world-heritage/>

WORLD HERITAGE REVIEW

<https://whc.unesco.org/en/review/>

World Heritage is a quarterly review produced in English, French and Spanish by the UNESCO World Heritage Centre, featuring in-depth articles on world heritage-related issues and inscribed sites. 93 issues published since 1996.

WORLD HERITAGE PAPER SERIES

<https://whc.unesco.org/en/series/>

UNESCO World Heritage Centre. 2002. *Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Manual 1.)
<https://whc.unesco.org/en/series/1/>

UNESCO World Heritage Centre. 2002. *Investing in World Heritage: past achievements, future ambitions*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 2.)
<https://whc.unesco.org/en/series/2/>

UNESCO World Heritage Centre. 2003. *Periodic Report Africa*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Reports 3.)
<https://whc.unesco.org/en/series/3/>

Hillary, A., Kokkonen, M. and Max, L. (eds). 2003. *Proceedings of the World Heritage Marine Biodiversity Workshop*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 4.)
<https://whc.unesco.org/en/series/4/>

- UNESCO World Heritage Centre. 2003. *Identification and Documentation of Modern Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 5.)
<https://whc.unesco.org/en/series/5/>
- Fowler, P. J., (ed.), *World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 6.)
<https://whc.unesco.org/en/series/6/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2003. *Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 7.)
<https://whc.unesco.org/en/series/7/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2003. *Mobilizing Young People for World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 8.)
<https://whc.unesco.org/en/series/8/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2004. *Partnerships for World Heritage Cities: Culture as a Vector for Sustainable Urban Development*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 9.)
<https://whc.unesco.org/en/series/9/>
- Stovel, H. (ed). 2004. *Monitoring World Heritage*, Paris, UNESCO, World Heritage Centre. (World Heritage Papers 10.)
<https://whc.unesco.org/en/series/10/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2004. *Periodic Report and Regional Programme Arab States 2000-2003*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Reports 11.)
<https://whc.unesco.org/en/series/11/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2004. *The State of World Heritage in the Asia-Pacific Region 2003*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 12.)
<https://whc.unesco.org/en/series/12/>
- de Merode, E., Smeets, R. and Westrik, C. 2004. *Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 13.)
<https://whc.unesco.org/en/series/13/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2005. *Caribbean Archaeology and World Heritage Convention*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 14.)
<https://whc.unesco.org/en/series/14/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2005. *Caribbean Wooden Treasures*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 15.)
<https://whc.unesco.org/en/series/15/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2005. *World Heritage at the Vth IUCN World Parks Congress*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Reports 16.)
<https://whc.unesco.org/en/series/16/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2005. *Promoting and Preserving Congolese Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 17.)
<https://whc.unesco.org/en/series/17/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2006. *Periodic Report 2004- Latin America and the Caribbean*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 18.)
<https://whc.unesco.org/en/series/18/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2006. *American Fortifications and the World Heritage Convention*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 19.)
<https://whc.unesco.org/en/series/19/>

- UNESCO World Heritage Centre. 2006. *Periodic Report and Action Plan, Europe 2005-2006*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Reports 20.)
<https://whc.unesco.org/en/series/20/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2007. *World Heritage Forests - Leveraging Conservation at the Landscape Level*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Reports 21.)
<https://whc.unesco.org/en/series/21/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2007. *Climate Change and World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Reports 22.)
<https://whc.unesco.org/en/series/22/>
- Hockings, M., James, R., Stolton, S., Dudley, N., Mathur, V., Makombo, J., Courrau, J. and Parrish, J. 2008. *Enhancing our Heritage Toolkit. Assessing management effectiveness of Natural World Heritage sites*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 23.)
<https://whc.unesco.org/en/series/23/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2008. *Rock Art in the Caribbean*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 24.)
<https://whc.unesco.org/en/series/24/>
- Martin, O. and Piatti, G. (eds). 2009. *World Heritage and Buffer Zones, International Expert Meeting on World Heritage and Buffer Zones*, Davos, Switzerland, 11–14 March 2008. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 25.)
<https://whc.unesco.org/en/series/25/>
- Mitchell, N., Rössler, M. and Tricaud, P-M. (authors/eds). 2009. *World Heritage Cultural Landscapes: A handbook for Conservation and Management*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 26.)
<https://whc.unesco.org/en/series/26/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2010. *Managing Historic Cities*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 27.)
<https://whc.unesco.org/en/series/27/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2011. *Navigating the Future of Marine World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 28.)
<https://whc.unesco.org/en/series/28/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2011. *Human Evolution: Adaptations, Dispersals and Social Developments (HEADS)*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 29.)
<https://whc.unesco.org/en/series/29/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2011. *Adapting to Change: the State of Conservation of World Heritage Forests in 2011*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 30.)
<https://whc.unesco.org/en/series/30/>
- Albert, M.-T., Richon, M., Viñals, M.J. and Witcomb, A. (eds). 2012. *Community development through World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 31.)
<https://whc.unesco.org/en/series/31/>
- Church, J., Gabrié, C., Macharia, D., Obura, D. 2012. *Assessing Marine World Heritage from an Ecosystem Perspective*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 32.)
<https://whc.unesco.org/en/series/32/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2012. *HEADS 2: Human Origin Sites and the World Heritage Convention in Africa*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 33.)
<https://whc.unesco.org/en/series/33/>

- UNESCO World Heritage Centre. 2012. *World Heritage in a Sea of Islands - Pacific 2009 Programme*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 34.)
<https://whc.unesco.org/en/series/34/>
- Dingwall, P., Kawakami, K., Weise, K. 2012. *Understanding World Heritage in Asia and the Pacific - The Second Cycle of Periodic Reporting 2010-2012*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 35.)
<https://whc.unesco.org/en/series/35/>
- Joffroy, T., Eloundou, L. (eds.). 2013. *Earthen Architecture in Today's World*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 36.)
<https://whc.unesco.org/en/series/36/>
- Falzon, C., Perry, J. 2014. *Climate Change Adaptation for Natural World Heritage Sites*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 37.)
<https://whc.unesco.org/en/series/37/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2014. *Safeguarding Precious Resources for Island Communities*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 38.)
<https://whc.unesco.org/en/series/38/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2014. *HEADS 3: Human Origin Sites and the World Heritage Convention in Asia*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 39.)
<https://whc.unesco.org/en/series/39/>
- Brown, J., Hay-Edie, T. 2014. *Engaging Local Communities in Stewardship of World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. (World Heritage Papers 40.)
<https://whc.unesco.org/en/series/40/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2015. *HEADS 4: Human Origin Sites and the World Heritage Convention in Eurasia*. Paris, UNESCO World Heritage Centre (World Heritage Papers 41)
<https://whc.unesco.org/en/series/41/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2015. *HEADS 5: Human Origin Sites and the World Heritage Convention in the Americas*. Paris, UNESCO World Heritage Centre (World Heritage Papers 42)
<https://whc.unesco.org/en/series/42/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2016. *Understanding World Heritage in Europe and North America Final Report on the Second Cycle of Periodic Reporting, 2012-2015*, Paris, UNESCO World Heritage Centre (World Heritage Papers 43)
<https://whc.unesco.org/en/series/43/>
- Freestone, J., Laffoley, D., Douvère, F., Badman, T. 2016. *World Heritage in the High Seas: An Idea Whose Time Has Come*. Paris, UNESCO World Heritage Centre (World Heritage Papers 44)
<https://whc.unesco.org/en/series/44/>
- UNESCO World Heritage Centre. 2016. *The Future of the World Heritage Convention for Marine Conservation. Celebrating 10 years of the World Heritage Marine Programme*. Paris, UNESCO World Heritage Centre (World Heritage Papers 45)
<https://whc.unesco.org/en/series/45/>

GENERAL AND THEMATIC REFERENCES

- Badman, T., Bomhard, B. and Dingwall, P. 2008. *World Heritage Nominations for Natural Properties: A Resource Manual for Practitioners*. Gland, Switzerland, IUCN.
<http://cmsdata.iucn.org/downloads/whmanagement.pdf>
- Batisse, M., Bolla, G. 2005. *The Invention of World Heritage*. Paris, UNESCO.

- Cameron, C. 2005. *Background Paper for the Special Expert Meeting of the World Heritage Convention: The Concept of Outstanding Universal Value*. Kazan, Republic of Tatarstan, Russian Federation.
<https://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-inf09Ae.pdf>
- Cameron, C., Rössler, M. 2013. *Many Voices, One Vision: The Early Years of the World Heritage Convention*. Farnham, Ashgate.
- Galla, A. (ed.). 2012. *World Heritage – Benefits Beyond Borders*. Paris/Cambridge, UNESCO Publishing/Cambridge University Press.
- Feilden, B.M. and Jokilehto, J. 1993. *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. (First edition). Rome, ICCROM.
- Francioni, F. (ed). 2008. *The 1972 World Heritage Convention: A Commentary*. Oxford Commentaries on International Law, UK.
- ICOMOS. 1965. *International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (The Venice Charter 1964)*. Paris, ICOMOS.
https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf
- ICOMOS. 2004. *ICOMOS Analysis of the World Heritage List and Tentative Lists and Follow-Up Action Plan*. Paris, ICOMOS.
- ICOMOS. 2005. *The World Heritage List: Filling the Gaps – An Action Plan for the Future*. Paris, ICOMOS.
http://www.international.icomos.org/world_heritage/gaps.pdf
- ICOMOS. 2005. *Xi'an Declaration on the Conservation of the Setting of Heritage Structures, Sites and Areas*.
<http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration.pdf>
- ICOMOS. 2008. *Compendium on Standards for the Inscription of Cultural Properties to the World Heritage List*.
<https://whc.unesco.org/en/sessions/32COM/documents/>
- ICOMOS. 2011. *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties*. Paris, ICOMOS.
http://openarchive.icomos.org/266/1/ICOMOS_Heritage_Impact_Assessment_2010.pdf
- ICOMOS technical and thematic studies
<http://www.icomos.org/en/documentation-center>
- IUCN. 2006. *Enhancing the IUCN Evaluation Process of World Heritage Nominations: A Contribution to Achieving a Credible and Balanced World Heritage List*.
<https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/vilm2005.pdf>
- IUCN. 2006. *The World Heritage List: Guidance and Future Priorities for Identifying Natural Heritage of Potential Outstanding Universal Value*.
http://cmsdata.iucn.org/downloads/ouv2006_english.pdf
- IUCN. 2008. *Outstanding Universal Value – Standards for Natural World Heritage, A Compendium on Standards for Inscriptions of Natural Properties on the World Heritage List*.
http://cmsdata.iucn.org/downloads/ouv_compendium_english.pdf
- IUCN Technical and Thematic Studies:
<https://www.iucn.org/theme/world-heritage/resources/publications>
- Pressouyre, L. 1993. *The World Heritage Convention, twenty years later*. UNESCO, Paris.
<https://whc.unesco.org/en/280/?id=564&>
- Stovel, H. 1998. *Risk Preparedness: A Management Manual for World Cultural Heritage*. Rome, ICCROM.
https://www.iccrom.org/sites/default/files/ICCROM_17_RiskPreparedness_en.pdf

Swiss Federal Office of Culture, Martin, O., Gendre, S. (eds). 2010. *UNESCO World Heritage: serial properties and nominations*. Bern. Switzerland.
<https://whc.unesco.org/document/124860>

UNESCO World Heritage Centre. Education Kit. 2002. *World Heritage in Young Hands*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/educationkit/>

UNESCO World Heritage Centre. 2003. *World Heritage 2002 - Shared Legacy, Common Responsibility*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/activities/563/>

UNESCO World Heritage Centre. 2007. *World Heritage – Challenges for the Millenium*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/challenges-for-the-Millennium/>

UNESCO World Heritage Centre. 2007. *Case Studies on Climate Change and World Heritage*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/activities/473/>

UNESCO World Heritage Centre. 2012. *African World Heritage – A Remarkable Diversity*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.

UNESCO World Heritage Centre. 2013. *Celebrating 40 years of the World Heritage Convention*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/celebrating-40-years>

UNESCO World Heritage Centre. 2013. *Report of the 40th Anniversary of the World Heritage Convention*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/report-40th-Anniversary>

UNESCO World Heritage Centre. *Patrimonto's World Heritage Adventures*. Paris, UNESCO World Heritage Centre.
<https://whc.unesco.org/en/patrimonito/>

von Droste, B., Plachter, H. and Rössler, M. (eds.). 1995. *Cultural Landscapes of Universal Value: Components of a Global Strategy*, Jena (Germany), Fischer Verlag.

von Droste, B., Rössler, M. and Titchen, S. (eds.). 1999. *Linking Nature and Culture*, Report of the Global Strategy Natural and Cultural Heritage Expert Meeting, 25-29 March 1998, Amsterdam, The Netherlands, UNESCO/ Ministry for Foreign Affairs/Ministry for Education, Science, and Culture, The Hague.
<https://whc.unesco.org/archive/amsterdam98.pdf>

World Commission on Protected Areas (WCPA) Best Practice Guidelines
<https://www.iucn.org/theme/protected-areas/resources/best-practice-guidelines>

- *National System Planning for Protected Areas, 1998*
- *Economic Values of Protected Areas: Guidelines for Protected Area Managers, 1998*
- *Guidelines for Marine Protected Areas, 1999*
- *Indigenous and Traditional Peoples and Protected Areas, 2000*
- *Financing Protected Areas: Guidelines for Protected Area Managers, 2000*
- *Transboundary Protected Areas for Peace and Co-operation, 2001*
- *Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management, 2002*
- *Management Guidelines for IUCN Category V Protected Areas: Protected Landscapes/Seascapes, 2002*
- *Guidelines for Management Planning of Protected Areas, 2003*
- *Indigenous and Local Communities and Protected Areas: Towards Equity and Enhanced Conservation, 2004*
- *Forests and Protected Areas: Guidance on the use of the IUCN protected area management categories, 2006*

- *Sustainable Financing of Protected Areas: A global review of challenges and options, 2006*
- *Evaluating Effectiveness: A Framework for Assessing Management Effectiveness of Protected Areas, 2006*
- *Identification and Gap Analysis of Key Biodiversity Areas, 2007*
- *Sacred Natural Sites: Guidelines for Protected Area Managers, 2008*

WEB ADDRESSES

UNESCO

<http://www.unesco.org>

UNESCO World Heritage Centre

<https://whc.unesco.org>

UNESCO World Heritage Centre publications

<https://whc.unesco.org/en/publications/>

UNESCO World Heritage Review

<https://whc.unesco.org/en/review/>

UNESCO World Heritage Map

<https://whc.unesco.org/en/map/>

ICCROM

<http://www.iccrom.org>

ICCROM publications

http://www.archivalplatform.org/resources/entry/iccrom_publications/

ICOMOS

<http://www.icomos.org>

ICOMOS publications

<http://www.icomos.org/en/documentation-center>

IUCN

<http://www.iucn.org>

IUCN publications

<https://www.iucn.org/resources/publications>

World Commission on Protected Areas (WCPA) Best Practice Guidelines

<https://www.iucn.org/theme/protected-areas/resources/best-practice-guidelines>